

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA

Pastores, rebanhos de ovinos e pastoreio
Que futuro para o sistema tradicional de exploração?

Tese de Mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural

De:

José Carlos Baptista do Couto Barbosa

Orientador:

Professor Doutor José Francisco Gandra Portela

Vila Real, 1993

A presente Tese de Mestrado foi financiada pela
FLAD - Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

À minha mulher

Aos meus pais

Resumo

Neste trabalho procura-se estudar a exploração de ovinos, de uma forma global, através de uma análise do sistema tradicional de exploração. O trabalho desenrolou-se na área geográfica do concelho de Bragança, no Nordeste Transmontano, desde meados de 1990 até ao início de 1993.

Partindo de uma análise comparativa dos efectivos ovinos nos diferentes distritos, faz-se uma apreciação da importância dos efectivos da região. Verificámos que o Nordeste Transmontano ocupa, no contexto nacional, um lugar entre as regiões do país com maior número de ovinos. Por sua vez, Bragança é o concelho desta região que possui efectivos mais elevados. A exploração de ovinos em Bragança, e na região, tem grande tradição e existem condições propícias para essa actividade.

Para o concelho de Bragança, analisaram-se os factores de enquadramento da exploração de ovinos. São estes factores que permitem ou dificultam a actividade e influenciam a sua evolução, isto é, concorrem para as condições existentes para a exploração de ovinos. Entre os factores que contribuem para essas condições sobressaem a existência de baldios e de áreas afectas à cultura cerealífera. Estas últimas servem para o pastoreio dos rebanhos, quando em pousio. Verificou-se que aldeias diferentes podem possuir diferentes condições para esta actividade. Elaborou-se uma tipologia, em função da existência de baldios e da quantidade de cereal produzido em cada aldeia, como indicador da quantidade da área de terras afectas à cerealicultura. Consideraram-se estes factores como os mais importantes e decisivos para a forma como os criadores fazem a exploração dos rebanhos.

Pela análise do sistema tradicional de exploração de ovinos, definiram-se cinco elementos constituintes do sistema: o pastor, o rebanho, o espaço, o manejo e a comunidade. Fez-se o estudo e caracterização de cada um destes elementos e das inter-relações existentes entre eles. Para estudar o funcionamento do sistema realizaram-se entrevistas com pastores em diversas aldeias do concelho. Procurou-se conhecer, junto dos pastores, o modo de fazer e as razões das suas práticas e métodos. Verificámos que a técnica tradicional de exploração de ovinos mostra uma lógica consistente com as condições do meio e da região, e resulta da articulação e adaptação entre os interesses dos pastores e as condições específicas do meio onde estão inseridos.

Analisaram-se, do ponto de vista económico, as explorações agrícolas com ovinos da aldeia de Milhão. Calculámos os resultados da exploração, referentes ao exercício de 1992, e realizámos uma análise comparativa dos rendimentos destas

explorações com o rendimento proporcionado por outras actividades. Verificámos que os ovinos mostram capacidade de gerar rendimentos superiores aos de outras actividades, sem ter implicações no aumento generalizado dos encargos da exploração.

Relativamente às perspectivas de futuro, aponta-se como possível o desenvolvimento da produção ovina da região, com base no actual sistema tradicional de exploração, com intervenção nos diversos aspectos onde é possível melhorar o funcionamento do sistema. Considera-se que a definição de uma estratégia de desenvolvimento da exploração de ovinos deve assentar em três pressupostos: respeito pelo sistema tradicional de exploração de ovinos; credibilidade das instituições e relação de mútua confiança entre as instituições e os criadores; ligação e coordenação entre as diversas instituições com influência na produção ovina.

A estratégia de desenvolvimento da criação de ovinos deve envolver medidas prioritárias nas seguintes áreas: investigação, apoio técnico e informação, formação e apoio às associações de criadores.

Além destas medidas, deve considerar-se que o desenvolvimento da produção ovina não pode ser encarado isoladamente. Deve ser acompanhado pelo desenvolvimento das restantes actividades do meio rural. Por seu lado, a criação de ovinos pode contribuir para o desenvolvimento regional, especialmente do meio rural, para a fixação das populações e para a manutenção do tecido social.

Abstract

This work is an attempt to study sheep production from a global perspective, by means of analysing the traditional breeding system. It was developed in the county of Bragança, in Northeastern Trás-os-Montes, since mid 1990 till the beginning of 1993.

The importance of sheep existing in the county was assessed with basis on a comparative analysis of stock in every district. This has shown that Northeastern Trás-os-Montes has a place among the regions with more sheep, in the domestic context, and Bragança is the county in the region which has the higher amounts. Sheep breeding has great tradition and suitable conditions in Bragança.

Sheep production factors, concerning Bragança county, were analysed. These factors facilitate or constrain the activity and influence its development, that is, help the actual conditions for sheep breeding. Among those factors, there are common, *baldios*, and fields for cereal growing. The latter are grazed by flocks when left fallow. Different villages have different conditions for this activity. A pattern was established respecting the existence of *baldios* and the amount of cereal produced in each village, as an indicator of the extension of land allotted for cereal growing. These factors were considered as most important and definitive for sheep breeding.

From the analysis of the traditional system, five components were established: the shepherd, the flock, the space, the sheep production activities and the community. Each one was studied and characterized, as well as the inter-relations among them. In order to study the way the system works, interviews with shepherds were carried out in several villages. The procedures and reasons for their practices and methods were investigated. It was seen that the traditional sheep production technique is logically consistent with the conditions of the environment and the region, and results from the articulation between the shepherd's interests and the specific conditions of the environment.

The sheep farming enterprises of Milhão village were analysed from the economic point of view. The results of the management of 1992 were estimated and compared with the results of other activities. It was concluded that sheep show capability to generate incomes higher than those from other activities, with no other generalized surcharges.

As for the future, the development of sheep production is seen as possible, based on the present traditional system and intervening on several aspects which may

improve the system. Devising a strategy for the development of sheep farming must be based on three assumptions: the respect for the traditional system; the credibility of the institutions and mutual confidence between institutions and sheep breeders; connection and coordination among the various institutions which influence sheep breeding.

The strategy for the development of sheep production must involve prior policies in the following fields: research, technical support and information, training and support to breeders associations.

Besides, the development of sheep breeding should not be considered separately. It must be accompanied by the development of the rural activities. Sheep production, itself, can help regional development, especially the rural one, the settlement of people and the up-keeping of social tissue.

Agradecimentos

A realização do presente trabalho foi possível graças à colaboração de numerosas pessoas. Desejamos exprimir o nosso mais sincero agradecimento pelas valiosas contribuições que recebemos ao longo das diferentes fases de execução do trabalho.

Ao Professor Doutor José Portela, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, nosso orientador científico, pelo muito que nos ensinou e pelo caminho de aprendizagem que nos facultou. Pelas indicações e sugestões que nos foi fornecendo ao longo da realização do trabalho e pela revisão criteriosa dos textos. A disponibilidade de tempo que sempre nos manifestou e constante encorajamento para a concretização do trabalho.

Ao Professor Doutor Agostinho de Carvalho, com quem iniciámos o trabalho e que foi nosso orientador científico durante o primeiro ano, até que os afazeres profissionais o obrigaram a ausentar-se do país. Pela ajuda na definição do tema e valiosa contribuição para a definição do trabalho de investigação. Pela sua disponibilidade na revisão dos textos e sugestões, quando das breves visitas ao país.

Ao Professor Doutor Dionísio Afonso Gonçalves, Presidente do Instituto Politécnico de Bragança e ao Professor Doutor Francisco José Terroso Cepeda, Presidente da Escola Superior Agrária de Bragança, pelas condições e meios que proporcionaram para a realização do trabalho.

Ao Professor Doutor Alfredo Teixeira, da Escola Superior Agrária de Bragança, pela sua disponibilidade para a leitura do trabalho e pelas valiosas sugestões e recomendações que nos proporcionou.

À Professora Doutora Isolina Poeta, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, pela sua disponibilidade na revisão dos textos relativos à análise económica das explorações e pela atenção que nos dispensou.

Aos colegas da Escola Superior Agrária de Bragança, por toda a colaboração prestada nos domínios das suas especialidades e pelo estímulo e incentivo que nos proporcionaram.

Ao Sr Atilano Suarez, funcionário da Escola Superior Agrária de Bragança, pelo seu valioso contributo na execução dos mapas, na formatação e arranjo gráfico deste trabalho.

Ao Sr António Cruz, Sra. D^a Isaura Magalhães, Sra. D^a Maria de Jesus e Sr. Nuno Pires, funcionários do Serviço de Reprografia da Escola Superior Agrária de Bragança, pela execução gráfica do presente trabalho.

Aos técnicos e funcionários de diversos organismos por nós contactados, nomeadamente, da Zona Agrária da Terra Fria, Administração Florestal de Bragança, Caixa de Crédito Agrícola de Bragança, Agrupamento de Defesa Sanitária, EPAC e Câmara Municipal de Bragança, pela prestimosa contribuição para a execução deste trabalho.

A todos os presidentes de Junta de Freguesia do concelho de Bragança pela forma como nos acolheram e pela sua contribuição para a recolha de informação.

À Sr^a D^a Alice Lopes, da Associação de Pastores Transmontanos, por toda a informação e documentação que nos facultou.

Ao Sr Alcino Pais, presidente da Junta de Freguesia de Milhão, por toda a informação prestada e pelo apoio nos primeiros contactos efectuados na aldeia de Milhão. Aos pastores desta aldeia, Srs Alípio Zeferino, Américo Branco, Fernando Nascimento, Francisco Fernandes, José Pires, Leonel Fernandes, Luís Clérigo, Sidónio Pais, Zeferino Morais e suas famílias, pela forma cordial e hospitaleira como nos receberam e por tudo aquilo que nos ensinaram. De uma forma geral, a toda a população da aldeia de Milhão, pelo acolhimento que nos dispensou.

A todos os pastores do concelho de Bragança, com quem mantivemos contactos, pela forma como nos receberam e pela atenção que nos dispensaram.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I - A ovinicultura no concelho de Bragança	8
1 - A produção ovina no país, na região e no concelho.....	8
1.1 - Evolução da produção ovina no país	8
1.2 - Os ovinos no Norte do país	12
1.3 - Os efectivos ovinos em Bragança	14
2 - Condições e factores de enquadramento da ovinicultura no concelho de Bragança	15
2.1 - Quadro teórico-metodológico da investigação.....	15
2.1.1 - A análise de sistemas como método de estudo da exploração de ovinos.....	16
2.1.2 - Sistemas de produção animal. Sistema pastoril	17
2.1.3 - Metodologia de trabalho e tratamento da informação	21
2.2 - A região: condições propícias para a criação de ovinos.....	25
2.3 - Ocupação e uso do solo:acesso a recursos alimentares	28
2.3.1 - As terras afectas à cultura de cereal são importantes áreas de pastoreio.....	28
2.3.2 - Os baldios permitem livre acesso ao pastoreio dos rebanhos	30
2.3.3 - A implantação de perímetros florestais contribuiu para a redução do número de ovinos nas zonas abrangidas.....	31
2.3.4 - O uso social do solo no pastoreio dos rebanhos.....	35
2.4 - População animal: nos sistemas de exploração tradicionais não há competição evidente entre as espécies.....	35
2.4.1 - Os ovinos são, maioritariamente, de raça autóctone.....	36
2.4.2 - Os bovinos encontram-se por todo o concelho de Bragança.....	41
2.4.3 - Os caprinos predominam na metade Sul do concelho de Bragança	43
2.5 - Ovinos e cereal: duas componentes intimamente associadas.....	47
2.6 - A comunidade humana: o vazio demográfico e as atitudes face ao pastoreio dos ovinos.....	50
2.7 - Instituições: várias formas de acção nas explorações de ovinos.....	52
2.7.1 - As posturas autárquicas são inadequadas ao sistema tradicional de exploração de ovinos.....	54

2.7.2 - As ajudas ao investimento não estão apropriadas às condições dos pastores	56
2.8 - Associativismo: uma necessidade sentida pelos criadores	59
3 - Tipologia da exploração de ovinos no concelho de Bragança	60
Capítulo II - O sistema tradicional de exploração de ovinos	65
1 - Quadro teórico e conceptual para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos	65
2 - O Pastor: o homem, a vida, o trabalho e as relações com a sociedade local	74
2.1 - O pastor é jovem e tem instrução	75
2.2 - A exploração de ovinos fundamenta-se no saber e na tradição familiar	75
2.3 - O pastor tem "gosto por este modo de vida"	76
2.4 - Aquisição de um gado próprio	77
2.5 - O pastor tem outras actividades complementares à criação de ovinos	78
2.6 - As explorações de ovinos recorrem a trabalho familiar	79
2.7 - O pastor tem que saber gerir as suas relações com a comunidade.....	80
2.8 - O pastor tem um papel importante na conservação do meio natural	80
3 - O Rebanho: opção por ovelhas de raça autóctone	81
3.1 - O rebanho-tipo tem entre 100 e 130 animais	81
3.2 - Razões para a manutenção ou alteração do efectivo.....	82
3.3 - Propriedade dos animais. Gados "a meias" e ovelhas "à guarda"	83
3.4 - A condução do rebanho	84
3.5 - A galega é uma raça autóctone do agrado dos pastores.....	86
3.6 - Os pastores já experimentaram, ou estão a experimentar, raças exóticas	88
3.7 - Entre a galega e as raças exóticas, os pastores consideram a galega melhor adaptada	89
4 - O Espaço: gestão do território e das instalações	90
4.1 - Os percursos fazem-se por todo o território que permita o pastoreio	90
4.2 - O território de pastoreio é limitado pelo termo da aldeia	92
4.3 - A faceira regula a gestão do território e facilita os percursos	92
4.4 - Os baldios são utilizados para pastoreio	93
4.5 - A utilização e localização das instalações para ovinos.....	94
5 - O Maneio: métodos e práticas tradicionais.....	97
5.1 - A alimentação é baseada no pastoreio de percurso.....	97
5.2 - O abeberamento dos rebanhos é feito no campo.....	98

5.3 - As épocas de parições e cobrições estão relacionadas com as disponibilidades alimentares e com as épocas de venda dos cordeiros	98
5.4 - Os horários de pastoreio variam com as diferentes épocas do ano	99
5.5 - O calendário de alimentação depende do desenvolvimento da vegetação natural e do calendário das culturas agrícolas	100
5.6 - Plantas mais procuradas pelos ovinos.....	101
5.7 - A utilização de forragens e rações é muito reduzida	102
5.8 - Os pastores preocupam-se com o estado higio-sanitário dos rebanhos	103
5.9 - Várias formas de utilização e manejo das instalações	104
6 - A Comunidade: relações entre o pastor e os vizinhos	106
6.1 - O pastor e os vizinhos estabelecem entre si relações de interesse mútuo	106
6.2 - O pastoreio em terras alheias é um costume com tradições	107
6.3 - A postura municipal é fonte de problemas para as explorações de ovinos	109
6.4 - As ovelhas à guarda reforçam a aceitação do sistema de pastoreio.....	111
6.5 - Comercialização dos produtos do rebanho.....	111
 Capítulo III- A criação de ovinos na aldeia de Milhão e nas explorações agrícolas	 119
1 - Caracterização geral da aldeia e dos criadores de ovinos.....	120
1.1 - A gestão e utilização do território	121
1.2 - As relações entre os pastores e os vizinhos da aldeia	123
1.3 - Os pastores.....	124
1.3.1 - Um grupo característico, com a sua identidade própria e em permanente evolução.....	124
1.3.2 - Os "pastores" sem rebanho e a mulher-pastora	125
2 - As explorações agrícolas com produção ovina	126
2.1 - Superfície agrícola	127
2.2 - A família e o trabalho	129
2.3 - Os animais na exploração	132
2.4 - As instalações para os ovinos.....	133
2.5 - Culturas agrícolas.....	134
3 - Resultados da exploração	136
3.1 - Composição do Produto Bruto	137
3.2 - Encargos da exploração	139
3.2.1 - Consumos intermédios.....	140
3.2.1.1 - Encargos com a mecanização.....	141
3.2.1.2 - Encargos específicos com a pecuária	142

3.2.1.3 - Encargos específicos das culturas	143
3.2.1.4 - Gastos gerais	144
3.2.2 - Amortizações	144
3.2.3 - Encargos com a mão-de-obra	145
3.2.4 - Restantes gastos gerais e encargos fundiários	146
3.3 - Rendimento do agricultor	147
Capítulo IV - Conclusão	151
Bibliografia	165
Anexos	174

Lista de Figuras

Capítulo I

- Fig. 1.1 - Evolução do número de ovinos no período de 1870 a 1979
- Fig. 1.2 - Localização geográfica dos sete distritos com maior percentagem de ovinos nos anos de 1940, 1972 e 1979
- Fig. 1.3 - Esquema desenvolvido do sistema de produção animal. Pólos e inter-relações
- Fig. 1.4 - Representação de um sistema pastoril e dos seus principais níveis de organização
- Fig. 1.5 - Representação do sistema de produção ovina de acordo com o nível de análise. Factores que influenciam a exploração de ovinos
- Fig. 1.6 - Localização das aldeias onde foram feitas entrevistas com a ficha preparatória e com a ficha de inquérito
- Fig. 1.7 - Zonas Climaticamente Homogéneas no concelho de Bragança
- Fig. 1.8 - Classes de altitude, no concelho de Bragança
- Fig. 1.9 - Perímetros Florestais no concelho de Bragança
- Fig. 1.10 - Aldeias com mais de 450 ovinos, em 1990
- Fig. 1.11 - Aldeias com formas de pastoreio comunitário, "vezeiras"
- Fig. 1.12 - Aldeias que, no conjunto, representam 50% do total de bovinos no concelho de Bragança, em 1990
- Fig. 1.13 - Aldeias com mais de 150 caprinos, em 1990
- Fig. 1.14 - Localização das aldeias com produção de cereal, média anual, superior a 200 t
- Fig. 1.15 - Classificação das aldeias do concelho de Bragança de acordo com a tipologia definida

Capítulo II

- Fig. 2.1 - Práticas do processo produtivo
- Fig. 2.2 - Representação dos níveis de análise para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos no concelho de Bragança

Capítulo III

- Fig. 3.1 - Localização das corriças, poços de água e trajecto do percurso de dois pastores

Lista de Quadros

Capítulo I

- Quadro 1.1 - Percentagem de ovinos em cada distrito, relativamente ao total do continente
- Quadro 1.2 - Percentagem de ovinos em cada um dos nove distritos do Norte de Portugal (1940-1979)
- Quadro 1.3 - Relação entre o número de ovinos e a população residente, nos seis distritos em que essa relação é mais elevada. (1940-1979)
- Quadro 1.4 - Número de ovinos e sua evolução nos concelhos do distrito de Bragança (1940-1989)
- Quadro 1.5 - Número de ovinos antes e depois da implantação dos perímetros florestais, nas freguesias abrangidas pelos perímetros florestais de Bragança.
- Quadro 1.6 - Número de rebanhos e de ovinos por classes de efectivo
- Quadro 1.7 - Aldeias do concelho de Bragança, com maior número de ovinos inscritos nas IC, número de manifestantes por aldeia e número de manifestantes com mais de 100 e 150 ovinos, em 1990
- Quadro 1.8 - Aldeias com maior número de manifestantes de ovinos inscritos nas IC e número de ovinos de cada aldeia, em 1990
- Quadro 1.9 - Aldeias com maior número total de bovinos (bovinos de carne, leite e substituição), bovinos de carne e de leite inscritos nas IC e número de ovinos de cada aldeia, em 1990
- Quadro 1.10 - Aldeias com maior número de caprinos, número de manifestantes de caprinos e número de ovinos, em 1990
- Quadro 1.11 - Aldeias com mais de 200t de produção média anual de cereal, entregue na EPAC, no período de 1988 a 1990
- Quadro 1.12 - Investimentos no âmbito do Reg. 797 (CEE) realizado por criadores de ovinos do concelho de Bragança, no período de 1987 a 1990
- Quadro 1.13 - Definição das classes de acordo com as variáveis consideradas
- Quadro 1.14 - Número de aldeias e distribuição dos ovinos pelas diferentes classes

Capítulo II

- Quadro 2.1 - Condições de pastoreio e das instalações em duas aldeias do concelho de Bragança

Capítulo III

- Quadro 3.1- Alguns indicadores para a caracterização das explorações estudadas
- Quadro 3.2 - Distribuição da Superfície Agrícola Útil segundo a forma de utilização (ha)
- Quadro 3.3 - SAU segundo a forma de exploração
- Quadro 3.4 - Composição do agregado familiar
- Quadro 3.5 - O trabalho na exploração agrícola
- Quadro 3.6 - Espécie e efectivos animais nas explorações
- Quadro 3.7 - Instalações para ovinos
- Quadro 3.8 - Principais culturas agrícolas (ha)
- Quadro 3.9 - Esquema de cálculo dos resultados da exploração agrícola
- Quadro 3.10 - Composição do Produto Bruto (PB)
- Quadro 3.11 - Peso das actividades com maior contribuição na composição do PB (%)
- Quadro 3.12 - Destino dos principais produtos agrícolas (%)
- Quadro 3.13 - Encargos relativos a consumos intermédios
- Quadro 3.14 - Encargos com a mecanização
- Quadro 3.15 - Encargos específicos com a pecuária (em milhares de escudos) e repartição destes encargos
- Quadro 3.16 - Encargos específicos das culturas (em milhares de escudos)
- Quadro 3.17 - Amortizações e seguros de capital fixo
- Quadro 3.18 - Encargos com a mão-de-obra
- Quadro 3.19 - Restantes gastos gerais e encargos fundiários
- Quadro 3.20 - Resultados da exploração (em milhares de escudos)
- Quadro 3.21 - Total de encargos reais (milhares de escudos)
- Quadro 3.22 - Análise comparativa do rendimento mensal com o salário mínimo nacional (em milhares de escudos)

Abreviaturas

ADS - Agrupamento de Defesa Sanitária
APT - Associação de Pastores Transmontanos
CCAMB - Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança
CEE - Comunidade Económica Europeia
CMB - Câmara Municipal de Bragança
DRATM - Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes
EPAC - Empresa Pública de Abastecimento de Cereais
ESAB - Escola Superior Agrária de Bragança
FEOGA - Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
IC - Indemnizações Compensatórias
INE - Instituto Nacional de Estatística
INIA - Instituto Nacional de Investigação Agrária
INGA - Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola
INRA - Institut National de la Recherche Agronomique (França)
PB - Produto Bruto
PDRITM - Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes
PAC - Política Agrícola Comum
PNM - Parque Natural de Montesinho
RAC - Recenseamento Agrícola do Continente
RGA - Recenseamento Geral Agrícola
RICA - Rede de Informação de Contabilidades Agrícolas
SAU - Superfície Agrícola Útil
UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
VAB - Valor Acrescentado Bruto
VAL - Valor Acrescentado Líquido
ZATF - Zona Agrária da Terra Fria

Símbolos e unidades

ha - hectare
km - quilómetros
l - litros
m - metros
mm - milímetros
r - coeficiente de correlação
 r^2 - coeficiente de determinação
t - tonelada

Glossário

A maioria destas denominações são comuns e têm significado idêntico em todas as aldeias do concelho de Bragança. Contudo, há termos que variam no sentido ou conceito, de aldeia para aldeia. Assim sendo, a elaboração deste vocabulário obedece, prioritariamente, ao significado dado pelas pessoas da aldeia de Milhão.

Adil - Terras em pousio mas situadas na folha. Terras não cultivadas situadas na zona onde se faz a cultura de cereal.

Alqueire - Medida de capacidade correspondente a 15 litros.

Afolhar - Pascar o marfolho. Pastoreio nas culturas de cereal quando as plantas estão pequenas.

Badana - Designação porque é conhecida a ovelha da raça Badana.

Baldios - Terrenos que são pertença do povo da aldeia e que podem ser usufruídos por qualquer morador da aldeia. Normalmente são geridos pela Junta de Freguesia.

Canhonas - Ovelhas adultas.

Cancelas - Conjunto de cancelas de madeira que formam um recinto fechado para guardar e recolher o rebanho no campo, utilizadas para que o gado estrume o terreno e/ou para recolher e pernoitar o rebanho.

Cortinhas - Terreno cercado, vedado, geralmente próximo da habitação.

Cria - Bovinos. Conjunto de bois e vacas. Vitelos.

Criador de ovinos - Todo o proprietário de ovinos. Inclui os pastores e as pessoas que não tendo um rebanho possuem algumas ovelhas, normalmente um número pequeno de ovinos.

Contra-folha - Terreno do termo da aldeia que foi folha no ano anterior e está agora em pousio.

Corriça - Ovil. Construção para alojamento de ovinos, geralmente isolada, situada no campo, fora da aldeia.

Curral - Recinto onde se recolhe o gado. Instalações para alojamento de ovinos, próximo ou junto à habitação ou mesmo numa dependência da casa de habitação. Lojas para alojamento dos ovinos.

Decrua - Primeira lavoura para preparação do terreno para a cultura de cereal, efectuada em Abril-Maio.

Estiar - Diz-se que um rebanho está a estiar quando os animais, no Verão, estão recolhidos numa sombra, geralmente em cancelas, durante as horas de maior calor.

Estrefolha - O mesmo que contra-folha.

Faceira - O mesmo que folha.

Fananco - Tufos de ervas secas.

Folha - Zona delimitada do termo da aldeia, na qual é feita a cultura de cereal desse ano.

Gado - Ovinos. Rebanho de ovinos. O mesmo que rebanho. As populações utilizam com mais frequência a denominação de gado para designar o rebanho.

Gado a meias - É uma forma de parceria na exploração de ovinos. Bastante comum há alguns anos, actualmente está em desuso. Não encontramos nenhum caso no concelho de Bragança, nem

encontramos qualquer pastor que tenha conhecimento da existência actual de um rebanho neste regime. Num regime de gado a meias, o senhor A compra um "gado" (rebanho com um efectivo de, geralmente, 100 animais) dando um "monte" (monte é o valor em dinheiro que pagou pelo gado); mas é o senhor B que vai guardar o gado, fazer o pastoreio, e todo o trabalho de condução, tratamento e exploração do rebanho. O senhor A é denominado "dono do gado" ou "patrão do gado", o senhor B é denominado "pastor". Desta forma estabelecem entre si um contrato verbal (não é usual o contrato escrito) com duração de (geralmente) um ano, embora esta duração não seja rígida. Qualquer receita em geral, gerada pelo rebanho é dividida a meias (50% para o patrão do gado e 50% para o pastor). Quando chega o fim do contrato fazem então "as contas": o gado é vendido por uma determinada quantia, dessa quantia é retirado o "monte", que pertence ao patrão do gado; o montante dessa quantia que for além do monte é dividido "a meias" entre o patrão do gado e o pastor. Se a quantia por que foi vendido o gado for inferior ao "monte" o patrão do gado é que suporta esse prejuízo, já que o pastor não tem que retribuir nada. O regime de gado a meias baseia-se num acordo entre duas pessoas, que se conhecem e, geralmente, com relações de amizade. Esse acordo é estabelecido entre as duas partes por motivos que, frequentemente, não se prendem unicamente com razões de ordem económica ou do possível ganho com os animais. Por isso existiam gados a meias sob contratos com algumas variantes em relação ao exemplo que descrevemos. De acordo com vários exemplos, antigamente este tipo de contrato entre o dono do gado e o pastor não se ficava apenas pelo rebanho. Apresentava outra característica de indole social e comunitária, apesar de nada ser escrito por cada contratante. O patrão do gado sentia-se na obrigação de prover ao sustento da família do pastor, por adiantamento de verbas. Por exemplo, se o pastor tinha filhos e precisava de comprar roupas, calçado ou outros bens para a família, podia procurar o patrão do gado que emprestava o dinheiro necessário para estas despesas; este dinheiro não fica sujeito a juros. No fim do contrato, quando faziam "as contas", era descontado da parte pertencente ao pastor o total do dinheiro emprestado pelo patrão.

Galega - Designação porque é conhecida a ovelha da raça Galega Bragançana.

Horta - Terreno cultivado com hortaliças ou legumes, próximo da povoação ou fora dela.

Horto - Horta muito pequena (em média menos de 100 m²) junto da habitação.

Jeira - Área de terreno que uma junta de bois pode lavrar durante um dia. Valor em dinheiro pago por um dia de trabalho assalariado. Dia de trabalho de um assalariado.

Manifestante - Todo o agricultor que declarou possuir animais, segundo as espécies referidas, nos processos de candidatura a indemnizações ou subsídios.

Marão - Carneiro de cobrição.

Marfolho - Plantas de cereal pequenas, verdes e tenras.

Marras - Marcos que delimitam o termo de uma aldeia ou povoação. Linha que define o limite da área territorial de uma aldeia. Marcos que delimitam uma propriedade ou uma parcela.

Monte - Terreno não cultivado. Coberto vegetal que cresce nos terrenos não cultivados. Os pastores distinguem dois tipos de monte: o monte fechado, constituído por arbustos altos e muito denso não é propício ao pastoreio; o monte aberto, com coberto vegetal pouco denso e de pequeno porte, permite o pastoreio dos rebanhos. Valor, em dinheiro, de um rebanho explorado em regime de gado a meias.

Ovelhas à guarda - No regime de animais à guarda, há um acordo entre um criador (ou pastor) e outra pessoa que possui um ou vários animais (sempre em número reduzido) e que por ter outras actividades ou por qualquer outra razão não pode ou não pretende sair diariamente com os animais para pastoreio. Esta pessoa põe as ovelhas "à guarda". Os seus animais são colocados no rebanho e para todos os efeitos passam a fazer parte integrante desse rebanho, têm o mesmo tratamento, condução e manejo. Qualquer receita gerada por esses animais é integralmente para o dono dos animais. Se houver acidentes ou morte desses animais o pastor não é responsável por isso, não tendo que dar qualquer retribuição. Como contrapartida a pessoa que tem animais "à guarda", cede lameiros e pastagens para pastoreio do rebanho, ou dá as denominadas "voltas".

Pão - Cereal, trigo ou centeio. Seara. Campo de trigo ou centeio.

Pastor - Por definição, pastor é a pessoa que guarda, guia ou apascenta gado. Regra geral, no concelho de Bragança o pastor é simultâneamente o dono do rebanho, sendo muito poucos os pastores assalariados. Por esta razão, entendemos por pastor todo o indivíduo que possui um rebanho e faz o seu pastoreio.

Pascer - Pastar. Andar no pasto.

Poulo - Terra de cereal, em pousio.

Produtor de ovinos - Toda a pessoa que possui um rebanho ou um número elevado de ovinos que produz bens e produtos, na maioria destinados à venda.

Rasão ou **rasa** - Medida de capacidade correspondente ao alqueire. Alqueire bem medido, passado com a rasoira, um pau cilíndrico para acertar a medida.

Rebanho - Grupo de ovinos que fazem diariamente pastoreio conjunto e são guardados por um pastor.

Séstia - Período do dia, de muito calor, durante o qual o rebanho fica recolhido numa sombra.

Tagalho - Manada de gado. Pequeno rebanho (com menos de 50/60 ovelhas).

Termo - Território da aldeia ou freguesia. Linha que define o limite da área territorial de uma aldeia.

Terras de campo - Terrenos de cultura de cereal, trigo ou centeio.

Terras de pão - Terrenos de cultura de cereal, trigo ou centeio.

Touça - Rebentos de carvalho.

Voltas - Cedência de pastagens ou direito de pastagem feito pelo dono das ovelhas à guarda, ao pastor que traz essas ovelhas no seu rebanho.

Vima - Segunda lavoura para preparação do terreno para a cultura de cereal, efectuada alguns meses após a decrua.

Vizinhos - Moradores de uma aldeia ou povoação.

(...) Os ovinos, com seus carneiros, ovelhas, borregos e cordeiros, viriam a desempenhar na História da Humanidade transcendente função no pastoreio, produzindo lã, carne, leite e mesmo trabalho, figurando em festas comunitárias e cerimónias religiosas, com antiquíssima imolação nos altares para aplacar a ira dos Deuses. O rebanho dos ovinos passou ao simbolismo com "a ovelha perdida", a figura do "Bom Pastor" e a pureza e inocência do "Cordeiro" que subiu aos Altares com S. João.

Eugénio de Castro Caldas
A agricultura portuguesa através dos tempos
INIC, Lisboa, 1991: 17-18

Introdução

A ovinicultura é uma das principais actividades pecuárias do país, embora o seu peso seja variável de região para região, e é uma importante fonte de rendimento para muitas explorações agrícolas. Neste trabalho vamos estudar a exploração de ovinos em regime extensivo, de pastoreio de percurso. A esta forma de exploração, que segue métodos e processos tradicionais, vamos chamar sistema tradicional de exploração de ovinos.

Para o nosso trabalho, interessa-nos identificar as regiões onde esta actividade tem maior importância, em função dos seus efectivos. O Nordeste Transmontano é uma destas regiões, sendo o concelho de Bragança aquele que possui, na região, o maior número de animais. Isto demonstra a importância da exploração de ovinos, na região e no concelho, e é indicador de que existem condições favoráveis para esta actividade. Importa, também, identificar e caracterizar as condições para a criação de ovinos existentes no concelho de Bragança. Para estudar o sistema tradicional de exploração é necessário conhecer essas condições, porque delas depende a forma como se faz a exploração dos ovinos.

No sistema tradicional de exploração, interessa-nos saber como se faz a exploração dos ovinos, as práticas e métodos, ou seja, o modo de proceder dos pastores e a sua justificação. Os pastores seguem práticas e métodos que derivam da longa tradição da actividade nesta região, que procuramos descrever e analisar.

A importância dos efectivos, o número de pessoas que se dedica a esta actividade e as perspectivas de evolução futura levam-nos a uma questão: qual a importância económica dos ovinos e o nível de rendimento proporcionado por esta actividade? O futuro da produção ovina, como qualquer outra actividade, está em grande parte dependente da sua capacidade em proporcionar um rendimento satisfatório às pessoas que a ela se dedicam. Interessa-nos saber como a produção ovina se integra nas actividades da exploração agrícola, como funcionam essas explorações e qual o seu nível de rendimentos. Estas são as linhas gerais de orientação deste trabalho e o objectivo global do mesmo é analisar o funcionamento e as perspectivas de futuro do sistema tradicional de exploração de ovinos. Para este efeito, estudaremos os seus principais elementos: o pastor, o rebanho, o espaço, o maneio e a comunidade.

A forma como abordamos o estudo da exploração de ovinos parte do conceito de que esta actividade deve ser entendida como um sistema. Este sistema é composto por vários elementos interdependentes e agindo entre si. A definição destes elementos está dependente do nível de análise que é considerado, isto é, se se trata a questão ao nível de uma região ou da exploração agrícola. Ao nível da região, e para o nosso trabalho,

interessa-nos a forma como cada um dos elementos influencia a exploração de ovinos e como concorrem para a criação das condições para esta actividade. Ao nível da exploração agrícola interessa-nos a caracterização de cada um dos elementos, as suas inter-relações e a forma como concorrem para o funcionamento do sistema de exploração.

Para a definição dos elementos constituintes do sistema tradicional de exploração de ovinos seguimos de perto os trabalhos de autores franceses que se dedicaram ao estudo da produção animal segundo esta perspectiva, nomeadamente os trabalhos realizados pelos investigadores do Departamento de Investigação sobre Sistemas Agrários e Desenvolvimento do INRA, principalmente os trabalhos de Osty (1978), Sebillote (1979), Lhoste (1984), Landais (1987) e Vallerand (1988).

O estudo aprofundado do sistema de exploração de ovinos deve envolver várias ciências, versando sobre os recursos animais, os recursos vegetais e as sociedades humanas. Deve ser um trabalho multidisciplinar que permita a caracterização exaustiva de cada um dos elementos do sistema, dos diferentes níveis e de todas as inter-relações e redes em que se baseia o seu funcionamento. A natureza e as características específicas deste trabalho, bem como as condições para a sua execução não permitem, é claro, esse aprofundamento. Procurámos abordar os elementos do sistema de exploração com alguma profundidade, função de um certo equilíbrio global, destacando aspectos menos estudados ou que não mereceram, até agora, o interesse da investigação.

Os trabalhos que conhecemos sobre a exploração de ovinos, principalmente sobre a região de Trás-os-Montes são, essencialmente, relativos aos aspectos técnicos da produção; às características dos animais; ao pastoreio e à nutrição animal; à utilização dos espaços de pastoreio. Outros trabalhos abordam as questões do pastoreio, da utilização dos recursos e das práticas tradicionais dos criadores de ovinos numa perspectiva socio-económica e cultural.

Alguns trabalhos focam os aspectos técnicos, de ordem biológica, ligados à reprodução e aos indicadores técnicos relativos à produção, como Pereira e Almeida (1976/7), Calheiros (1981) e Azevedo (1985). Há alguns estudos sobre a raça Galega Bragançana e as suas características morfológicas e etnológicas, como os trabalhos da DGP (1987) e de Teixeira (1991).

Sobre o pastoreio, a transumância e os terrenos utilizados pelos rebanhos em pastoreio há várias referências, de que destacamos os trabalhos sobre a região da Serra da Estrela, por Martinho (1981) e Coelho (1982); sobre os rebanhos e actividades de pastoreio na Serra de Montesinho, de Lourenço (1981); sobre o pastoreio e as práticas de uso dos territórios de pastoreio, em várias regiões do Centro e Norte do país, por Dias (1965), Conchol (1985), Melo (1988) e Medeiros (1990).

O pastoreio comunitário e os "rebanhos do povo" são referidos em vários trabalhos de Dias (1953) e Brito (1990). Também as práticas tradicionais relacionadas com a vida pastoril foram objecto de estudo por Dias (1965). As relações entre pastores e agricultores são referidas por vários autores, como O'Neill (1981), Chonchol (1985), Lucas (1987) e Melo (1988).

A importância dos baldios na criação de rebanhos e as questões relacionadas com o uso e fruição destes terrenos é referida por vários autores, nomeadamente, Estevão (1983), Rodrigues (1987) e Gralheiro (1990). Sobre a utilização dos terrenos baldios e a sua gestão pela comunidade existem referências em trabalhos de Lourenço (1981), Nobre (1981), Portela (1985) e Melo (1988).

Desconhecemos quaisquer trabalhos realizados com uma abordagem sistémica ou direccionados para o estudo global do sistema de exploração de ovinos. Desconhecemos, também, trabalhos de ordem conceptual sobre a aplicação da análise de sistemas no estudo da produção animal, em Portugal. Por isso, seguimos a metodologia de análise de sistemas usada por autores franceses para o estudo da exploração ovina, tendo em atenção a sua aplicação à situação concreta da região em estudo.

Para a concretização do trabalho definimos previamente os seguintes objectivos específicos:

- identificar as zonas com efectivos ovinos mais elevados, no Nordeste Transmontano;
- identificar as condições, no concelho de Bragança, que influenciam a exploração de ovinos;
- identificar a variabilidade de condições para a criação de ovinos, na área geográfica do concelho de Bragança;
- identificar e caracterizar os elementos do sistema tradicional de exploração de ovinos;
- estudar o funcionamento do sistema ao nível da aldeia e da exploração;
- avaliar o rendimento das explorações agrícolas com ovinos.

Como já referimos, as condições de realização do trabalho não permitiam o estudo aprofundado do sistema tradicional de exploração de ovinos. Este estudo é, assim, no essencial, um trabalho que, fornecendo os conhecimentos de base necessários, pretende servir como ponto de partida para a elaboração e realização de novos estudos neste domínio, em áreas de investigação mais específicas. Se esta é já uma razão que justifica a realização do trabalho, outros motivos existem.

Para além de cumprir com um dever académico, a realização do trabalho justifica-se pelo contributo que pode dar para o desenvolvimento da exploração de ovinos. É fundamental o conhecimento das condições, das práticas e do funcionamento

das explorações de ovinos, nomeadamente para a preparação e elaboração de acções ou programas de desenvolvimento da produção ovina da região.

As explorações agrícolas com ovinos debatem-se com algumas dificuldades e problemas, geralmente de origem exógena, que é necessário combater para que se possa desenvolver a produção ovina. Estudar o sistema tradicional de exploração de ovinos implica também o conhecimento dessas dificuldades e problemas, das suas causas imediatas e antecedentes. Este conhecimento é vital para a elaboração e execução de medidas tendentes à melhoria das condições para a exploração de ovinos.

Uma política de desenvolvimento da produção ovina deve ser integrada, de forma a envolver todos os elementos do sistema de exploração. Para tal, é necessário ter uma visão global do sistema de exploração, do seu funcionamento e das inter-relações entre os elementos desse sistema. A realização deste trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer o sistema tradicional de exploração de ovinos, identificar e caracterizar os seus elementos e reforçar o conceito de que a produção ovina não deve ser encarada apenas do ponto de vista das técnicas de produção animal.

A questão do desenvolvimento da produção ovina coloca-se a partir da importância que têm os efectivos ovinos, pelo seu interesse económico para as populações do meio rural e pelas potencialidades existentes na região para esta actividade.

Como dissemos já, o Nordeste Transmontano (onde se destaca o caso particular do concelho de Bragança) está entre as regiões do país com maior número de ovinos. Não se trata de um fenómeno recente, verificou-se ao longo de todo o último século. Existe, portanto, uma longa tradição de criação de ovinos que demonstra, de certa forma, o interesse das populações rurais por esta actividade. Podemos considerar que tal interesse se baseia, no essencial, em três razões. Em primeiro lugar, há condições favoráveis para esta actividade. Em segundo, os rendimentos que os produtores conseguem obter com os ovinos são, em termos relativos, satisfatórios. Por fim, não existem na região actividades alternativas com capacidade de mobilizar o interesse dos criadores.

O Nordeste Transmontano é, segundo os indicadores económicos, considerada uma das regiões mais atrasadas do país e da Europa. São poucas as actividades alternativas e a agricultura, actividade que ocupa grande parte da sua população, debate-se com grandes problemas. A região encontra-se numa situação de notória perda demográfica, principalmente no meio rural. A pecuária é uma das principais e mais importantes actividades das explorações agrícolas, sendo geralmente aceite que a região tem aptidão para a criação de animais, nomeadamente de ovinos. Ora a criação de ovinos pode contribuir para o desenvolvimento regional, para a fixação das populações e para a manutenção do tecido social do meio rural.

Outra razão importante para estudar o sistema tradicional de exploração de ovinos está relacionada com as perspectivas da nova PAC quanto à extensificação da agricultura. A exploração de ovinos nos moldes do sistema tradicional está de acordo com as orientações da nova PAC. Esta, dá importância aos sistemas extensivos e aos aspectos relacionados com o ambiente, a ocupação do território e a manutenção do meio rural. A criação de ovinos em regime de pastoreio pode contribuir para a manutenção do meio rural numa região que, como dissemos atrás, se encontra ameaçada pela desertificação humana.

A execução do trabalho obrigou à delimitação geográfica da área a estudar. Como área geográfica de incidência do nosso trabalho escolhemos o Nordeste Transmontano, mais precisamente o concelho de Bragança. Esta escolha ficou a dever-se, fundamentalmente, a duas razões. Em primeiro lugar, a importância dos efectivos ovinos deste concelho e a tradição da produção ovina na região, e no próprio concelho. Em segundo lugar, a sua proximidade relativamente ao nosso local de trabalho habitual, o que permitia maior facilidade de execução.

O trabalho de campo teve início em meados do ano de 1990 e terminou no início de 1993. Neste período, a execução do trabalho teve de ser conjugada com a nossa actividade profissional na ESAB. Daqui advieram, naturalmente, algumas limitações quanto à disponibilidade de tempo para a sua execução.

Ainda antes da realização do trabalho de campo, foi necessário recolher toda a documentação e informação disponível sobre os assuntos a tratar. Fizemos pesquisa bibliográfica sobre todos os assuntos relacionados com a exploração dos ovinos, nomeadamente: o pastoreio e as práticas de condução dos rebanhos; os baldios e a sua utilização no pastoreio animal; as questões de ordem social e cultural nas comunidades rurais; a gestão do espaço rural e dos territórios de pastoreio; as relações sociais e o trabalho no mundo rural; as políticas de desenvolvimento da agricultura, especialmente da produção animal; metodologia e técnicas de investigação no meio rural e, em especial, sobre a produção animal. De uma forma geral, fizemos recolha de informação sobre a região estudada e sobre o tema abordado no estudo. Antes da realização das entrevistas recolhemos, sobre cada aldeia do concelho, toda a informação disponível sobre os efectivos pecuários e sobre a produção de cereal. Esta informação foi necessária para a caracterização dos factores de enquadramento que influenciam a exploração de ovinos e para o conhecimento das condições para a criação de ovinos nas diferentes aldeias.

Foi necessário percorrer todas as aldeias do concelho para recolher parte da informação desejada. Fizemos inquéritos em cento e seis aldeias para saber da existência de baldios e da sua utilização pelos ovinos. Entrevistámos, com questionários previamente elaborados, mais de sete dezenas de pastores, e, além destes, tivemos

contactos informais com cerca de quatro dezenas de criadores de ovinos, por todo o concelho de Bragança.

Para melhor compreender e perceber a sua vivência, acompanhámos cerca de uma dezena de pastores durante o seu trabalho diário; aprendemos os rudimentos da técnica de condução de um rebanho; experimentámos e sentimos a dureza e as dificuldades do dia a dia do pastor; ouvimos os relatos dos seus problemas, as suas queixas, opiniões e tentámos apreender quais as suas motivações. Agora, procuramos transmitir a vivência dos pastores e dar a conhecer o seu "modo de vida", as dificuldades e os problemas sentidos por todos esses homens e mulheres que percorrem diariamente campos e montes conduzindo o seu rebanho e sujeitando-se às mais diversas condições climatéricas. Apresentamos, também, o resultado da nossa análise da situação da produção ovina e do funcionamento do sistema tradicional de exploração de ovinos. Vejamos, então, o modo como organizámos a informação obtida.

No primeiro capítulo começamos por examinar a evolução dos efectivos ovinos ao longo deste século e as tendências evidenciadas por essa evolução. Referimos os distritos que têm maior peso na produção ovina nacional. Tendo em consideração a evolução dos efectivos ovinos a nível do país, demonstramos a importância da ovicultura no Nordeste Transmontano, sobretudo no concelho de Bragança. Em seguida, fazemos o reconhecimento e caracterização dos factores de enquadramento da exploração de ovinos no concelho. Eles permitem ou dificultam a actividade de criação de ovinos e influenciam a sua evolução. As condições existentes para a exploração de ovinos apresentam alguma variedade, em termos geográficos. A partir destas condições e da sua variedade, elaborámos uma tipologia das aldeias do concelho sobre as condições para a criação de ovinos. Para esta tipologia utilizámos como variáveis a produção de cereal e a existência de baldios utilizáveis para pastoreio de ovinos. A tipologia permite-nos a percepção da variabilidade de condições para a criação de ovinos, em diferentes aldeias. Há, portanto, pastores com problemas distintos quanto às facilidades de acesso aos percursos de pastoreio e às disponibilidades de terras com condições de pastoreio. A tipologia serviu ainda para se seleccionarem as aldeias onde se realizaram as entrevistas necessárias às fases seguintes do trabalho.

Depois de uma abordagem ao sistema tradicional de exploração a nível do concelho, vamos, no segundo capítulo, estudar o funcionamento deste sistema a nível da exploração agrícola. As práticas, métodos de maneio, condução do rebanho e relações com as condições externas. Na análise que fazemos deste sistema, identificamos cinco elementos: o pastor, o rebanho, o espaço, o maneio e a comunidade. Descrevemos a forma como os pastores fazem a exploração dos ovinos, as razões porque usam estes métodos e como justificam as suas opções.

No terceiro capítulo estudamos a integração da produção ovina no contexto das explorações agrícolas, com ovinos, na aldeia de Milhão, bem como o nível de rendimentos destas explorações. Fazemos uma análise da inserção dos pastores na sua comunidade (aldeia), da gestão e utilização do território, face às principais actividades agrícolas. Fazemos, ainda, a caracterização das explorações agrícolas com ovinos quanto à área explorada, o trabalho, as actividades pecuárias e agrícolas. Calculamos os resultados da exploração durante o exercício de 1992 e fazemos uma análise comparativa do rendimento destes agricultores, em função das actividades desenvolvidas na exploração. O cálculo dos resultados da exploração permite-nos conhecer a lógica de funcionamento da exploração agrícola e a participação dos ovinos no Produto Bruto e nos encargos da exploração. Podemos, ainda, apreciar a forma como a exploração faz a afectação de recursos às diferentes actividades e, em particular, à produção ovina. No cálculo dos resultados da exploração chegamos ao valor do rendimento obtido pela exploração durante o exercício. A partir deste rendimento, podemos avaliar o interesse económico dos ovinos para as explorações agrícolas e respectivo agregado familiar.

No quarto e último capítulo apresentamos as conclusões deste trabalho. Além das considerações que formulamos a partir da informação recolhida, tratamos algumas questões relacionadas com as perspectivas de desenvolvimento da produção ovina. Apontamos algumas orientações e medidas que devem ser tomadas em consideração num programa de desenvolvimento da produção ovina na Terra Fria Transmontana.

Capítulo I

A ovinicultura no concelho de Bragança

1 - A produção ovina no país, na região e no concelho

O concelho de Bragança está dividido em 49 freguesias, a maioria delas inclui uma ou várias aldeias além da que dá o nome à freguesia. Segundo informação da Câmara Municipal de Bragança, o concelho tem na totalidade 116 localidades mas, cerca de uma dezena são povoações bastante pequenas, várias delas designadas por Quintas. Por isso, no nosso trabalho, apenas consideramos as 106 localidades que nos permitam recolher dados diferenciados. Os dados das localidades que não é possível individualizar vêm incluídos nas aldeias ou freguesias de que dependem. A área urbana da cidade situa-se maioritariamente nas freguesias da Sé e Santa Maria, embora o seu crescimento já se faça sentir em algumas freguesias limítrofes.

Num trabalho que visa estudar o sistema tradicional de exploração de ovinos do concelho justifica-se, claro, referir a importância dos efectivos ovinos no passado recente, tanto em termos absolutos como relativos. Apresentamos, pois, seguidamente uma visão da posição do concelho no âmbito regional e nacional e da forma como se processou a evolução dos efectivos ovinos ao longo do tempo.

1.1 - Evolução da produção ovina no país

Desde o recenseamento de 1870 o número de ovinos teve acentuadas oscilações, quer a nível nacional, quer regional. Em linhas gerais, para o país (Continente) e no lapso de tempo de onze décadas (1870-1980), descortinamos três grandes períodos: o primeiro (1870-1925) de claro e constante crescimento do efectivo ovino; o segundo, de cariz transitório, em que após uma acentuada descida do número de ovinos se segue uma franca recuperação do efectivo; e, finalmente, um longo e acentuado período de declínio.

No Anexo 1 estão indicados os efectivos ovinos por distrito e no Continente, de 1870 a 1979. Na Fig.1.1 podemos verificar a evolução do número de ovinos em Portugal: no Continente, no Norte do país (conjunto dos distritos de V. do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Aveiro, Coimbra, Viseu e Guarda), no Alentejo (Portalegre, Évora e Beja) e no distrito de Bragança.

Relativamente ao território continental, o número de ovinos tem uma subida progressiva no período de 1870 a 1925, de cerca de doze mil cabeças por ano. De 1925 a 1934 deu-se uma diminuição quase generalizada do número de ovinos, sendo o

decréscimo anual médio de cerca de 51 mil cabeças por ano. No período de 1934 a 1940 verificou-se uma grande recuperação, tendo o número de ovinos crescido cerca de 95 mil cabeças por ano, neste mesmo período. É, precisamente, no arrolamento de 1940 que se verifica a existência do maior número de ovinos de sempre.

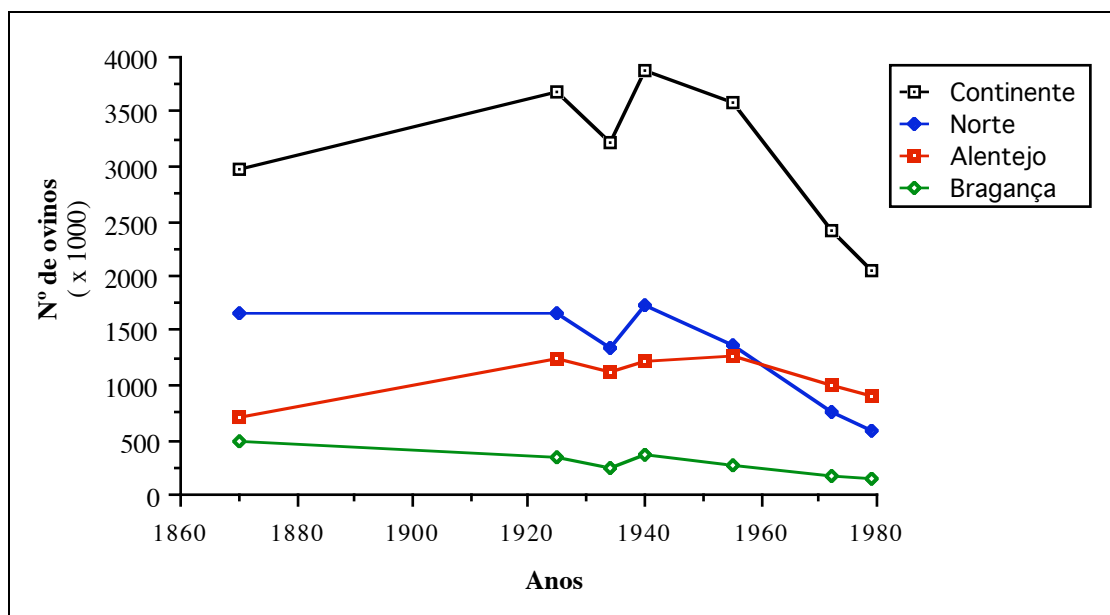


Fig. 1.1 - Evolução do número de ovinos no período de 1870 a 1979

A partir de 1940 a evolução dos efectivos ovinos é sempre decrescente, sendo essa diminuição mais notória a partir do arrolamento de 1955. Desde a data deste arrolamento até 1972 verificou-se um decréscimo anual médio de cerca de 69 mil cabeças por ano. Relativamente ao arrolamento de 1955, vários distritos apresentam reduções superiores a 40%. Esta tendência mantém-se no período que vai do arrolamento de 1972 ao arrolamento de 1979, e nestes nove anos de intervalo a redução média anual é de cerca de 51 mil cabeças por ano.

Desde 1870 até 1980 a tendência geral no distrito de Bragança tem sido a do declínio do efectivo. Com efeito, só no quinquénio 1935-40 se observou um acréscimo do número de ovinos. No período anterior a 1925 o distrito de Bragança mostrou uma tendência evolutiva inversa da observada ao nível do país. De 1925 em diante, o distrito acompanha de perto a evolução numérica dos ovinos no Continente, mas mantém sempre uma posição importante quanto ao seu peso relativo no contexto nacional, como se pode observar no Quadro 1.1, que apresenta o valor percentual de cada distrito relativamente ao total de ovinos do Continente. Este valor mede a importância relativa do respectivo distrito na produção ovina nacional.

Quadro 1.1 - Percentagem de ovinos em cada distrito, relativamente ao total do Continente

Ano	1870	1925	1934	1940	1955	1972	1979
Distrito							
V. do Castelo	1,3	3,1	2,8	2,9	2,9	2,3	2,6
Braga	2,8	3,1	2,8	2,9	2,6	1,4	1,1
Vila Real	4,6	4,5	4,5	4,5	3,5	2,5	2,2
Bragança	16,6	9,1	7,8	9,6	7,8	7,2	7,6
Porto	1,6	2,4	2,0	1,9	1,9	1,8	1,5
Aveiro	3,3	2,6	2,0	2,1	1,9	1,5	1,4
Coimbra	6,6	3,9	3,8	3,3	3,4	3,2	1,6
Viseu	9,5	8,1	7,8	8,0	6,5	4,6	3,9
Guarda	9,4	8,1	8,5	9,1	7,7	6,5	5,6
C. Branco	6,4	8,8	8,7	8,3	9,7	10,5	7,9
Leiria	3,5	2,2	2,3	2,2	2,3	2,1	2,3
Santarém	4,1	4,6	5,5	5,5	6,3	5,8	6,1
Lisboa	3,5	4,5	2,6	2,1	2,4	2,7	3,2
Setúbal	---	---	2,7	3,3	3,6	4,9	6,4
Portalegre	7,9	10,5	10,4	8,7	11,2	11,6	11,0
Évora	8,2	10,7	12,6	11,2	11,6	14,2	16,1
Beja	7,9	12,5	12,1	11,2	12,7	15,5	17,0
Faro	1,6	1,6	1,4	2,3	1,9	1,9	1,6
Continente	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: MAP - Boletim Pecuário. Ano XLVII, 1981.

MA-DGSP - Arrolamento Geral de Gados - 1925

ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940

INE - Estatística Agrícolas e Alimentares - 1965

INE - Arrolamento Geral de Gado - 1972

INE - Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979

De acordo com o arrolamento de 1870, o distrito de Bragança é aquele que possuía maior número de ovinos, os quais representavam cerca de 16,5% do total. Mais tarde, quando do arrolamento de 1925 e, ao contrário do que sucedeu para o total do Continente, Bragança teve um decréscimo no número de ovinos, representando agora cerca de 9% do total e sendo ultrapassado pelos distritos alentejanos de Portalegre, Évora e Beja. Neste arrolamento é possível verificar uma tendência para a concentração dos ovinos em três regiões do país: uma, a Sul, que envolve os distritos alentejanos; uma outra, no Centro do país, compreendendo os distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco; e a Norte o distrito de Bragança. Estes sete distritos, na sua globalidade, representavam mais de 2/3 do total de ovinos. Note-se que, geograficamente, estes distritos se situam na orla interior leste, formando uma mancha contínua de Norte para Sul, junto à fronteira com Espanha. Há, pois, uma clara associação entre a produção de ovinos e as condições de sequeiro no Continente.

Em 1940 mantém-se esta tendência e neste arrolamento os sete distritos possuem ainda cerca de 2/3 dos ovinos, estando Bragança em quarto lugar, logo a seguir aos distritos alentejanos (ver Fig. 1.2).



Fig. 1.2 - Localização geográfica dos sete distritos com maior percentagem de ovinos nos anos de 1940, 1972 e 1979

De 1940 em diante, continua a manter-se a predominância dos distritos alentejanos, observando-se mesmo o aumento da sua importância relativa, e na década de 70 os distritos de Beja, Évora e Portalegre possuem mais de 40% dos ovinos do Continente. Na zona Centro do país, o distrito de Castelo Branco aumenta a sua participação relativa indo ocupar o quarto lugar, que cabia a Bragança, com percentagens que variam entre os 8% e 10%. Os distritos de Viseu e Guarda vão progressivamente perdendo importância e em 1979 já não estão incluídos nos sete distritos com maior peso relativo quanto ao número de ovinos, sendo substituídos por distritos situados mais a Sul, Setúbal e Santarém.

Desde 1940 até 1979 verificou-se um deslocamento para o Sul do país da importância da produção ovina, associada à diminuição do peso relativo de distritos do Norte e Centro, como se pode verificar na Fig. 1.2. Na zona Norte, o distrito de Bragança continua a deter a quota mais significativa. Esta situa-se entre 7% e 10% do efectivo total nacional e corresponde a uma estável quinta posição a nível do Continente.

1.2 - Os ovinos no Norte do país

Face ao incremento da importância dos efectivos ovinos no Sul e ao decréscimo na zona Norte, Bragança vai-se destacando ainda mais como distrito nortenho com tradições na criação de ovinos. Considerando os nove distritos situados mais a Norte verifica-se que Bragança tem uma posição preponderante neste grupo (ver Quadro 1.2), já que é sempre o distrito com mais ovinos e a partir de 1955 aumenta progressivamente a sua quota percentual. Em 1979 o distrito de Bragança tem mais de 1/4 do total de ovinos dos nove distritos nortenhos. Em situação bastante diferente está o distrito transmontano de Vila Real, o qual tem vindo a baixar a sua participação relativa no total de ovinos deste grupo de distritos, desde 1940. Em resumo, a região de Bragança é o grande pólo da produção ovina no Norte do país, facto que revela de certa forma a persistência, nas populações locais, do interesse pela criação de ovinos.

Um outro modo de apreciar o peso da produção ovina em cada distrito é a relação entre o número de ovinos e a população. Podemos verificar que há uma grande coincidência entre os distritos que possuem maior percentagem relativa de ovinos (ver Quadro 1.1) e os distritos em que a relação entre o número de ovinos por habitante é mais elevada (Anexo 2). São novamente os distritos de Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja que apresentam valores mais elevados para a relação número de ovinos por habitante (Quadro 1.3).

Quadro 1.2 - Percentagem de ovinos em cada um dos nove distritos do Norte de Portugal (1940-1979)

Distrito	Ano	1940	1955	1972	1979
Bragança		21,6	20,3	23,2	26,8
Guarda		20,5	20,2	20,9	19,5
Viseu		18,1	17,1	14,8	13,8
V. do Castelo		6,6	7,7	7,3	9,1
Coimbra		7,3	8,8	10,5	9,0
Vila Real		10,1	9,1	8,2	7,9
Porto		4,3	5,2	5,7	5,2
Aveiro		4,7	4,9	4,8	4,8
Braga		6,6	6,8	4,5	3,9
TOTAL (Norte)		100	100	100	100

Fonte: ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940
 INE - Estatística Agrícolas e Alimentares - 1965
 INE - Arrolamento Geral de Gado - 1972
 INE - Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979

Relacionando o número de ovinos respeitante ao Recenseamento Agrícola do Continente de 1979 com o Recenseamento da População mais próximo, referente ao ano de 1981, obtemos para a razão número de ovinos/habitante valores superiores a 1 nos distritos alentejanos; para Bragança essa razão é de 0,85, em Castelo Branco é de 0,69 e na Guarda é de 0,56. Nos restantes distritos essa razão é inferior a 0,3.

Quadro 1.3 - Relação entre o número de ovinos e a população residente, nos seis distritos em que essa relação é mais elevada (1940-1979)

Distrito	Ano	1940	1972	1979
Bragança		1,74	0,96	0,85
Guarda		1,20	0,73	0,56
C. Branco		1,06	0,99	0,69
Portalegre		1,79	1,92	1,59
Évora		2,07	1,92	1,84
Beja		1,57	1,83	1,86

Fonte: INE - Portugal-Anuário Estatístico: Continente, Açores e Madeira - 1979.
 INE - Estatísticas Demográficas, Continente, Açores e Madeira - 1980-1982.
 ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940
 INE - Arrolamento Geral de Gado - 1972
 INE - Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979

Sendo certo que nos distritos do interior a densidade populacional é menor, o facto de ser precisamente nesses distritos que a criação de ovinos tem maior importância

pode não ser resultado apenas das condições edafo-climáticas dessas regiões, mas consequência, também, do interesse com que as pessoas encaram a exploração deste tipo de animais e da forma como os ovinos rentabilizam e potenciam o aproveitamento dos recursos existentes.

1.3 - Os efectivos ovinos em Bragança **Error! Bookmark not defined.**

No conjunto do distrito, o concelho de Bragança é o que tem maior número de ovinos e a sua importância relativa tem vindo a aumentar. Em 1979, o concelho de Bragança possuía 17,4% dos ovinos do distrito e em 1989 esse valor era de 18,5%, como se pode verificar no Quadro 1.4.

No mesmo período, o concelho de Vinhais apresenta também um crescimento assinalável e regular, tanto em termos absolutos, como relativos. Por ordem de importância, Vinhais ocupava o quinto lugar em 1940, para em 1989 estar em segundo lugar, logo a seguir a Bragança.

Quadro 1.4 - Número de ovinos e sua evolução nos concelhos do distrito de Bragança (1940-1989)

Concelho	Ano	1940		1979		1989	
		nº ovinos	%	nº ovinos	%	nº ovinos	%
Bragança		52828	14,2	27194	17,4	37252	18,5
Vinhais		34317	9,2	17213	11,0	26894	13,4
Mogadouro		50361	13,5	13974	8,9	23941	11,9
Macedo de Cavaleiros		44158	11,9	22163	14,2	20774	10,3
Miranda do Douro		37733	10,1	14050	9,0	20033	9,9
Mirandela		32739	8,8	16723	10,7	17324	8,6
Vimioso		28455	7,6	12905	8,2	15797	7,8
Torre de Moncorvo		21545	5,8	13578	8,7	14703	7,3
Alfândega da Fé		19251	5,1	6133	3,9	7617	3,8
Freixo de Espada à Cinta		17520	4,7	4719	3,0	6563	3,2
Vila Flor		17521	4,7	3921	2,5	6025	3,0
Carraceda de Ansiães		15964	4,3	3842	2,4	4469	2,2
TOTAL		372392	100	156415	100	201392	100

Fonte: ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940
 INE, Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979
 DRATM - Dados preliminares do RGA de 1989

Os dois concelhos do Norte do distrito, Bragança e Vinhais, em conjunto, detinham em 1989 cerca de 1/3 dos ovinos do distrito. Podemos concluir que é na zona Norte do distrito - região mais montanhosa e pertencente à Terra Fria - onde a produção ovina tem evoluído mais favoravelmente nos últimos anos.

Outra região do distrito onde a produção ovina tem grande importância é a região do Planalto Mirandês. Os concelhos de Miranda do Douro, Vimioso e Mogadouro representam cerca de 30% do total de ovinos do distrito, destacando-se Mogadouro com cerca de 12%. Os concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela também têm representatividade no contexto do distrito, e detêm cerca de 19% do total de ovinos ali existentes.

De assinalar que o distrito teve um acréscimo de cerca de cinquenta mil ovinos de 1979 para 1989. À excepção de Macedo de Cavaleiros, o aumento do número de ovinos verificou-se em todos os concelhos, sendo de realçar os concelhos de Bragança, Vinhais e Mogadouro que tiveram, neste período, acréscimos de cerca de dez mil animais. Este aumento verificado nos últimos anos é, em grande parte, atribuído ao aparecimento de subsídios e Indemnizações Compensatórias concedidas aos criadores de ovinos.

Em resumo, a produção ovina no Nordeste Transmontano ocupa uma posição de grande importância no contexto nacional. É na Terra Fria (Bragança e Vinhais), Planalto Mirandês (Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso) e concelhos de Macedo de Cavaleiros e Mirandela que se encontra a maioria dos ovinos no distrito de Bragança. No contexto regional, o peso da produção ovina é particularmente elevado no concelho de Bragança.

2 - Condições e factores de enquadramento da ovicultura no concelho de Bragança

Tendo demonstrado a importância dos efectivos ovinos do concelho de Bragança, passamos de seguida a tratar das condições em que se processa a sua exploração na área do concelho. A caracterização dos diversos factores cuja acção se reflecte na exploração dos rebanhos e nas opções dos pastores é importante para o estudo do funcionamento, ao nível da exploração agrícola, do sistema tradicional de exploração de ovinos. Estes factores constituem o enquadramento da exploração de ovinos, ou seja, as condições exteriores à própria unidade produtiva, as quais condicionam fortemente o seu funcionamento.

2.1 - Quadro teórico-metodológico da investigação

Desde logo se pode colocar uma questão: como estudar a produção ovina no concelho de Bragança? Do nosso ponto de vista, a produção ovina no concelho deve ser interpretada como resultado da interacção de vários factores que contribuem e influenciam a exploração de ovinos. Para analisar e compreender o funcionamento das

explorações de ovinos, ao nível do concelho, seguimos a metodologia da análise de sistemas.

2.1.1 - A análise de sistemas como método de estudo da exploração de ovinos

A agricultura é uma actividade que envolve aspectos muito diferenciados: económicos, sociais, ambientais. Segundo Haines (1982: 4), cada exploração agrícola é uma série de processos altamente organizados e integrados, que ocorrem num conjunto de condições do meio natural, social e económico, cujas interacções formam o próprio sistema da exploração. Este sistema é clarificado em termos de objectivos, recursos, condicionalismos e interacções. Para apreender toda esta diversidade foram-se desenvolvendo vários e diversos métodos, de acordo com a perspectiva de análise em questão. Enquanto alguns autores utilizam a análise de sistemas como método de estudo das explorações agrícolas, outros fazem uma abordagem numa perspectiva mais descritiva ou fixam o seu método de análise ao nível da unidade de produção ou de um conjunto de explorações (Novais, 1987: 5).

A análise de sistemas é um método utilizado para o estudo das explorações agrícolas. Um sistema consiste numa série de elementos ou componentes interdependentes que têm uma acção recíproca entre si. Donde, um sistema de exploração agrícola é o resultado de interacções entre várias componentes interdependentes, estando a exploração agrícola no centro dessas interacções (Gilbert *et all*, 1980: 7). O termo sistema é empregue, geralmente, para caracterizar, no espaço, a associação das produções e das técnicas elaboradas por uma comunidade para satisfazer as suas necessidades. Graças a uma abordagem pluridisciplinar, a metodologia dos sistemas põe em evidência os diferentes níveis de organização. A abordagem através da análise de sistemas visa precisamente a análise das relações e dar evidência aos níveis de organização (Vissac e Hentgen, 1979: 6, 7). De uma abordagem sectorial geralmente normativa e ligada a uma disciplina (a gestão, a agronomia, a zootecnia) passou-se à apreensão do funcionamento global da exploração e sobretudo a ter em consideração a família no seio do chamado sistema família-exploração (Benoit *et all*, 1988: 7).

Segundo Norman (1980: 3), do ponto de vista conceptual, um sistema pode ser definido como sendo um conjunto de elementos ou de componentes relacionados e interagindo entre si. Assim, um sistema de exploração agrícola é o resultado da interacção, complexa, de um certo número de componentes interdependentes. No centro desta interacção encontra-se o agricultor, ele é a figura principal deste sistema. Além disso a produção agrícola e as decisões familiares das pequenas explorações são estreitamente ligadas e devem ser analisadas no quadro da investigação sobre os sistemas de exploração agrícola. Um sistema específico emana das decisões tomadas pelo agricultor

ou uma família agrícola, relativamente ao uso e utilização da terra, de mão-de-obra, de capital e gestão das culturas, da produção animal e das actividades exteriores à exploração, de tal forma que seja possível, para a família, em função dos seus conhecimentos, maximizar a realização dos seus objectivos.

Como refere Sebillotte (1979: 21), o funcionamento da exploração agrícola é um encadeado de tomada de decisões perante uma conjuntura de condicionalismos, tendo em vista alcançar um ou vários objectivos, mobilizando os meios disponíveis. Há que descrever e detectar os diversos fluxos (fluxos de informação, de circulação de factores, de dinheiro, de trabalho, na exploração e para o exterior da exploração) que fazem parte do funcionamento do sistema de exploração. Estes fluxos interessam ao processo de produção e o seu resultado é um organigrama que define as etapas do processo produtivo da exploração e as suas relações. Possibilita localizar os eventuais pontos de bloqueio para a evolução do funcionamento ou para a sua manutenção. É fundamental a detecção dos condicionalismos que intervêm na exploração, porque uns impõem-se sem que possam ser transformados ou modificados, enquanto que outros podem ser torneados. Dependendo das situações, podem ainda, evoluir desde muito limitantes a pouco limitantes ou neutros.

Sebillotte (1979: 25) define três grandes objectivos da análise do funcionamento: primeiro, evidenciar a sua coerência e interpretar as práticas do agricultor, fazendo sobressair os pontos de bloqueio; segundo, fazer uma análise crítica do funcionamento, para poder empreender as acções de desenvolvimento pertinentes e terceiro, prever o sentido da evolução das explorações sob a acção das modificações do ambiente socio-económico, sejam voluntárias ou não.

2.1.2 - Sistemas de produção animal. Sistema pastoril

Dentro do sector agrário a produção animal é uma actividade com características específicas. Os estudos sobre a criação de animais não se devem limitar simplesmente ao processo produtivo. Este é o objecto principal da zootecnia, entendida como a aplicação das ciências ao melhoramento das produções animais e dos produtos de origem animal.

Estudar as funções da produção animal a um nível global conduz a considerar as actividades de produção animal como parte de um sistema final muito complexo, o que põe o problema numa decomposição hierárquica em diversos níveis de organização. Em produção animal, provavelmente mais do que em produção vegetal, muitos dos elementos impostos são de origem cultural (Vallerand, 1988: 28). Por exemplo, a gama de vocábulos para designar o homem que tem uma actividade de produção animal, tais

como: cabreiro, pastor, criador, ovinicultor, agricultor, proprietário, assumem na comunidade uma conotação sócio-cultural.

Como refere Vallerand (1988: 27), no seio de um sistema agrário a produção animal assume múltiplas funções: produção de leite e produtos de carne, para consumo quotidiano e também para ocasiões festivas e gastronómicas; obtenção de produtos elaborados a partir da produção dos animais (peles, lã, etc.); fornecimento de factores de produção, como trabalho, fertilizantes e outros. A produção dos animais assegura também, no todo ou em parte, outras funções tais como: integração da produção animal na agricultura; valorização da diversidade ecológica do espaço; capitalização, ou pelo menos a poupança; suporte de relações sociais, como prestígio, ofertas e outros.

Landais (1987: 11) define o sistema de exploração animal como um conjunto de elementos em interacção dinâmica, organizados pelo homem, com vista à valorização dos recursos por intermédio dos animais domésticos. Segundo o mesmo autor, o sistema de exploração é um conceito de ordem operativa, uma representação teórica da realidade. A representação, a definição dos elementos do sistema e das relações funcionais que eles estabelecem resultam da escolha do observador e servem como instrumento para orientar os passos do trabalho. Por isso, o conceito de sistema de exploração é versátil. É necessário definir bem os limites dos assuntos em estudo, tendo em atenção que, sendo uma forma de observar a realidade, não é exclusiva e existem outras formas de interpretar essa realidade.

Um sistema de exploração animal pode ser representado, num esquema triangular, como um conjunto de relações entre os três pólos: homem, animal e recursos. Estes três elementos, agindo entre si, são a base para a representação do sistema de exploração que serve para a construção de novos esquemas mais elaborados. Cada um destes elementos pode ser decomposto em várias componentes, dependendo do nível de análise que é proposto. Desenvolvido a partir destes três pólos, ao nível da exploração, o esquema proposto por Lhoste (1984) revela simplicidade na representação e na sua utilização (Fig.1.3). Além das inter-relações entre os três pólos do sistema, o autor destaca as componentes e as características de cada um dos pólos e das inter-relações entre eles. Em termos de utilização, permite identificar as diferentes tarefas relativas a uma abordagem global dos sistemas de exploração animal e a sua articulação, principalmente numa óptica de diagnóstico (Landais, 1987: 33). Esta representação introduz uma nova questão: a necessidade de analisar a evolução dos sistemas de exploração, ou seja, observar os sistemas de exploração no tempo.

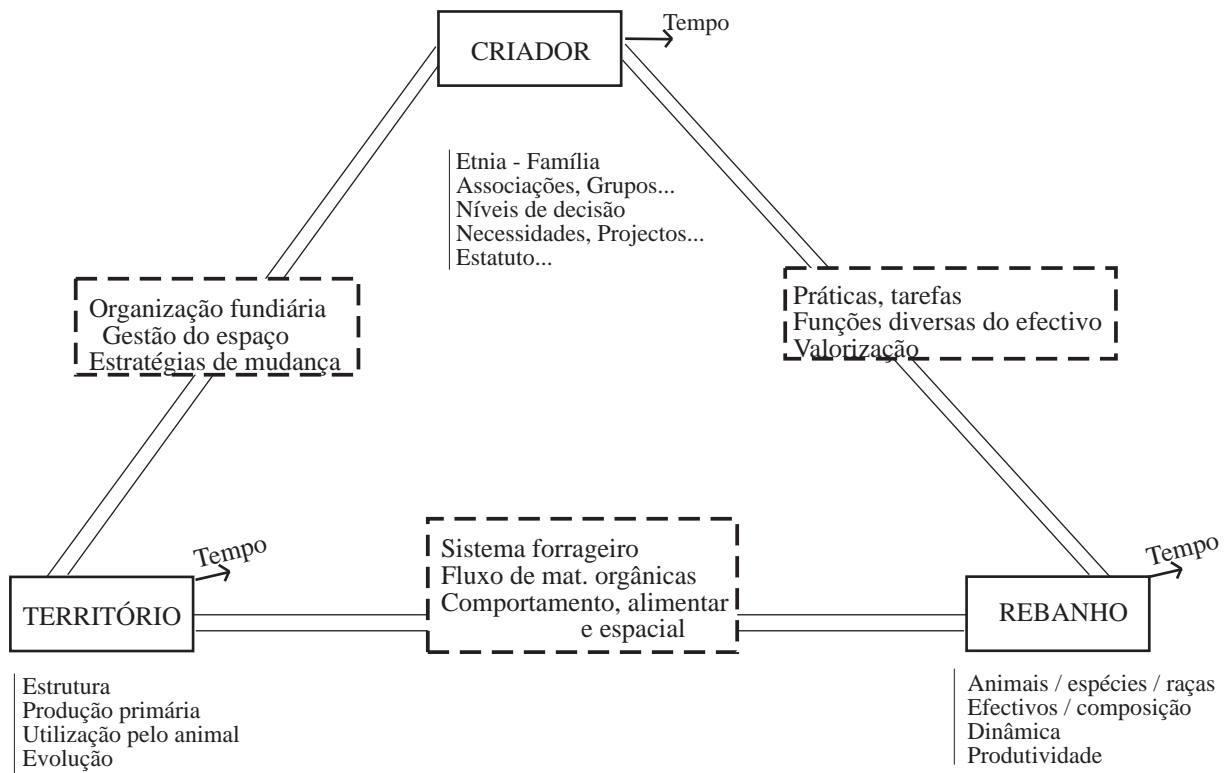


Fig. 1.3 - Esquema desenvolvido do sistema de produção animal. Pólos e inter-relações (Lhoste, 1984)

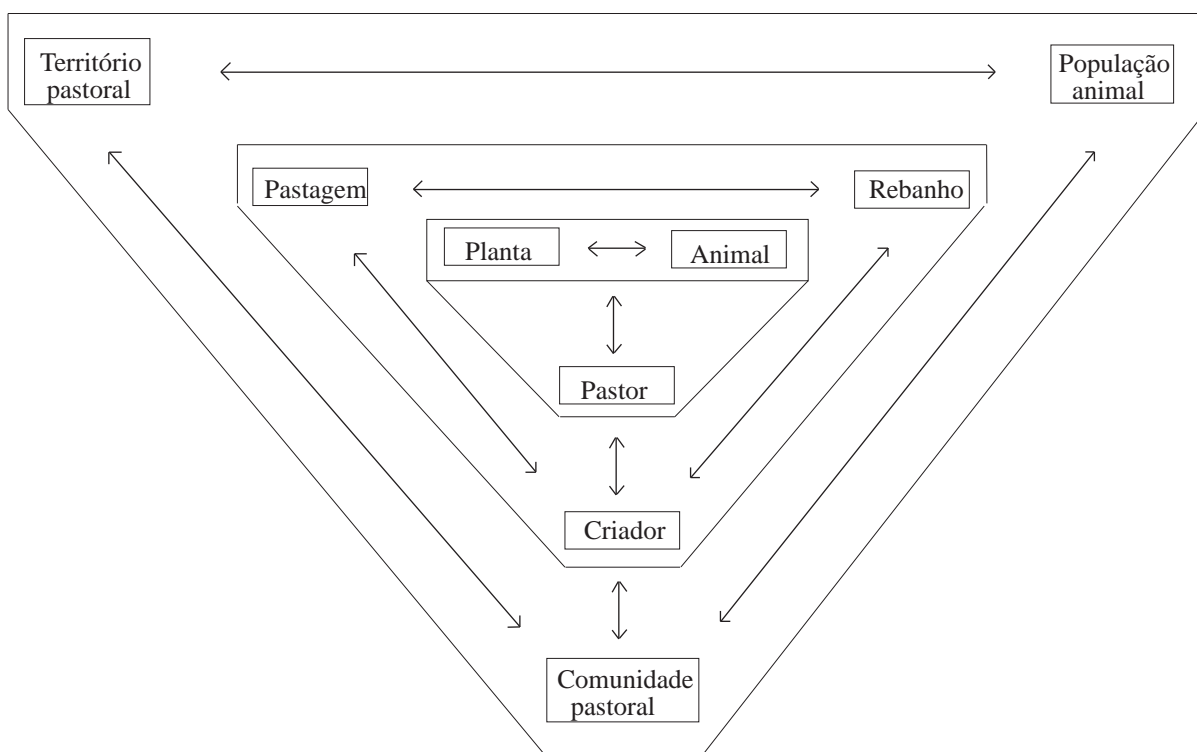


Fig. 1.4 - Representação de um sistema pastoril e dos seus principais níveis de organização. Adaptado de G. Balent e A. Gibon, 1988.

Dentre as diversas formas que a produção animal pode assumir, pode-se distinguir o pastoreio de animais mediante o aproveitamento de pastagens naturais. Face a esta forma de pastoreio, alguns autores preferem especificá-lo sob a designação de sistema pastoril, ou pastoralismo, entendido como a acção de criar animais aproveitando a fertilidade natural do solo sobre as grandes superfícies. Para abordar este sistema teremos de ter em consideração as relações entre a comunidade local, o território que ela gere, e o conjunto dos rebanhos que valorizam esse território. O conjunto das relações entre estes três pólos relativos ao pastoreio, constitui um sistema pastoril (Balent e Gibon, 1988: 65).

Um sistema pastoril apresenta algumas especificidades inerentes ao seu próprio funcionamento. Neste caso, o conceito de território e de criador podem representar uma noção ligeiramente diferente, pois o nível da exploração é ultrapassado por outros enquadramentos, que implicam a mudança de níveis de observação. A Fig.1.4 mostra a hierarquia dos níveis de organização sucessivos do sistema pastoril, permitindo distinguir a natureza das relações envolvidas segundo o nível considerado. Estes três níveis podem simbolizar o nível da exploração agrícola, o sistema de exploração local e o sistema de exploração regional. O sistema de exploração animal pode ser aplicado desde o nível da exploração até ao nível regional, passando pela aldeia ou comunidade (Landais, 1987: 37).

A população animal de uma exploração (de uma aldeia ou de uma região) é expressa pelo seu efectivo. Esse efectivo engloba todos os animais que pertencem à exploração ou aos membros da família que aí vivem. Pode-se precisar, quando necessário, a espécie em causa falando-se, então, em efectivo bovino, efectivo ovino, ou outro.

O termo rebanho indica a unidade de condução, ou seja, o grupo de animais que é conduzido em conjunto e sujeito às mesmas condições de manejo e de práticas. O território de um rebanho pode ser definido como o conjunto de lugares que frequenta habitualmente, e só pode ser reconhecido a partir da análise das deslocações do rebanho (Landais, 1987: 29). Esta delimitação não é fácil porque há modificações que afectam, ao longo do tempo, a composição do rebanho e as suas deslocações. Por outro lado, o mesmo local pode ser utilizado assiduamente por vários rebanhos. A utilização de muitos locais de pastoreio não está dependente das relações animal-pastagem ou pastor-rebanho, mas de razões exteriores às explorações de ovinos.

A partir destes conceitos, e perante os condicionalismos existentes para a realização deste trabalho, demarcámos os factores a considerar numa abordagem a um nível geral, o do concelho de Bragança. O sistema de exploração de ovinos aqui praticado pode ser considerado como um sistema pastoril, tal como foi já definido. A

alimentação dos rebanhos, em grande parte, é feita com recurso à vegetação natural, através de pastoreio de percurso.

Como vimos acima, um sistema pastoril é formado pelas relações entre três pólos: a comunidade local, o território que ela gere, e o conjunto dos rebanhos que valorizam esse território. A partir do modelo de sistema pastoril apresentado na Fig.1.4, elaborámos um modelo para o estudo dos factores que influenciam a produção ovina no concelho de Bragança (Fig.1.5). Estes factores, por terem influência na exploração dos ovinos, originam relações entre os elementos constituintes do sistema. Na elaboração do nosso modelo decidimos incluir um quarto pólo, diferenciando as componentes da comunidade. De facto, a sociedade local, exterior à comunidade pastoral, assume uma influência importante na produção ovina do concelho de Bragança. A forma como é feita a exploração dos rebanhos torna as explorações de ovinos susceptíveis a factores externos, que facilmente podem fazer sentir o seu efeito sobre a exploração ou sobre as pessoas que se dedicam a esta actividade.

A forma como cada um destes factores intervem é diversa, diferenciada e resultará da interacção entre os diferentes factores e da preponderância que cada um tem em situações mais específicas, ou seja, em determinadas circunstâncias uma destas condições pode tornar-se limitante para a produção ovina, assumindo um papel decisivo que não terá noutros casos.

2.1.3 - Metodologia de trabalho e tratamento da informação

Caracterizar a produção ovina no concelho de Bragança, mesmo sendo a um nível geral, exige algum conhecimento sobre o funcionamento das explorações ovinas do concelho. A partir daí é possível identificar os factores com influência na produção ovina. Esse conhecimento foi possível mediante entrevistas com produtores e conversas informais com várias pessoas interessadas na produção ovina.

A princípio, elaborámos uma ficha preparatória que foi usada como instrumento para a condução de entrevistas exploratórias e para o registo da informação (Anexo 3). Apesar do uso da ficha preparatória, era dada grande liberdade ao entrevistado, o que nos permitiu detectar outras questões não previstas. Entrevistámos trinta e três pastores em diversas aldeias do concelho. Os entrevistados foram escolhidos ao acaso por todo o concelho de Bragança. Com estas entrevistas pretendia-se adquirir conhecimentos sobre o sistema de criação dos ovinos; conhecer os termos próprios, a nomenclatura regional e específica utilizada pelos pastores; adquirir confiança e prática na forma de abordar e conversar com os pastores; detectar novas situações, problemas ou questões, não previstas anteriormente.

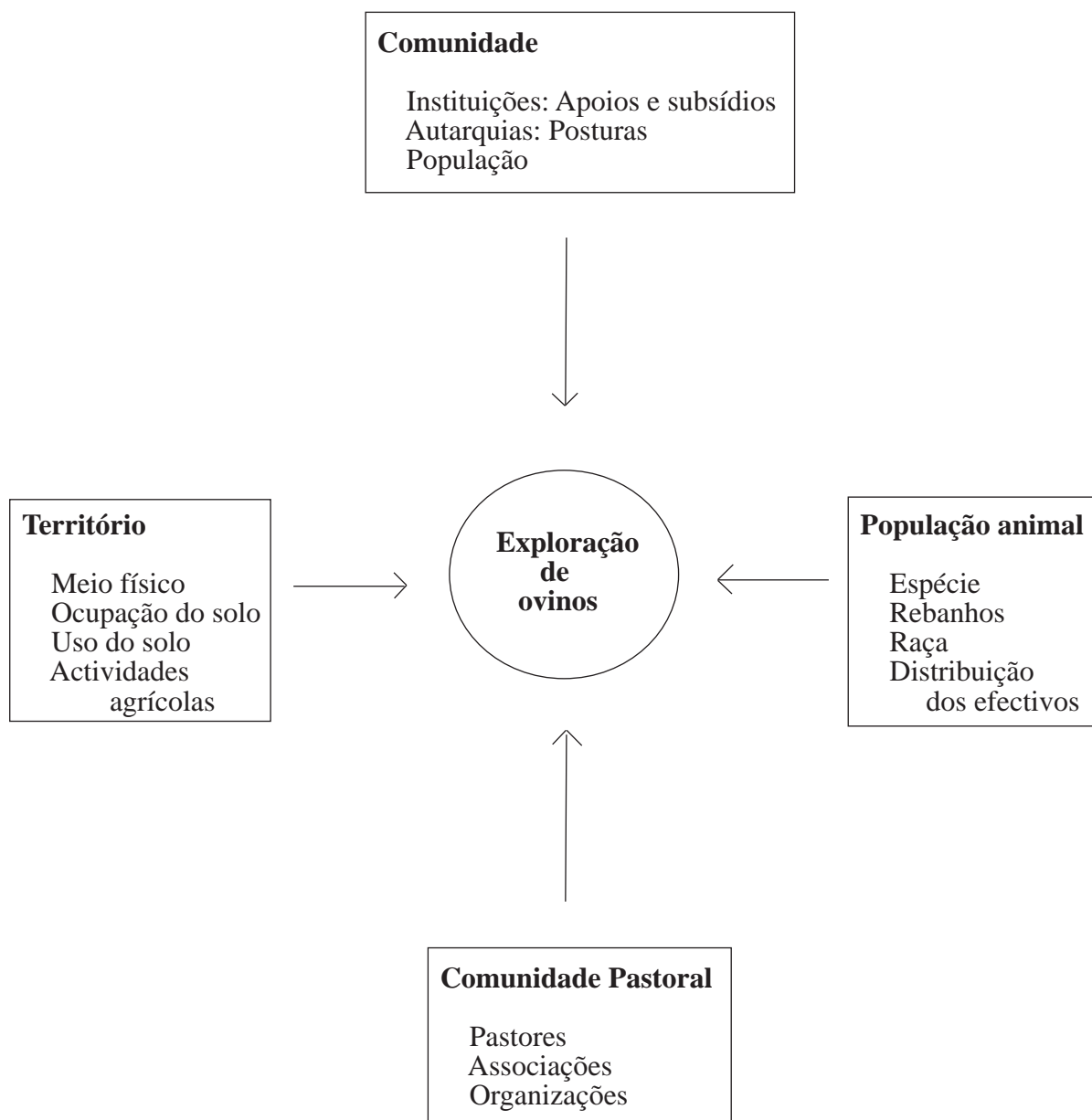


Fig. 1.5 - Representação do sistema de produção ovina de acordo com o nível de análise. Factores que influenciam a exploração de ovinos

Em seguida, com a experiência e os conhecimentos entretanto conseguidos, elaborámos uma ficha de inquérito (Anexo 4). Com esta ficha de inquérito fizemos dezoito entrevistas em dez aldeias do concelho. A escolha das aldeias para a realização destas entrevistas, ao contrário das anteriores, foi intencional e de forma a abranger as diferentes situações possíveis quanto às variáveis produção de cereal e existência de baldios, permitindo testar a possibilidade de definir uma tipologia. Em três destas aldeias fizemos entrevistas a vários pastores. Isto permitiu-nos elaborar uma breve monografia de cada aldeia e ensaiar uma fase posterior que visa o estudo ao nível das explorações numa aldeia a escolher.

Em resumo, com a ficha preparatória e a ficha de inquérito fizemos cinquenta e uma entrevistas dispersas pela área do concelho de Bragança (Fig.1.6). Além destas, percorremos cento e seis aldeias do concelho, onde contactámos moradores em conversas informais sobre a criação de ovinos e entrevistas sobre os baldios.

Dada a importância que os baldios assumem para o pastoreio dos rebanhos entendemos necessário determinar a existência de baldios nas diversas aldeias. Os baldios são terrenos do domínio comum, pertença de todos os moradores de uma aldeia, não individualmente apropriados e que podem ser usufruídos por qualquer morador da aldeia. Tentámos fazer o levantamento dos baldios nas aldeias do concelho através de um inquérito por questionário distribuído aos presidentes de Junta de Freguesia, mas as diferentes interpretações quanto ao que se deve considerar baldio originaram respostas contraditórias, que se detectaram logo nos primeiros casos em que se fez a comprovação no terreno. Nas últimas décadas a situação dos baldios tem evoluído de forma diversa nas diferentes aldeias. Os baldios são geridos, geralmente, pela Junta de Freguesia que em muitos casos os considera como pertencentes à Junta e não como sendo baldios.

Face a esta situação elaborámos uma ficha de inquérito (Anexo 5) para fazer o levantamento dos baldios do concelho. Em cada aldeia procurava-se a pessoa a entrevistar entre os membros da Junta de Freguesia ou entre os pastores dessa aldeia. Para normalizar a designação de baldios definimos os baldios em função da sua utilização e não pela forma de gestão. Designámos por baldios utilizáveis todas as terras que podem ser usadas pelos rebanhos de qualquer pessoa da aldeia sem que haja encargos com essa utilização e que na prática são terras que são usadas de modo idêntico aos baldios de antigamente. Nestas condições verificámos a existência de terrenos do domínio comum, de domínio público e mesmo de domínio privado. Na designação de baldios utilizáveis incluímos os terrenos baldios independentemente da entidade que faz a sua gestão e administração; terrenos da Igreja ou dos Santos¹; e terrenos pertencentes à

¹ Os terrenos da Igreja pertencem à respectiva paróquia. Os terrenos dos Santos são constituídos pelos terrenos envolventes dos Santuários existentes no concelho e terrenos cedidos por particulares, ao Santo. Os terrenos dos Santos são, geralmente, administrados pela respectiva comissão de festas.

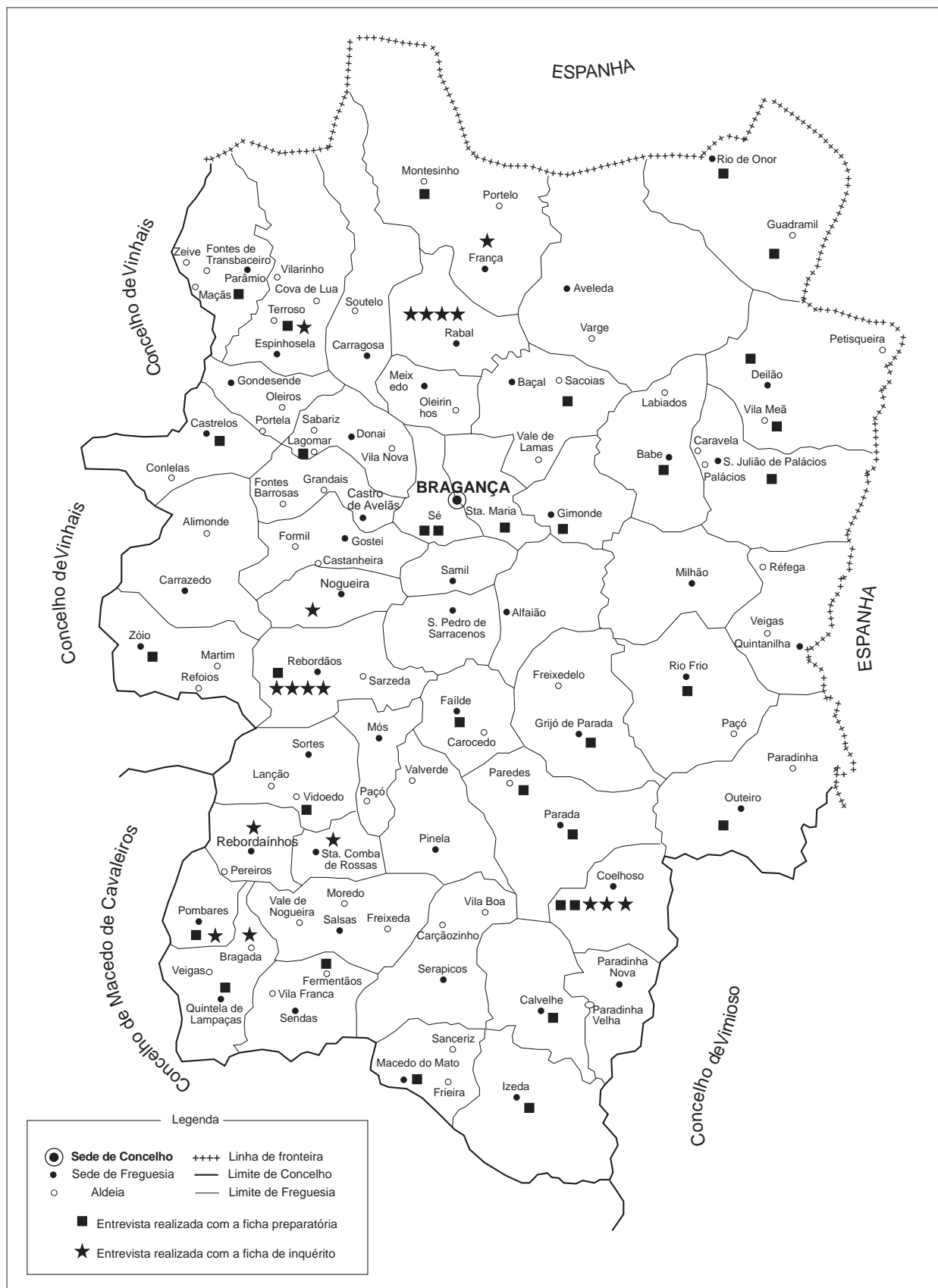


Fig. 1.6 - Localização das aldeias onde foram feitas entrevistas com a ficha preparatória e com a ficha de inquérito

Junta de Freguesia ou Câmara Municipal desde que possam ser utilizados para pastoreio de rebanhos sem encargos para os pastores. Também englobámos nesta designação os terrenos de domínio privado utilizados como se fossem baldios. Esta situação é muito rara mas aparece em algumas aldeias, como por exemplo em Rabal. Nas primeiras décadas deste século, os outrora baldios, foram repartidos pelos moradores da aldeia cabendo a cada um a respectiva parcela, impedindo-se deste modo a apropriação desses terrenos por parte Estado. A apropriação individual nunca foi efectiva. Com efeito, poucos moradores são capazes de localizar a parcela que lhes coube aquando da divisão. Actualmente grande parte dessas parcelas são usadas como se se tratassem de baldios.

Os dados recolhidos ao nível do concelho de Bragança foram, sempre que possível, agrupados e tratados por aldeia e não por freguesia, porque a aldeia constitui uma unidade relativamente distinta e independente. Na mesma freguesia podem existir aldeias em situações bastante diferentes quanto aos aspectos agrícolas, sociais e económicos. As populações identificam-se mais rapidamente com a sua aldeia do que com a sua freguesia.

Para o tratamento desses dados e para conhecer a distribuição geográfica de alguns factores em estudo, sentimos a necessidade de ter como instrumento de trabalho um mapa do concelho de Bragança com a localização das freguesias e respectivas aldeias anexas. Não sendo possível encontrar uma carta ou mapa deste tipo, foi elaborado um mapa do concelho com a divisão administrativa das freguesias e a localização das respectivas aldeias anexas. Este mapa foi elaborado a partir da "Carta Administrativa de Portugal" da Comissão Nacional do Ambiente na escala 1:250.000 e do "Mapa de Estradas do Distrito de Bragança" da Junta Autónoma de Estradas à escala 1:200.000 do ano de 1963. Todos os trabalhos de fotografia, informática, montagem e arranjo foram executados na ESAB. Após a montagem, o mapa foi sujeito a verificação recorrendo-se a informações de carácter administrativo fornecidas pela Câmara Municipal de Bragança, às Cartas Militares de Portugal dos Serviços Cartográficos do Exército e com algumas saídas de campo. Este mapa serviu como base para o estudo da distribuição geográfica dos diferentes aspectos em análise e para a apresentação de figuras no presente trabalho.

2.2 - A região: condições propícias para a criação de ovinos

As condições edafo-climáticas características do Nordeste Transmontano não inviabilizam por si só a exploração dos ovinos. Pelo contrário, apresentam algumas características que vocacionam esta região para a criação destes animais. Como refere Taborda (1987: 97) "pelo seu clima predominantemente seco e os seus vastos espaços vazios e incultos, Trás-os-Montes convém ao carneiro". Por outro lado, o meio, ao

reduzir as possibilidades de desenvolvimento de outras actividades agrárias, contribui para que a produção ovina se afirme como alternativa. Daí a existência de uma longa tradição na criação de ovinos na região. As possibilidades de criação de ovinos não estão limitadas às regiões secas mas, nestas regiões, os ovinos revelam boas capacidades de adaptação.

As condições edafo-climáticas condicionam as actividades agrárias e o coberto vegetal da região, sendo responsáveis, em grande medida, pelos sistemas de agricultura praticados na região. Como refere Azevedo (1985: 1) "historicamente verifica-se que a importância da ovinicultura é grande, principalmente nas zonas de menor intensificação cultural, onde estes animais têm vivido em íntima ligação com a natureza, condicionados pelo ciclo climático".

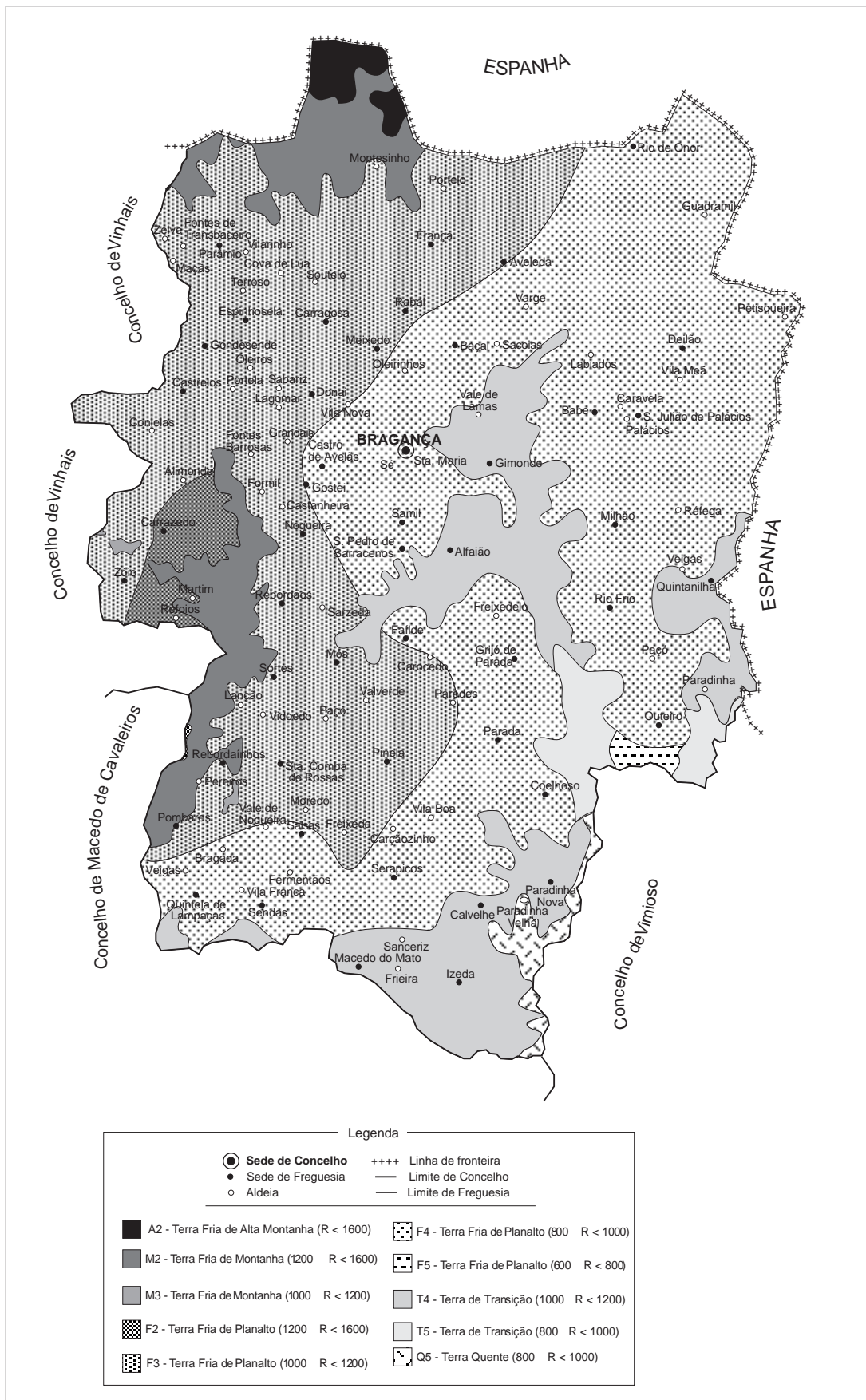
No concelho de Bragança é possível demarcar zonas com diferentes características climáticas e morfológicas, como podemos observar na Fig.1.7 e na Fig.1.8. Contudo, as diferenças existentes entre essas zonas não são de tal ordem que possam originar uma diversidade marcante no sistema de exploração de ovinos.

As actividades agrícolas e pecuárias são função das condições edafo-climáticas específicas de cada zona, pelo que, as possibilidades de criação de ovinos numa aldeia não estão directamente dependentes do clima ou do tipo de solo e não é visível, no concelho, uma associação directa entre as condições edafo-climáticas e a distribuição dos ovinos.

O clima e a altitude influenciam de alguma forma o maneio e a alimentação dos ovinos. Na parte norte do concelho, mais elevada, o Verão não é uma época de escassez como acontece no sul e no leste do concelho. Normalmente, naquela zona as pastagens perduram durante o Verão.

Relativamente ao relevo, verifica-se que nas zonas de maior altitude não abundam aldeias com muitos ovinos, mas a razão desta situação não é a altitude. As zonas montanhosas do concelho de Bragança não são tão elevadas ou acidentadas que dificultem o acesso dos rebanhos, ou não permitam o crescimento de vegetação necessária ao pastoreio dos animais. Veremos adiante que existe uma certa coincidência entre as zonas mais montanhosas e a localização dos perímetros florestais. É possível que estes tenham conduzido à redução do número de ovinos nas zonas mais montanhosas.

Em resumo, as condições do meio vocacionam a região para a criação de rebanhos. Mas outros factores estão associados à produção ovina do concelho, principalmente os relacionados com a ocupação e o uso do solo. Destes vamos tratar de seguida.



Fonte: Dionísio Gonçalves. "Terra Quente - Terra Fria (1ª aproximação)", 1991.

Fig.1.7 - Zonas Climaticamente Homogéneas no concelho de Bragança

2.3 - Ocupação e uso do solo: acesso a recursos alimentares

Determinadas formas de ocupação do solo podem favorecer ou condicionar o pastoreio de rebanhos nessas áreas. Estão neste caso as terras afectas à cultura do cereal; os baldios ou terrenos não apropriados individualmente; os perímetros florestais, que ocupam vastas áreas com floresta.

Além da forma de ocupação também são importantes as diversas formas de uso do solo. Por exemplo, o baldio pode ser arrematado e usado como terra para cultura de cereal; pode estar inculto e a vegetação natural permitir, ou não, o pastoreio de rebanhos. Além do seu uso no cultivo de cereal, o solo ocupado com esta cultura possibilita o uso destas terras no pastoreio de rebanhos.

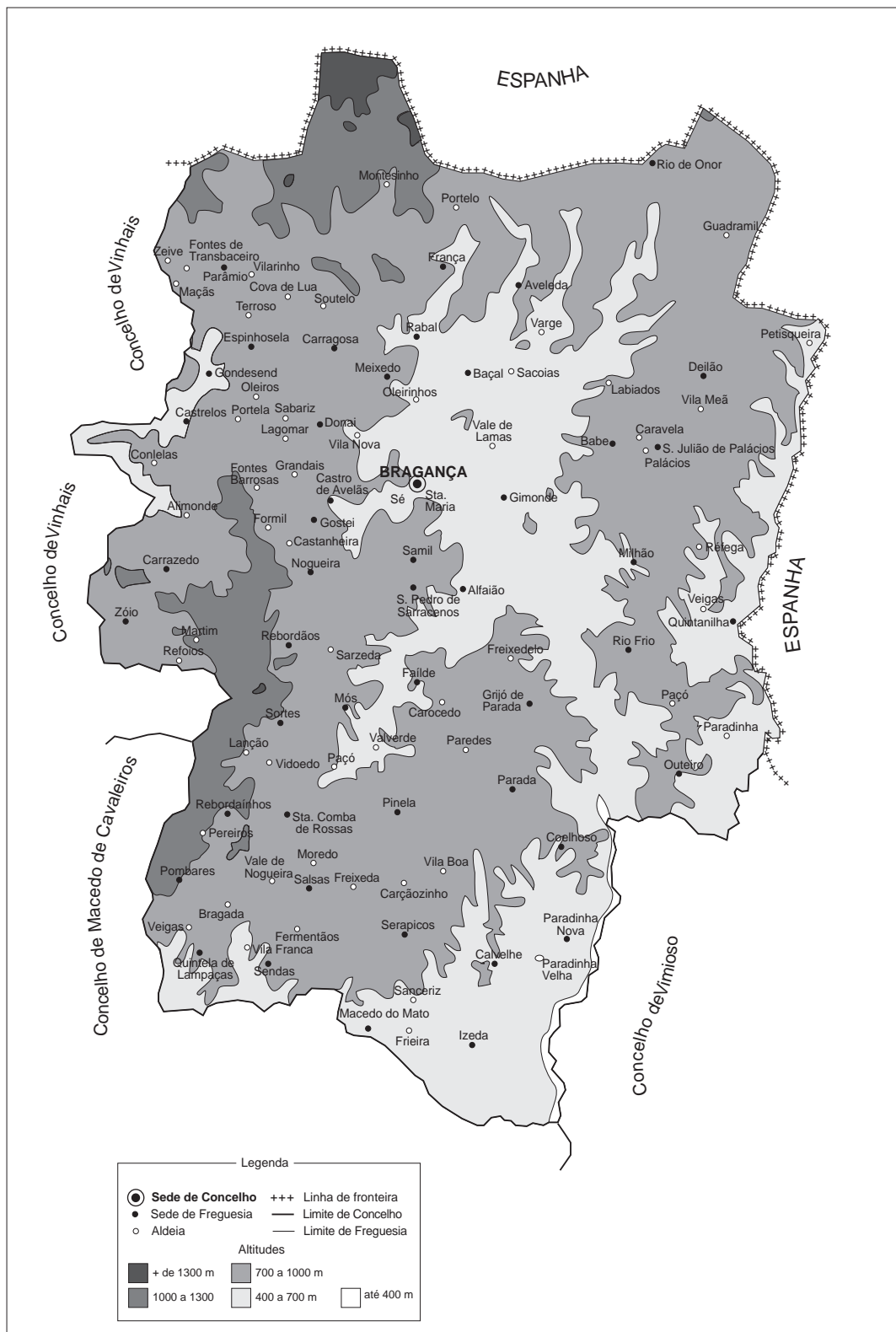
Existe uma longa tradição de pastoreio de percurso. Desta forma, é muito importante para a manutenção dos rebanhos a contribuição do pastoreio feito em terras alheias, ou seja, terras de domínio privado mas não pertencentes ao pastor. Como veremos mais adiante, esta forma de utilização da terra rege-se segundo os usos e costumes locais.

Esta forma de pastoreio possibilitou, ao longo dos anos, a existência de numerosos pastores sem terra, que asseguravam a sua subsistência através do rebanho. Actualmente existem maiores dificuldades para a sobrevivência destes pastores, como veremos adiante quando tratarmos das questões relacionadas com as posturas de apascentação.

2.3.1 - As terras afectas à cultura de cereal são importantes áreas de pastoreio

Ao determinar as zonas de pastoreio dos rebanhos, observa-se que estes passam, ao longo do ano, grande parte do tempo de pastoreio em terras dedicadas à cultura de cereal. Há, pois, uma relação estreita entre esta actividade agrícola e a criação de ovinos.

A cultura de cereal permite a disponibilização de terras, que ficam anualmente em pousio, para pastoreio dos rebanhos. Com excepção do período em que a cultura está instalada, estas áreas podem ser sempre utilizadas pelo rebanho, pelo que, nas zonas onde se faz a cultura de cereal existem condições propícias para a criação dos ovinos. O sistema de pastoreio dos rebanhos ajusta-se bem à cultura de cereal e à respectiva forma de utilização das terras nesta cultura. Todos os anos há grandes áreas de terra que, ficando em pousio, estão disponíveis para aproveitamento em pastoreio. Aquelas que são cultivadas em cada ano são também um recurso importante para os rebanhos, pelo



Fonte: "Carta dos solos e cartas do uso actual e aptidão da terra - Hipsometria e hidrografia", UTAD, 1987.

Fig.1.8 - Classes de altitude, no concelho de Bragança

aproveitamento do grão de cereal que fica no chão após a colheita. Este grão é um recurso que surge numa época de escassez alimentar, por falta de pastagens verdes.

Mais adiante (no ponto 2.5) voltaremos a falar nas terras de cereal, especialmente na sua relação com a distribuição dos efectivos ovinos.

2.3.2 - Os baldios permitem livre acesso ao pastoreio dos rebanhos

Os terrenos baldios sempre foram um recurso importante para a apascentação dos rebanhos. Por serem do domínio comum, podem ser usufruídos por qualquer morador da aldeia a que pertencem esses terrenos. Esta faculdade de uso comunitário favorece o pastoreio de percurso, pois qualquer criador de ovinos da aldeia tem à sua disposição as pastagens dos terrenos baldios. Os moradores com menos recursos, sem terra, têm nos baldios as pastagens para a criação dos seus animais.

O distrito de Bragança possuía em 1940 uma área de baldios superior a 25 mil hectares (Rodrigues, 1987: 83). No concelho de Bragança, praticamente todas as aldeias possuíam baldios próprios. Nas últimas décadas houve grandes alterações na gestão e ocupação dos baldios. Hoje em dia, esses terrenos estão na posse ou gestão das Juntas de Freguesia, ou foram, entretanto, divididos e repartidos pelos vizinhos da aldeia. Estas alterações na forma de administração e posse dos baldios e na forma de ocupação do solo e coberto vegetal diminuíram, ou anularam em algumas aldeias, a importância dos baldios na apascentação dos rebanhos. Muitas aldeias viram reduzidas as suas áreas de baldios, enquanto noutras os baldios desapareceram completamente. A intervenção estatal e florestação dos baldios existentes, verificada há algumas décadas, afectou negativamente a criação de animais e contribuiu decisivamente para a redução dos efectivos pecuários, principalmente, de ovinos e caprinos.

Actualmente, as principais formas de uso dos terrenos ainda considerados baldios são: cultura de cereal, vegetação natural (monte) e floresta. Os terrenos florestados, nos ainda denominados baldios, ocupam áreas reduzidas e não costumam ser usados pelos rebanhos.

Os terrenos baldios com aptidão agrícola para cultura de cereal e as pastagens e lameiros são arrendados (arrematados) anualmente, no dia de Entrudo. Também podem ser arrematados outros terrenos que, não sendo baldios, pertencem à Igreja ou a um Santuário. O arrendamento por arremate concede ao arrematador o usufruto da parcela pelo período de um ano. Portela (1985: 686) faz notar que "os arremates constituem um acto público e em princípio não estão vedados à participação de não-residentes na aldeia. Porém, os estranhos ou vizinhos de outras aldeias nunca surgem como concorrentes e o acontecimento assume o carácter de assunto interno da aldeia".

As terras que podem ser cultivadas com cereal são arrematadas pelos vizinhos, que as cultivam. Estas são utilizadas pelos rebanhos, da mesma forma que utilizam as restantes terras de cultivo de cereal. Por serem cultivadas, estas terras não são invadidas por vegetação arbustiva, o que permite o seu aproveitamento para pastoreio após a saída da cultura.

Muitos dos terrenos baldios que estão "a monte" são pouco utilizados pelos ovinos por duas razões: em primeiro lugar, porque o coberto arbustivo é alto e muito fechado, dificultando o pastoreio; em segundo lugar, porque o número mais reduzido de ovinos em cada aldeia possibilita a manutenção dos rebanhos com menos área de pastoreio. Estes terrenos baldios "a monte" estão, geralmente, cobertos por arbustos altos e muito densos, sem árvores. Contudo, no passado eram cultivadas com cereal, manualmente. Com a mecanização da cultura de cereal, as terras que não permitiam o trabalho das máquinas foram abandonadas, ficaram "a monte" e progressivamente foram invadidas por vegetação arbustiva que rapidamente cresceu e cobriu estas áreas.

É bastante difícil determinar, em termos quantitativos, os baldios existentes nas aldeias do concelho, por isso, fizemos um levantamento qualitativo dos baldios existentes (Anexo 6). Considerámos que uma aldeia tem baldio utilizável quando existem terrenos que são usados, ou podem ser usados, pelos rebanhos durante todas as estações do ano, sem qualquer restrição de propriedade, independentemente da forma ou entidade que faz a sua gestão

Estes terrenos que considerámos baldios utilizáveis têm muita importância no pastoreio. Normalmente são terras de cereal que, pelo facto de não estarem apropriadas individualmente ou por não haver uma posse assumida, não levantam tantos entraves à sua utilização, reduzindo em grande medida os problemas relacionados com o pastoreio em terras alheias e a obtenção das autorizações escritas para permissão de pastoreio.

2.3.3 - A implantação de perímetros florestais contribuiu para a redução do número de ovinos nas zonas abrangidas

Nas aldeias que têm áreas incluídas nos perímetros florestais, as pessoas mais idosas afirmam que após a implantação da floresta o número de ovinos baixou bastante. Isto porque a área disponível para pastoreio ficou bastante reduzida. A proibição de pastoreio nos perímetros só se mantém durante o período de crescimento das espécies plantadas, mas verificou-se que a quantidade de vegetação sob o coberto florestal é menor e, assim, não aconteceu a retoma de interesse pelos ovinos.

Na área do concelho existem quatro perímetros florestais, sob a responsabilidade da Administração Florestal de Bragança, implantados durante a década

de quarenta. O perímetro florestal de Montesinho situa-se na serra do mesmo nome e ocupa uma área de 6 300 ha, desde a fronteira Norte até perto das aldeias de Soutelo, França e Portelo. O perímetro florestal da Coroa é contíguo ao perímetro de Montesinho e estende-se pelo concelho de Vinhais. Localizado na Serra da Coroa, tem no concelho de Bragança uma área aproximada de 3 000 ha, abrangendo áreas das aldeias de Vilarinho, Cova de Lua, Parâmio, Fontes e Zeive. O perímetro da Nogueira, com uma área de 6 000 ha estende-se por uma mancha irregular localizada na Serra da Nogueira, ocupando áreas das freguesias de Castrelos, Carrazedo, Gostei, Zoio e Rebordãos. O perímetro de Deilão, tem uma área florestada de cerca de 2 500 ha, ocupa uma mancha irregular que se estende pelas freguesias de Aveleda, Rio de Onor, Deilão, S. Julião de Palácios e uma parte do termo de Labiados.

A Fig.1.9 mostra a localização dos perímetros florestais. Fora destes perímetros existem, também, algumas plantações florestais da responsabilidade das Juntas de Freguesia da área de implantação. Estas plantações foram executadas pela Administração Florestal de Bragança a pedido das respectivas Juntas de Freguesia, as quais assumem a responsabilidade da sua gestão. Normalmente, ocupam áreas mais reduzidas e não tiveram o mesmo impacto dos perímetros florestais.

A implantação dos perímetros florestais deu-se nas zonas mais montanhosas do concelho. Podemos verificar que o número de ovinos existentes nas aldeias dos perímetros florestais de Deilão, Montesinho e Coroa, é baixo relativamente ao resto do concelho. Correspondem, por isso, a zonas "vazias" no mapa de distribuição de ovinos, que é apresentado mais adiante. A instalação dos perímetros implicou a proibição do pastoreio nessas áreas durante o período de crescimento das espécies florestais aí implantadas. No caso do perímetro florestal da Nogueira, coexistem aldeias com grande número de ovinos, mas aqui, as aldeias de Nogueira, Rebordãos e Sortes possuem, no seu termo, áreas de pastagens nos vales próximos, a altitudes inferiores a 800 m que se estendem ao longo da Estrada Nacional nº 15, que liga Bragança a Mirandela. Ou seja, os ovinos destas aldeias podem, facilmente, prescindir das áreas afectas ao perímetro florestal da Nogueira.

Vejam agora a evolução dos efectivos ovinos nas freguesias abrangidas pelos perímetros florestais, a partir da sua implantação (Quadro 1.5). Foram implantados na década de quarenta, portanto, depois do Arrolamento de 1940. Ao agruparem-se os dados por freguesias, o que se torna necessário devido ao tipo de informação disponível nos arrolamentos e recenseamentos, incluem-se aldeias que não estão abrangidas pela área dos perímetros, o que pode distorcer de alguma forma a percepção da sua influência. Tomemos como exemplo os casos de Carragosa e Espinhosela.

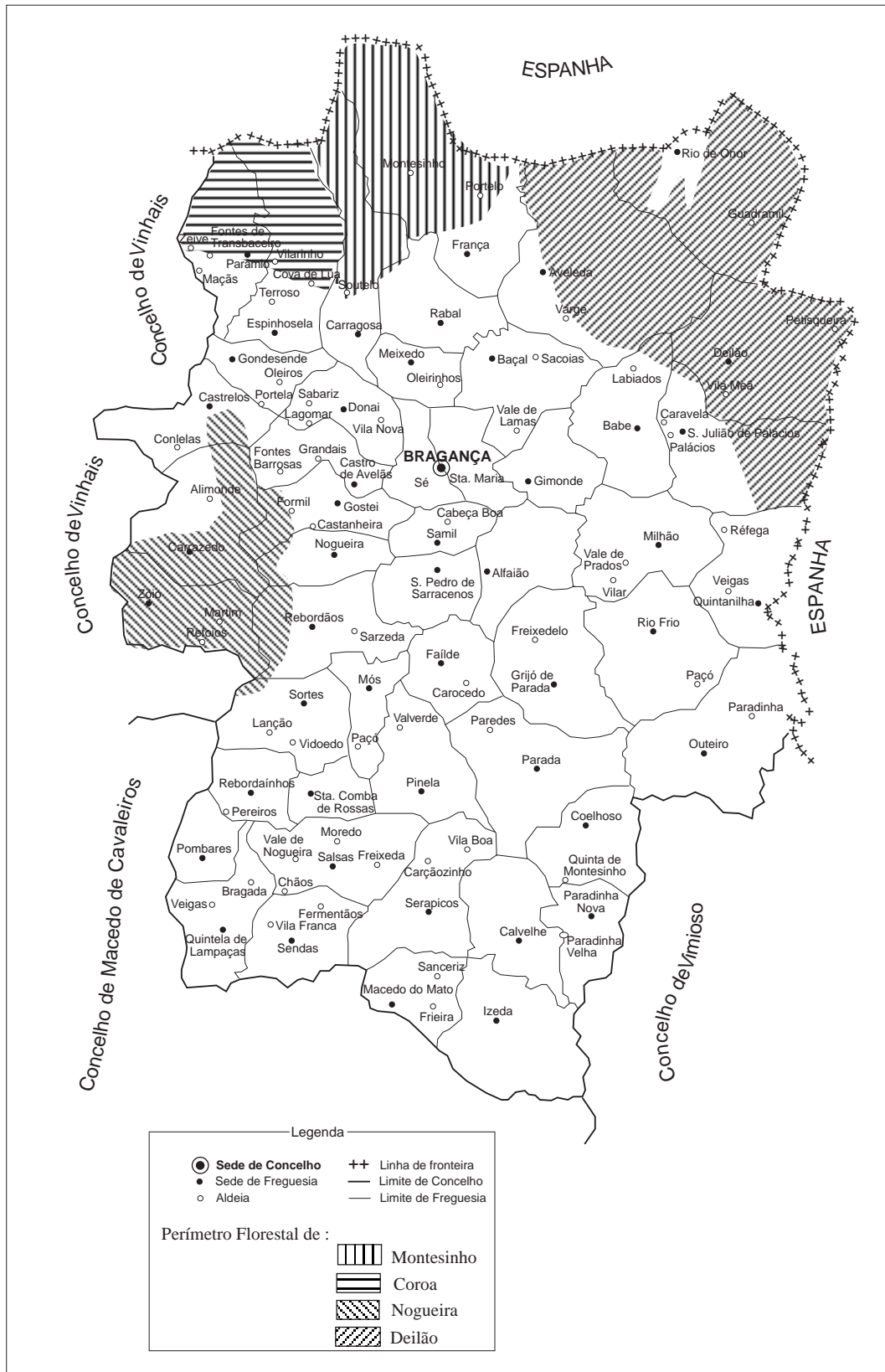


Fig.1.9 - Perímetros Florestais no concelho de Bragança

A freguesia de Carragosa tem 806 ovinos em 1990, que estão repartidos pela aldeia de Carragosa (391) e Soutelo (415), mas o termo de Carragosa não foi afectado pelo perímetro florestal de Montesinho e é bastante menor que o termo de Soutelo. A freguesia de Espinhosela é composta por quatro aldeias, mas só duas têm o seu termo afectado pelo perímetro da Coroa e estas não possuíam, cada uma, mais de 130 ovinos em 1990. Na freguesia de Rebordãos, o perímetro da Nogueira não interfere com as explorações de ovinos que, como já referimos, se servem de pastagens situados no vale. A aldeia de Sarzeda, situada nesse vale, tinha 415 ovinos em 1990.

Nas doze freguesias indicadas no Quadro 1.5 houve decréscimo no número de ovinos entre 1940 e 1979. No período de 1979 a 1990 verificou-se um acréscimo importante no número de ovinos em cinco destas freguesias.

Quadro 1.5 - Número de ovinos antes e depois da implantação dos perímetros florestais, nas freguesias abrangidas pelos perímetros florestais de Bragança

Perímetro Florestal	Freguesia	nº de ovinos em 1940	nº ovinos em 1979	nº ovinos em 1990 (*)
Deilão	Aveleda	1 542	543	301
	Deilão	1 257	541	535
Montesinho	Rio de Onor	800	244	412
	França	1 463	827	870
Coroa	Carragosa	1 284	89	806
	Espinhosela	1 300	798	626
Nogueira	Parâmio	1 485	988	978
	Nogueira	903	451	675
	Rebordãos	844	702	1 048
	Zoio	465	409	386
	Gostei	1 332	643	525
	Castrelos	804	165	368

(*) Valores das inscrições nas Indemnizações Compensatórias de 1990.

Fonte: Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira, 1940.

Recenseamento Agrícola do Continente, 1979.

Indemnizações Compensatórias, 1990.

Estes números estão de acordo com as opiniões expressas por pessoas idosas das aldeias afectadas, segundo as quais se verificou uma diminuição do número de ovinos após a implantação dos perímetros florestais. A sua implantação fez-se em terrenos baldios, implicando uma grande redução das áreas de pastagem disponíveis para pastoreio. A criação de perímetros florestais em diversas zonas do Norte e Centro do país na sequência do Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados da Junta de Colonização Interna é, geralmente, uma das razões apontadas para a diminuição dos efectivos ovinos que se verificou em Portugal após o Arrolamento de 1940.

2.3.4 - O uso social do solo no pastoreio dos rebanhos

Uma característica importante e marcante da criação de ovinos no concelho de Bragança é a prática do pastoreio de percurso. O rebanho é conduzido em campo aberto por terrenos incultos, pousios, restolhos, baldios, e monte, independentemente da titularidade desses terrenos, alimentando-se da vegetação natural que encontra. Chega a percorrer vários quilómetros, num só dia.

Este pastoreio de percurso assenta nas tradicionais formas de uso social do solo e rege-se segundo os usos e costumes locais. O pastoreio dos rebanhos é encarado como uma forma de aproveitamento da vegetação natural que, de outra forma, não teria outro tipo de utilização. Assim, é dada maior importância ao aproveitamento dos recursos da terra para sustentação da comunidade da aldeia do que à titularidade e posse da terra. O rebanho passa a maior parte do tempo de percurso em terrenos que não são propriedade do dono do rebanho. Em terrenos alheios; baldios; terrenos arrendados, ou cedidos por troca. Como veremos adiante, entre os pastores e os vizinhos da aldeia criam-se fórmulas próprias de compensação e retribuição pela utilização desses terrenos.

A grande importância da vegetação natural na alimentação faz com que o rebanho fique sujeito à variação, que ocorre ao longo do ano, das disponibilidades alimentares. Os animais têm que se adaptar a esta variação e conseguir aproveitar os fracos recursos existentes nas épocas de escassez. Na generalidade do concelho, o período seco do final do Verão é a época de maior escassez alimentar, com excepção das zonas montanhosas a Norte do concelho, menos secas, onde as pastagens perduram durante este período. Também é uma época de escassez o período final do Inverno, principalmente nos anos mais rigorosos.

Em resumo, as áreas de cultura de cereal, os baldios, os perímetros florestais e a existência de formas de uso social do solo contribuem para as condições que se proporcionam à criação de ovinos. Vejamos como se distribuem os ovinos pelas várias aldeias do concelho de Bragança e, igualmente, a sua relação com as outras espécies pecuárias.

2.4 - População animal: nos sistemas de exploração tradicionais não há competição evidente entre as espécies

Do ponto de vista da actividade pecuária as espécies mais importantes são os bovinos, os ovinos e os caprinos. Estas espécies, coexistindo numa mesma área, têm algumas relações entre si, pelo menos quanto à utilização dos recursos alimentares existentes. A bovinicultura e a caprinicultura são actividades que podem ser vistas como

alternativas à produção ovina, ou mesmo como competidoras em relação aos recursos alimentares. A distribuição destas espécies pelo concelho de Bragança dever-se-á, muito provavelmente, a razões diferentes das que intervêm na distribuição dos ovinos, mas a comparação da sua distribuição com a distribuição dos ovinos pode dar-nos algumas indicações sobre a forma como estas espécies concorrem, ou não, com os ovinos.

Nos sistemas de exploração extensivos tradicionais que predominam no Nordeste Transmontano, as espécies bovina, ovina e caprina não são mutuamente exclusivas. Isto porque não competem entre si quanto aos recursos alimentares. Esta coexistência é possível porque as fontes dos recursos alimentares para cada espécie são diferentes, em função dos sistemas de exploração predominantes na região. De forma geral, os bovinos utilizam os lameiros; os ovinos as terras de cereal em pousio, áreas de plantações (soutos, olivais e outros) e terrenos de monte onde possam pastar; os caprinos utilizam os terrenos de monte e os baldios.

É sabido que nas explorações agrícolas da região não existe uma especialização por actividades. As espécies animais exploradas não são competitivas entre si, mas podem coexistir numa mesma região.

Interessa-nos saber a distribuição dos ovinos pelas aldeias do concelho e compará-la com a distribuição das outras espécies. À data do início do trabalho e ao nível da aldeia não existiam disponíveis arrolamentos ou recenseamentos de gado recentes ou actualizados. Para conhecer o número de ovinos, bovinos e caprinos existentes em cada aldeia; o número de pessoas que possuíam animais destas espécies; o número de rebanhos e o efectivo dos rebanhos utilizámos os dados referentes às Indemnizações Compensatórias (IC) do ano de 1990 (Anexo 7).

2.4.1 - Os ovinos são, maioritariamente, de raça autóctone

Nos rebanhos do concelho de Bragança predominam, largamente, os animais da raça Galega Bragançana, que os pastores designam simplesmente por galega. É uma raça ovina autóctone que apresenta algumas qualidades apreciadas pelos produtores, dentre as quais se destaca a sua rusticidade e adaptação ao meio. Existe uma variedade de galegas que têm lã de cor preta, pelo que os pastores as designam por "pretas", mas o número de exemplares é muito reduzido.

Morfológicamente, esta raça caracteriza-se por "grande estatura e acentuada desproporção entre a altura do tórax e a deste ao solo (pernalteiros). As medidas transversais são reduzidas e o velo pouco extenso e de superfície irregular" (DGP, 1987: 77). Cabeça de tamanho médio, deslanada e perfil subconvexo. Sem cornos nas fêmeas, os quais aparecem, frequentemente, nos machos. Orelhas medianas, de alta inserção.

Arcadas orbitárias salientes, com olhos grandes. Malhas pretas ou castanhas em volta dos olhos, no focinho e nas orelhas. Pescoço comprido e delgado; má ligação ao tronco; sem barbeta; deslanado no seu terço anterior. Peito estreito. Garrote e espáduas pouco destacadas. Linha dorso-lombar horizontal. Garupa pouco volumosa e um tanto descaída. Cauda comprida. Membros altos e finos, pigmentados e deslanados nas extremidades livres. Unhas rijas e, frequentemente, pigmentadas. Pele fina e untuosa, de cor branca ou amarelada. Úbere globoso, com tetos bem implantados. Velo pouco extenso, não recobrimdo a cabeça, o terço anterior do pescoço, a barriga e os cabos; composto por madeixas ponteagudas (DGP, 1987: 78).

A ovelha da raça Galega Bragançana evidencia algumas qualidades que atraem a preferência dos pastores e mostra-se muito bem adaptada ao sistema tradicional de exploração de ovinos. Por isso, a grande maioria das ovelhas que integram os efectivos dos criadores são desta raça. O efectivo do rebanho (número de ovinos que compõem o rebanho) está condicionado, entre outros factores, pelas disponibilidades de alimento das zonas onde faz pastoreio.

Quanto aos rebanhos, verificámos que os efectivos mais frequentes situam-se entre 100 e 150 animais. A título de exemplo, podemos referir que nas inscrições das IC de 1990 os efectivos com frequência mais elevada foram: 100 ovinos (26 rebanhos); 130 ovinos (20 rebanhos); 120 ovinos (17 rebanhos); 110 ovinos (14 rebanhos); 140 ovinos (13 rebanhos) e 150 ovinos (12 rebanhos).

A partir do número de ovinos inscritos por cada criador nas IC estabelecemos cinco classes para os efectivos dos rebanhos (Quadro 1.6). Podemos verificar que cerca de 1/3 dos criadores inscritos possuem entre 100 e 149 animais e nestes rebanhos encontram-se mais de metade dos ovinos. Verifica-se ainda que existe um número significativo de pessoas que possui menos de 50 animais, pelo que, provavelmente, a criação de ovinos não é a sua actividade principal.

Quadro 1.6 - Número de rebanhos e de ovinos por classes de efectivo

Classes	número de rebanhos	número de ovinos
0 a 9	78	303
10 a 49	81	1 531
50 a 99	83	6 218
100 a 149	132	15 648
mais de 149	35	5 879
TOTAL	409	29 579

O Quadro 1.7 mostra as aldeias que possuem maior número de ovinos. Estas 23 aldeias (cerca de 1/4 do total de aldeias com ovinos) possuem 50% dos ovinos inscritos nas IC, no concelho de Bragança. De forma geral, as aldeias com elevado número de ovinos são aquelas onde, também, há mais rebanhos com efectivo superior a cem animais.

Quadro 1.7 - Aldeias do concelho de Bragança, com maior número de ovinos inscritos nas IC, número de manifestantes por aldeia e número de manifestantes com mais de 100 e 150 ovinos, em 1990

Classes por nº de ovin.	Aldeia	nº de ovinos	nº de manifestantes	nº de manif.com mais de 100 ovinos	nº de manif.com mais de 150 ovinos
≥ 1000	Milhão	1046	12	6	2
750-1000	Grijó de Parada	968	11	6	1
	Rabal	945	7	7	3
	Sé	784	9	3	2
	Quintela de Lapaças	762	7	6	0
500-750	Coelhoso	717	10	3	2
	Santa Maria	687	8	4	0
	Nogueira	675	7	4	0
	Gimonde	670	7	3	0
	Rebordãos	633	7	4	1
	Baçal	632	6	2	1
	França	575	4	4	2
	Lagomar	566	7	3	1
	Serapicos	555	5	3	0
	Palácios	550	6	4	0
	Parada	541	6	3	1
	Outeiro	539	7	3	0
	Sortes	528	4	4	1
400-500	Pinela	495	5	4	1
	Rio Frio	476	5	4	0
	São Julião de Palácios	460	3	3	3
	Rebordaínhos	451	5	2	0
	Quintanilha	430	3	3	2

A distribuição geográfica destas vinte e três aldeias está indicada na Fig.1.10. Podemos verificar que formam duas faixas contínuas, com poucas aldeias dispersas. Uma faixa estende-se desde França até Coelhoso (seguindo ao longo do trajecto do Rio Sabor) com extensões para S. Julião de Palácios, Quintanilha e Pinela. A outra faixa situa-se na encosta nascente da Serra da Nogueira e compreende as aldeias de Nogueira, Rebordãos, Sortes e Rebordaínhos. As aldeias dispersas encontram-se a Sul, Quintela de Lapaças e Serapicos, e a Oeste da cidade de Bragança a aldeia de Lagomar. Nesta localidade, apesar do seu termo ser pequeno, há bastantes ovinos. A explicação para tal parece assentar no facto de alguns emigrantes que regressaram há poucos anos à aldeia se terem dedicado à exploração de ovinos.

Esta distribuição mantém-se muito idêntica, nos seus traços gerais, se considerarmos apenas as aldeias com mais de 600 ovinos: uma faixa de Rabal a Coelhoso ao longo do Rio Sabor, uma faixa na encosta da Serra da Nogueira e uma aldeia, Quintela de Lampaças, no Sul do concelho.

Ordenando as aldeias por número de manifestantes verificamos que, a par das que possuem mais ovinos, surgem aldeias com muitos manifestantes mas cujo efectivo ovino é, relativamente, baixo. No Quadro 1.8 temos as aldeias com maior número de manifestantes inscritos e podemos verificar que aparecem várias aldeias com menos de 400 ovinos, apesar de terem muitos manifestantes de ovinos.

Quadro 1.8 - Aldeias com maior número de manifestantes de ovinos inscritos nas IC e número de ovinos de cada aldeia, em 1990

Classes por n° de manif.	Aldeia	n° de manifestantes	n° de ovinos
≥ 10	Deilão	26	389
	Rio de Onor	18	225
	Babe	14	390
	Milhão	12	1046
	Grijó de Parada	11	968
	Coelhoso	10	717
< 10	Sé	9	784
	Vila Meã	8	71
	Santa Maria	8	687
	Lagomar	7	566
	Gimonde	7	670
	Nogueira	7	675
	Outeiro	7	539
	Quintela de Lampaças	7	762
	Rabal	7	945
	Rebordãos	7	633
	Baçal	6	632
	Parada	6	541
	Guadramil	6	187
	Palácios	6	550

Ao nível de cada aldeia existem, quanto ao número de ovinos que cada criador possui, diferentes situações quanto à posse e pastoreio dos animais:

- Criador com um grande número de ovinos. O rebanho pertencente a uma só pessoa, que é simultaneamente pastor e proprietário, geralmente com efectivo superior a 100 animais.
- Criador com um pequeno número de ovinos, ou um "tagalho" de ovelhas, geralmente, entre cinquenta e cem animais. O dono faz o pastoreio dessas ovelhas. Normalmente, não são rebanhos estabilizados, estão em crescimento ou em regressão.
- Criador com um número muito pequeno de ovinos, geralmente inferior a vinte. As ovelhas não fazem pastoreio conduzidas pelo dono. São criadas pelo dono juntamente com outros animais, bovinos ou caprinos, ou são entregues "à guarda" a um pastor que as integra no rebanho.

- Criadores que possuem, cada um, um número muito pequeno de ovinos, mas os animais fazem pastoreio conjunto, integrados num único rebanho.

Esta última situação verifica-se em aldeias onde existe a prática de "vezeira" ou "gado do povo". As ovelhas pertencentes a vários vizinhos formam um rebanho que integra todos os ovinos da aldeia. O rebanho é guardado, à vez, por cada um dos donos das ovelhas. O número de dias por mês em que cada um apascenta o gado é estipulado em função do número de ovelhas que possui. Para poderem receber os subsídios atribuídos aos animais, inscrevem-se individualmente ou, nalguns casos, um morador inscreve um número de animais que inclui as suas ovelhas e as de outros vizinhos, repartindo depois o subsídio correspondente.

Em 1990, esta forma de pastoreio era praticado nas aldeias de Rio de Onor, Guadramil, Babe, Deilão, Vila Meã, Labiados (182 ovinos para 5 manifestantes) e Petisqueira (75 ovinos para 3 manifestantes). Estas aldeias formam um conjunto geográfico contínuo situado junto à fronteira, no extremo nordeste do concelho (Fig.1.11). Dias (1981, 13-18) descreve a prática da "vezeira", costume tradicional de pastoreio comunitário dos animais, então praticada na aldeia de Rio de Onor e assinala outros locais onde se praticava o pastoreio comunitário de animais. As condições específicas de cada aldeia originam pequenas diferenças e variantes na forma como se organiza o rebanho e na participação de cada vizinho no rebanho. De qualquer forma, mantem-se a característica mais importante, que é o pastoreio conjunto de todas as ovelhas.

2.4.2 - Os bovinos encontram-se por todo o concelho de Bragança

O concelho de Bragança tem tradições na produção bovina, principalmente na exploração de bovinos de carne, onde sobressaem os bovinos da raça Mirandesa. No Anexo 9 apresentam-se os valores relativos ao número de bovinos em cada aldeia, de acordo com as inscrições nas IC de 1990. No Quadro 1.9 temos as aldeias com maior número total de bovinos, inscritos nas IC. Estas aldeias (cerca de 1/4 das aldeias consideradas) possuem 50% do total de bovinos do concelho. A Fig.1.12 mostra a localização geográfica das aldeias que têm maior número de bovinos total, no concelho de Bragança.

A exploração de bovinos de aptidão leiteira é relativamente recente e, até pelas necessidades específicas deste tipo de produção, está concentrada nalgumas zonas. As aldeias de Rebordãos, Nogueira, Castro de Avelãs, Formil e Gostei formam uma mancha geográfica correspondente às aldeias que possuíam mais bovinos de leite inscritos na IC em 1990. Estas cinco aldeias representam cerca de 1/3 dos bovinos de leite do concelho.

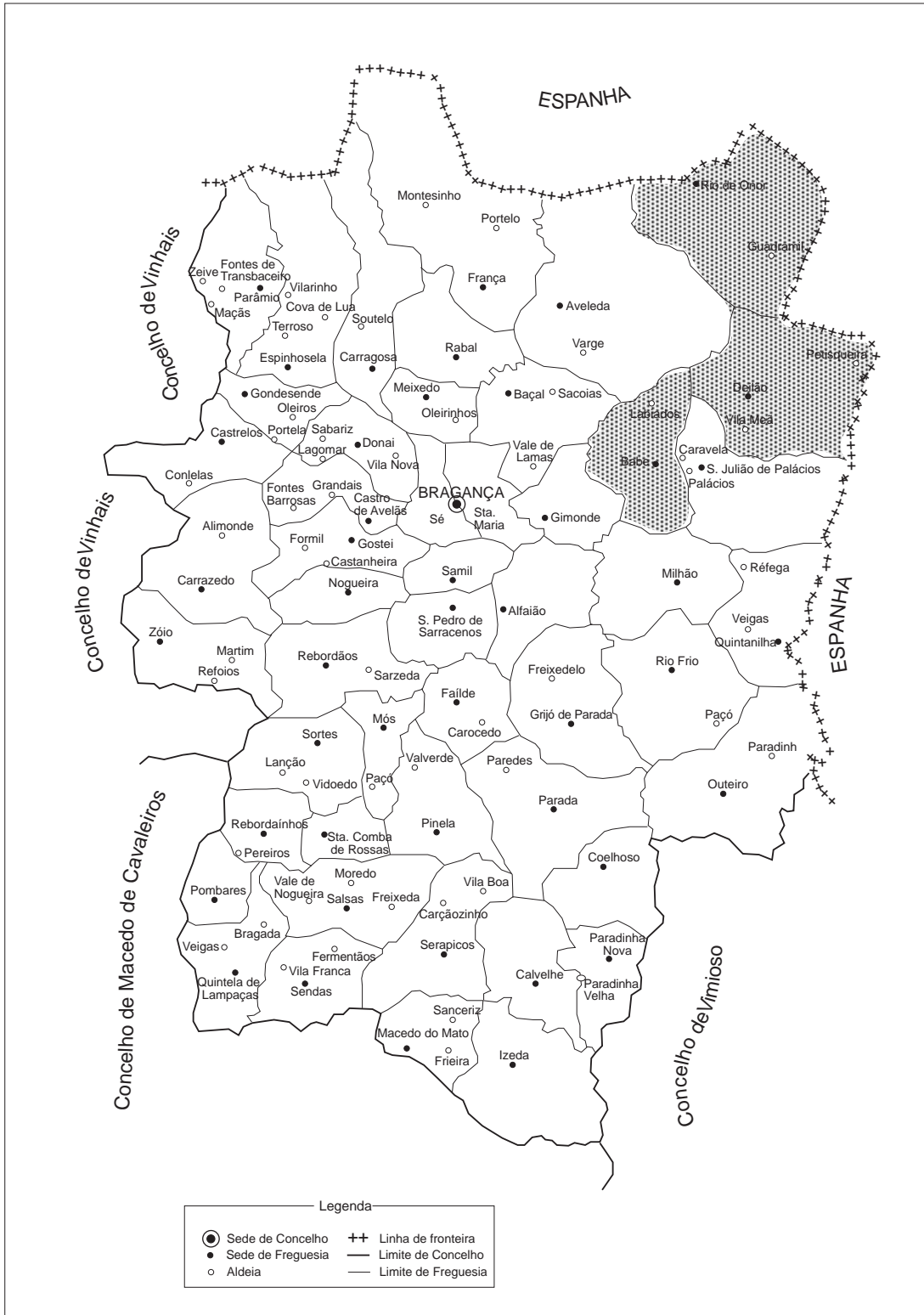


Fig.1.11 - Aldeias com formas de pastoreio comunitário, "vezeiras"

Quadro 1.9 - Aldeias com maior número total de bovinos (bovinos de carne, leite e substituição), bovinos de carne e de leite inscritos nas IC e número de ovinos de cada aldeia, em 1990

Classes por nº de bovin.	Aldeia	nº total de bovinos	nº bovinos de carne	nº bovinos de leite	nº de ovinos
≥ 150	Nogueira	268	9	162	675
	Rebordãos	266	17	167	633
	Parada	200	90	57	541
	Castro de Avelãs	186	22	123	0
	Izeda	156	56	33	355
100 - 150	Babe	146	96	27	390
	Deilão	146	117	18	389
	Baçal	137	65	41	632
	Formil	137	26	73	255
	Coelhoso	126	77	18	717
	Grijó de Parada	108	60	33	968
	Milhão	107	53	39	1046
	Espinhosela	103	48	16	230
	Sé	100	19	56	784
	Vila Boa	100	71	2	0
	Zoio	100	51	33	386
< 100	Gostei	99	8	63	50
	Quintela de Lapaças	79	54	11	762
	Pinela	79	55	20	495
	Castrelos	79	57	2	146
	Freixedelo	79	61	6	334
	Rabal	78	43	0	945
	Samil	76	8	41	380
	Sacoias	75	36	23	267
	Rebordainhos	75	41	12	451
	Macedo do Mato	74	37	23	132

As aldeias com maior número de bovinos (ver Quadro 1.9) e que conjuntamente possuem 50% do total do efectivo bovino, detêm perto de 41% dos ovinos do concelho. Podemos verificar que muitas dessas aldeias coincidem com as que possuem mais ovinos (ver Fig.1.10 e Fig.1.12). Isto indica que é possível a coexistência das produções ovina e bovina na mesma aldeia ou região e com efectivos elevados.

2.4.3 - Os caprinos predominam na metade Sul do concelho de Bragança

O concelho de Bragança tinha 8 675 caprinos, pertencentes a 222 manifestantes inscritos nas IC de 1990. Não é um concelho com uma posição de relevo quanto ao número de caprinos do distrito respectivo ou da região de Trás-os-Montes. O Anexo 10 apresenta o número de caprinos e de manifestantes, por aldeia, segundo as inscrições nas IC de 1990.

No Quadro 1.10 temos as aldeias do concelho com maior número de caprinos, inscritos nas IC de 1990. As vinte e três aldeias indicadas representam 72% dos caprinos do concelho de Bragança e detêm 28% dos ovinos. Destes valores, podemos concluir que, no geral, onde existem caprinos não se encontram ovinos. Enquanto que a nível do

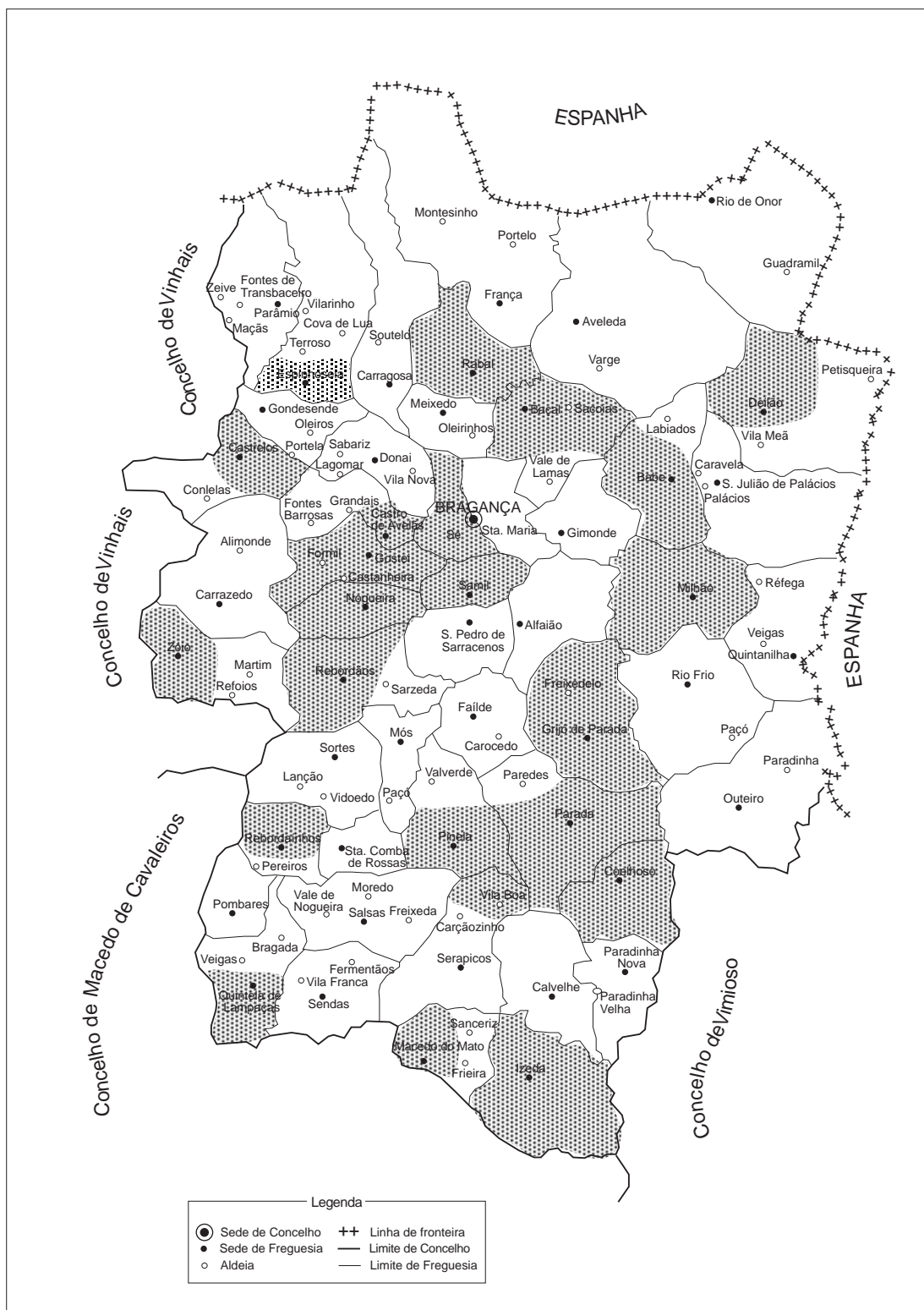


Fig.1.12 - Aldeias que, no conjunto, representam 50% do total de bovinos do concelho de Bragança, em 1990

concelho a relação caprinos/ovinos é de 1:3,4 no conjunto destas vinte e três aldeias esta relação é de 1:1,3. No entanto, é de realçar que existem aldeias como Grijó de Parada, Serapicos, Rebordãos e Pinela que possuem mais de 200 caprinos e mais de 400 ovinos. Podemos considerá-las como aldeias típicas da coexistência das produções ovina e caprina numa mesma aldeia.

Por outro lado, há aldeias que possuem poucos (ou muito poucos) ovinos, mas que têm um número significativo de caprinos. Estas são aldeias típicas de produção caprina, e, a título de exemplo, podemos indicar Pereiros, Sendas e Paradinha Velha.

Quadro 1.10 - Aldeias com maior número de caprinos, número de manifestantes de caprinos e número de ovinos, em 1990

Classes por nº de caprin.	aldeia	nº de caprinos	nº de manifestantes de caprinos	nº de ovinos
> 400	Grijó de Parada	475	10	968
	Freixeda	438	6	229
350 - 400	Pombares	398	8	382
	Fermentãos	392	5	250
	Aveleda	390	2	301
300 - 350	Freixedelo	349	7	334
	Salsas	327	4	225
	Serapicos	309	4	555
250 - 300	Paradinha	298	3	110
	Pereiros	271	6	46
	São Pedro de Sarracenos	270	3	245
	Rebordãos	267	3	633
	Alfaião	250	2	181
200 - 250	Pinela	234	4	495
	Sendas	216	3	6
	Paradinha Velha	209	3	2
150 - 200	Parada	189	6	541
	Rio Frio	184	4	476
	Milhão	181	3	1046
	França	158	2	575
	Rebordainhos	158	4	451
	Calvelhe	152	4	84
< 150	Bragada	142	3	90

A Fig.1.13 mostra a distribuição geográfica das aldeias que possuem os maiores efectivos caprinos. Verifica-se que os caprinos predominam na parte Sul do concelho. As zonas montanhosas do Norte não parecem ter uma importância significativa para a exploração dos caprinos no concelho. Por outro lado, devemos realçar que a cabra é alvo de maior rejeição do que a ovelha, por parte da população que se opõe ao seu pastoreio. Existe uma opinião generalizada de que os caprinos "causam maior estrago" que os ovinos e, conforme nos afirmaram nalgumas aldeias, o povo não quer cabradas em pastoreio de percurso.

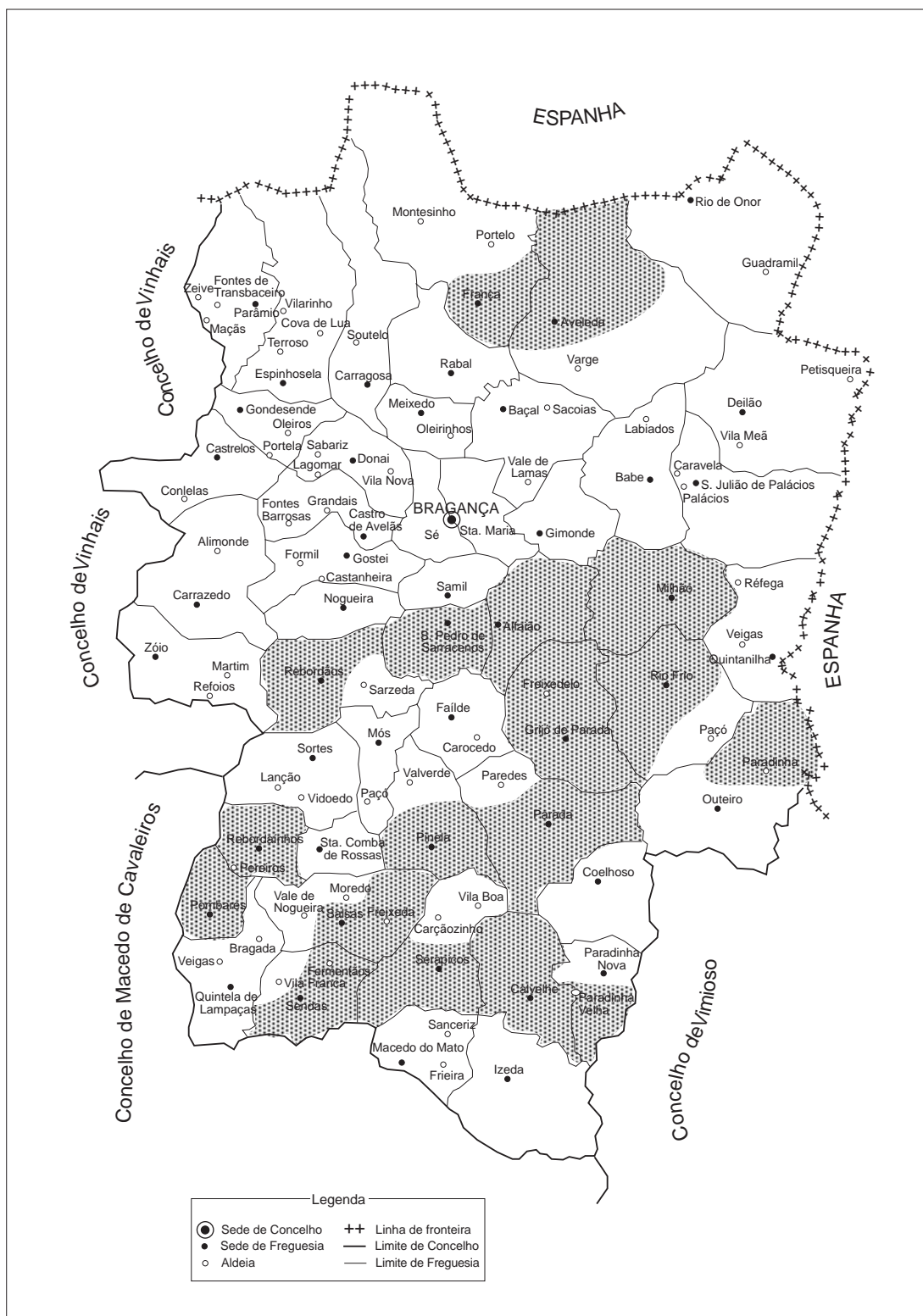


Fig.1.13 - Aldeias com mais de 150 caprinos, em 1990

Como já vimos, há aldeias com efectivos importantes de caprinos e de ovinos. Em maior escala, podemos encontrar aldeias com elevado número de ovinos e de bovinos. Verifica-se que a exploração de ovinos é possível em zonas onde também se encontram as outras espécies pecuárias mais importantes. A exploração destes animais, feita em sistemas extensivos, pela diferenciação existente nas fontes de recursos alimentares permite a coexistência de ovinos, bovinos e caprinos sem uma competição evidente entre estas espécies. Assim, os efectivos bovinos e caprinos não causam situações desfavoráveis para a exploração de ovinos numa zona ou região.

Outros factores assumem maior influência na exploração de ovinos. Relacionada com as disponibilidades alimentares e com o espaço para a realização dos percursos, a existência de terras de cultivo de cereal permite condições favoráveis para os ovinos. De seguida, vamos tratar da importância destas terras para o pastoreio de ovinos.

2.5 - Ovinos e cereal: duas componentes intimamente associadas

Já abordámos acima a importância, para o pastoreio dos ovinos, das terras afectas à cultura de cereal. Vejamos agora com mais pormenor, a relação entre a distribuição dos ovinos e a produção de cereal nas aldeias do concelho.

A cerealicultura tem uma importância significativa no contexto das actividades agrícolas do concelho de Bragança. A produção de cereal é variável de aldeia para aldeia e, na mesma aldeia, pode variar conforme a localização da folha, ou faceira, desse ano. É difícil quantificar a área de terras semeadas com cereal em cada aldeia, ou ainda, a área utilizada em rotações com cereal. Para avaliar a importância relativa da produção cerealífera de cada aldeia optámos por utilizar os valores da quantidade de cereal vendido pelos habitantes de cada aldeia. Utilizámos como informação as entregas de trigo e de centeio nos silos da EPAC do concelho de Bragança, nas campanhas de 1988/89, 1989/90 e 1990/91, altura em que a EPAC detinha o exclusivo da compra de cereais. As terras de cereal, seja trigo ou centeio, são utilizadas da mesma forma pelos rebanhos, razão porque usámos o somatório da produção destes cereais para obter o total anual de produção de cereais e a partir dos totais anuais, a média da produção de cereal no período de 1988 a 1990 em cada aldeia.

As entregas de cereal na EPAC servem-nos como indicador da produção de cereal de cada aldeia (Anexo 11). As dezassete localidades (perto de 1/6 das aldeias consideradas) indicadas no Quadro 1.11, que produzem mais de 200t de cereal, representam 50% do total de cereal produzido no concelho. A Fig.1.14 mostra a distribuição geográfica destas aldeias.

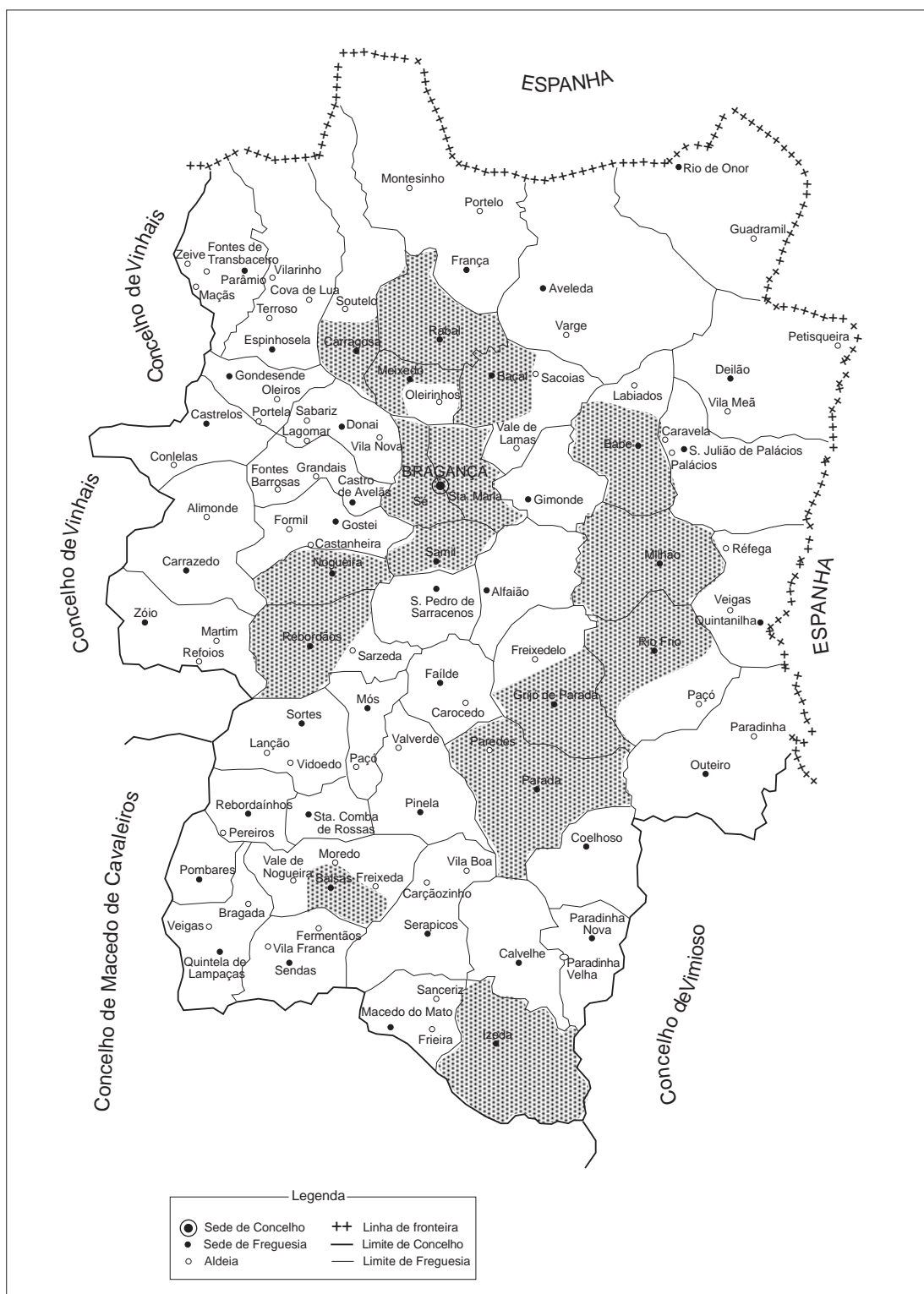


Fig.1.14 - Localização das aldeias com produção de cereal, média anual, superior a 200 t

Quadro 1.11 - Aldeias com mais de 200t de produção média anual de cereal, entregue na EPAC, no período de 1988 a 1990

Classes por t de cereal	Aldeia	Produção média de cereal entregue na EPAC (t)	Número de ovinos em 1990
> 500	Bragança (*)	1098,6	1471
	Baçal	718,5	632
400 - 500	Rebordãos	460,4	633
	Milhão	424,1	1046
300 - 400	Grijó de Parada	389,7	968
	Rio Frio	381,7	476
	Paredes	361,5	300
	Parada	360,8	541
	Carragosa	355,6	391
	Babe	322,5	390
200 - 300	Meixedo	277,1	227
	Nogueira	245,8	675
	Salsas	241,3	225
	Rabal	212,4	945
	Samil	211,5	380
	Izeda	211,5	355

(*) Inclui as freguesias de Santa Maria e Sé.

A relação entre a cultura de cereal e a produção ovina é visível se compararmos os valores relativos à produção de cereal e ao número de ovinos, por aldeia. Assim, as dezassete aldeias indicadas no Quadro 1.11, representam cerca de 33% do efectivo ovino do concelho e o conjunto das aldeias com produção média anual de cereal superior a 120t (cerca de 1/3 das aldeias do concelho) é responsável por 77% da produção média anual de cereal e cerca de 56% do total de ovinos. As trinta e uma aldeias com produção de cereal inferior a 25t, apenas representam 16% do total de ovinos. Por outro lado, podemos verificar que as vinte e três aldeias que possuem 50% dos ovinos do concelho (ver Quadro 1.7) são responsáveis por 46% do total de produção de cereal. Há, portanto, uma relação entre as aldeias que produzem mais cereal e as aldeias que têm mais ovinos, o que se observa igualmente sobrepondo o mapa da Fig. 1.14 com o mapa da Fig.1.10. Existe semelhança entre as manchas representativas das aldeias com maior número de ovinos e a mancha das aldeias com maior produção de cereal.

O tratamento estatístico das variáveis: produção de cereal (variável independente) e número de ovinos (variável dependente), indica um coeficiente de determinação de $R^2=0,44$; ($r = 0,67$; $p \leq 0,001$; $s_{y,x} = 191,67$). Com estes resultados, podemos concluir que existe uma relação positiva, que explica 44% dos casos, entre a variável dependente e a variável independente.

Há aldeias onde o número de ovinos é inferior ao que seria previsível em função dos valores da produção de cereal, mas, há sempre a possibilidade de acção de outros factores que podem condicionar e limitar a produção ovina numa dada aldeia. A exploração de ovinos é facilmente influenciada pelas condições criadas por elementos exteriores ao seu próprio meio de funcionamento. Por exemplo, a postura dos vizinhos

da aldeia relativamente à prática do pastoreio de percurso e a própria dinâmica dessa comunidade.

2.6 - A comunidade humana: o vazio demográfico e as atitudes face ao pastoreio dos ovinos

A manutenção de actividades no meio rural e mesmo a manutenção desse meio só é possível a partir da manutenção de uma população aí fixada e com condições para se fixar. A desertificação humana dos meios rurais afecta a evolução e desenvolvimento da produção ovina assim como das outras actividades do sector agrário. O pastor é um elemento fundamental no sistema tradicional de exploração de ovinos e este sistema só pode existir quando há pessoas dispostas a explorar os rebanhos segundo as práticas de pastoreio de percurso, sujeitos aos condicionalismos de pastoreio e condução dos rebanhos. O trabalho nestas condições não é agradável e não é convidativo nem fácil para quem nunca esteve relacionado com esta actividade. Normalmente, os pastores provêm de meios familiares com tradições na criação de rebanhos.

Sendo o homem um factor importante no sistema de exploração de ovinos, uma população reduzida e a falta de viabilidade social de uma aldeia condicionam o crescimento e desenvolvimento da produção ovina. A exploração dos ovinos exige disponibilidades de mão-de-obra para a condução do rebanho, para a vigilância e alimentação de cordeiros ou ovelhas paridas que não saem para pastoreio, e para outros trabalhos. Se a condução do gado ocupa diariamente uma pessoa, é necessário que o agregado familiar disponha de mão-de-obra complementar para as outras tarefas: sementeiras, lavouras, criação de outros animais, condução dos bovinos aos lameiros, e outros. Um agregado familiar composto apenas pelo casal tem dificuldades em suprir as necessidades de trabalho com a exploração agrícola e com o rebanho. Podemos referir que a média do número de pessoas nas explorações de ovinos por nós entrevistadas é de 4,5. Mais adiante, no capítulo seguinte, trataremos esta questão de uma forma mais detalhada.

O despovoamento das aldeias aumenta as dificuldades de mão-de-obra disponível. O número de pessoas por agregado familiar é menor, sendo cada vez mais numerosas as situações em que apenas o casal permanece na aldeia. Diminuindo o número de pessoas, diminuem as disponibilidades de recurso a mão-de-obra exterior à exploração familiar, tanto de trabalho assalariado como de recurso ao trabalho de ajuda. Em muitas aldeias do concelho o número de habitantes é de tal forma baixo que pode ser já um factor limitante ao desenvolvimento da actividade agrária em geral e da produção ovina em particular. Uma aldeia pode ter um termo vasto, ter boas pastagens e

boas condições para o pastoreio de rebanhos, mas dificilmente pode ter muitos ovinos se tiver poucos habitantes.

No caso do concelho de Bragança, o aspecto mais evidente na evolução da população é o despovoamento das zonas rurais. No período de 1981-1991, a população do concelho decresceu cerca de 8% (Anexo 12) apesar dos aumentos verificados nas duas freguesias da cidade (9%); nas freguesias limítrofes, Castro de Avelãs (51%) e Samil (100%), onde já se faz sentir o crescimento urbano da cidade de Bragança; e em Rabal (9%). Nas restantes freguesias houve diminuição da população e em onze delas o decréscimo é superior a 30%.

Apenas as freguesias da cidade, Samil e Izeda, têm mais de 900 habitantes. Das restantes, trinta e três (cerca de 2/3 das freguesias) têm menos de 400 habitantes e destas, dezassete possuem menos de 300. Com população inferior a 200 pessoas há, ainda, cinco freguesias. Se atendermos a que a maioria das freguesias incluem várias aldeias anexas, podemos supor que grande número de aldeias tem uma população bastante reduzida.

Aproveitando dados sobre a população, discriminados por aldeia, provenientes de uma recolha realizada pelo PNM nas aldeias da sua na área de influência (Gafeira, 1989: 17, 18) podemos fazer a comparação, a título de exemplo, entre as aldeias de Rabal e de Montesinho. Rabal, sede de freguesia, é uma das aldeias do concelho com maior número de ovinos. Tem 945 ovinos inscritos e é a terceira aldeia do concelho por ordem de importância do efectivo ovino. Tem cerca de três ovinos por habitante e o número de manifestantes de ovinos inscritos representa cerca de 2% dos habitantes. Montesinho, pertence à freguesia de França, possui 230 ovinos inscritos, numa proporção de cerca de seis ovinos por habitante e o número de manifestantes de ovinos inscritos representa 10% dos habitantes da aldeia.

Podemos considerar que a aldeia de Montesinho tem boas condições para o crescimento dos efectivos ovinos. Tem um termo vasto; dispõe de pastagens melhoradas nas zonas mais elevadas da serra que permitem a manutenção dos rebanhos no Verão; o PNM e os Serviços Florestais apoiam a exploração de ovinos, principalmente pela implantação e fertilização das pastagens e na melhoria das condições higio-sanitárias dos rebanhos. Mas, para além de outras razões, o número bastante baixo de habitantes pode ser um factor limitante ao aumento do número de animais.

Para além da questão demográfica, outros aspectos de ordem sócio-cultural relacionados com a comunidade podem fazer-se sentir. É possível encontrar diferenças de atitude das pessoas perante o estatuto social do pastor e a prática de pastoreio. Existe uma certa hierarquia de prestígio entre os diversos tipos de produção animal. A produção bovina é mais considerada que a produção ovina e esta mais que a produção caprina. Lavrador é quem possua "junta de crias", "cabreiro" é quem não tem bovinos e guarda cabras. A posição subalterna dos ovinos parece ter tendência a desvanecer-se, entre

outras razões, devido à crescente valorização do rendimento da produção ovina relativamente a outras actividades.

Entre alguns residentes das aldeias é possível detectar uma certa oposição aos criadores de ovinos e caprinos, com o argumento de que os animais causam estragos. Oposição esta que é muito mais evidente em relação aos caprinos. Como já referimos, a posição das Juntas de Freguesia tem grande importância no desenvolvimento da criação de ovinos nas aldeias respectivas, e existem grandes diferenças na forma como as diversas Juntas encaram o sistema de pastoreio de percurso.

É conveniente que os habitantes de uma aldeia não se oponham ao sistema de pastoreio de rebanhos. Em algumas aldeias as pessoas contactadas afirmaram que não havia ovelhas porque o povo não queria esses animais na aldeia, nem os rebanhos a fazerem pastoreio pelos campos.

Além da atitude da população perante o sistema de exploração de ovinos, também a forma como várias instituições actuam, planeiam e preparam as suas acções, tem reflexos no desenvolvimento e evolução da produção ovina.

2.7 - Instituições: várias formas de acção nas explorações de ovinos

Os criadores de ovinos estão inseridos numa comunidade vasta, a vários níveis, que intervém de diversas formas no funcionamento das explorações e na evolução e desenvolvimento da produção ovina. Esta intervenção faz-se, principalmente, de uma forma institucionalizada, através de entidades públicas. É também através destas instituições que se faz a aplicação das medidas de apoio decorrentes de programas nacionais ou comunitários quer sejam de âmbito específico da ovicultura ou de carácter geral para agricultura.

Vamos fazer uma breve referência às principais instituições que, no concelho de Bragança, desenvolvem acções ou tarefas com influência na produção ovina. Nestas condições temos a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM), a Administração Florestal de Bragança, o Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS) de Bragança, o Parque Natural de Montesinho (PNM) e a Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB).

A DRATM, como entidade directamente relacionada com as actividades agrícolas e pecuárias, é a instituição com influência mais decisiva na vida das explorações de ovinos. As principais acções de fomento, gestão da concessão de apoios e subsídios, fiscalização e controlo passam, de uma forma ou de outra, pela DRATM. Através da Zona Agrária da Terra Fria (ZATF) instalada em Bragança, presta assistência técnica aos criadores de ovinos. Dá apoio, por exemplo, na elaboração de projectos de

investimento e nos domínios das pastagens, nutrição e melhoramento animal. A ZATF faz o controlo da importação e exportação de animais, marcação dos animais destinados ao abate sanitário e faz, ainda, a fiscalização das condições para atribuição das ajudas comunitárias, nomeadamente das IC e do Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos. Coopera com outras entidades na realização de acções de fomento e divulgação técnica junto dos criadores de ovinos.

A Administração Florestal de Bragança tem a seu cargo os perímetros florestais que se situam no concelho e estes incluem áreas de pastagem para os rebanhos. Sempre que solicitado pelas populações, a Administração Florestal faz melhoramento de pastagens, nomeadamente limpeza e fertilizações. Apoiou ainda a criação de cooperativas de criadores de ovinos e cedeu instalações para estas cooperativas.

O ADS de Bragança, criado em 1 de Março de 1991, abrange a quase totalidade do concelho e a sua acção é extensiva às diferentes espécies pecuárias. Alguns pastores das aldeias no Sul do concelho ainda estão inscritos no ADS de Macedo de Cavaleiros que já existia antes da formação do ADS de Bragança. O ADS faz as vacinações e desparasitações dos rebanhos inscritos assim como o despiste sanitário. As condições para adesão ao ADS de Bragança consistem no pagamento de uma jóia de inscrição de três mil escudos, na posse de animais e de exploração sediada na área de influência da ADS. Por enquanto não são exigidas quotas ou qualquer outro tipo de pagamento periódico.

O PNM, no concelho de Bragança, abrange uma faixa para Norte da cidade de Bragança que se estende desde a fronteira até Vinhais. O PNM tem efectuado, com a colaboração de outras entidades, acções de divulgação, exposições e concursos de ovinos da raça Galega Bragançana e desenvolveu acções de apoio técnico aos criadores inseridos na área do Parque. Presta colaboração na criação do livro genealógico da raça Galega Bragançana.

A ESAB tem desenvolvido trabalhos de investigação na área da produção ovina e colabora com outras entidades na realização de acções de divulgação e formação.

É de salientar que muitas das acções são realizadas com a colaboração de todas ou de várias das instituições acabadas de indicar. Também a Câmara Municipal de Bragança, a Assembleia Municipal e as Juntas de Freguesia, principalmente pelas posturas em vigor, condicionam de modo significativo a actividade dos criadores de ovinos. De seguida, vamos abordar as questões levantadas pelas posturas de apascentação, mas antes vamos referir a importância que pode assumir a posição dos elementos da Junta de Freguesia. Como exemplo desta acção podemos assinalar que várias Juntas de Freguesia patrocinaram a formação de um depósito em dinheiro, de todos os pastores da aldeia, para indemnizar os residentes pelos eventuais prejuízos provocados pelos rebanhos. Esta medida, ao responsabilizar todos os pastores pelos

prejuízos, facilita a identificação rápida dos causadores dos estragos ocorridos e diminui as possibilidades de conflitos entre os vizinhos da aldeia e os pastores. Mas também há Juntas que são manifestamente contra o pastoreio dos rebanhos e levantam dificuldades à exploração ovina.

2.7.1 - As posturas autárquicas são inadequadas ao sistema tradicional de exploração de ovinos

As posturas autárquicas sobre apascentação e divagação de animais têm implicações na produção ovina porque introduziram alterações no funcionamento do sistema tradicional de exploração de ovinos. Muitas normas destas posturas estão em contradição com os usos e costumes tradicionais do manejo e condução dos rebanhos, razão pela qual se verifica a oposição dos pastores a estas posturas. Vejamos em que consistem as posturas autárquicas.

Há dois tipos de posturas sobre a apascentação e divagação de animais: uma de âmbito concelhio e outra a nível de freguesia. A postura municipal é da responsabilidade da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal do respectivo concelho e vigora sobre a área desse concelho. As posturas das Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia vigoram na área da respectiva freguesia. Estas, quando existem, sobrepõem-se à postura municipal.

Na área estudada existe uma Postura Municipal sobre Apascentação e Divagação de Animais, em vigor desde 1990, aprovada pela Assembleia Municipal de Bragança e pela Câmara Municipal de Bragança e a vigorar em todo o concelho, excepto nas freguesias de Izeda e Calvelhe, que possuem as suas posturas autárquicas próprias (Anexo 13). Estas últimas são muito semelhantes. Nos aspectos que os pastores e criadores de ovinos e caprinos consideram mais relevantes, as diferenças são mínimas. Resumindo os aspectos que consideramos mais importantes nestas posturas, temos que:

- É proibida a estabulação e pernoita de gado ovino ou caprino dentro das povoações. Os animais só poderão passar pela aldeia, em trânsito para outros lugares, feiras ou exposições;
- é proibido levar gado ovino ou caprino a beber nos tanques ou depósitos situados no interior das povoações (Postura das Águas e Fontes);
- em propriedades particulares os animais só podem ser apascentados desde que o pastor possua uma licença por escrito dos respectivos proprietários, visada pela Junta de Freguesia. Nas restantes áreas só pode andar com autorização escrita da Junta de Freguesia ou respectivas entidades administrativas (paróquias, comissões) e dentro do tempo ou épocas em que não haja perigo

para o crescimento, desenvolvimento ou vida das plantações, e época de colheita dos frutos. Esta licença por escrito deve indicar o período de validade e pode ser revogada a qualquer momento. Esta licença deve ser exibida pelo pastor quando interpelado pelas autoridades, designadamente a GNR;

- o gado tem que andar sempre com o pastor e este deve ser maior de 14 anos (excepto para um número de animais não superior a 5 cabeças). O pastor não pode andar munido de arma de fogo ou quaisquer ferramentas cortantes;
- por cada 25 cabeças, uma delas deve ser portadora de um chocalho de metal;
- é proibido apascentar em terras cultivadas e nas zonas de faceira (zonas de cultivo de cereal);

Existem ainda algumas situações mais específicas de cada postura, como sejam:

- a obrigatoriedade dos proprietários de gado ovino ou caprino manifestarem os seus rebanhos nas Juntas de Freguesia de Izeda e Calvelhe, no início de cada ano;
- a proibição de incorporar nos rebanhos de ovinos mais do que uma cabeça adulta de gado caprino, na freguesia de Calvelhe.

As diferenças que existem entre as três posturas referidas são, de modo geral, relativas a:

- referências quanto à área de jurisdição e entidades envolvidas;
- valores monetários das coimas. Os limites máximos na postura municipal são ligeiramente mais altos. As coimas na freguesia de Calvelhe são aplicadas "por cabeça";
- pequenas diferenças nos prazos indicados para cumprimento de condições determinadas nas posturas. Nalguns casos, esta diferença é devida a questões relacionadas com o calendário de actividades das culturas agrícolas.

A entrada em vigor da postura municipal trouxe inúmeros problemas aos criadores de ovinos. De acordo com informações fornecidas por pastores e associados da Associação de Pastores Transmontanos, no primeiro ano de vigência desta postura foram aplicadas 987 multas, pela GNR do concelho, que se empenhou na aplicação das disposições da postura. São conhecidos vários casos de criadores que, segundo afirmam, venderam as ovelhas devido às dificuldades colocadas pela postura.

A aplicação da postura originou situações pouco claras. A proibição do pastoreio na zona da faceira levou a que alguns pastores fossem multados quando andavam com o rebanho em terras de sua propriedade (terras de adil). Actualmente muitas aldeias não seguem a prática da faceira e a cultura de cereal estende-se por todo o termo.

Verificaram-se também situações injustas e absurdas. Podemos indicar como exemplos o caso duma pessoa que possuía duas ovelhas e outra que possuía três cabras

que foram multados em dez mil escudos por que os animais eram recolhidos, durante a noite, na povoação. Não nos parece que, a uma pessoa que tem um número tão reduzido de ovinos ou caprinos, se deva exigir a construção de alojamento fora da povoação para esses animais. Da mesma forma, a proibição de pernoita de ovinos nas povoações afectou os rebanhos em regime de pastoreio comunitário ou vezeira. Estes integram animais de várias pessoas, cada uma delas possuindo um pequeno número de ovinos.

A postura diz que "é expressamente proibida a estabulação ou pernoita de gado lanígero ou caprino dentro das povoações". Vários pastores pediram, sem sucesso, que os técnicos da Câmara Municipal delimitassem, no local, o limite a partir do qual se consideraria "fora da povoação", para assim poderem construir o alojamento para o rebanho. Nalguns casos, alojamentos que foram construídos em locais isolados viram-se cercados por casas, geralmente de emigrantes, e ficaram sujeitos às multas impostas pela postura.

Os pastores tentaram a revisão desta postura e recorreram a diversas instituições. Uma exposição à Assembleia da República mereceu um relatório (Anexo 14) que refere a necessidade de a tornar mais adequada às realidades da região.

A postura de apascentação mostra como a intervenção de uma instituição pode influenciar de forma negativa a exploração de ovinos devido ao desajustamento entre a regulamentação criada e as condições em que se processa a actividade.

2.7.2 - As ajudas ao investimento não estão apropriadas às condições dos pastores

Em teoria poderia esperar-se que as ajudas ao investimento na agricultura, realizadas em explorações de ovinos, promovessem mudanças no sistema de exploração destes animais. Pelo que nos foi dado observar, o recurso a tais ajudas não conduziu a uma mudança notória naquele sistema. De uma forma geral, os criadores que fizeram investimentos não procederam a alterações profundas na forma como fazem o maneio e a condução do rebanho.

O criador de ovinos, tal como qualquer outro agricultor, pode recorrer a ajudas ao investimento através do Regulamento 797 (CEE), em vigor desde 1986. Estas ajudas, nomeadamente nos investimentos em cercas (vedações), prados, pastagens e instalações poderiam favorecer a alteração do sistema de exploração praticado através da introdução de novas técnicas de pastoreio (pastoreio cercado) e conseqüente abandono do pastoreio de percurso; novas técnicas de produção como, por exemplo, a opção pela engorda intensiva dos borregos e a utilização de raças exóticas e outras. A este propósito podemos referir o modelo experimental proposto pelo PDRITM para a Zona da Terra

Quente que apontava para a instalação de explorações de ovinos com uma área mínima de 30 ha, com ajudas à aquisição de animais; construção de ovil; aquisição de cercas para protecção das áreas de pastagem, permitindo cercar onze blocos; instalação de pastagens temporárias e permanentes. É evidente que uma exploração deste tipo tem pouco em comum com as explorações que praticam o pastoreio de percurso em moldes tradicionais.

Vejam os que aconteceu no concelho de Bragança quanto aos projectos de investimento ao abrigo do Regulamento 797 (CEE). Segundo informações fornecidas pela ZATF, nos anos de 1987 a 1990 foram aprovados para concessão de ajudas, doze projectos de investimento apresentados por criadores de ovinos (Quadro 1.12). Estes doze projectos aprovados representaram um investimento total de 43.476 contos. Desta quantia, cerca de 52% foram investidos na compra de ovelhas e 30% investidos na construção de alojamento para os animais. O investimento em prados (15,3 ha no total) e pastagens (47,5 ha no total) é relativamente baixo, cerca de 11%, ligeiramente inferior ao investimento em estruturas de apoio, armazéns e vedações.

Quadro 1.12 - Investimentos no âmbito do Reg. 797 (CEE) realizado por criadores de ovinos do concelho de Bragança, no período de 1987 a 1990

Criador de ovinos	Ano	Montante dos investimentos (em contos)						Total
		Animais	Ovil	Armazém	Vedações	Prados	Pastagens	
A	1987	2 350	1 100	770	522	91	384	5 217
B		775	610	-	290	120	-	1 795
C	1988	3 000	1 229	95	750	56	800	5 930
D		2 000	1 580	-	669	35	-	4 284
E	1989	1 190	-	-	327	35	180	1 732
F		3 000	2 240	-	435	-	324	5 999
G		480	-	-	-	76	-	556
H		1 275	1 027	552	-	-	450	3 304
I	1990	4 290	120	-	-	613	618	5 641
J		1 500	1 710	-	-	-	320	3 530
L		800	470	-	-	-	253	1 523
M		1 930	1 193	-	447	395	-	3 965
TOTAL:		22 590	11 279	1 417	3 440	1 421	3 329	43 476

Tivemos oportunidade de contactar e entrevistar cinco destes criadores de ovinos. Verificámos que, apesar da apresentação do projecto de investimento, o sistema de pastoreio de percurso se mantém. Não há qualquer diferença na forma como é feito o maneio e condução do rebanho, entre estes criadores e aqueles que seguem o sistema tradicional. O investimento na aquisição de animais é feita, fundamentalmente, na compra de animais de raça autóctone. Em três casos houve aquisição de machos de raças

exóticas para cruzamento, mas dois criadores já abandonaram, entretanto, essas raças e o terceiro punha algumas reservas à manutenção futura desses reprodutores.

Os investimentos em prados e pastagens consistiram, fundamentalmente, no melhoramento de lameiros já existentes (em sementes e rega) e na preparação de terrenos para implantação de forragens à base de aveia e ferrãs.

A construção do ovil é a melhoria mais evidente nestas explorações. Possuem área coberta superior às necessidades dos animais mas têm grande capacidade para armazenamento de palhas e fenos. O investimento em vedações não foi feito em cercas para parqueamento de pastagens. Nos cinco criadores contactados estas vedações referem-se a parques contíguos ao ovil e/ou vedações de terrenos que não são utilizados exclusivamente pelos ovinos.

A adesão às ajudas ao investimento foi, sem dúvida, fraca. Tenha-se em consideração que ao nível do concelho, em quatro anos, apenas doze criadores aderiram. Por outro lado, a apresentação do projecto de investimento não correspondeu a uma alteração no sistema de exploração. A fraca adesão dos criadores pode ser explicada por não haver adaptação dos programas de apoio ao investimento às suas condições específicas. Geralmente estes programas exigem que a exploração agrícola que se candidata às ajudas detenha área, própria ou arrendada, capaz de fornecer as unidades forrageiras necessárias à produção animal. Mas, no sistema tradicional a alimentação dos ovinos não está dependente apenas das terras próprias ou arrendadas. Vigoram várias formas de arrendamento informal ou de cedência de terras que não estão previstas pelos programas de apoio ao investimento.

É muito difícil, para o criador de ovinos, adoptar um sistema de exploração baseado no pastoreio cercado, em raças melhoradas ou em engorda intensiva, pois alguns factores como a dimensão das explorações agrícolas, a estrutura fundiária, as possibilidades de produção forrageira e as condições do meio dificilmente permitem esta opção. Por outro lado, o sistema tradicional de criação de animais rústicos de raça autóctone, bem adaptados ao meio, capazes de fazer o aproveitamento dos fracos e escassos recursos alimentares e o pastoreio de percurso para o aproveitamento desses recursos permite ao criador manter a um nível muito baixo os encargos que tem de suportar com a manutenção e criação destes animais. Por isso, a generalidade dos pastores é de opinião que a criação de rebanhos segundo os moldes tradicionais é a opção mais vantajosa e que lhes dá mais rendimento.

Temos vindo a abordar alguns aspectos da influência das instituições sobre as explorações de ovinos. Como vimos, por vezes a actuação das instituições não é do agrado dos criadores de ovinos. Daí o surgir de formas de associativismo entre os pastores, que visam a defesa dos seus interesses.

2.8 - Associativismo: uma necessidade sentida pelos criadores

O associativismo entre os criadores de ovinos do concelho de Bragança é relativamente recente e fraco. Foi a partir da entrada em vigor da postura municipal e dos problemas que daí resultaram, que surgiram as primeiras reuniões entre os pastores. A chamada para a primeira reunião passou de boca em boca pelos pastores tendo-se juntado mais de uma centena de criadores. Posteriormente registou-se o empenho da Associação de Pastores Transmontanos (APT) e grande parte dos pastores inscreveu-se como associado desta associação.

Sediada em Mirandela, a APT tem delegados em Bragança e conta com mais de uma centena de associados neste concelho. Já com o patrocínio da APT realizaram-se, no primeiro ano de vigência da postura, mais de uma dezena de reuniões de pastores do concelho. Segundo alguns criadores envolvidos neste processo, a adesão dos pastores foi grande. Acordaram algumas formas de actuação tais como: a recusa de pagamento das multas; reuniões com membros de todos os partidos representados na Assembleia Municipal; reuniões com o presidente da Câmara Municipal; envio de uma exposição ao Provedor de Justiça, assinada por centenas de pastores; sensibilização de todos os pastores e entidades interessadas ou relacionadas com esta questão.

Estas acções tiveram resultados práticos muito reduzidos. Em nossa opinião, esta questão assumiu, a partir de certa altura, aspectos politico-partidários que afectaram a sua evolução. Acresce ainda o facto de a direcção da APT ser apontada como sendo conotada partidariamente, o que levantou algumas susceptibilidades.

Outra organização de carácter associativo é a Associação de Criadores de Ovinos da Raça Galega Bragançana. Criada recentemente, conta com o apoio de várias entidades, nomeadamente os serviços do Ministério da Agricultura e do PNM. Pretende desenvolver a ovicultura da região principalmente mediante a preservação e melhoramento da raça Galega Bragançana.

Na aldeia de Montesinho existe uma associação de carácter cooperativo, a Associação de Criadores de Ovinos da Aldeia de Montesinho, que agrupa vários criadores da aldeia e, segundo informação da Administração Florestal de Bragança, há projectos para a criação de uma cooperativa de criadores de ovinos na freguesia de S. Julião de Palácios.

3 - Tipologia da exploração de ovinos no concelho de Bragança

Feita a apresentação das condições a que está sujeita a exploração de ovinos no concelho, é possível verificar a existência de alguns factores que, sendo variáveis no espaço e/ou no tempo, podem ser usadas para a diferenciação de situações com condições específicas. Estas condições resultam da acção e interacção desses factores, embora seja diversa e diferente a forma como cada um deles intervem. A distribuição dos ovinos e a importância da produção ovina em cada zona ou aldeia resultará da interacção entre os diferentes factores e da preponderância que cada um tem em situações mais específicas. Por isso, em determinadas circunstâncias, um destes factores pode tornar-se decisivo ou limitante para a produção ovina, assumindo um papel que não terá noutras situações. Da mesma forma, as condições para a exploração de ovinos, numa dada zona ou aldeia e que determinam e condicionam o manejo dos ovinos, estão dependentes da acção e influência dos factores acima referidos. Assim, os criadores de ovinos do concelho de Bragança não se encontram todos nas mesmas condições.

Da variabilidade de alguns factores resultam aldeias com diferentes condições para a exploração de ovinos, pelo que, podemos organizar grupos de aldeias com condições semelhantes, mas diferentes de grupo para grupo. Desta forma obtemos uma tipologia para as aldeias do concelho.

São possíveis diferentes formas de elaboração de uma tipologia, em função dos factores e variáveis consideradas. Para a elaboração de uma proposta de tipologia experimentámos várias hipóteses, utilizando diferentes variáveis. A título de exemplo, podemos referir que é possível distinguir diversos grupos de aldeias em função do número de ovinos de cada aldeia e da forma como esses ovinos se distribuem por diferentes classes de efectivo do rebanho. Assim, temos um tipo que representa as aldeias com número muito elevado de ovinos, com mais de seis rebanhos e todos os rebanhos com efectivo superior a cem animais. Temos outro tipo que agrupa aldeias com número elevado de criadores de ovinos, sendo cada um possuidor de um pequeno número de animais. Temos um outro tipo que engloba aldeias onde predominam os rebanhos com efectivo compreendido entre cinquenta e cem animais. Podemos ainda agrupar as aldeias que possuem apenas um ou dois rebanhos, mas com efectivo superior a cem animais.

Como vimos, é possível definir vários tipos. Da conjugação das diferentes classes para as variáveis efectivo da aldeia; efectivo do rebanho; número de criadores de ovinos em cada aldeia, resultam dezasseis tipos diferentes. É um número muito elevado e a tipologia perde eficácia e utilidade prática. É conveniente que a tipologia não resulte numa grande dispersão de grupos.

A tipologia deve ser útil para prever situações, evidenciar diferenças e permitir uma visão global da zona em estudo. Deve, ainda, isolar situações com problemáticas distintas e que implicam diferentes formas de intervenção ou de estudo. Para isso, a tipologia deve ser feita de acordo com os factores mais importantes ou aos quais se atribui uma maior importância para o funcionamento da exploração e manejo dos ovinos. Escolhemos dois factores, a produção de cereal e a existência de baldios utilizáveis, como variáveis a considerar para a elaboração da nossa proposta de tipologia para o concelho de Bragança. É manifesta a importância destas variáveis na disponibilidade de recursos alimentares, no manejo alimentar dos rebanhos e na escolha dos percursos. Estas variáveis também estão relacionados com as formas de posse, ocupação e uso da terra, que condicionam o acesso aos recursos alimentares e a gestão do território disponível para os percursos de pastoreio.

Como já vimos atrás (no ponto 3.5) as terras associadas à cultura de cereal são importantes para a criação de ovinos. Os terrenos em pousio constituem um suporte favorável à prática do pastoreio de percurso. Como não podemos quantificar as áreas afectas à cultura de cereal em cada aldeia, tomámos como referência a produção de cereal para diferenciar as aldeias relativamente a esta variável.

A existência de baldios que possam ser usados para pastoreio de ovinos permite ao pastor mais possibilidades de percursos com o seu rebanho. Sendo baldios, estes terrenos podem ser utilizados por qualquer vizinho da aldeia sem grandes impedimentos ou restrições e não está tão dependente das terras pertencentes a particulares.

Para cada uma das variáveis consideradas, criámos dois estratos. Da combinação destes estratos elaborámos a tipologia das aldeias (Quadro 1.13). Relativamente à produção de cereal dividimos as aldeias em dois estratos: aldeias com produção média anual superior a 120 toneladas e aldeias com produção média anual inferior a 120 toneladas. Escolhemos o valor de 120t porque é o valor da média da produção das aldeias do concelho, no período considerado. Relativamente à existência de baldios utilizáveis, dispomos da informação recolhida através das entrevistas que nos permite dividir as aldeias em dois estratos: aldeias com baldios utilizáveis e aldeias sem baldios utilizáveis.

Quadro 1.13 - Definição das classes de acordo com as variáveis consideradas

Variáveis	Produção de cereal superior a 120t	Produção de cereal inferior a 120t
Com baldio utilizável	C1	S1
Sem baldio utilizável	C2	S2

Vejamos como se distribuem os ovinos pelas diferentes classes e a sua importância relativa. O Quadro 1.14 mostra a distribuição de ovinos assim como o número de aldeias de cada classe.

Quadro 1.14 - Número de aldeias e distribuição dos ovinos pelas diferentes classes

Classes	nº de aldeias	nº de ovinos	% de ovinos
C1	18	9 421	32
C2	20	6 938	23
C1+C2	38	16 359	55
S1	26	5 932	20
S2	42	7 288	25
S1+S2	68	13 220	45
TOTAL GERAL	106	29 579	100

As aldeias da classe C1 são localidades com grande produção de cereal, logo possuem áreas significativas de terras dedicadas a esta cultura, e possuem terrenos baldios que são utilizados pelos rebanhos para pastoreio. Podemos considerar que são estas as aldeias que apresentam as melhores condições para a criação de rebanhos tanto pela disponibilidade de terrenos para efectuar os percursos de pastoreio como pela facilidade de recorrer a terrenos de uso comunitário e, portanto, acessível a todos os criadores. Podemos verificar que as dezoito aldeias da classe C1, apenas 1/6 das aldeias, possuem perto de 1/3 do total de ovinos do concelho. Na classe C2 temos aldeias com grande produção de cereal, mas onde os baldios não existem, ou não apresentam interesse para os ovinos. Sendo apenas vinte aldeias, representam 23% dos ovinos do concelho. As duas classes (C1 e C2) que agrupam as aldeias com produção de cereal acima da média detêm 55% dos ovinos, apesar de representarem apenas 36% das aldeias.

Quarenta e quatro aldeias com baldio utilizável (classes C1 e S1) possuem 52% dos ovinos e as sessenta e duas aldeias sem baldio utilizável (classes C2 e S2) possuem 48% dos ovinos.

Na Fig. 1.15 podemos ver a localização geográfica destas classes. Como os valores das variáveis em questão faziam prever, a classe C1, a mais importante em termos de efectivos, distribui-se por manchas dispersas na zona das aldeias com maiores produções de cereal. Isso faz com que as aldeias da classe C2 surjam em zonas contíguas às aldeias da classe C1. As classes S1 e S2 encontram-se, de forma geral, dispersas pela área do concelho.

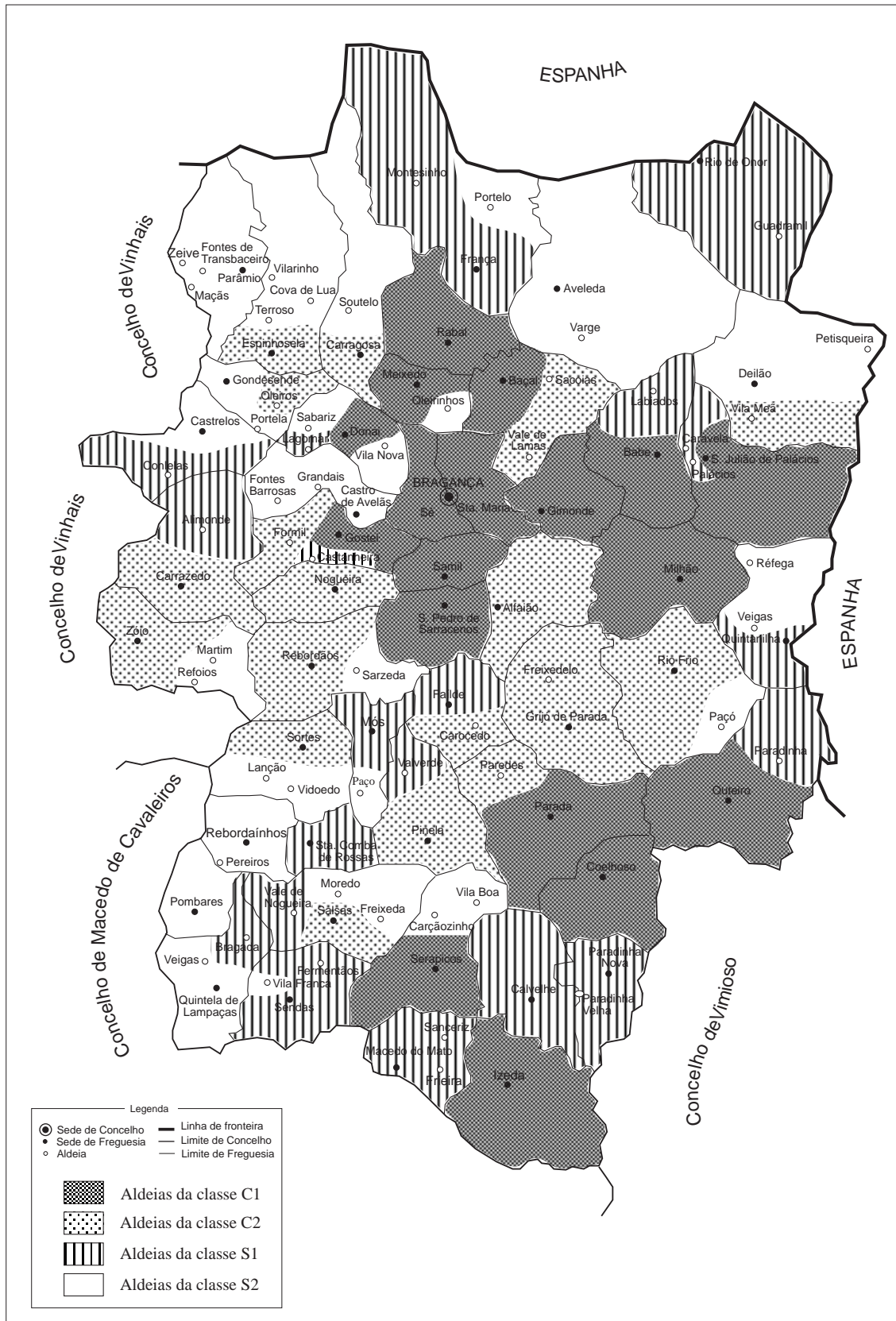


Fig. 1.15 - Classificação das aldeias do concelho de Bragança de acordo com a tipologia definida

Esta tipologia mostra, em primeiro lugar, a diversidade de situações existentes no concelho de Bragança quanto às condições para a exploração de ovinos. Em segundo lugar, identifica e localiza as aldeias que se encontram em situação semelhante quanto a essas condições. Em terceiro lugar, permite-nos interpretar as diferentes classes, ou seja, conhecer a importância relativa de cada uma; as suas características, quanto às variáveis que foram consideradas; as suas potencialidades para o desenvolvimento da produção ovina. Qualquer acção ou programa para o desenvolvimento da ovinicultura que respeite o sistema tradicional de exploração deve considerar as diferentes situações, decorrentes das condições das várias classes, e a importância relativa de cada classe.

Não parece razoável a preparação de acções de desenvolvimento da ovinicultura dirigidas apenas para uma ou duas das classes definidas, no entanto, é previsível que os resultados dessas acções venham a ser melhores nas localidades da classe C1. Isto porque os pastores destas zonas podem dispor de maior facilidade de acesso a recursos alimentares. Uma política de desenvolvimento da produção ovina deverá obrigatoriamente considerar as formas de ocupação e uso das terras actualmente afectas à cultura de cereal e dos baldios. As terras dedicadas à cultura de cereal são, como vimos, uma fonte importante de recursos alimentares para os rebanhos, a sua utilização é, geralmente, feita de uma forma natural que decorre das relações entre os pastores e os proprietários. Mas, com os problemas que afectam a cerealicultura, pode vir a dar-se uma redução substancial da área destas terras, reduzindo o seu interesse para o pastoreio. Nos terrenos baldios, a regulamentação sobre a sua gestão pode condicionar as possibilidades de manutenção de um coberto vegetal capaz de servir para pastoreio, assim como as formas de acesso e utilização destes terrenos. Em muitas aldeias da classe C2 existem baldios mas não estão em condições de serem usados pelos rebanhos. Em muitos casos poderia ser possível a recuperação destes terrenos.

Em nossa opinião, e face às condições específicas de cada classe, as classes C1 e C2 são aquelas onde é possível actuar com acções de fomento e desenvolvimento da exploração de ovinos com maiores possibilidades de sucesso.

Para o nosso trabalho de estudar, ao nível da exploração, o funcionamento do sistema tradicional de exploração de ovinos no concelho de Bragança tivemos em atenção esta tipologia, partindo do pressuposto de que as condições de exploração de ovinos são diferentes entre aldeias de classes diferentes. Para a realização deste trabalho visitámos aldeias das diversas classes, de acordo com a importância relativa de cada uma. Assim, fizemos dez entrevistas em aldeias da classe C1, cinco entrevistas em aldeias C2 e nas classes S1 e S2, duas e três, respectivamente. É do estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos, ao nível da exploração agrícola, que vamos tratar no capítulo seguinte.

Capítulo II

O sistema tradicional de exploração de ovinos

1 - Quadro teórico e conceptual para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos

No capítulo anterior fizemos uma abordagem aos sistemas de exploração de ovinos, ao nível do concelho. A esse nível não é possível detectar as razões que determinam as escolhas dos criadores, a racionalidade das explorações e o funcionamento da exploração de ovinos. Neste capítulo vamos estudar o sistema ao nível da exploração, ou seja, o seu funcionamento e as relações entre os elementos que o constituem.

Vários autores propõem dois níveis de abordagem para a compreensão do funcionamento das explorações agrícolas. Um centrado na exploração agrícola como sistema, outro designado sistema família-exploração que é constituído pelo conjunto da exploração agrícola, o agricultor e a sua família. A exploração agrícola e a família são duas componentes intimamente associadas. Esta condiciona as actividades da exploração, determina as necessidades, opções e as perspectivas de futuro. Como refere Brossier (1979: 31) para o estudo da actividade agrícola, isto é, dos actos de produção, interessam os actos e os actores, ou seja, os agricultores, aqueles que produzem a partir das explorações agrícolas. O estudo do funcionamento das exploração de ovinos deve centrar-se no criador e sua família, nas suas práticas e nas suas escolhas.

Segundo Sebillotte (1979: 21) o estudo do funcionamento de uma exploração coloca algumas questões, importando distinguir diferentes níveis de objectivos e tipos de decisões no funcionamento da exploração.

O primeiro nível traduz o papel e funções que o agricultor e a família representam na exploração e uma série de contingências que eles mesmos vão impor à sua actividade. O segundo nível refere-se às orientações estratégicas, isto é, orientações a médio prazo que são assumidas no campo das possibilidades. A este nível é definido o sistema de produção. O terceiro nível diz respeito às escolhas tácticas. Estas definem, a curto prazo, os meios e a sua forma de utilização, que vão assegurar a realização prática do sistema de exploração escolhido. Estes objectivos estão sujeitos a evolução e coerência.

Os criadores sabem, por um lado, a sua maneira de fazer e, por outro lado, como alcançar os seus objectivos. Para expressar as suas escolhas, os criadores fazem referência à sua história, ao que eles sabem fazer, ao que eles querem, mas também à sua

percepção do tempo, do espaço, do animal (Auricoste, 1988: 60). O saber dos criadores é diferente do saber que é objecto da zootecnia (Vallerand, 1988: 27).

O sistema de exploração animal nasce de um projecto humano que delimita a sua extensão combinando os elementos que o compõem. O homem faz as suas escolhas, que concorrem para a realização dos objectivos e concretiza essas decisões através das suas práticas. Deve, portanto, ser visto como decisor e como actor. Estas práticas podem ser analisadas sob três pontos de vista: oportunidade, modalidade e eficácia. Todavia, estes três pontos de vista são complementares, pelo que o seu estudo deve atender a essa complementaridade. A análise do ponto de vista da oportunidade interessa principalmente à tomada de decisões, aos aspectos da gestão do sistema. Refere-se ao esclarecimento das razões e condicionalismos que levam ao uso de uma dada prática, num dado momento, face ao conjunto do sistema. O ponto de vista da modalidade privilegia o aspecto descritivo. Refere-se à "maneira de fazer", à decomposição de cada prática num encadeado de procedimentos, considerados como sinais indicadores de um grupo cultural próprio, com um "saber-fazer" e usos, comuns e característicos desse grupo. Do ponto de vista da eficácia interessam as questões técnicas e os resultados técnicos dessas práticas. A eficácia das práticas, para atingir os objectivos e os efeitos ou consequências dessas práticas (Landais, 1987: 15).

Segundo vários autores, podem-se distinguir quatro tipos de práticas, que correspondem a quatro funções na exploração animal, que se combinam logicamente no desenrolar do processo produtivo (Fig. 2.1). São as práticas de agregação, de condução, de exploração e de valorização. Esta tipologia, de ordem metodológica, permite situar cada uma das práticas no processo de produção dos animais.

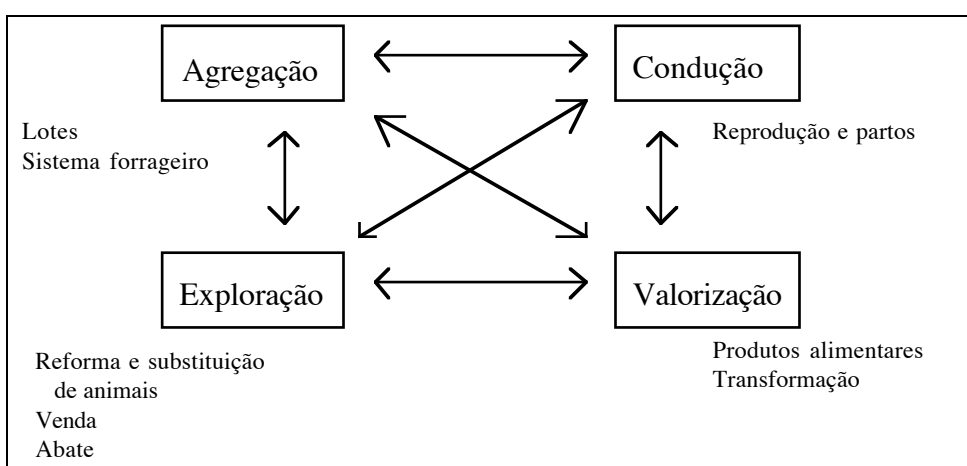


Fig. 2.1 - Práticas do processo produtivo

As práticas de agregação determinam a distribuição dos animais em grupos (lotes, rebanhos, ...) que serão conduzidos em conjunto e de forma semelhante. Estas práticas estruturam o povoamento animal, reflectem consequências na análise zootécnica e são uma forma de ajustamento e regulação do sistema de exploração principalmente face ao sistema forrageiro. As práticas de condução agrupam o conjunto de operações efectuadas pelo criador sobre os animais tendo em vista assegurar a sua manutenção e proporcionar condições para que possam obter os melhores resultados. Estas práticas podem ser decompostas em funções mais elementares, como as práticas de condução da reprodução e de partos. As práticas de exploração agrupam o conjunto de operações pelas quais o homem programa, antecipadamente, a manutenção dos animais. Estão neste caso as práticas de reforma e substituição de animais, a venda ou abate. As práticas de valorização dizem respeito às produções animais, desde a sua importância como recurso alimentar da família até aos processos de transformação antes de serem comercializados (Landais, 1987: 16-18).

Estas práticas resultam de um conjunto coerente de decisões que se condicionam mutuamente e os seus efeitos são interdependentes. Há uma combinação de práticas, de que resulta o manejo nas explorações de animais. "O manejo da produção animal resulta da combinação final das práticas do manejo de agregação, do manejo de condução, do manejo de exploração e de um manejo de valorização" (Landais, 1987: 18).

A produção animal forma um sistema próprio que pode ser definido como a organização do conjunto de elementos que intervêm na elaboração da produção animal da exploração (Gibon, Soulas, Theau 1988: 36). A missão deste sistema é elaborar uma produção animal, no quadro de uma organização constituída por uma família e um conjunto de meios de produção directamente implicados nessa missão, compreendendo, entre outros, os espaços forrageiros (Gibon, Roux, Vallerand, 1988: 8).

Diversos autores adoptam três categorias de elementos, considerados como elementos constitutivos dos sistemas de exploração animal, que são: o homem, o animal e os recursos funcionando como pólos principais na análise do sistema de exploração. O homem, como princípio organizador do sistema, o animal como elemento central e característico e os recursos que o sistema mobiliza (Landais, 1987: 11).

O sistema de exploração de ovinos praticado na região de Bragança pode ser considerado como um sistema pastoril, tal como foi já definido no capítulo anterior onde fizemos referência ao sistema de exploração e conduzimos o estudo segundo um esquema representativo deste sistema ao nível do concelho (ver Fig.1.5). Tendo por base os modelos apresentados nesse capítulo (ver Fig. 1.3 e Fig. 1.4) elaborámos um modelo para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos, ao nível das explorações. A Fig. 2.2 mostra o modelo de sistema de exploração de ovinos que serviu de base para a

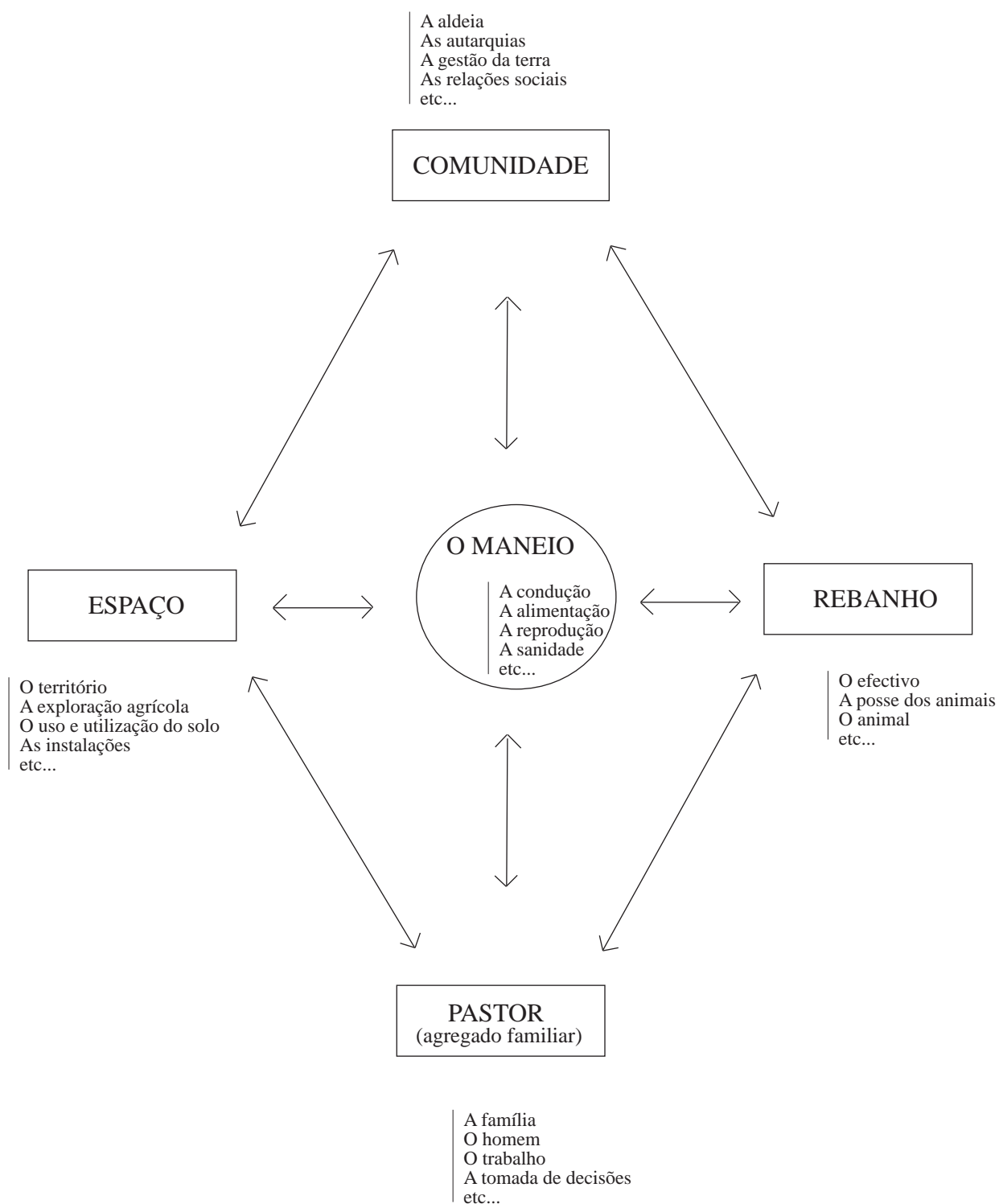


Fig. 2.2 - Representação dos níveis de análise para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos no concelho de Bragança

realização do nosso trabalho, representado por cinco elementos constitutivos. Não pretende ser uma versão final e acabada do sistema de exploração de ovinos, antes uma fórmula para iniciar o estudo deste sistema, tendo sido elaborada em função dos objectivos pretendidos e do método de execução do trabalho. A definição de um dado sistema de exploração animal não resulta de uma simples constatação da realidade, mas da sua interpretação; alguma arbitrariedade que sempre contém deve ser justificada e ultrapassada pela sua eficácia prática e por permitir evidenciar as características emergentes ao nível do sistema (Landais, 1987: 19). "A análise de sistemas e a modelização daí decorrente são instrumentos privilegiados, mas não exclusivos de outras formas de investigação, o principal interesse desta forma de abordagem é obrigar à clarificação dos objectivos da investigação" (Charpentau e Osty, 1979: 77).

As condições específicas da criação de ovinos na região de Bragança levam-nos a conceber um modelo ligeiramente diferente do esquema do sistema de produção animal (ver Fig. 1.3) e do sistema pastoril (ver Fig. 1.4) mas, é baseado nestes esquemas de representação. O modelo é composto por cinco elementos que compreendem quatro pólos (pastor, comunidade, rebanho e espaço) e um elemento referente ao manejo. Para cada elemento estão indicadas algumas das suas componentes.

A importância que assumem os factores relacionados com a comunidade no sistema de exploração de ovinos nas aldeias do concelho de Bragança, leva-nos a introduzi-la como um quarto pólo. Os outros pólos deste sistema (pastor, rebanho e espaço) resultam da maior ou menor importância, por nós atribuída, aos diferentes elementos que compõem os vértices (a diferentes níveis) do sistema pastoril (ver Fig. 1.4) e das inter-relações que são estabelecidas entre cada elemento dos diferentes pólos (ver Fig. 1.3). Na região, a distinção entre o criador e o pastor não é significativa em termos operativos. Na generalidade dos casos, o criador de ovinos é simultaneamente o pastor, que faz a guarda e gestão do rebanho, e o chefe de uma família que faz a repartição das tarefas e depende do rendimento do rebanho. Da conjugação das inter-relações entre as componentes relativas ao pastor, à comunidade, ao espaço e ao rebanho resulta o manejo. Este só pode ser compreendido e descrito a partir da influência das diferentes componentes de cada um dos pólos.

O nosso estudo pretende fazer uma abordagem global à exploração de ovinos não se limitando exclusivamente a um dado nível. Este trabalho, não sendo um estudo completo do sistema tradicional, pretende ser uma base de partida para trabalhos mais aprofundados e interdisciplinares sobre o sistema tradicional de exploração de ovinos. As componentes indicadas para cada elemento são exemplos de possíveis formas de abordagem mais pormenorizadas, que podem funcionar como portas de entrada para o estudo exaustivo deste sistema de exploração.

Neste sistema, o homem é, acima de tudo, pastor. É o dono dos animais que faz o pastoreio e a condução do rebanho. São raríssimos os casos de produtores de ovinos que encarregam outra pessoa dos trabalhos com os animais. A definição deste elemento está relacionada com as razões que levam o homem à opção por esta actividade, de que forma inicia a actividade, a aprendizagem das técnicas necessárias ao manejo e condução dos animais, as expectativas de futuro e as relações com os restantes elementos da comunidade.

O rebanho, a sua forma de condução, a sua estrutura e composição resultam de decisões do pastor face às condições de meio. O termo rebanho indica a unidade de condução, ou seja, o grupo de animais que é conduzido em conjunto e sujeito às mesmas condições de manejo e de práticas. Assim, o rebanho é constituído por sub-unidades (ou lotes) que podem ser separados, ou estar sujeitos a algumas diferenças de manejo, em determinados períodos. Apesar desta diferenciação, estas sub-unidades, tendo a sua individualidade, pertencem a um todo, o rebanho (Landais, 1987: 24). No sistema tradicional o animal é, por excelência, de raça autóctone, neste caso a Galega Bragançana. Há razões para os pastores manifestarem preferência por estes animais, mesmo depois de terem experimentado a criação de ovinos de outras raças. Este sistema de exploração exige animais com certas características e adaptados às condições de exploração. É importante conhecer as vantagens e as desvantagens dos animais de raça autóctone e as razões porque são apreciadas essas características. O rebanho constitui um elemento característico de um sistema de exploração animal. O rebanho deve ser entendido como um todo e não apenas como um somatório de animais, em termos de sistema de exploração, as decisões importantes são referidas ao rebanho (Landais, 1987: 26). Ao nível do animal, interessam-nos as razões que levam à escolha de determinada raça, a preferência por certas características associadas ao animal. Nos sistemas extensivos a aptidão para a marcha, a capacidade de resistência às parasitoses e, de um modo geral, as propriedades de adaptação aos condicionalismos do meio, assumem um papel selectivo evidente, ou mesmo primordial.

O espaço é um elemento que traduz as áreas e locais onde se movimentam e permanecem os animais. O espaço não pode ser reduzido às superfícies forrageiras exploradas, deve ser entendido como um meio estruturado, suporte de recursos e condicionalismos. Para a sua análise devem-se distinguir as características da respectiva função, o seu modo e ritmo de utilização. O espaço não se resume à soma das superfícies de pastoreio, compreende ainda outros espaços, não forrageiros mas essenciais para o funcionamento do conjunto, tais como: acessos, abrigos, lugares de repouso diurno e nocturno, lugares de armazenamento de alimentos, pontos de água. O território de um rebanho pode ser definido como o conjunto de lugares que frequenta habitualmente, e só pode ser reconhecido a partir da análise das deslocações do rebanho (Landais, 1987: 29).

Esta delimitação não é fácil porque há modificações que afectam, ao longo do tempo, a composição do rebanho e as suas deslocações. Por outro lado, o mesmo local pode ser utilizado assiduamente por vários rebanhos. A utilização de muitos locais de pastoreio não está dependente das relações animal-pastagem ou pastor-rebanho, mas de razões exteriores às explorações de ovinos. Segundo Landais (1987: 22), a mobilidade é uma função característica do animal. Esta mobilidade não é entendida no sentido biológico de locomoção, mas sob um ponto de vista sistémico e das suas relações com os outros elementos e componentes do sistema. Os animais dispõem de um território delimitado em função da liberdade que lhes é conferida pelo homem, são as práticas de condução que organizam as relações entre os dois níveis que representam o homem e o animal. O controlo exercido por aquele passa também pelo controlo da composição do rebanho (ou dos lotes) e pelo controlo do deslocamento dos animais. As modalidades de controlo e exploração, pelo homem, da mobilidade dos animais representa uma das características importantes do sistema de exploração (Landais, 1987: 22-25). Interessa identificar as terras disponíveis para pasto e a sua forma de aproveitamento. Não há explorações com área de terras próprias que seja suficiente para a manutenção do rebanho e a estrutura fundiária dificulta essa possibilidade. As diferentes formas de ocupação e uso das terras têm implicações no pastoreio. As instalações assumem particular importância no concelho de Bragança, pela regulamentação a que está sujeita a localização dos alojamentos e as implicações que se reflectem no maneio dos animais. O sistema de exploração condiciona o tipo de alojamentos, a forma de utilização e a localização das instalações. O modelo de instalações afecta o maneio dos animais e o trabalho que é necessário realizar no seu interior.

A principal característica do maneio é a prática do pastoreio de percurso. A alimentação do rebanho é baseada neste tipo de pastoreio, com aproveitamento da vegetação natural. As características que identificam o maneio são as seguintes: as técnicas de condução do rebanho; os horários de pastoreio e as épocas do ano; os períodos de escassez alimentar; as épocas de partos; as épocas de venda dos cordeiros; a alimentação; o trabalho e o tratamento sanitário dos animais.

A exploração de ovinos está inserida numa comunidade, dos vizinhos da aldeia, em que a maioria dos membros são agricultores. As práticas de pastoreio exigem a concordância dos vizinhos que são donos das terras. Concorrem para isso formas de permuta de bens ou serviços que asseguram a contrapartida necessária a essa concordância. Estas formas de relacionamento são importantes para evitar conflitos entre os pastores e os vizinhos e merecem uma atenção especial por parte dos pastores. Existam usos e costumes locais que regem o pastoreio dos rebanhos, mas autarquias assumem uma importância decisiva na regulamentação do pastoreio. O conhecimento das razões que levam ao papel que cada um destes elementos representa no sistema de

exploração é fundamental para se entender as actuais opções estratégicas dos pastores e as suas expectativas quanto ao futuro. As perspectivas de evolução e desenvolvimento deste sistema de exploração estão condicionadas por estas razões e pela evolução de cada um destes elementos.

Para executar o estudo nas explorações de ovinos, elaborámos uma ficha de inquérito que serviu para conduzir as entrevistas com os pastores. Esta ficha de inquérito (Anexo 15) é composta por quarenta perguntas numa sequência ajustada à realização da entrevista. As perguntas possuem indicações sobre alguns aspectos considerados importantes que deverão constar da resposta dada a essa pergunta pelo entrevistado. Estas indicações, em forma de interrogação e alinhadas pela margem direita da ficha de inquérito, constituem texto escondido e não são colocadas ao entrevistado quando é feita a pergunta. Dada a resposta, verifica-se se ela já contém toda a informação pedida pelas indicações da pergunta, caso contrário, insiste-se na questão colocada pelas indicações. As perguntas são abertas para permitir toda a liberdade ao entrevistado, melhorando a qualidade e quantidade de informação. Com esta ficha de inquérito fizeram-se vinte entrevistas repartidas por diferentes aldeias, assinaladas na Fig.2.3. A escolha das aldeias obedeceu à tipologia que foi definida no capítulo anterior. Esta tipologia alerta-nos para a existência de diferentes situações e condições para a exploração dos ovinos. As entrevistas abrangem as diferentes classes desta tipologia, tendo em a importância relativa de cada uma, em termos de efectivos ovinos.

Além das entrevistas e preenchimento da ficha de inquérito, fizemos, com oito pastores, o acompanhamento diário da condução do rebanho em pastoreio. Desde manhã cedo, quando o rebanho saía para o campo, até ao fim do dia, quando recolhia depois de um dia de pastoreio. Este acompanhamento, durante vários dias, permitiu-nos uma experiência de grande riqueza tanto em termos de informação como de contactos.

Nos pontos seguintes damos conta da nossa análise do sistema tradicional de exploração de ovinos, isolando cada um dos elementos, pré-definidos, do sistema. Os resultados apresentados têm por base principal a informação recolhida nas entrevistas com a ficha de inquérito aqui referida e os conhecimentos adquiridos no acompanhamento dos pastores. Sempre que possível aproveitamos ainda os dados disponíveis das entrevistas realizadas anteriormente e referidas no capítulo anterior.



Fig. 2.3 - Localização das aldeias onde se fizeram entrevistas com a ficha de inquérito às explorações de ovinos

2 - O Pastor: o homem, a vida, o trabalho e as relações com a sociedade local

Ser pastor é ter um "modo de vida" duro. Duro pelas condições e horários em que trabalha o pastor. O tipo de alimento existente e o clima obrigam a que o pastor tenha um horário para pastoreio variável ao longo do ano. Enquanto que no Inverno o pastor sai com o gado de manhã e regressa à noite, no Verão sai por duas vezes. Primeiro, cerca das cinco horas da manhã até às oito ou nove horas, altura em que encerra o gado ou o deixa a repousar nalguma sombra no campo. Volta a sair depois ao fim da tarde e faz pastoreio nocturno até cerca da meia noite, ou mesmo mais tarde.

A necessidade de sair com o gado diariamente, o pastoreio nocturno, a sujeição aos rigores do Inverno em pleno campo ou monte, as refeições levadas de manhã e tomadas no campo (por vezes ficam ensopadas pela chuva), a necessidade de carregar os cordeiros que nasceram no campo durante longas caminhadas; tudo isto faz com que a ocupação de pastor não seja atractiva, especialmente para quem nunca teve ligações ou gosto em lidar com estes animais. Os pastores costumam referir como situações mais desagradáveis: o pastoreio de noite para aproveitar as horas frescas no Verão, a necessidade de sair diariamente (esta vida "é uma prisão"), o pastoreio à chuva e à neve no Inverno e na altura das parições. Quando as ovelhas parem no campo o pastor tem de carregar os cordeiros. Para eles, até dois cordeiros não é difícil, mas mais de três é pouco cómodo e cansativo.

Na região é difícil encontrar alguém com conhecimentos para trabalhar como pastor assalariado, mesmo que se ofereçam salários altos. Quem tem o "saber" para ser pastor tem rebanho próprio. Ou, para ser assalariado, prefere ir trabalhar como pastor em Espanha. Os criadores espanhóis de ovinos, principalmente das regiões espanholas de Valladolid e Palencia, chegam frequentemente à região à procura de pastores e oferecem salários muito mais elevados do que os salários praticados entre nós.

Ao dono de um gado só interessa a entrega do rebanho a alguém com conhecimento das técnicas de condução e práticas de manejo dos animais, pois como dizem "nem qualquer um é pastor".

Em Bragança existem poucos pastores assalariados. A situação mais comum é a do pastor que conduz o seu próprio rebanho, isto devido às razões já apontadas e porque o pastor considera a criação de ovinos uma actividade rentável face às outras actividades possíveis na região.

2.1 - O pastor é jovem e tem instrução

Existe a ideia generalizada de que os pastores são um tipo de pessoas à parte, marginais na sociedade local. Diziam-nos os membros da Junta de uma freguesia do concelho de Bragança que os pastores são "meios salteadores", andam pelo que é dos outros, estragam culturas e plantações, "não respeitam nada". Há também a ideia de que os pastores são pessoas idosas que não têm (ou não tiveram) possibilidades de ter outra actividade, ou são deficientes (só se conseguem os "tolinhos" para andar com o gado) sem outras opções de trabalho. Os vários inquéritos que realizámos mostram-nos uma realidade diferente.

Os pastores entrevistados não são, na sua maioria, pessoas idosas. É frequente encontrar jovens a conduzir rebanhos e a média de idades dos pastores é, no geral, baixa. Os pastores que entrevistámos, em diferentes aldeias de Bragança, tinham em média 42 anos. Na aldeia de Milhão, num total de oito pastores, metade têm menos de 33 anos e só dois têm mais de 45 anos.

Quais as razões plausíveis para esta situação? Talvez o conjunto dos seguintes factos: a criação de ovinos cada vez mais se apresenta como uma actividade rentável relativamente a outras de índole agrícola; há falta de emprego em sectores não agrários e há hoje subsídios, gerais ou específicos, para esta actividade, designadamente as Indemnizações Compensatórias e o Prémio aos Produtores de Carne de Ovino e Caprino.

De um modo geral, os pastores entrevistados possuem instrução mínima. São poucos os que não sabem ler nem escrever, sendo estes os mais idosos. Os mais novos tiveram possibilidade de frequentar a escola primária e alguns frequentaram o Ciclo Preparatório.

2.2 - A exploração de ovinos fundamenta-se no saber e na tradição familiar

A criação de ovinos e a condução de rebanhos está muito associada à herança de família. Todos os pastores entrevistados têm tradições familiares nesta actividade: os pais e, nalguns casos, os avós, também estiveram ligados à criação de ovinos, pelo menos temporariamente. Desde pequenos que se habituaram a lidar com o gado e foi com os pais que aprenderam a conduzir os rebanhos e a tratar das ovelhas. A tradição familiar é apontada como uma das razões importantes pela decisão de enveredar pela criação de ovinos e pelo gosto por esta actividade, apesar de a família se dedicar a outras espécies, além dos ovinos. Na maior parte dos casos, os pais tiveram gados e vacas mas actualmente têm tendência a dedicarem-se só aos ovinos, sendo poucos os pastores que,

além do rebanho, possuem vacas. Alguns dos pastores que possuem vacas disseram-nos ter a intenção de as vender.

Para guardar e conduzir o rebanho nas condições em que o fazem é preciso um "saber" e um "saber fazer" próprios, que se adquirem ao longo de anos de aprendizagem. O modo de conduzir o rebanho (para isso o pastor usa sons e assobios absolutamente não traduzíveis), a utilização do cajado, a forma de atirar pedras como aviso às ovelhas e o conhecimento das ovelhas são elementos característicos que definem essa capacidade de ser pastor. É ainda necessário saber escolher os percursos conforme a época, saber agrupá-las, conduzi-las em grupo ou deixá-las espalhar-se pelo pasto. Quando o rebanho se dispersa pelo campo dizem que as ovelhas "mareiam".

Um pastor com um rebanho de cento e muitas ovelhas conhece todas elas individualmente, sabe as idades, quem são as mães, as manias e modos de comportamento de cada uma, sem que qualquer delas esteja marcada ou identificada. Este conhecimento é importante para a condução do rebanho, para detectar a perda de animais e fazer o seu controlo diário e é revelador do cuidado que o pastor tem com eles.

Estas técnicas são transmitidas de pais para filhos e são indispensáveis para o homem se sentir pastor. Apesar da actividade de pastor poder ser considerada subalterna, o trabalho de condução do rebanho exige conhecimentos que só são adquiridos com a experiência de anos. A ideia de que são pastores os "tolinhos" e deficientes não parece ter qualquer cabimento quando confrontada com a responsabilidade do trabalho. Nos casos que entrevistámos (71) encontrámos duas situações com pastores deficientes, mas nestes casos, trata-se mais dum pastor-ajudante do que o pastor do rebanho. Raramente sai sózinho com o rebanho para o pasto. Só o faz na impossibilidade do próprio pastor, que indica previamente o percurso que o gado deve seguir.

2.3 - O pastor tem "gosto por este modo de vida"

Entre os pastores entrevistados, as razões mais apontadas para a escolha deste modo de vida são: a tradição familiar, o gosto pelos animais e o rendimento dado pelo gado. Já vimos a importância da tradição familiar na aprendizagem dos métodos de condução e manejo dos rebanhos. Além desta aprendizagem, o contacto permanente e contínuo com as ovelhas desde a infância, facilmente faz desenvolver na pessoa um sentimento de carinho e gosto pelas ovelhas, mais ainda por ser incentivado pelos próprios pais. Todos os pastores entrevistados afirmaram, e é notório, que "tem gosto pelas ovelhas". Se um pastor começa a falar de uma ovelha, é capaz de nos descrever praticamente toda a vida desse animal como se possuísse uma ficha individual em que registasse tudo o que a ela diga respeito, desde doenças, partos, acidentes,

comportamentos e manias, atitudes e factos curiosos. O facto de um pastor conhecer individualmente todos os animais do rebanho é um indicador de que presta uma atenção individualizada a cada animal, só possível, na verdade, pelo gosto que tem pelos animais. O apreço pelas ovelhas, podemos mesmo dizer carinho, é manifesto na afirmação de vários pastores de que não são capazes de abater um cordeiro seu para consumo tendo que pedir a outra pessoa que o faça. Um pastor afirmou mesmo que não é capaz de comer carne de um cordeiro ou borrego seu, porque se lembra do animal.

O gosto por este modo de vida está ainda ligado ao tipo de trabalho. Trabalho independente, ao ar livre, de percurso pelo termo da aldeia, mas associado às dificuldades sentidas pela vida isolada e sujeita a condições climáticas por vezes adversas. Valorizando os aspectos agradáveis, o pastor considera a sua forma de vida saudável. A sua mobilidade permite-lhe "saber tudo". Num só dia, percorre grandes áreas do território da aldeia e observa o que ocorre e não ocorre nessas zonas. Com efeito, o pastor é das pessoas mais bem informadas da aldeia, sobre diversos aspectos, como o estado das culturas, os trabalhos que são efectuados e quem os está realizando. Conhece os percursos diários dos outros pastores e as tarefas dos agricultores, no fundo, tudo o que acontece nos espaços abertos da aldeia pode ser facilmente detectado por um pastor.

De certa forma relacionado com o gosto pelas ovelhas está a existência de um determinado padrão de animal. Este padrão, ou o "animal bonito", está ligado a várias características, de que falaremos mais adiante. Todos os pastores entrevistados definem o perfil do "animal bonito" de modo idêntico, o que faz supor que existem ideias muito claras sobre o padrão do animal, na raça utilizada na região.

2.4 - Aquisição de um gado próprio

Os pastores entrevistados começaram por andar com o rebanho dos pais, dos avós ou de outro familiar. A forma como conseguiram ter um rebanho próprio é diversa, mas alcançaram tal objectivo sempre a partir de um pequeno núcleo de ovelhas. Esse núcleo de ovelhas pode ser conseguido por meio da compra ou do "gado a meias".

Em muitos casos a compra de ovelhas foi feita por pastores que emigraram ou trabalharam fora do país. Dos pastores entrevistados, alguns foram emigrantes nos seguintes países : França, Espanha, Suíça, Alemanha, Canadá, Angola e mesmo Índia. Alguns estiveram emigrados mais do que uma vez, ou em mais de um país. Logo após o regresso compraram as ovelhas com parte do dinheiro que alí conseguiram. Apenas um pastor entrevistado tinha comprado vinte ovelhas com dinheiro que havia ganho trabalhando com o pai na agricultura.

A maior parte dos entrevistados conseguiu um pequeno núcleo de ovelhas andando com gado a meias. Ao pastor meeiro cabe metade dos cordeiros nascidos. Destes, ele vai guardando algumas fêmeas e cria-as juntamente com o rebanho. Desta forma consegue algumas dezenas de animais que constituem o núcleo inicial do seu próprio rebanho. Pode ainda ter alguma receita, no fim do contrato, se o gado for vendido por um preço superior ao "monte" inicial.

A partir deste pequeno grupo de ovelhas o pastor meeiro vai aumentando o seu efectivo, fazendo a cria das cordeiras. Da "criação" que nasce nas épocas de parições, vende os machos para obter algum rendimento e guarda todas as fêmeas para criar. A isto também chama "tirar criação".

A existência de gados a meias era bastante frequente e quase todos os pastores tiveram rebanhos nessas condições, embora seja mais notório nos pastores mais idosos. Praticamente todos disseram que os seus pais tiveram gados a meias. Esta situação, que actualmente quase não existe, tende a desaparecer e as duas razões apontadas são: se um pastor é bom, consegue juntar um grupo de ovelhas guardando as cordeiras da parte que lhe cabe; além disso, agora há maior facilidade de acesso a crédito ou outros empréstimos, seja nos bancos, seja junto de familiares ou amigos, para compra de algumas ovelhas.

2.5 - O pastor tem outras actividades complementares à criação de ovinos

A criação de ovinos, como actividade de produção animal, cumpre geralmente o papel primordial na exploração agrícola familiar, mas as exigências dessa mesma actividade ou a existência de outros recursos disponíveis faz com que praticamente todos os pastores inquiridos se dediquem a outras actividades agrícolas ou pecuárias. No contexto da exploração agrícola familiar, ele é um criador de ovinos, mas é também um produtor de cereal, criador de bovinos, ou comerciante.

Além da criação de ovinos têm outras actividades, no geral, com menor importância quanto ao rendimento global da exploração ou ao tempo a elas dedicado. Para além do seu rebanho, cultivam (em maior ou menor quantidade) cereal, forragens para o gado, hortas ou cortinhas, vinha e criam outras espécies animais. Dos setenta e um pastores entrevistados apenas um não possuía qualquer outra actividade e dependia exclusivamente da produção e rendimento do rebanho.

O cultivo de cereal (trigo ou centeio) é o aproveitamento usual das chamadas "terras de pão", que podem ser pertença do pastor ou serem terras de baldio "arrematadas". Praticamente todos os pastores cultivam algumas parcelas de cereal que lhes permitem obter grão e palha. Com a venda do grão obtêm alguma receita, a palha é

utilizada para as camas dos animais e mesmo para alimentação em épocas de escassez de alimento para o gado. Alguns pastores afirmaram-nos que "o grão não dá para pagar a máquina", isto é, a ceifeira-debulhadora.

É de salientar a importância que as terras de pão têm para os ovinos. As terras cultivadas com cereal permitem o pastoreio nas "restolhas" após o corte do cereal e os rebanhos aproveitam a vegetação espontânea que cresce nessas terras durante o tempo que ficam em pousio. Se estas terras ficarem incultas, facilmente se desenvolve uma vegetação arbustiva, que dificulta o crescimento de ervas espontâneas e é menos acessível aos rebanhos.

As ferrãs, a aveia e a cevada são semeadas em Setembro/Outubro antes das primeiras chuvas e são pastoreadas no Inverno. Normalmente os lameiros são destinados para a alimentação das vacas, mas se o pastor não possui vacas, então, a produção forrageira dos lameiros é para os ovinos, que pode ser consumida em pastoreio e feno, sendo esta forma menos frequente.

As hortas, cortinhas e vinhas são destinadas à produção de bens alimentares para consumo da família, podendo alguns desperdícios ou excedentes ser consumidos pelos ovinos.

2.6 - As explorações de ovinos recorrem a trabalho familiar

Normalmente o agregado familiar do pastor é composto pelo casal e respectivos filhos. Com muita frequência o agregado comporta ainda outros parentes: pais, sogros ou tios. O agregado doméstico tem, em média, cinco indivíduos. Dos pastores solteiros entrevistados, apenas um vive sózinho, os restantes vivem com os pais.

No geral, a condução do rebanho e o pastoreio ocupam diária e permanentemente o pastor. Quando este precisa de se ausentar para tratar de algum assunto fora da aldeia ou executar um trabalho agrícola é um elemento da família que vai com o gado ou, caso mais raro, socorre-se da ajuda de um vizinho ou amigo. O mais frequente é ser a esposa do pastor que fica com o gado, mas então o pastor "marca a volta", ou seja, indica os locais onde deve ir e o percurso que deve fazer com o rebanho. O rebanho obriga, ainda, a outros trabalhos, tais como, a remoção do estrume das corriças; a alimentação das ovelhas paridas ou cordeiros pequenos que não saiem para o pasto; o tratamento de animais doentes ou alimentação de cordeiros orfãos. A exploração agrícola do pastor tem outras actividades que obrigam à execução de trabalhos como o cultivo das hortas ou cortinhas; a cultura de cereal, de aveia ou cevada para forragem; os fenos dos lameiros e a criação de animais para consumo caseiro (porcos, galinhas e outros) ou das vacas, quando existem.

Estes trabalhos são feitos, de um modo geral, com recurso a mão-de-obra familiar e com aproveitamento dos recursos da própria exploração. Em situações de maior exigência de mão-de-obra é frequente a entreatada entre vizinhos. Os trabalhos de tosquia dos rebanhos, sega do cereal, feno e vindimas são sempre feitos com entreatada e permuta de trabalho entre os vizinhos da aldeia.

As explorações familiares com menos recursos de mão-de-obra ou de máquinas pagam geiras para a execução de alguns trabalhos.

2.7 - O pastor tem que saber gerir as suas relações com a comunidade

O pastor tem necessidade de manter boas relações com os vizinhos da aldeia. Se for conflituoso dificilmente poderá manter a sua actividade. Começará, então, a ver-lhe negada autorização para pastorear e atravessar os terrenos particulares pertencentes aos vizinhos. As boas relações são mantidas e reforçadas pela troca de bens ou serviços. O pastor dispõe de um rebanho e das necessárias infraestruturas para o seu maneio, de cordeiros, do estrume produzido pelo rebanho e de mão-de-obra familiar e, por outro lado, necessita da autorização, implícita ou explícita, dos vizinhos da aldeia para andar livremente com o rebanho pelo campo, de lameiros e terrenos de pastagem .

Para que os vizinhos não levantem obstáculos ao pastoreio de percurso, o pastor tem que estabelecer e alimentar boas relações não só com os donos das terras mas também com a Junta de Freguesia. Tem que respeitar os usos e costumes da aldeia relativos ao maneio dos rebanhos e sua condução, respeitar as culturas, as propriedades vedadas e as convenções ou sinalizações relativas ao pastoreio. É frequente o pastor fazer oferta de cordeiros ou borregos a proprietários de terras por onde anda com mais frequência.

Ao aceitar ovelhas à guarda no seu rebanho, o pastor está a comprometer o dono dessas ovelhas com o sistema de pastoreio de percurso em campo aberto, reduzindo as opiniões e atitudes contrárias ao sistema de pastoreio. Disse-nos um informante que os pastores da sua aldeia distribuíam entre si, sem haver qualquer acordo ou compromisso prévio entre eles, todas as ovelhas das pessoas que gostavam de ter alguns animais. Assim, com estas ovelhas à guarda obtinham o consentimento tácito dos vizinhos para o pastoreio em campo aberto.

2.8 - O pastor tem um papel importante na conservação do meio natural

O pastor está perfeitamente integrado no meio natural que o rodeia e explora-o de uma forma adequada e respeitando o equilíbrio natural desse meio, mediante o

pastoreio do rebanho. O pastor, ao fazer o pastoreio de percurso com o seu rebanho, está a aproveitar recursos naturais que não teriam qualquer outro tipo de utilização.

No pastoreio de percurso, as ovelhas "vão andando e comendo". Não há utilização excessiva da pastagem natural, com riscos de destruição. O pastor tem a noção de que deve proteger as zonas onde faz pastoreio, pois se o não fizer compromete as disponibilidades futuras de alimento para o rebanho.

O pastoreio nas terras de cultivo, em pousio, ajuda ao controlo de infestantes e vegetação arbustiva. Nos terrenos incultos, ou de monte, impede o crescimento acelerado da vegetação natural e contribui para a "limpeza" dos terrenos. Nos terrenos incultos, baldios e monte, o estrume deixado pelo rebanho é o único fertilizante que esse solo recebe.

Assim, esta actividade pastoril contribui para manter uma certa actividade humana em regiões ameaçadas de despovoamento e faz utilização de recursos naturais que sem ela seriam desaproveitados.

3 - O Rebanho: opção por ovelhas de raça autóctone

3.1 - O rebanho-tipo tem entre 100 e 130 animais

A exploração dos rebanhos está orientada para a produção de carne, mediante a venda de cordeiros. Nas condições actualmente vigentes na zona esta é a única actividade que é considerada rentável pelo pastor. Com efeito, a lã é de fraca qualidade e não tem valor económico e a produção de leite não tem qualquer tradição no concelho de Bragança.

O tamanho dos rebanhos é muito diverso, mas os relativamente estabilizados possuem, normalmente, um número de ovinos compreendido entre 100 e 130 animais. Nas inscrições para as Indemnizações Compensatórias de 1990 também podemos constatar este facto. De entre os 409 criadores inscritos cerca de 40% manifestaram possuir entre 100 e 180 ovinos. Se considerarmos apenas os criadores que manifestaram mais de 20 ovinos aquele indicador sobe para 59%. Naquele conjunto de produtores observaram-se 26 criadores com 100 ovinos, 20 com 130 ovinos e 17 com 120 ovinos, sendo estes os estratos com maiores frequências.

É uma ideia comum entre os pastores que um "gado" deve ter mais de cem ovelhas. Isto na perspectiva da geração de rendimentos e na da eficiência do trabalho do pastor: "o trabalho que dão algumas ovelhas é o mesmo que dá um gado de cem animais". Num gado a meias, o monte costumava ter cem ovelhas. Note-se ainda que os pastores com menos animais costumam referir-se ao conjunto, não como rebanho, mas

como um "tagalho" de ovelhas. Azevedo (1897: 4) ao tratar dos efectivos ovinos de Trás-os-Montes, refere que no distrito de Bragança, ao contrário do de Vila Real, predominam os criadores com mais de 100 ovelhas.

Os rebanhos com menos de 100 ovelhas, no geral, são rebanhos que estão em crescimento ou em recessão. Entre os pastores entrevistados, nenhum possuía um rebanho com menos de cem cabeças que estivesse estabilizado. Os quatro rebanhos que encontramos com um efectivo superior a 200 ovinos dizem respeito a situações, de certa forma, atípicas. Dois pertenciam a criadores que fizeram projecto de investimento no âmbito do Reg CEE-797. Os outros dois pertenciam a criadores que negociam com ovelhas e, conseqüentemente, o efectivo destes produtores varia com muita frequência consoante as compras ou vendas que efectuam.

Segundo os pastores de várias aldeias "antigamente havia mais gados, mas eram mais pequenos". Quase todas as pessoas tinham ovelhas, e algumas aldeias chegaram a ter vinte e até trinta gados, mas, nessa altura, os gados tinham menos ovelhas. Actualmente são muito poucas as aldeias que possuem mais de cinco rebanhos e muitas delas apenas possuem um ou dois rebanhos.

Normalmente, o rebanho tem três ou quatro carneiros. Este número de carneiros é suficiente para a cobertura das ovelhas. Pudemos verificar que num rebanho com 220 ovelhas e oito carneiros estes passavam mais tempo a lutar entre si do que a pastar e apresentavam vários ferimentos, embora sem gravidade.

3.2 - Razões para a manutenção ou alteração do efectivo

De trinta e oito pastores entrevistados, a maioria tinha o rebanho estabilizado e todos eles possuíam um efectivo superior a cem animais; sete pastores estavam com rebanhos em crescimento, cinco estavam a diminuir o efectivo e três possuíam rebanhos com alterações frequentes no efectivo.

A manutenção ou alteração do efectivo assenta em razões diversas. Todo o pastor tem uma faceta de negociante, pelo que a venda dos cordeiros é regateada e a venda de lotes de ovelhas é sempre uma hipótese encarada pelo pastor, desde que consiga obter ganhos com essa venda. Os pastores que negociam com ovelhas com mais frequência, compram e vendem grupos de animais que podem variar desde uma ou duas dezenas até quase uma centena de cabeças. A condução e maneio do rebanho é idêntica às dos restantes produtores mas, como dizem, "precisam de tempo para olhar pelo negócio". Pela forma como encaram a compra e venda de ovelhas e pelos rendimentos que auferem com essa forma de actividade, podemos considerar a existência de um tipo de pastor-negociante, embora o seu número seja bastante reduzido e o seu aparecimento se fique a dever a aspectos conjunturais. No total dos entrevistados encontramos três

casos. Nos últimos anos houve grande procura de ovelhas, que alguns atribuem ao aparecimento dos subsídios e Indemnizações Compensatórias. O preço por ovelha chegou a rondar os vinte contos. Dois destes criadores tinham pastores assalariados, embora eles próprios também acompanhem o gado.

Os pastores que estão a reduzir o número de animais fazem-no por razões de saúde e por não terem na família pessoas que os possam ajudar. São pastores com 60 ou mais anos, que vivem sozinhos com a esposa e cujos filhos têm outras actividades, não podendo ajudar os pais. Têm problemas de saúde, que aconselham uma vida mais sossegada, e já sentem alguma dificuldade em trabalhar com rebanhos grandes. É com alguma pena que deixam o gado mas vão mantendo um pequeno grupo de ovelhas. Estas, não têm necessidade de andar todo o dia no pasto, produzem estrume que é aproveitado para as hortas ou cortinhas e dão alguns cordeiros para consumo.

Dos pastores que afirmaram ir aumentar o efectivo, um tem um Projecto 797 e precisa de estabilizar o rebanho com o número de animais previsto no plano de investimento; um outro pastor vai aumentar o rebanho logo que tenha construída uma outra corriça que aloje mais animais; os restantes são pastores que começaram a actividade há poucos anos e estão em fase, mais ou menos avançada, de formação do rebanho, por recria das fêmeas, isto é, estão a "tirar criação".

Os pastores com rebanhos estabilizados têm algumas oscilações no número de ovelhas, normalmente por duas razões: devido à morte de alguns animais ou porque as condições de venda são desfavoráveis. Na altura em que fazem a substituição das ovelhas mais velhas pelas borregas, o preço das ovelhas pode ser baixo e então mantêm mais algum tempo as ovelhas de refugio no rebanho, aguardando melhor oportunidade para realizar a venda.

Estes pastores não têm, nem pretendem ter, mais animais por razões que se relacionam com as disponibilidades alimentares existentes e o trabalho necessário à condução e maneio do rebanho. São de opinião de que um rebanho demasiado grande exige percursos mais longos e mais horas de pastoreio. Por outro lado, o pasto disponível é limitado, "não tem campo". No Verão, geralmente uma época de escassez alimentar, as menores disponibilidades de pasto obrigam a mais horas de pastoreio, que é feito em grande parte durante a noite.

3.3 - Propriedade dos animais. Gados "a meias" e ovelhas "à guarda"

Na quase totalidade dos casos inquiridos o pastor é o dono do rebanho, mas é frequente a presença de ovelhas de outras pessoas, que as dão "à guarda". Apenas

encontrámos dois casos de pastores assalariados e não encontrámos nenhum caso de gado "a meias".

Todos os pastores entrevistados disseram que actualmente não têm conhecimento da existência de gados "a meias", embora afirmassem que antigamente havia muitos: "eram quase todos a meias". A maior parte dos pastores já teve gado a meias e geralmente foi dessa forma que começou a sua actividade. Nalgumas aldeias, Nogueira por exemplo, houve tempos em que todos os gados da aldeia eram gados a meias.

Para esta alteração contribuíu, segundo os entrevistados, a melhoria geral das condições de vida das populações rurais e o aumento da rentabilidade dos rebanhos, assim como a facilidade de acesso ao crédito. "Se o pastor for bom, tem um gado", pois facilmente consegue condições para iniciar a actividade por conta própria.

A existência de ovelhas à guarda é uma tradição antiga. No passado havia mesmo mais ovelhas à guarda. Praticamente toda a gente gostava de ter algumas ovelhas a fim de ter cordeiros para as festas. Como o número de cabeças era muito reduzido cada casa pedia a um pastor para as guardar juntamente com o seu rebanho e como compensação cediam pastos, geralmente lameiros. Todos os pastores afirmaram que sempre houve ovelhas à guarda e ainda hoje é uma prática muito frequente. Como dissemos já, o pastor considera vantajoso ter ovelhas à guarda porque dessa forma vê melhoradas as relações com os vizinhos. A grande maioria dos pastores tem ovelhas à guarda no seu rebanho.

3.4 - A condução do rebanho

As ovelhas têm um carácter gregário acentuado (tendência para se manterem agrupadas) o que facilita a condução do rebanho. Esta é feita geralmente por uma só pessoa - o pastor - que vai na frente, seguido pelos animais agrupados ou em fila. O pastor leva consigo um cajado e uma bolsa com a merenda e pão (Estampa I-1). Atrás do rebanho costumam seguir os cães (Estampa V-1).

Com o rebanho em andamento o pastor não precisa de se preocupar com o comportamento dos animais. Estes seguem-no sempre, nunca se atrasam ou desviam em busca de alimento num local guardado e não se detêm enquanto o pastor continuar a caminhar (Estampa I-2). Se o pastor caminha depressa os animais não têm tempo para pastar e seguem geralmente numa fila comprida, tendo os cães na rectaguarda. O pastor faz isto quando vai passar em zonas de pouco pasto e perto de culturas que têm de ser guardadas ou quando se dirige por caminhos para os locais de pasto.

Quando passa por incultos, restolhos, giestais, touçal ou matas, o pastor caminha mais devagar e permite que os animais vão "pastando e andando", pode parar de vez em quando, mas poucas vezes e por pouco tempo. Por haver pouca pastagem as ovelhas não ficam paradas a pastar, vão caminhando e, em locais com árvores e arbustos altos, o pastor pode perder momentaneamente o controlo do rebanho ou mesmo perder alguma ovelha.

Em locais com espaço aberto e sem culturas para guardar, o pastor deixa que os animais se espalhem e dispersem pelo campo. Quando estão assim espalhadas dizem que as ovelhas "mareiam" (Estampa I-1). Se pretende agrupá-las para seguir caminho, pode usar duas técnicas. Começa a caminhar no sentido pretendido e vai chamando as ovelhas emitindo assobios ou estalidos com a língua. Logo que se forma um pequeno grupo de ovelhas atrás do pastor, as restantes deixam o pasto e juntam-se ao grupo. Outro método consiste em chamar as ovelhas mais dóceis (geralmente são as que caminham sempre na frente do rebanho) e para tal o pastor vai-lhes dando à mão pedaços de pão que retira da bolsa. Junta desta forma um pequeno grupo que o vai seguindo e que vai atrair as restantes ovelhas.

Quando estão a pastar em lameiros, restolhos, ou pousios perto de culturas que têm de ser guardadas, o pastor deixa as ovelhas espalharem-se (mas não tanto como quando "mareiam") e coloca-se do lado da cultura a guardar. Quando as ovelhas se aproximam dessa cultura, para as afastar atira o cajado ou, se estão mais longe, atira pedras enquanto lhes vai ralhando ou gritando. Note-se que os pastores costumam dizer que as ovelhas sabem bem quando ele as está a chamar ou a ralhar e que quando ouvem um pedra cair já sabem que não podem estar a pastar ali. O cajado ou as pedras são atirados para cair perto da ovelha e assustá-la, mas por vezes chegam a atingir o animal, involuntariamente. Raramente provocam ferimentos ou a morte.

O cão faz parte integrante do rebanho. Todos os rebanhos são acompanhados por cães, normalmente dois ou três, mas não são cães de raças vocacionadas para a condução de rebanhos. São corpulentos e com pouco treino para ajudar o pastor nas tarefas de condução do rebanho. Embora possam prestar alguma ajuda, a sua função principal é a segurança do rebanho e a protecção contra predadores, em especial o lobo. Estes cães, normalmente, nunca deixam as ovelhas e durante a noite ficam junto do local onde pernoita o gado. Todo o pastor tem orgulho nos cães que tem ou que já teve e todos têm para contar, histórias e façanhas dos seus cães na defesa do rebanho.

Não tivemos oportunidade de acompanhar rebanhos em pastoreio nocturno, mas dizem os pastores que é mais difícil, principalmente nas noites mais escuras. Segundo dizem, as ovelhas de noite têm tendência a subir, a dirigirem-se para os locais mais altos, "procuram a claridade". Se uma ovelha se perde de noite, o pastor começa a procurá-la nos cabeços e zonas mais elevadas.

3.5 - A galega é uma raça autóctone do agrado dos pastores

A raça Galega Bragançana (Estampa III-3 e III-4) que os pastores designam simplesmente por galega, é uma raça ovina autóctone que predomina nos concelhos de Bragança e Vinhais.

Em trinta e oito entrevistas, todos os rebanhos tinham ovelhas desta raça. Vinte e quatro rebanhos tinham exclusivamente galegas puras. Em quatro, as galegas estavam em minoria, embora as restantes ovelhas fossem na sua maioria cruzados de galega. Nos dez restantes havia, para além da maioria de galegas, um pequeno número (sempre menos de uma dezena) de ovinos de outras raças e alguns animais cruzados. Estes animais cruzados são, na sua maioria, resultado de cruzamentos da Galega Bragançana com a Suffolk ou Merino Precoce.

A ovelha galega é um animal que agrada aos pastores e todos eles consideram-na uma ovelha bonita. Esta apreciação é feita por referência à conformação morfológica, à distribuição da lã e das pintas negras, ao porte e a outras características do animal, como, por exemplo, a existência de um par de pequenos apêndices situados na parte inferior do pescoço, designados "marmelos" (Estampa III-4). A ideia que cada pastor tem sobre como deve ser uma ovelha bonita é praticamente comum a todos. Há apenas algumas diferenças de pormenor e sem significado quanto à conformação do animal. Todos concordam que uma ovelha bonita deve ter o corpo comprido; pescoço fino (delgado), comprido e sem lã na parte inferior e junto à cabeça; cabeça pequena, sem cornos e sem lã; pernas altas, finas e deslanadas; cauda comprida; a linha dorso-lombar deve ser direita (horizontal); vista de trás, deve ter uma forma arredondada; ter pintas pretas em volta dos olhos, junto da boca, nas orelhas e nos membros.

As opiniões diferem quanto às pintas pretas. Uns pastores gostam mais de ovelhas com muitas pintas, outros preferem-nas com menos pintas. Muitos pastores gostam das ovelhas com "marmelos", mas para outros isso é indiferente. Alguns gostam mais das ovelhas pretas do que das outras, mas em termos de conformação do animal não há divergências.

Mais de um terço dos rebanhos observados tinham algumas ovelhas pretas, e alguns desses tinham para cima de trinta pretas. Os pastores que têm pretas gostam destes animais e manifestam a opinião de que elas são mais resistentes que as ovelhas brancas. Este ponto de vista foi confirmado por alguns pastores que não têm ovelhas pretas.

Ouvimos algumas opiniões de que a ovelha preta cura mais depressa a peeira, é menos doentia, transpira muito mais que a branca. Segundo um pastor, "vê-se-lhe a

transpiração no couro" e por transpirar mais é menos doentia. Vários pastores consideram a carne da preta melhor, mais magra e mais saborosa que da ovelha branca: "a carne dum cordeiro preto é como se fosse cabrito". Os pastores que têm pretas preferem geralmente os cordeiros pretos para consumir ou para agradar a vizinhos ou amigos. Um deles afirmou: "os amigos pedem-me para guardar cordeiros, para eles, mas dos pretos". Consideram, ainda, que a lã das ovelhas pretas é melhor porque não é tão grosseira como a das ovelhas brancas. As meias de lã preta, muito usadas antigamente, são mais quentes e não picam na pele, "a lã preta não tem cabreirês, que é o que faz a lã picar".

Para os pastores, um pequeno número de ovelhas pretas "fica bem num rebanho", mas um número elevado "faz o rebanho feio". Se perguntarmos a um pastor porque não há gados só com ovelhas pretas, a resposta será invariavelmente do género: "isso não podia ser, ficava um gado muito feio, ninguém o queria".

Esta ideia dos pastores, a desvalorização da lã como produto com interesse económico e o progressivo abandono do fabrico caseiro de peças de lã, terão conduzido à redução do número de ovelhas galegas de velo preto. O Arrolamento de Gados do ano de 1940, faz a discriminação dos ovinos brancos e pretos. Assim, em 1940 no distrito de Bragança a população de ovinos pretos representava 18,5% do total, mas no concelho de Bragança essa percentagem era de 32,5%, ou seja, praticamente um terço dos ovinos. Actualmente não há dados disponíveis para fazer essa comparação, mas podemos dizer, com base nas observações que fizemos nas diferentes zonas do concelho de Bragança, que a relação actual é muito inferior à verificada em 1940. Arriscamos estimar que ela variará entre 5% e 10% do total de ovinos.

Todos os pastores afirmam que a ovelha galega é um bom animal e aqueles que já há algum tempo experimentaram animais de outras raças têm a convicção de que a galega é a melhor para as condições da região. Ouvimos com muita frequência expressões como: "a galega dá-se melhor, é a que aprova melhor para esta região", "para aqui a melhor raça é a galega", "é a melhor para andar na zona", "a galega aprova melhor, aproveita melhor os pastos, aguenta mais o andar, anda melhor no monte", "dão-se bem e são fáceis de guardar".

A elevada rusticidade da galega e a sua boa adaptação ao meio permitem-lhe suportar as difíceis condições ambientais (Estampa III-6) e o regime de exploração tradicional, com alimentação de percurso à base de vegetação espontânea. Com grandes oscilações nas disponibilidades alimentares ao longo do ano, períodos de grande escassez de pastos, muitas vezes sujeitos a ciclos de emagrecimento / recuperação / emagrecimento / recuperação. A galega tem boa capacidade para a mobilização de reservas corporais em períodos de escassez alimentar e para as reconstituir nos períodos de abundância.

Um aspecto muito referido pelos pastores e ao qual dão grande relevo é a qualidade da carne dos cordeiros que atribuem à própria raça e aos pastos. Na opinião dos pastores, as características da raça aliada ao pastoreio de monte e à grande diversidade florística dos pastos contribuem para uma excelente qualidade organoléptica da carne destes animais.

3.6 - Os pastores já experimentaram, ou estão a experimentar, raças exóticas

Há já um grande número de pastores que experimentou outras raças de ovelhas. Considerámos que o pastor experimenta outras raças quando tem mais de dez ovelhas dessa raça e pelo menos um carneiro. No entanto, muitos destes pastores introduziram animais de raças exóticas há pouco tempo, menos de três anos. Foi em Milhão que encontrámos o maior número de pastores, por aldeia, que iniciaram a experimentação há mais de cinco anos, talvez como resultado de trabalhos aí desenvolvidos no âmbito do PDRITM¹. Aqui houve animais das raças: Merino Precoce, Suffolk, Île-de-France e possivelmente Badana. O pastor deste caso não sabia o nome da raça dos animais, mas pela descrição e pelo facto de as ter adquirido a um outro pastor de Macedo de Cavaleiros, supomos que tenham sido da raça Badana. Dos sete pastores entrevistados em Milhão, dois nunca tiveram outras raças além da galega, dois tiveram Merino Precoce, um teve Merino Precoce, Suffolk e Île-de-France, outro teve Suffolk e Merino Precoce e um outro teve Suffolk e Badana. Na altura das entrevistas, só dois pastores ainda tinham animais dessas raças e no total apenas existiam 1 carneiro e 8 fêmeas Suffolk; havia ainda 2 cruzados de Merino Precoce, 8 cruzados de Île-de-France e 1 cruzado de Suffolk.

Em muitas aldeias a situação é semelhante. Houve experiências com outras raças, mas o número de animais dessas raças tem vindo a diminuir. De salientar que nas aldeias onde encontrámos rebanhos com grande número de animais de raças exóticas ou animais cruzados, por exemplo Nogueira e Baçal, os pastores fizeram a introdução dessas raças há menos de dois ou três anos.

¹ PDRITM: Projecto nº 8 - Melhoramento da produção ovina. Desenvolvido pela UTAD, com colaboração da ESAB. Visava a utilização de machos reprodutores em cruzamento industrial.

3.7 - Entre a galega e as raças exóticas, os pastores consideram a galega melhor adaptada

Os dois pastores de Milhão que nunca chegaram a ter raças exóticas justificam essa sua atitude dizendo que "alguns vizinhos experimentaram e disseram que essas raças não aprovaram". Esta ideia de que as outras raças "não aprovam" é praticamente unânime entre todos os pastores. Apenas um disse que "eram como as outras", mas mesmo este que teve ovelhas cruzadas de Merino Precoce, depois das ovelhas envelhecerem, vendeu-as e não comprou mais nenhuma. Nem sequer manteve as descendentes que possuía.

Aqui chegados podemos, então, perguntar: reconhecem os pastores a melhor aptidão produtiva das raças referidas? Não há dúvida que os produtores estão conscientes do valor dessas raças, mas consideram que esses animais exigem mais cuidados e uma alimentação melhorada, sendo conseqüentemente, mais apropriados para criação noutras condições. Como dizem, "produzem melhor se estiverem em estábulo". Reconhecem ainda que são melhores para "fazer criação", pois os cordeiros dessas raças, ou os cruzados com as galegas, são maiores, crescem mais depressa e pesam mais. Contudo, insistem que todos eles são animais "mais para estábulo".

As opiniões dos pastores coincidem independentemente da raça exótica que tenham sujeito à experimentação. Consideram que essas raças "não dão para esta zona", "não dão para andar a campo" e que "não se afazem ao terreno". Isto porque estes animais "não andam tanto", não aguentam tão bem como a galega as caminhadas e os percursos mais longos. Por outro lado, não aproveitam o pasto existente da mesma forma que as galegas e precisam de comer mais. São mais difíceis de guardar e conduzir, pois "entram mais nos frutos e não vão com o atirar pedras". Vários pastores se referiram a estes animais dizendo que "são mais lambonas" quanto à forma como aproveitam os pastos, são boas para os lameiros e pasto semeado. Dizia um pastor que "a merina só gosta de lameiros, é mais boca cheia". Por tudo isto, "não aguentam anos secos, vão-se muito abaixo e mais ainda nos carneiros", "no Verão andam menos, no Inverno não apanham tanta comida e molham-se mais". As raças "de fora" não aguentam tão bem como a galega a variação das disponibilidades alimentares, num Verão mais seco emagrecem mais que as galegas e mais tarde, na Primavera, quando há alimento, as galegas recuperam "o corpo" mais depressa.

No Inverno as raças exóticas molham-se mais, principalmente o merino. As galegas têm lã de tipo churro, de fibras compridas, grossas e ásperas, por onde a água da chuva escorre facilmente. Dizia-nos um pastor: "Para esta zona a galega é melhor, a merina não gosta de monte, não aguenta bem as invernias. A água molha o gado e a lã da galega é aberta e a chuva, às vezes horas, escorrega melhor, secam depressa. A merina

não, fica todo ensopada. Mesmo quando não chove, a água do monte, dos arbustos molhados, molha o merino que não seca tanto, a galega seca depressa". Afirmações deste tipo são frequentes entre vários pastores entrevistados.

As ovelhas de raças exóticas e as cruzadas dessas raças não são consideradas tão bonitas como as galegas. "São boas para carne mas não têm tão boa venda. Não são tão bonitas. Não são boas para a feira". Para o criador que vai comprar ovelhas, os principais critérios na escolha dos animais são a apreciação dos aspectos que fazem uma ovelha bonita e o seu estado corporal. As ovelhas traçadas, como não apresentam as características de uma ovelha bonita, são depreciadas.

Em conclusão, os dados obtidos entre os pastores inquiridos evidenciam que o problema das raças exóticas não está nos níveis de produção dessas raças, mas está na inadaptação às condições de exploração e ao sistema de pastoreio vigente. Nestas situações, os animais de raças exóticas não conseguem exprimir todo o seu potencial produtivo, sobressaindo as vantagens da rusticidade dos animais da raça autóctone.

4 - O Espaço: gestão do território e das instalações

4.1 - Os percursos fazem-se por todo o território que permita o pastoreio

Não encontrámos pastores que tenham possibilidade de manter o rebanho só com a terra que possuem e, como dizem, "se tivesse de ser assim não havia gados em Bragança". Mesmo os pastores que têm mais terra, apenas poderiam ter um pequeno grupo de ovelhas e, mesmo assim, seria bastante difícil, devido à grande dispersão da área em pequenas parcelas. Vários pastores afirmaram ser impossível haver rebanhos na região que se possam sustentar só com os recursos alimentares existentes na própria exploração. Mesmo os criadores de ovinos que possuem mais terras e os rebanhos de "quintas" praticam o pastoreio de percurso.

A alimentação é baseada no pastoreio de percurso, prática esta a que os pastores chamam "andar a campo". É um pastoreio feito em campo aberto. Não encontrámos nenhuma exploração que utilizasse cercas ou vedações para fazer o maneo alimentar do rebanho. Aliás, o uso de cercas ou vedações não é possível atendendo a que a área das explorações existentes é relativamente reduzida e é grande a dispersão das parcelas.

Não havendo pastoreio cercado, o espaço de pastoreio estende-se por todo o território da aldeia, não se confinando às terras da exploração agrícola do dono do rebanho. Todos os rebanhos andam por incultos, por campos com restolhos, em pousios e monte, independentemente da forma de propriedade desses terrenos, isto é, se são particulares ou baldios.

Nalguns casos, o rebanho faz igualmente pastoreio em lameiros pertencentes ao dono dos animais, arrendados ou ainda cedidos. O pastor semeia aveia ou cevada para o rebanho em terrenos próprios ou arrendados. Normalmente, os lameiros não são destinados aos ovinos, embora estes possam utilizar periodicamente estes terrenos. Destinam-se prioritariamente ao pastoreio dos bovinos e durante alguns meses à produção de feno. Este é para alimentação das "crias" e outros animais da exploração, como o macho ou o burro, para venda e, nalgumas situações, para os cordeiros ou ovelhas. Quando o dono do lameiro não tem animais, arrenda ou cede a pastores em troca por cordeiros. Normalmente esta cedência exclui o período de produção de feno, que o dono aproveita para venda.

O monte é muito utilizado pelos rebanhos. Para o pastor, o termo monte tanto serve para designar o terreno não cultivado como a vegetação natural que cobre esses terrenos. Devemos, porém, distinguir dois tipos. O monte "cerrado" ou "fechado", que embora raro aparece em algumas zonas, é constituído por vegetação arbustiva muito densa que dificulta a entrada dos animais, tem pouca vegetação herbácea e não tem árvores. Este tipo de monte é pouco utilizado pelos ovinos devido à dificuldade de entrada dos animais e à pobreza de pasto. O monte "aberto", o mais frequente, tem uma grande diversidade de vegetação arbustiva e herbácea, com árvores, clareiras ou caminhos, é muito mais rico em pasto e é bastante utilizado pelos rebanhos.

O pastor pode ter terras que só ele utiliza, mas não tem o exclusivo de um dado percurso. Não há delimitação de áreas de pastoreio específicas pelos diferentes pastores, podendo estes escolher trajectos por todo o termo da aldeia. Por isso, muitos percursos são comuns a vários pastores e são, muitas vezes, usados simultaneamente por diferentes rebanhos. Os percursos mudam de ano para ano (com a faceira) e durante o mesmo ano mudam com a variação das disponibilidades alimentares e o estado vegetativo do pasto existente em cada zona. Também é muito frequente o rebanho utilizar, no mesmo período, diferentes percursos. Em aldeias com poucos rebanhos existe, nalguns casos, uma utilização preferencial dos percursos, isto é, cada pastor faz os seus trajectos de pastoreio por zonas distintas, embora não haja um acordo expresso nesse sentido. Esta situação é possível quando não há escassez de zonas de pastagem. Cada pastor prefere então trajectos curtos e próximos do alojamento do seu rebanho. A coincidência de percursos de rebanhos de diferentes aldeias não é muito frequente. Acontece, por vezes, quando as "marras" que delimitam os termos de aldeias vizinhas passam pelo meio de terrenos de bons pastos, ou quando vários pastores de uma aldeia têm terras arrendadas no termo da aldeia vizinha.

4.2 - O território de pastoreio é limitado pelo termo da aldeia

De um modo geral, o rebanho faz pastoreio dentro da área do termo da aldeia a que pertence. Assim o termo da aldeia é o território do pastor. As "marras" delimitam uma fronteira para os percursos do rebanho. Estes distribuem-se por todo o termo, sendo apenas limitados pelas regras de ocupação do solo e das actividades agrícolas da aldeia. Os pastores entrevistados afirmaram utilizar todo o termo da aldeia para pastoreio, respeitando a folha ou faceira se existe, e guardando as culturas, plantações, terrenos vedados ou sinalizados.

Se o pastor não possui terrenos, próprios ou arrendados, em aldeias vizinhas, preocupa-se em não ultrapassar o termo da sua aldeia ou se o faz é apenas esporadicamente e sempre nas margens do termo. Contudo, no geral, não há problemas pelo facto de um pastor andar com o seu gado no termo doutra aldeia. Aliás, isto acontece frequentemente quando nessa aldeia não há rebanhos, ou são poucos, e o termo é grande. Quem mais se oporia à entrada de pastores no termo da aldeia seriam os outros pastores aí residentes.

O pastor vai com o rebanho para o termo de aldeias vizinhas se possuir terrenos próprios, arrendados ou cedidos nessas aldeias. Ao seguir para esses terrenos, o rebanho vai usando os incultos, pousios e outros terrenos por onde passa. Muitas vezes o arrendamento de terras em aldeias vizinhas ou a prática de ter "ovelhas à guarda" pertencentes a moradores de aldeias próximas (os quais cedem, em troca, terrenos nessa aldeia) não são mais do que estratégias usadas pelo pastor para poder entrar no termo da aldeia vizinha com o seu gado, sem qualquer oposição ou reserva dos moradores.

Mas, por vezes, surgem situações de atrito entre pastores de aldeias próximas. Como no caso de uma aldeia que tem um grande número de ovinos e de rebanhos, mas possui um termo pequeno. Os pastores arrendaram lameiros na aldeia vizinha, onde apenas há um rebanho. Desta forma, alegando que vão de passagem para os lameiros arrendados, acabam por andar com os rebanhos por grande parte do termo, o que não agrada ao pastor dessa aldeia.

4.3 - A faceira regula a gestão do território e facilita os percursos

A faceira, ou folha, consiste numa zona ou parte do termo duma aldeia, onde é feita bienalmente a sementeira do cereal. No ano seguinte ao da sementeira as terras ficam em pousio e o cereal é semeado numa outra zona (faceira). A Postura Municipal sobre Apascentação e Divagação de Animais de Bragança define a faceira como sendo "o conjunto de terrenos semeados de cereais, compreendidos dentro de uma zona

delimitada pelas povoações e que têm a duração do tempo que vai da época das sementeiras até à recolha dos frutos".

No concelho de Bragança existem aldeias onde já não se faz a faceira. Dizem os pastores que devido à intensificação da cultura do cereal, alguns agricultores não fazem pousio e chegam a semear dois ou três anos na mesma terra. De certa forma, a não existência de faceira e dispersão de terras semeadas de cereal por todo o termo da aldeia complica o maneiio dos percursos ao pastor, pois além de maiores cuidados na guarda do rebanho, a área de terrenos de pastoreio não está tão bem definida e podem ser multados por se encontrarem com o rebanho em zonas de cultura de cereal.

Nas aldeias onde se faz faceira os rebanhos não vão para os lados da folha. A área de terrenos de pastoreio está bem definida e muda anualmente com a mudança da faceira. É nessa área de terrenos de pastoreio que se encontram os pousios com restolhos da cultura anterior e onde os percursos podem ser feitos em campo aberto. A condução e guarda do rebanho é mais fácil nas aldeias onde se pratica a faceira.

O maneiio dos animais é ligeiramente diferente, de acordo com a existência ou não da faceira. O uso de cancelas e a pernoita do rebanho no campo é mais frequente nas aldeias onde existe faceira. Também nesses casos é mais comum a existência de corriças fora das povoações e, normalmente, o pastor utiliza corriças diferentes conforme a localização da faceira. Esta situação é mais evidente nas aldeias que possuem muitos ovinos.

4.4 - Os baldios são utilizados para pastoreio

Nas aldeias onde ainda há baldios, ou terrenos com formas de uso e utilização semelhante à dos baldios, estes são aproveitados para pastoreio. Na área do baldio onde predomina a vegetação natural, os gados andam aí a pastar praticamente todo o ano. O baldio, por ser de domínio comum, pode ser utilizado por qualquer pessoa da aldeia e não costuma haver encargos com a utilização para pastoreio. Os terrenos pertencentes à Igreja ou aos "santos" também podem ser usados para pastoreio, mas neste caso o pastor paga uma renda à Igreja ou à comissão de festas do "santo".

A gestão dos terrenos baldios é, geralmente, da responsabilidade da Junta de Freguesia, que obtém, por arrendamento, alguns proventos para a realização de obras necessárias na aldeia.

Como já referimos atrás, os terrenos baldios podem ser "arrematados", isto é, arrendados anualmente por meio de leilão, mas as parcelas que foram "arrematadas" podem, também, ser utilizadas para pastoreio. Normalmente, são arrematadas as terras com aptidão para cultura de cereal, chamadas "terras de pão", e lameiros ou terrenos de

pastagens, quando existem. O leilão destes terrenos baldios é feito, frequentemente, no dia de Entrudo. As "terras de pão" são arrematadas pelos vizinhos que pretendem cultivar cereal e durante a campanha do cereal esses terrenos estão na sua dependência e são tratados como se fossem do próprio. Após a colheita do cereal voltam novamente a ser do domínio comum e passam a ser utilizados pelos pastores, que nesta altura são os únicos interessados na sua utilização.

Os terrenos baldios de pastagens ou lameiros são também arrematados na mesma altura. São arrematados pelo período de um ano, durante o qual essas pastagens ou lameiros são somente utilizados pelo vizinho que os arrematou.

4.5 - A utilização e localização das instalações para ovinos

Os rebanhos são alojados em corriças, currais ou cancelas. Os pastores da região não usam a denominação de ovil para qualquer forma de instalações de ovinos. As corriças são construções isoladas, geralmente no campo, construídas de raiz para os ovinos e completamente fechadas. O curral é um recinto para recolha do gado próximo ou anexo à habitação do pastor. A loja é um recinto fechado, geralmente pequeno, localizado no pavimento térreo da habitação. A loja é frequente nas habitações antigas da aldeia e apenas é usada para alojar pequenos grupos de animais. Hoje em dia as lojas são pouco utilizadas. Em muitas aldeias a loja também é designada curral quando se destina ao alojamento de ovinos. Podemos ainda considerar um outro tipo de alojamento, as cancelas. Estas são barreiras de madeira, presas entre si por fio de cordel e seguras por escoras de madeira com ganchos, formando uma cerca que delimita um espaço onde o rebanho de ovinos é guardado.

Encontram-se ainda em uso corriças bastante antigas, com mais de cinquenta anos (Estampa IV-2). Estas são construídas em pedra, pequenos blocos irregulares de xisto ou granito, sem utilização de argamassas. A cobertura actual é de telha cerâmica suportada por estrutura de madeira, em tosco. Quanto à concepção, estas corriças são completamente fechadas, sem janelas ou qualquer tipo de aberturas e possuindo geralmente uma única porta de acesso ao interior. A porta é, quase sempre, de largura reduzida, não ultrapassando 2 metros de largura. Não existem divisórias interiores e o pavimento, de terra, facilmente origina grande quantidade de poeiras.

As corriças mais recentes, com menos de 10-15 anos, são bastante diferentes (Estampa IV-1). Construídas em alvenaria de tijolo ou, menos frequentemente, em blocos de betão, com janelas ou outras aberturas e pelo menos uma porta larga que permite a entrada de um tractor; a cobertura é de telha cerâmica sobre ripado de madeira. Comparativamente às corriças antigas, são construções com pé-direito mais alto e com

maior área disponível para os animais, pavimento melhorado, em terra batida ou pavimentado e, normalmente, possuem área disponível para armazenamento de palhas e arrumos. Algumas destas corriças dispõem de água, bebedouros no interior e divisórias de madeira, que permitem a separação dos cordeiros. A maioria das corriças, novas ou antigas, são fechadas, sendo muito raras as corriças que dispõem, como anexo, de um parque descoberto e vedado. Muitas corriças não dispõem de janelas ou aberturas, o que dificulta as condições interiores do alojamento, principalmente no Verão. Problema que também surge nas corriças onde foi utilizada a chapa de zinco para a cobertura. A construção de corriças completamente fechadas é motivada pela preocupação com a protecção dos animais. Estes devem ser protegidos dos predadores, principalmente o lobo, que outrora aparecia com frequência na região.

Em quase todos os casos a concepção desta construção é do pastor que, muitas vezes, cria a sua concepção através da observação de outras já existentes. A construção da corriça é feita por conta própria. O pastor compra os materiais de que precisa e paga algumas jeiras a operários de construção civil. Fornece mão-de-obra, madeira e transporte dos materiais. Desta forma consegue construir com custo inferior ao que seria esperado, normalmente, para essa construção.

O curral é um alojamento mais simples. É um recinto destinado à recolha de animais e tanto pode servir para alojar ovinos como bovinos ou equídeos. As condições dos currais são muito diversas, mas de uma forma geral, são recintos fechados sem janelas ou aberturas e de pequenas dimensões, o que exige, por vezes, a repartição dos animais do rebanho. Nalguns casos, o curral é feito pelo aproveitamento de alpendres, anexos à casa de habitação, com um pequeno cercado.

As cancelas servem para recolher o rebanho no Verão durante as horas de calor e para a pernoita do rebanho (Estampa IV-3, IV-4 e IV-5). Neste caso, o pastor fica junto do rebanho durante a noite abrigado numa "carreta", com cobertura de chapa e zinco (Estampa IV-4), ou numa "cabana", construída com paus arbustos e palha (Estampa IV-5 e IV-6). O uso de cancelas para pernoita do rebanho é agora menos frequente do que no passado.

As instalações acessórias, parques de maneo e manga de condução, tanque-banheiro e pedilúvio, não existem, com excepção do pedilúvio que aparece junto de algumas corriças.

A Postura Municipal sobre Apascentação e Divagação de Animais veio proibir expressamente a estabulação ou pernoita dos ovinos dentro das povoações. Segundo aquela regulamentação todos os pastores terão de possuir instalações para alojamento do rebanho fora das aldeias ou povoações. Em várias aldeias já se verificava que as instalações se encontravam preferencialmente fora das povoações, noutras, os rebanhos eram, e continuam a ser, alojados em instalações situadas na aldeia, ou muito próximas.

A localização das instalações (corriças ou currais) tem alguma relação com as condições de pastoreio. O Quadro 2.1 mostra a comparação das condições de pastoreio e da localização das instalações em duas aldeias do concelho.

Quadro 2.1 - Condições de pastoreio e das instalações em duas aldeias do concelho de Bragança

Condições de pastoreio	Aldeia A	Aldeia B
Cultura de cereal	Sim	Sim
Existência de faceira	Sim	Não
Baldio utilizável	Sim	Não
Localização das instalações	Todas fora da aldeia	Todas na aldeia
Tipo de instalações	Predominam as corriças	Predominam os currais

Nas aldeias onde existe a faceira, o pastoreio está orientado para determinadas zonas em cada ano, o que facilita a dispersão das instalações pelo termo da aldeia. Os percursos, o pastoreio e a condução do rebanho ficam facilitados com essa localização. Por outro lado, nas aldeias onde existem baldios que são arrematados para cultivo de cereal, a entidade que administra o baldio pode fazer e obrigar à prática da faceira.

Nas aldeias onde não se pratica a faceira e onde não existem baldios que possam ser utilizados pelo rebanho, os percursos de pastoreio estão sempre dependentes da implantação das culturas, que normalmente é muito dispersa. Nesses casos o pastor tem maior necessidade de recorrer a terrenos arrendados. A sua dependência de factores que não controla, torna difícil ao pastor a escolha de um local para a construção de instalações fora da aldeia que possa garantir uma localização adequada e de acordo com a regulamentação da postura.

Para construir uma corriça fora da aldeia, o pastor terá que possuir o terreno necessário em sítio adequado, o que nem sempre acontece. Existem vários exemplos de pastores que, há alguns anos e antes da entrada em vigor da postura municipal, construíram corriças isoladas situadas perto da aldeia. Entretanto foram construídas casas de habitação próximas dessas corriças. Agora, os pastores interrogam-se se, de acordo com a postura municipal, terão de abandonar essas corriças, desbaratando o investimento de algumas centenas de contos gastos na construção.

5 - O Maneio: métodos e práticas tradicionais

5.1 - A alimentação é baseada no pastoreio de percurso

Entre os setenta e um entrevistados todos os rebanhos são explorados em regime de pastoreio de percurso. Como dissemos acima, não observámos qualquer exploração de ovinos em regime de estabulação. Todos os rebanhos fazem pastoreio de percurso, mesmo no caso dos pastores que possuem bastante terreno próprio ou dos que fizeram projectos de investimento (Projecto 797) e construíram instalações com todas as infra-estruturas necessárias para uma estabulação permanente. Ovelhas, carneiros, cordeiros, borregas, ovelhas gestantes e aleitantes pastam em conjunto e são alojadas nos mesmos locais, sendo esporádica a separação de animais do maneio habitual do rebanho. Actualmente, alguns pastores começam já a deixar as ovelhas paridas e os cordeiros em lojas ou corriças durante alguns dias, sobretudo no Inverno, alimentando-os com feno ou rações. Mas é mais frequente as ovelhas paridas e os cordeiros andarem na pastagem com o rebanho (Estampa III-5), tal como era feito antigamente.

Este pastoreio de percurso é feito independentemente da titularidade desses terrenos. Como dizem os pastores: "guarda-se o que é de guardar", como as terras semeadas de "pão", as culturas agrícolas dos vizinhos, hortas, cortinhas, plantações, lameiros e os terrenos murados ou sinalizados. Nas aldeias com faceira, os pastores não levam os rebanhos para a folha de cereal, mas sim para a contra-folha, isto é, terras em pousio. Por norma o pastor leva o rebanho para o monte, incultos ou pousios durante a maior parte do dia. No final do dia leva "o gado a fartar" nalgum lameiro ou terreno com bom pasto (Estampa II-6), antes de encerrar o gado no alojamento onde passa a noite.

Há uma época de abundância de pasto na Primavera e outra no Outono, depois das chuvas, mas esta última época é mais fraca que a da Primavera. Há escassez de pasto em duas épocas: no Inverno e no Verão, principalmente na parte final deste. Esta variação nas disponibilidades alimentares ao longo do ano verifica-se em toda a área do concelho, com ligeiras diferenças na sua importância relativa nas regiões montanhosas do Norte, onde o Verão, não sendo tão quente e seco possibilita a persistência das pastagens durante um período mais longo.

As épocas de partos coincidem com as épocas de abundância e as épocas de venda dos cordeiros com o início das épocas de escassez. Para evitar os partos no início do Verão, a maioria dos pastores separa os carneiros das ovelhas a partir de Janeiro até à Primavera. Com este calendário, o pastor adapta as épocas de maiores necessidades alimentares do rebanho às épocas de maiores disponibilidades de pastagem.

Devemos acrescentar ainda que as épocas de escassez de pasto coincidem com as épocas do ano em que há maior dificuldade na condução e pastoreio do rebanho, o mau tempo no Inverno e o calor no Verão.

5.2 - O abeberamento dos rebanhos é feito no campo

Entre trinta e oito pastores entrevistados, apenas cinco tinham meios para poder dar água aos animais no alojamento, mas estes também utilizam os locais de abeberamento espalhados pelo campo.

A necessidade de procurar pontos de abeberamento para o rebanho só se coloca nos meses secos de Verão. De Inverno, "em qualquer sítio há água" e como "o campo está molhado" os animais não têm tanta necessidade de abeberamento. No Verão os animais vão beber a nascentes, ribeiros, poços ou bebedouros próprios para os rebanhos e conhecidos em certas aldeias por "masseiras". Segundo os pastores, não é difícil dar de beber ao gado, mas precisam de escolher a "volta".

Nos dias mais quentes de Verão os rebanhos bebem três a quatro vezes ao dia. De manhã, quando saem para o pasto, dirigem-se a um local onde haja água; voltam a beber a meio da manhã antes de se dirigirem para o abrigo onde vão permanecer durante as horas de calor, e normalmente ficam perto de locais com água; tornam a beber ao fim da tarde quando voltam para o pastoreio e muitas vezes bebem ainda à noite, antes de recolherem ao alojamento.

Os animais não gostam de beber água muito fria, preferem água morna. Por isso bebem nos charcos e poças de água que se encontram com frequência no campo, que está morna por estar parada e a apanhar sol. Quando um rebanho passa perto destes charcos assiste-se a uma correria dos animais em direcção aos mesmos. Evidentemente que o abeberamento nos charcos traz problemas para a saúde dos animais, principalmente relacionados com as parasitoses.

5.3 - As épocas de parições e cobrições estão relacionadas com as disponibilidades alimentares e com as épocas de venda dos cordeiros

Já referimos o facto das épocas de partos coincidirem com as épocas de abundância de pasto, mas existe também uma relação com as épocas de venda dos cordeiros. Há uma época de parição por Outubro, nascendo os cordeiros desde fins de Setembro até ao início de Novembro. Na época seguinte, os cordeiros nascem de Abril até fins de Maio. Os que nascem em fins de Maio são chamados "secundiços", porque são de ovelhas que tiveram dois partos num ano.

A partir de Outubro, com a chegada das primeiras chuvas, aparecem as pastagens que permitem suprir as necessidades alimentares acrescidas com o nascimento dos cordeiros. Os cordeiros que nascem em Outubro dão para vender no Natal ("podem ficar nas lojas para estarem melhores no Natal"); os que nascem em Novembro já só ficam para a Páscoa, tendo que suportar o Inverno. Como dizia um pastor, "os que nascem em Outubro são vendidos com mais carne, os que nascem em Novembro andam no campo, ficam mais escravos até à Primavera, porque não há tanto alimento".

Em Janeiro os pastores retiram os carneiros do rebanho. Fazem isto "para que os cordeiros não nasçam de Maio para diante, porque começa o calor e a erva a secar. Há pouco pasto e é difícil criar os cordeiros".

Os cordeiros da época de Abril e os secundícios saem com as ovelhas para o pasto, pois esta é uma época com grandes disponibilidades alimentares. Podem ser vendidos em Agosto.

As ovelhas gestantes não têm qualquer suplementação alimentar e acompanham o rebanho normalmente. As que parem na época do Outono ficam, por vezes, no estábulo com os cordeiros alimentadas a feno ou rações, para que o crescimento dos cordeiros seja mais rápido, permitindo a sua venda no Natal. As que parem na Primavera não são separadas do rebanho e tanto a ovelha como o cordeiro andam em pastoreio com o rebanho.

5.4 - Os horários de pastoreio variam com as diferentes épocas do ano

Os rebanhos saem para pastoreio haja frio, chuva ou mesmo neve, mas nunca andam no campo quando está muito calor e sol intenso. Durante o Inverno os pastores saem com o rebanho ao amanhecer, entre as oito horas e as nove horas, andam todo o dia até cerca das dezassete horas ou dezoito horas. Como costumam dizer "desde que nasce o sol até que começa a turvar". Durante este tempo o rebanho anda sempre em pastoreio, não é encerrado e o pastor carrega uma bolsa onde leva mantimentos para si, "a merenda".

Durante o Verão os rebanhos saem de madrugada, entre as quatro horas e meia e as cinco horas e meia, andam no pasto até cerca das nove horas ou dez horas, altura em que são encerrados por causa do calor. Podem ficar encerrados na corriça, mas o mais comum é ficarem no campo à sombra das árvores, na "séstia" ou "a estiar". Na séstia as ovelhas podem ficar em cancelas, mas é também muito frequente ficarem simplesmente abrigadas sob a sombra das árvores guardadas pelos cães (Estampa V-2). Depois de passadas as horas de maior calor, voltam a sair para o pasto depois do sol baixar, entre a dezanove horas e as vinte horas, e andam até à meia-noite, uma hora ou duas horas da

manhã. Há mesmo pastores que esporadicamente chegam a andar toda a noite, quando as ovelhas estão magras e há necessidade de mais horas de pastoreio.

No Verão, as ovelhas são encerradas na corriça ou em cancelas no campo durante o período nocturno em que não estão em pastoreio. Se ficam nas cancelas o pastor dorme aí perto, na "cabana", ou na "carreta".

5.5 - O calendário de alimentação depende do desenvolvimento da vegetação natural e do calendário das culturas agrícolas

O calendário de alimentação dos rebanhos é praticamente igual em todo o concelho. As diferenças existentes são poucas e sem grande significado. Dizem respeito a alguns recursos alimentares que não existem em algumas zonas e à quantidade disponível, que é variável de zona para zona. Por exemplo, no aproveitamento das espigas e grão de cereal que fica no chão depois da ceifa, enquanto que em algumas aldeias este pastoreio nas "restolhas" pode durar algumas semanas, noutras esse recurso esgota-se ao fim de dois ou três dias.

Estabelecemos o calendário de alimentação dos rebanhos em quatro épocas do ano, coincidentes com as estações do ano, e de acordo com as principais actividades e culturas agrícolas praticadas na região. No Inverno o gado anda pelo campo e pelo monte. O campo tem pouco pasto por causa das geadas e, por isso, o monte é bastante utilizado como fonte de recursos alimentares (Estampa I-5). Aí as ovelhas aproveitam a carqueja, a urze, as giestas e o "verde do monte". A folha de oliveira depois da colheita da azeitona e a folha de "carrasco" são alimentos complementares. "Andam no monte e à tarde vão ao marfolho", ou seja, durante praticamente todo o dia as ovelhas pastam a vegetação natural e ao fim do dia, antes de regressar ao alojamento, o gado "vai fartar" num lameiro ou terra com ferrãs, aveia, cevada ou outra forragem semeada no Outono (Estampa II-6). Em situações de Inverno mais rigoroso o pastor pode dar feno ou palha aos animais. Nesta época "é quando comem mais da carteira", isto porque houve gastos com a sementeira das forragens (cevada, aveia, ferrã) e por vezes há consumo de feno. Os lameiros só são utilizados para pastoreio até ao início do mês de Fevereiro, altura em que começam a ser guardados para feno. Na zona montanhosa do noroeste do concelho (Parâmio) só se restringe o pastoreio (para guardar os lameiros para feno) em Março, porque aqui há água para rega e a produção forrageira é maior.

A Primavera é a época do ano de maior abundância. Há bastante pasto disponível e nem são necessários percursos longos para fartar o gado. "Nesta altura qualquer um é pastor" porque é a melhor altura do ano, "em qualquer sítio há pasto" (Estampa I-3). "Há muita erva nos poulós" e "floreiam os montes"; pelo que não há

dificuldades de alimentação. Os cordeiros que nascem nesta época também andam no campo e "desenvolvem bem".

O Verão é, em grande parte do concelho de Bragança, a pior época para os rebanhos, principalmente na sua parte final, que se agrava nos anos em que tardam as primeiras chuvas de Outono (Estampa II-3). Nalgumas zonas mais montanhosas de norte e noroeste do concelho o Verão não é tão seco, perdurando o pasto verde durante mais tempo. "Depois da segada e do corte dos fenos fica alguma erva nos lameiros" que é aproveitada pelo gado. Após a colheita do cereal os gados "passam pelas terras de pão e apanham as espigas e o grão que ficou no chão" (Estampa I-4). Este é um recurso alimentar importante nesta época, principalmente no início do Verão. Depois de esgotadas as espigas e o grão continuam a aproveitar os restolhos e o "marfolho" ou "fananco" que exista. As ovelhas vão, também, ao monte, "touçal" de carvalhos (Estampa II-5). Comem ramagens esgalhadas de freixo, carvalho ou castanheiro. Os animais gostam mais do freixo e do negrilho (ulmeiro), mas este último está a desaparecer. Estas árvores fazem as bordaduras dos lameiros. As ramagens de árvores são durante largo período o melhor alimento que os animais comem e muitas vezes o pastor arrenda um lameiro principalmente por causa das árvores que esse lameiro possui. Todos os dias, ao fim do dia, o pastor esgalha algumas árvores e espalha as ramagens pelo lameiro (Estampa III-1). Vai em seguida buscar o gado, que em poucos minutos devora completamente as folhas dos ramos (Estampa III-2). São, também, aproveitadas as ramas das batateiras, folhas das vinhas e bolotas.

Como referimos, o fim do Verão e o início do Outono (Setembro) "até virem as chuvas" é a pior época. No Outono, logo que chegam as primeiras chuvas, inicia-se uma época de relativa abundância, "começa a rebentar o campo", "a erva começa a sair", "nas restolhas e terras que tiveram pão, começam a rebentar ervas verdes" e os gados já têm pasto no campo. Os lameiros começam a produzir e começam a nascer as forragens semeadas (ferrãs, aveias, cevadas). Antes da chegada das chuvas, o gado anda pelo monte onde tem carqueja e esteva. Come algumas ramagens esgalhadas das árvores. Após a vindima, come a folha da vinha (Estampa II-4). As folhas de oliveira, castanheiro ou choupo são igualmente aproveitadas.

5.6 - Plantas mais procuradas pelos ovinos

Os ovinos, e principalmente os animais da raça Galega Bragançana, aproveitam praticamente todas as espécies da vegetação disponível, "comem quase tudo, de todas as ervas", mas algumas espécies vegetais são mais apetecidas pelo gado. O coberto arbustivo ou arbóreo e a vegetação que serve como alimento para o gado é muito

diversificada, com variações ao longo do ano e aparece nos locais mais adequados a cada espécie (Anexo 16).

Todos os pastores afirmaram que a erva de que as ovelhas mais gostam é, sem qualquer dúvida, a "leitarega", também designada por "erva de leite". Segundo os pastores existem quatro variedades diferentes de "leitarega" (*Leontodon taraxacoides*; *Hypochaeris glabra*; *Hypochaeris radicata*; *Crepis capillaris*). São plantas espontâneas que crescem nos lameiros, pousios, bermas de caminhos, incultos, um pouco por todo o lado. Os animais chegam a arrancar e comer as próprias raízes da planta.

Como guloseima, o gado gosta de bolota dos carvalhos e de castanha. Na época da bolota, se o pastor passa com o rebanho por perto de carvalhos, logo se assiste a uma correria dos animais para as árvores na procura da bolota caída.

Também bastante do agrado das ovelhas são os trevos, que os pastores chamam "trevo do campo", e de que conhecem várias espécies (*Trifolium repens*; *Trifolium pratense*; *Trifolium dubium*; *Trifolium glomeratum*; *Trifolium arvense*; *Trifolium campestre*; *Trifolium angustifolium*; *Trifolium scabrum*; *Lotus corniculatus*). Estes trevos são espontâneos e crescem em lameiros, pousios, incultos e outros locais.

Outras plantas espontâneas, também apreciadas pelas ovelhas, são a "língua-de-ovelha" (*Plantago lanceolata*), a "larica" (*Vicia sativa*; *Vicia lutea*), o "cornichó" (*Coronilla repanda*) a serradela (*Ornithopus compressus*; *Ornithopus perpusillus*) e a "azedada" (*Rumex angiocarpus*) que, como as anteriores, aparecem em vários locais.

As ovelhas comem bem as ervas dos lameiros e as forragens semeadas, seja de aveia ou cevada e ferrãs. As ramagens que são esgalhadas, principalmente de carvalho (*Quercus pyrenaica*; *Quercus ilex*) e de freixo (*Fraxinus angustifolia*), assim como as touças de carvalhos, e as ramagens de "negrilho" (*Ulmus procera*) e castanheiro (*Castanea sativa*). As melhores ramagens são as de carvalho, porque rendem mais que as outras árvores e são mais apreciadas pelo gado.

Segundo os pastores as ovelhas gostam do monte, da "flor do monte", principalmente da flor e da cabeça de arçã. Por "flor do monte" os pastores designam quer as flores, quer as folhas novas e tenras, quer as pequenas toičas de plantas como a arçã (*Lavandula stoechas*), a carqueja (*Chamaespartium tridentatum*), as giestas (*Cytisus scoparius*; *Cytisus multiflorus*; *Genista florida*), as urzes (*Erica australis*; *Erica umbellata*; *Erica arborea*) e a esteva (*Cistus ladanifer*).

5.7 - A utilização de forragens e rações é muito reduzida

Todos os pastores entrevistados semeiam parcelas de ferrãs, aveia e/ou cevada, para pastoreio em verde no Outono/Inverno. Esta forragem é sempre consumida em

pastoreio. Em nenhuma situação se faz o corte da forragem para alimentação em mangedoura. Todos referiram que o costume de semear ferrãs ou outras forragens é recente. Antigamente ninguém semeava nada para o rebanho.

O feno tem utilização mais restrita. Todos os pastores produzem feno em maior ou menor quantidade, conforme a área de lameiros que cada um possui. O feno é destinado a outros animais ("cria", equídeos) que pertencem ao pastor, ou para venda. Esporadicamente e só em Invernos muito rigorosos, "nos dias maus, nas invernias ou se vier muita neve" é usado feno ou palha para alimentar o gado. Ao contrário do que acontecia antigamente, agora são bastantes os pastores que deixam as ovelhas paridas e os cordeiros pequenos alojados temporariamente. Estes animais, que não saem para o pastoreio, são alimentados com feno durante esse período.

A palha (de trigo ou de centeio) é usada nas camas das corriças, lojas ou currais, sendo muito rara a sua utilização na alimentação do gado.

Alimentação suplementada com rações ou concentrados observa-se "só muito raramente e é destinada aos cordeiros se estiverem fracos" no período em que ficam "em casa", geralmente nos meses de Outubro a Dezembro. Mas o uso de rações "só mesmo em caso de necessidade" e como último recurso.

Segundo a maioria dos pastores, não é rentável fazer a recria ou engorda de cordeiros à base de rações ou concentrados. Em anos normais, do ponto de vista dos recursos alimentares, os cordeiros podem ter algumas dificuldades no Inverno, mas "na Primavera eles desenvolvem", de forma que "não vale a pena" dar ração. "Não convence, o aumento do cordeiro com a ração não dá para o gasto" com a compra da mesma e, por outro lado, "o campo não custa dinheiro, é só aproveitá-lo".

5.8 - Os pastores preocupam-se com o estado higio-sanitário dos rebanhos

O estado sanitário dos rebanhos tem vindo a melhorar progressivamente, em especial nos últimos anos. Para isso muito contribuiu a acção do ADS, organização recentemente instituída e apoiada pelo Ministério da Agricultura. Todos os pastores entrevistados fazem desparasitação e vacinação do rebanho duas vezes por ano, efectuadas pelos técnicos do ADS onde estão inscritos. Anteriormente, os pastores pagavam ao médico veterinário para fazer os tratamentos.

Segundo os pastores, as doenças² que aparecem com frequência nos rebanhos são: a "manqueira", Peeira, doença contagiosa que se manifesta nos cascos dos animais; os "lobinhos", Linfadenite Caseosa, doença infecto-contagiosa; a "muncosa", Estríase

² A correspondência entre a nomenclatura regional e a designação veterinária das doenças foi feita com a ajuda do médico veterinário dr. Luis Afonso do ADS de Bragança.

Ovina, doença parasitária provocada pela larva da mosca *Oestrus Ovis*, ou infestações parasitárias pulmonares; e a "boqueira", Ectima Contagioso, doença viral infecto-contagiosa. Antigamente aparecia muito o "baceiro", Carbúnculo Hemático, doença infecto-contagiosa que se pensa ter sido já erradicada do país, embora, por vezes, os pastores também designem por baceiro as Enterotoxémias, que são doenças infecciosas.

Segundo os responsáveis do ADS são ainda frequentes a brucelose e pasteurelose nos ovinos. Em 1991, na primeira despistagem efectuada, foram detectados 2100 ovinos com brucelose. Nalguns rebanhos encontraram-se 30 ou mais animais com aquela doença. Na segunda fase o efeito da intervenção era já notório. Tais rebanhos já só tinham 3 ou 4 animais doentes. A brucelose está em franca recessão no concelho, em grande parte devido à acção de despiste e prevenção do ADS.

O atraso no pagamento das indemnizações a que os pastores têm direito, aquando do abate de ovinos infectados por brucelose, afecta economicamente os pastores e cria um certo mal-estar e desconfiança relativamente aos serviços oficiais. Em vários casos, este atraso tem sido superior a um ano.

Verifica-se, ainda, um atraso significativo na retirada dos animais destinados a abate por razões sanitárias. Esta situação é bastante grave pelos problemas que levanta quanto ao controlo do estado sanitário dos rebanhos e à saúde pública.

5.9 - Várias formas de utilização e maneiio das instalações

A utilização refere-se aos períodos ou épocas em que as instalações são utilizadas para alojamento dos animais. As instalações são utilizadas para pernoita dos animais ou para recolha e abrigo durante períodos de mau tempo. Como já referimos, não há nenhum exemplo de estabulação permanente de ovinos.

A utilização da corriça ou do curral para o alojamento dos rebanhos pode variar ao longo do ano. Em muitos casos recorre-se à corriça ou ao curral apenas durante parte do ano, já que, na época do Verão e nos dias de bom tempo, os animais pernoitam nas cancelas ao ar livre, apesar do uso das cancelas ter vindo a diminuir.

Por vezes, ficam nos alojamentos alguns animais que não saiem para pastoreio durante um período de tempo. Estão, neste caso, as ovelhas paridas e os cordeiros. A prática de deixar estes animais "em casa" não é feita de forma sistemática e como método de maneiio do rebanho. Encontramos pastores que em 1990 deixaram as paridas e cordeiros "em casa" e em 1991 não; pastores que numa época de parição deixam os cordeiros e as mães "em casa" e na época seguinte as ovelhas paridas e os cordeiros nascidos andam sempre em pastoreio. Os pastores não indicam razões determinantes para esta diversidade. Preferem andar com todos os animais no campo, mas se falta o pasto e/ou as condições climatéricas são más podem deixar "em casa" os animais mais

fracos, as ovelhas paridas e respectivos cordeiros. Podem ficar os cordeiros destinados a venda a curto prazo, para que possam aumentar de peso mais rapidamente. É na época de parições do Outono que é mais frequente deixarem as mães e os cordeiros "em casa". Para deixar animais "em casa" o pastor tem que contar com a ajuda de algum familiar que os possa alimentar e cuidar deles.

Verificámos que nalgumas aldeias onde se faz faceira os pastores gostam de ter a possibilidade de alojamento nas duas zonas. Estando situadas em zonas diferentes, as instalações serão utilizadas de acordo com a localização da faceira. Por isso, nalgumas aldeias as corriças estão, desde há muito, dispersas pelo termo da aldeia e cada pastor tem ao seu dispôr mais do que uma corriça. Na região da Serra de Montesinho alguns rebanhos deslocam-se, no Verão, para as zonas mais altas onde aproveitam as pastagens de altitude que se mantêm ainda verdes e têm de dispor de alojamento nessas zonas. Pelo que apurámos, era igualmente costume rebanhos da aldeia de Baçal irem pastorear na Serra de Montesinho.

Nas aldeias situadas na parte Nordeste do concelho, onde se pratica o pastoreio comunitário, o "gado do povo" faz o pastoreio em conjunto, mas à noite, quando os animais regressam, o alojamento compete ao respectivo dono. Assim cada um deve possuir instalações para alojar os seus animais. Na aldeia de Babe a prática de vezeira foi abandonada devido às restrições impostas pela postura municipal, designadamente no âmbito das instalações. Cada morador tinha um número restrito de ovelhas no "gado do povo" e alojava-as em dependências da própria exploração agrícola na aldeia. Agora, a postura proíbe a pernoita das ovelhas dentro da aldeia e os criadores, como não possuem outro alojamento, desistiram da produção ovina. É óbvio que as pessoas que possuem apenas alguns animais não vão gastar dinheiro na construção de alojamentos fora da aldeia.

Além da utilização das instalações há outro aspecto a considerar que se relaciona com o maneio dessas instalações. Este maneio refere-se à forma como são alojados os animais no interior das instalações e à execução dos trabalhos inerentes ao uso dessas instalações.

No interior das corriças os animais ficam alojados em conjunto. Não há aqui qualquer separação de lotes. Nalguns casos os pastores reservam uma área restrita aos cordeiros ou uma área para as ovelhas paridas, sendo estas delimitadas por cancelas de madeira.

O principal trabalho efectuado nas corriças é o maneio das camas e estrumes. O trabalho de distribuição de alimentos é insignificante e ocorre geralmente apenas em determinadas épocas do ano. Normalmente as corriças têm camas de palha, que vão sendo repostas por camadas sucessivas sempre que é necessário. O estrume é retirado completamente pelo menos uma vez por ano, sendo utilizado para a fertilização de hortas

e plantações. Mas também é frequente a remoção parcial de estrume, caso se torne necessário para a estrumação de terras. Nas corriças de construção mais recente a remoção do estrume está facilitada pela possibilidade de entrada do tractor, sendo o carregamento feito manualmente ou através de uma pá frontal no tractor.

Os trabalhos de tosquia, desparasitações ou vacinações são quase sempre realizados no interior ou na zona envolvente das corriças. Os pastores delimitam áreas com cancelas de madeira para separar os animais ou fazem a captura dos animais à porta da corriça. Embora seja uma forma expedita para executar estas tarefas, exige a presença de várias pessoas e torna estas tarefas demoradas.

6 - A Comunidade: relações entre o pastor e os vizinhos

6.1 - O pastor e os vizinhos estabelecem entre si relações de interesse mútuo

Como deixamos já entrever, a aceitação social dos pastores pelos vizinhos da aldeia é importante para a viabilidade e prosperidade da produção ovina. Duma forma geral, as pessoas das aldeias aceitam bem o pastor e o sistema de exploração em que este se insere. Mas também encontramos pessoas com opiniões e atitudes pouco favoráveis. É significativo, contudo, que entre os vários oponentes ao sistema tradicional de pastoreio que conhecemos, nenhum deles era agricultor a título principal. Os opositores não são, normalmente, pessoas idosas e, se vivem na aldeia, têm outras actividades, não agrícolas. Também se encontram alguns elementos ligados às Juntas de Freguesia com opiniões e atitudes adversas aos pastores.

A aceitação dos pastores pode ser prejudicada por ideias ou opiniões preconcebidas ou estereótipos sobre a sua forma de vida e o seu estatuto social. Antigamente, os pastores eram pobres que, geralmente, andavam a servir ou andavam com gado a meias, e o ovino era visto como um animal de importância secundária. O lavrador de prestígio tinha bovinos, "...o camponês presta quase exclusivamente a sua atenção à criação bovina. Para o boi vão todos os seus cuidados; o carneiro só secundariamente lhe interessa..." (Taborda, 1987: 98). Ainda agora se nota uma hierarquia social das espécies animais mais utilizadas para criação pecuária, estando no topo os bovinos, em segundo lugar os ovinos e por último os caprinos. Nos últimos anos, é notória a alteração da posição secundária dos ovinos, devida à crescente valorização da produção ovina, principalmente porque esta se tornou rentável. Segundo alguns pastores e agricultores, os "gados" dão mais rendimento que as "crias", e o pastor tem agora um nível económico igual ao de qualquer outro agricultor.

Apesar das mudanças ocorridas, ainda se encontram pessoas com a ideia de que o pastor é um indivíduo que não consegue ter outra actividade, ou é o "tolinho" que não tem outras opções, ou ainda que os pastores são "meios salteadores, entram de noite nas propriedades, sustentam o gado com o que é dos outros e os rebanhos estragam culturas e plantações".

Como já referimos, pelo que nos apercebemos, esta não é a opinião generalizada das pessoas das aldeias que vivem da agricultura e dos proprietários de terras que vivem na aldeia. Com alguma frequência as pessoas exprimem a opinião de que "é bom haver rebanhos" e "se quiser um cordeiro pode-se arranjá-lo na aldeia e sabe o que se leva". "As pessoas até dizem para eu não vender o gado", dizia-nos um pastor, único da aldeia, que pensava acabar com o seu rebanho desanimado com as regras impostas pela postura municipal.

O pastor é um bom gestor de relações sociais e não esquece que utiliza terras de particulares. Por isso faz frequentes ofertas de cordeiros a pessoas da aldeia. O arrendamento temporário de um lameiro pode ser pago com um cordeiro, mas mesmo em casos em que não houve um acordo prévio sobre a troca do lameiro por um cordeiro, o pastor oferece frequentemente cordeiros aos donos das terras por onde anda com mais assiduidade. Dizia-nos um proprietário, com terras em várias aldeias, que "de vez em quando aparece lá em casa um cordeiro, já pronto", sem ter havido qualquer acordo ou arrendamento.

6.2 - O pastoreio em terras alheias é um costume com tradições

Pelo facto de praticarem pastoreio de percurso, todos os pastores andam por terras particulares pertencentes a outras pessoas. Este tipo de pastoreio é praticado durante todo o ano, "desde que a terra esteja desocupada e se guarde o que é de guardar". Guardam os lameiros, "pães" plantações e terrenos sinalizados ou "balizados". As pessoas estão habituadas a este sistema de pastoreio, que faz parte dos usos e costumes locais, e como afirmaram alguns pastores, as pessoas da aldeia não se importam que andem nas suas terras, desde que sejam respeitadas as que devem ser guardadas.

Já vimos que a recente postura municipal introduziu alterações na utilização de terras alheias e originou um número elevado de multas a pastores. Estes não concordam com esta regulamentação e, pelo que nos foi dado verificar, os agricultores donos das terras têm opiniões semelhantes aos pastores quanto à postura municipal. Como afirmava um pastor: "é pior a GNR que os donos das terras".

É muito significativo que entre os pastores exista a opinião vigorosa de que as dificuldades são, geralmente, levantadas por pessoas pouco ligadas ou relacionadas com

a actividade agrícola. Dizia um pastor que "às vezes há pessoas que implicam, as que têm menos terra", assim como "quem fez a postura não sabe nada desta vida, nunca andou com gados".

Quando interrogados sobre a ocorrência de conflitos com os donos das terras, todos os pastores afirmaram que não costuma haver grandes questões; é raro haver problemas e quando surgem são de pequena monta, sendo facilmente resolvidos entre os interessados. Dizem os pastores que actualmente, como a vida de pastor "dá dinheiro, há mais invejas", mas estas geralmente não vêm dos proprietários, "são piores os farrapilhos".

Segundo os costumes locais o dono de uma terra pode impedir o pastoreio dos rebanhos nessa terra. Quando o dono não quer que a sua terra seja pastoreada manifesta essa intenção por meio de sinalizações ou marcações feitas no campo, seguindo assim usos e costumes muito antigos. Essas marcações são chamadas balizas. Sabemos que nalgumas aldeias do concelho de Vinhais são também conhecidas por "chinos". Contudo, algumas formas de sinalização têm nomes específicos, como veremos. Em suma, se uma terra ou parcela está sinalizada diz-se "balizada" e os gados não devem entrar lá. As balizas são, no geral, escrupulosamente respeitadas pelos pastores.

As balizas mais comuns e frequentes são feitas com um pau, de pé, espetado no chão com um pano ou plástico preso na ponta (Estampa V-3 e V-4). Pela terra ou parcela que se pretende balizar distribuem-se várias destas balizas. Em substituição do pau, existe uma outra forma também frequente de balizar, que consiste em colocar panos ou plásticos presos nas ramagens das árvores que bordejam o terreno.

Outra forma de balizar são os "fachucos", que são feitos com um pau, de pé, espetado no chão com um pequeno feixe (de palha, ervas secas ou giestas) amarrado na ponta (Estampa V-5). O fachuco vê-se com bastante frequência.

Com o mesmo objectivo de sinalização pode-se "calear uma terra". Consiste isto em marcar com cal o terreno ou parcela (Estampa V-6). A cal é aplicada nas pedras, rochas, árvores ou paus de cercas existentes no terreno ou nos muros que delimitam a parcela.

Outra forma de balizar, esta menos frequente, consiste em fazer um sulco com o arado ou charrua à volta da terra que se quer balizar.

As balizas são uma forma simples e prática de sinalização para os pastores. Segundo nos dizem os pastores, nalgumas aldeias "é muito raro balizar terras, porque as pessoas não se importam que os gados pastoreiam à vontade". Vários pastores afirmaram que "quem mais baliza são os pastores" para impedir a entrada dos outros rebanhos em terrenos onde, por acordo com os donos, reservam pasto para o seu gado.

6.3 - A postura municipal é fonte de problemas para as explorações de ovinos

Já por várias vezes referimos a postura municipal sobre apascentação de animais e as suas influências na exploração de ovinos. Vamos, aqui, abordar esta questão nos aspectos que mais directamente se relacionam com o pastor, nas suas relações com os vizinhos e no seu dia a dia de trabalho.

Os pastores não concordam com a postura municipal, embora alguns admitam que possam concordar com algumas partes daquela regulamentação. Duma forma geral, são muito críticos e frontalmente contra as principais disposições da postura. Referem-se a ela dizendo: "não concordo nada com a postura, está muito mal posta"; "não lhe encontro jeito nenhum"; "é uma pantominice, não presta para nada"; "não tem pés nem cabeça".

Os pastores queixam-se principalmente das autorizações por escrito, que são exigidas para poderem pastorear nos terrenos de que não são proprietários; por não poderem trazer uma foice quando andam com o gado; por terem que construir corriças fora da aldeia; queixam-se ainda da severidade da GNR. Segundo alguns pastores, por vezes, elementos daquela força policial são demasiado severos ou fazem mesmo interpretações abusivas das disposições da postura.

A postura proíbe a apascentação e divagação em terrenos, lugares e logradouros públicos ou comuns, e também em propriedades particulares, sem autorização escrita das respectivas entidades administrativas ou dos respectivos proprietários. Então, fora dos terrenos do próprio pastor, só com autorização escrita é que um pastor pode andar com o rebanho. Ora, isto não está nada de acordo com a tradição e o sistema de exploração de ovinos da região. Não há explorações com possibilidades de manter os ovinos só com a área que lhe pertence, "ninguém leva as ovelhas só nas suas terras, nesta zona isso não dá, não temos base para isso". Segundo os pastores, não há justificação para as autorizações por escrito. As balizas desde sempre foram usadas como forma de sinalização das terras e esse sistema sempre funcionou bem; se um proprietário balizar uma terra, os pastores cumprem e nenhum gado lá entra.

É notório que não agrada ao pastor ter que pedir as autorizações por escrito aos vizinhos. Isto fere o seu amor-próprio. É visto como uma desconsideração o ter que ir pela aldeia pedir aos vizinhos para assinarem um papel que lhe permita andar com o gado. Um ou outro pastor afirmou que vendia o gado se tivesse de ir sózinho "a mendigar pelo povo autorização para andar com o gado".

A obtenção dessas autorizações, em muitas aldeias e freguesias, foi um processo que teve a iniciativa e o apoio do presidente da Junta de Freguesia. Como nos contaram

numa dessas aldeias, "o Presidente falou com o povo para assinarem a autorização", reuniu os pastores e todos juntos percorreram a aldeia, recolhendo a autorização escrita que permite o pastoreio dos rebanhos. Toda a gente da aldeia assinou. A participação do Presidente de Junta no processo de angariação das autorizações escritas é importante porque evita discriminações entre os pastores. Os donos das terras ao passarem as autorizações fazem-no para todos os pastores da aldeia.

Nas aldeias em que se verificou este processo de angariação de assinaturas, não houve nenhuma pessoa que negasse essas autorizações aos pastores. Mas, em várias aldeias, onde não foi seguido esse processo, há pastores que andam com o gado sem terem, ainda, as ditas autorizações. Estes admitem que se estiverem em falta quando abordados pela GNR, dado que podem apresentar essa autorização no dia seguinte, irão nessa mesma noite, logo que cheguem à aldeia, falar com o dono da terra para passar a respectiva autorização. Apresentá-la-ão no dia seguinte à GNR.

A postura proíbe o pastor de trazer consigo qualquer ferramenta cortante, o que dá grande transtorno ao pastor, principalmente no período final do Verão. Nesta altura, há falta de pasto e todos os dias o pastor tem de esgalhar ramagens de árvores para os animais. Só o pode fazer com uma foice ou qualquer outra ferramenta apropriada. Não podendo trazer essa ferramenta consigo, o pastor tem de ir esgalhar as árvores enquanto o gado fica alojado e depois voltar para buscar os animais, obrigando-o a fazer o trajecto duas vezes.

A postura proíbe a apascentação nas zonas de faceira delimitadas pelas povoações ou em qualquer outro terreno semeado de cereais. Mas, em muitas aldeias, actualmente, já não se fazem faceiras e os agricultores cultivam o cereal por todo o termo da aldeia, pelo que não há zona de faceira definida. Já alguns pastores foram multados quando estavam com o rebanho nas suas próprias terras, pois os agentes da GNR alegaram que havia terras com cereal perto do local onde andava o pastor.

A postura proíbe a estabulação ou pernoita dos ovinos dentro das aldeias. Há aldeias onde, mesmo antes da entrada em vigor da postura, já os alojamentos estavam situados fora das povoações, mas noutras aldeias todos os pastores recolhiam os gados em alojamentos situados dentro da aldeia. Muitos dos pastores nesta situação continuam a alojar os animais na aldeia correndo o risco de serem multados, o que acontece com alguma frequência. Mas, como dizem esses pastores: "sai mais barato que fazer a corriça fora e para o ano, se calhar, nem tenho ovelhas". Nalguns casos, as corriças foram construídas fora da aldeia, mas com o crescimento das povoações surgiram casas perto dessas corriças. Sobre esta disposição da postura referente aos alojamentos, os pastores dizem que são vítimas de discriminação. Se as ovelhas têm que ficar fora das povoações, questionam porque é que as "crias", as galinhas e os porcos podem ficar dentro das aldeias, quando sujam tanto ou mais que as ovelhas.

6.4 - As ovelhas à guarda reforçam a aceitação do sistema de pastoreio

A existência de ovelhas à guarda nos rebanhos é um costume antigo e generalizado. As "ovelhas à guarda" constituem um esquema que permite o bom entendimento entre o pastor e os vizinhos e que modera possíveis conflitos. Como dizia um pastor, as ovelhas à guarda também servem "para calar o povo", porque se os vizinhos têm ovelhas que andam nos rebanhos da aldeia, não se podem opor ao pastoreio dos rebanhos. Será difícil às pessoas levantarem objecções ao pastoreio de "andar a campo" quando essas mesmas pessoas têm ovelhas em rebanhos que usam o mesmo sistema de pastoreio. Será uma forma de fazer com que as pessoas da aldeia sejam "cúmplices" do sistema de exploração ovina, além das vantagens para os donos das ovelhas. Estes, sem terem trabalho ou preocupações de qualquer tipo com as ovelhas, podem gozar da vantagem da sua produção: os cordeiros que aproveitam para consumo em ocasiões especiais ou na festa da aldeia. Em troca, cedem para o rebanho pastos em lameiros ou outras pastagens que, possivelmente, não seriam aproveitados de outra forma.

6.5 - Comercialização dos produtos do rebanho

O tipo de produção a que se dedicam os criadores de ovinos do concelho de Bragança é exclusivamente a produção de carne. Embora seja da venda dos cordeiros que o pastor obtêm a maior parte do seu rendimento, há outros bens ou produtos provenientes da exploração ovina que podem ser objecto de aproveitamento ou comercialização, caso da lã, das ovelhas de refugo e do estrume.

A lã característica das ovelhas galegas é do tipo churro e, como tal, de fraca qualidade. Os pastores não conseguem vender a lã que tosquam, pois actualmente não há procura deste produto. "A lã ninguém a quer, não dá para a tosquia". Antigamente, era usada para a confecção de mantas, meias, tapetes e outros artigos de fabrico caseiro e artesanal, mas o progressivo abandono das técnicas artesanais de fabrico destes artigos conduziu à crescente diminuição da procura, de tal forma que neste momento a lã é um produto que se vai acumulando em casa dos criadores de ovinos e do qual não tiram qualquer proveito.

Para a manutenção do rebanho é necessário proceder anualmente à substituição das ovelhas velhas por animais mais jovens, e substituir aquelas que devido a doença, acidente ou qualquer outro motivo é conveniente afastar do efectivo. Todos os anos, o pastor vende ovelhas de refugo ou com "algum mal".

Existem também pastores que fazem negócio com a compra e venda de ovelhas. Tentam ganhar algum dinheiro aproveitando as flutuações no preço das ovelhas ou comprando animais magros e por isso baratos, que tentam vender mais tarde, com "mais corpo", e com algum lucro.

O estrume dos ovinos é considerado de muito boa qualidade, ótimo para fertilizar hortas ou plantações, e por isso mesmo, ninguém o vende. Mesmo o estrume produzido com os animais em pastoreio tem uma certa importância, daí a designação de "estrumeação a rabo de ovelha". O estrume acumulado nas corriças, currais ou lojas é retirado periodicamente e utilizado nas terras pertencentes ao pastor, normalmente nas hortas, vinhas ou outras plantações. Se o pastor utiliza cancelas para guardar o gado, coloca-as em terrenos que pretende estrumar (esta é, geralmente, denominada "estrumeação a bardo"). Por vezes o estrume serve como forma de retribuição ou pagamento de cedências de pastos ou de alojamentos. Assim, a cedência de um pasto pode ser retribuída por colocação de cancelas no terreno onde é retirado esse pasto. O estrume acumulado numa corriça pode servir como moeda de troca pela cedência dessa instalação.

Os cordeiros são destinados a venda, autoconsumo, oferta e pagamento de rendas ou trocas. A maior parte dos cordeiros são destinados a venda. Uma pequena parte é para autoconsumo familiar e para ser consumido no dia de realização de trabalhos mais exigentes, em que há necessidade de entreaajuda dos vizinhos, como a tosquia e as vindimas.

Muitas vezes o pastor oferece cordeiros, sem que tenha havido qualquer compromisso prévio, como forma de agradecer a boa vontade, ou a não oposição, dos proprietários das terras por onde anda com o rebanho com mais frequência.

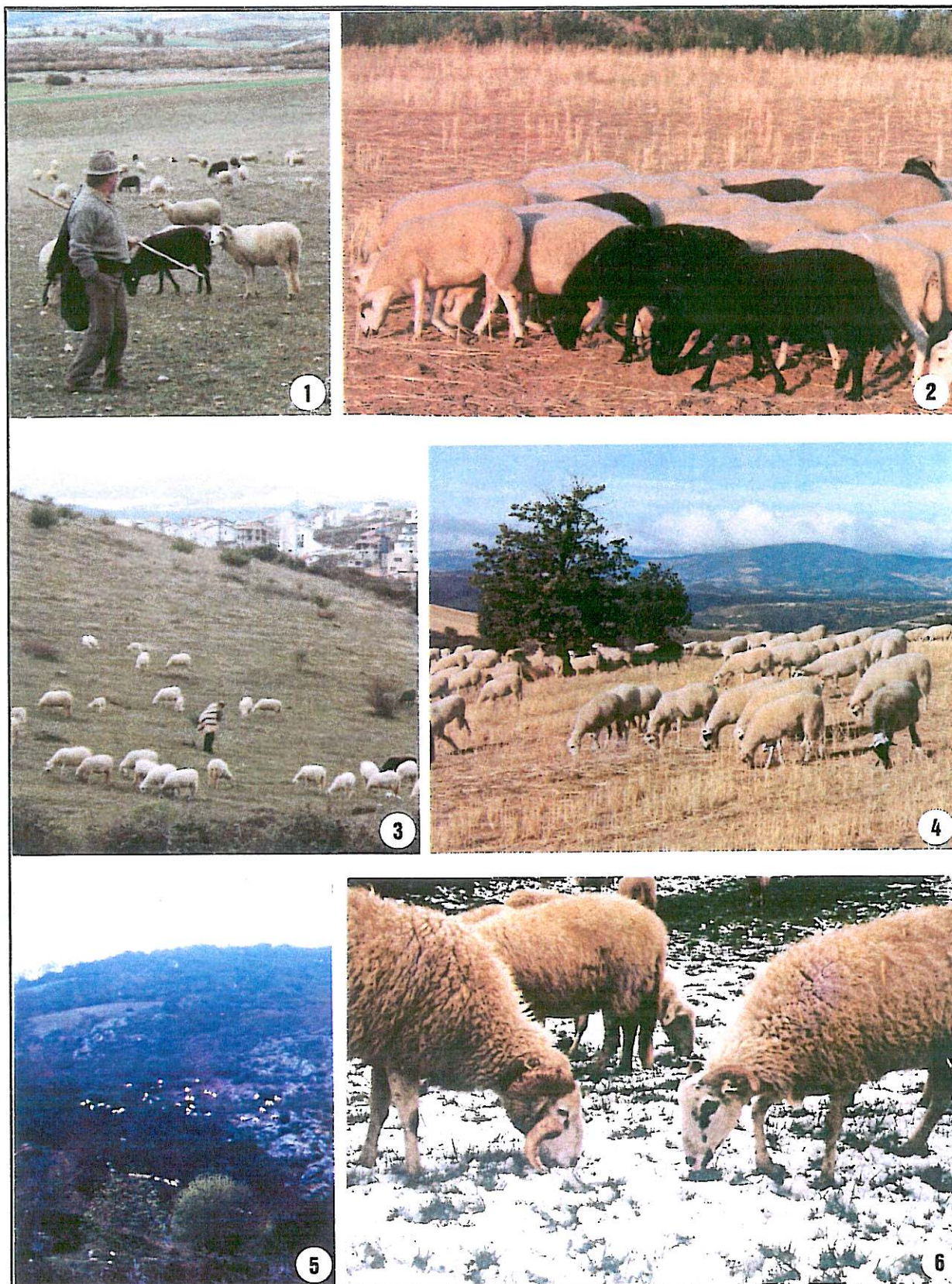
Na prática não há diferença entre o pagamento de rendas em cordeiros ou a troca de cordeiros por lameiros ou "voltas", pastagens em lameiros, vinhas ou outras plantações. É muito frequente o arrendamento de lameiros durante o período que vai desde o corte dos fenos até ao mês de Fevereiro. Nestes casos a forma de pagamento mais frequente é o pagamento em cordeiros. Noutras situações o pastor diz fazer "troca" de cordeiros por lameiros ou por "voltas".

O pastor vende os cordeiros "à porta, a quem aparecer" a particulares, conhecidos ou desconhecidos. Mas um pastor pode vender, por ano, centenas de cordeiros. A maior parte dessas vendas são concentradas em duas épocas do ano, no Natal e em Julho/Agosto, época das romarias nas aldeias. Por isso também vendem por junto a negociantes, e alguns pastores preferem este tipo de venda.

Normalmente cada pastor tem um negociante "certo" ou "amigo", que compra "por junto" e é a este que anualmente vende os cordeiros. Este negociante é "certo" e "amigo" por ser mais conhecido que os outros e daí uma maior probabilidade de

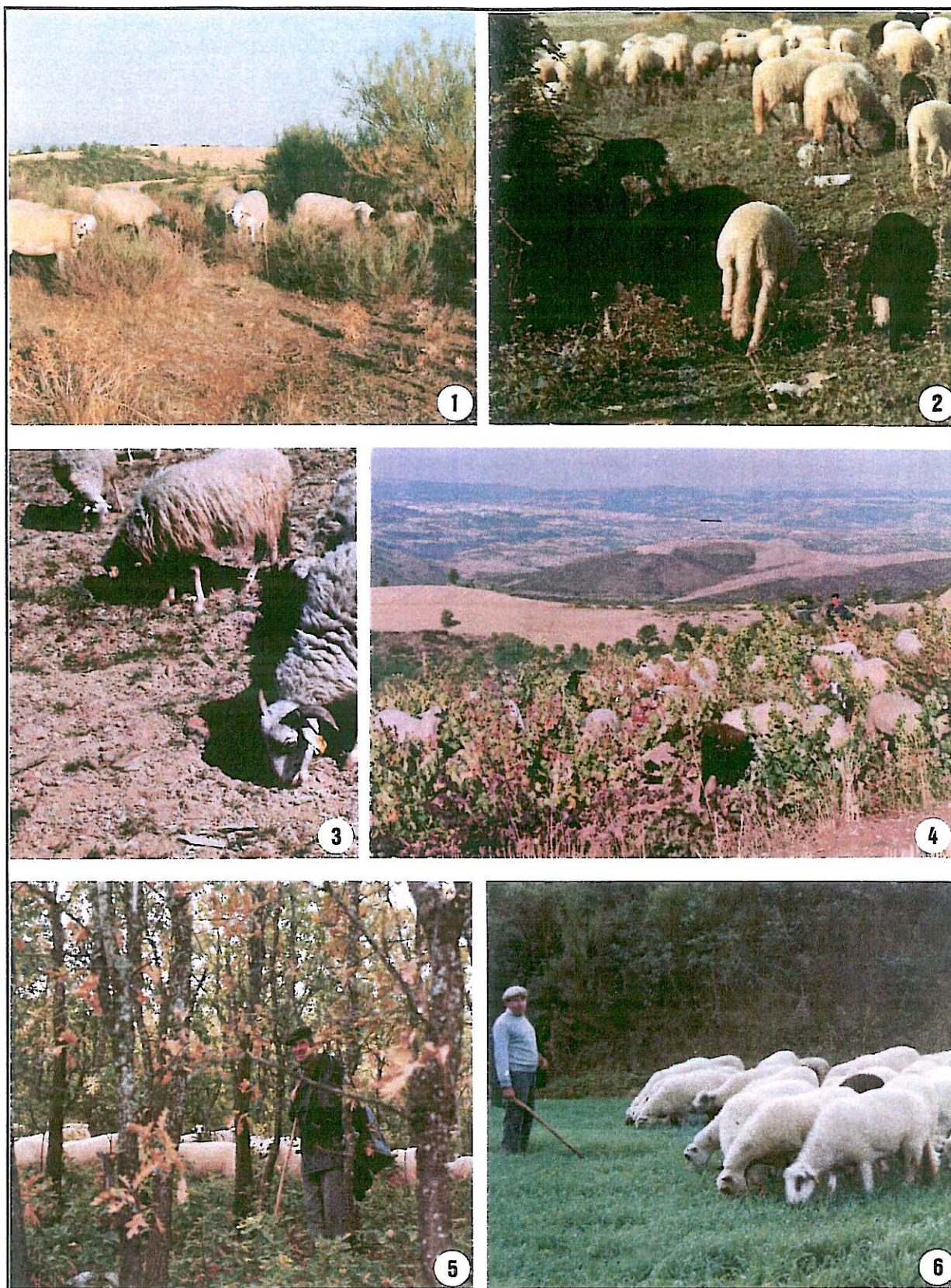
entendimento e negociação dos preços, mas o preço é sempre discutido e todas as razões são válidas para fazer aumentar o valor da venda. A razão que realmente faz o pastor optar por vender a um negociante é apenas o preço de venda. Por isso, todo o pastor tem necessidade de estar informado sobre os preços que ocorrem em cada época. Essa informação é recolhida junto de outros pastores ou nas feiras que se realizam periodicamente.

Estampa I



- Fig. 1- Pastor com o cajado, o agasalho e a merenda. O rebanho espalha-se pelo terreno.
Fig. 2- Grupo dianteiro de um rebanho em marcha. Saída do rebanho, no Verão, ao fim do dia.
Fig. 3- Rebanho em pastoreio num terreno em pousio, junto à cidade. O pastor traz uma manta para agasalho.
Fig. 4- Pastoreio nos restolhos (grão de cereal), depois da ceifa. Um grupo de ovelhas apanha folhas e bolotas.
Fig. 5- Pastoreio no monte, numa manhã de Inverno, debaixo de chuva.
Fig. 6- Pastoreio num lameiro coberto de neve. Notam-se as pintas negras na ovelha da direita.

Estampa II



- Fig. 1- Pastoreio em terreno de monte, no Verão. Aproveitamento de giestas e de "fananco".
Fig. 2- Pastoreio em incultos (terras da Igreja). À esquerda, ovelhas apanham amoras das silvas.
Fig. 3- Aproveitamento da vegetação existente num pousio, no final do Verão.
Fig. 4- Pastoreio nas vinhas, após a vindima, ao fim da manhã.
Fig. 5- Pastoreio num touçal de carvalheiras.
Fig. 6- Ao fim do dia, farta-se o gado numa ferrã.

Estampa III

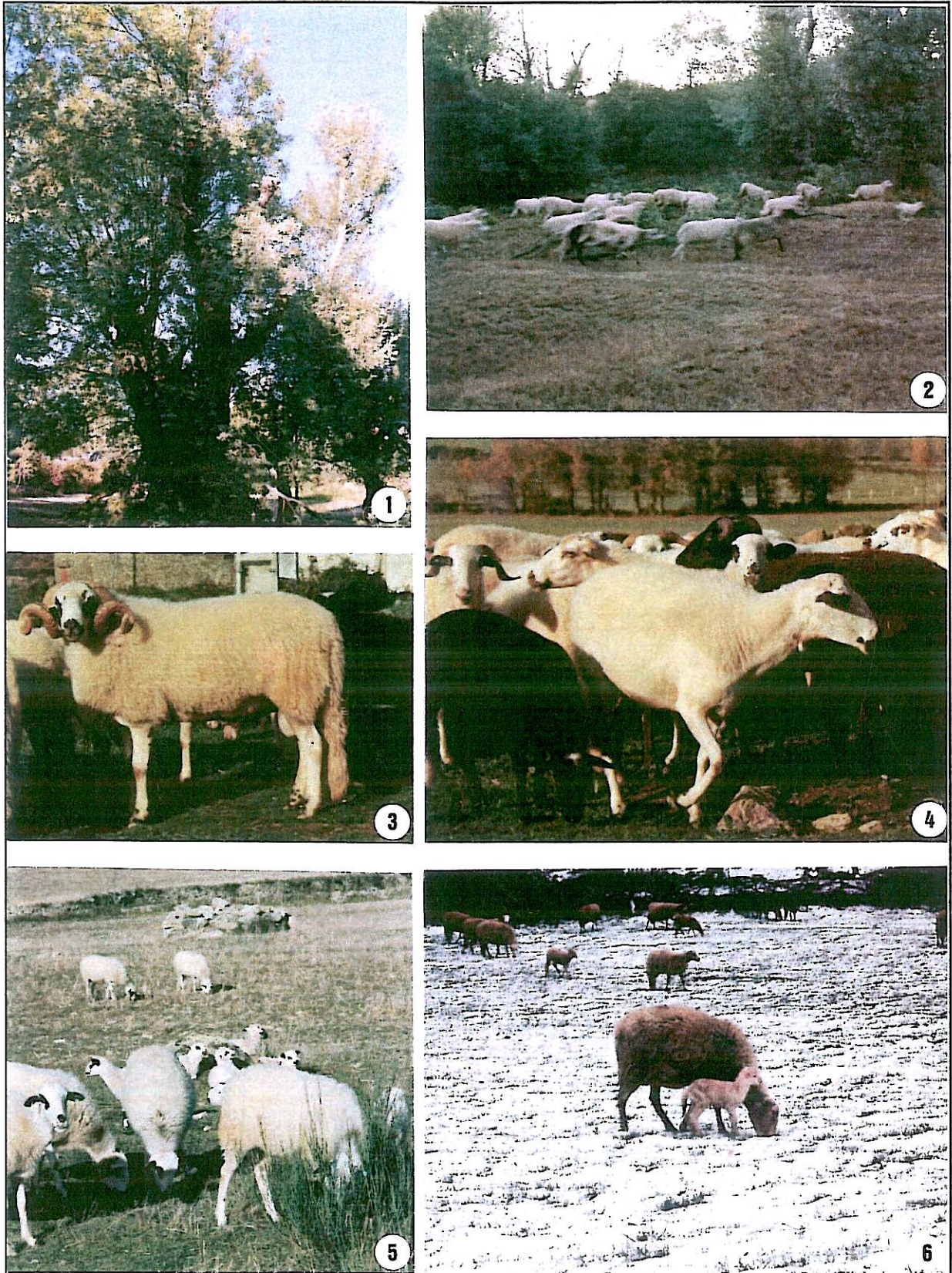


Fig. 1- O pastor esgalha ramagens de freixo para as ovelhas. A subida da árvore é feita a pulso.

Fig. 2- Ao fim do dia, o rebanho apressa-se para aproveitar as folhas das ramagens.

Fig. 3- Um carneiro de raça Galega Bragançana (galega).

Fig. 4- Ovelhas de raça galega. Brancas e pretas, com cornos e sem cornos. Ovelha com "marmelos" no pescoço.

Fig. 5- Cordeiros saem com as mães para o pastoreio.

Fig. 6- Cordeiro recém-nascido (um dia) com a mãe em pastoreio, em dia de neve.

Estampa IV

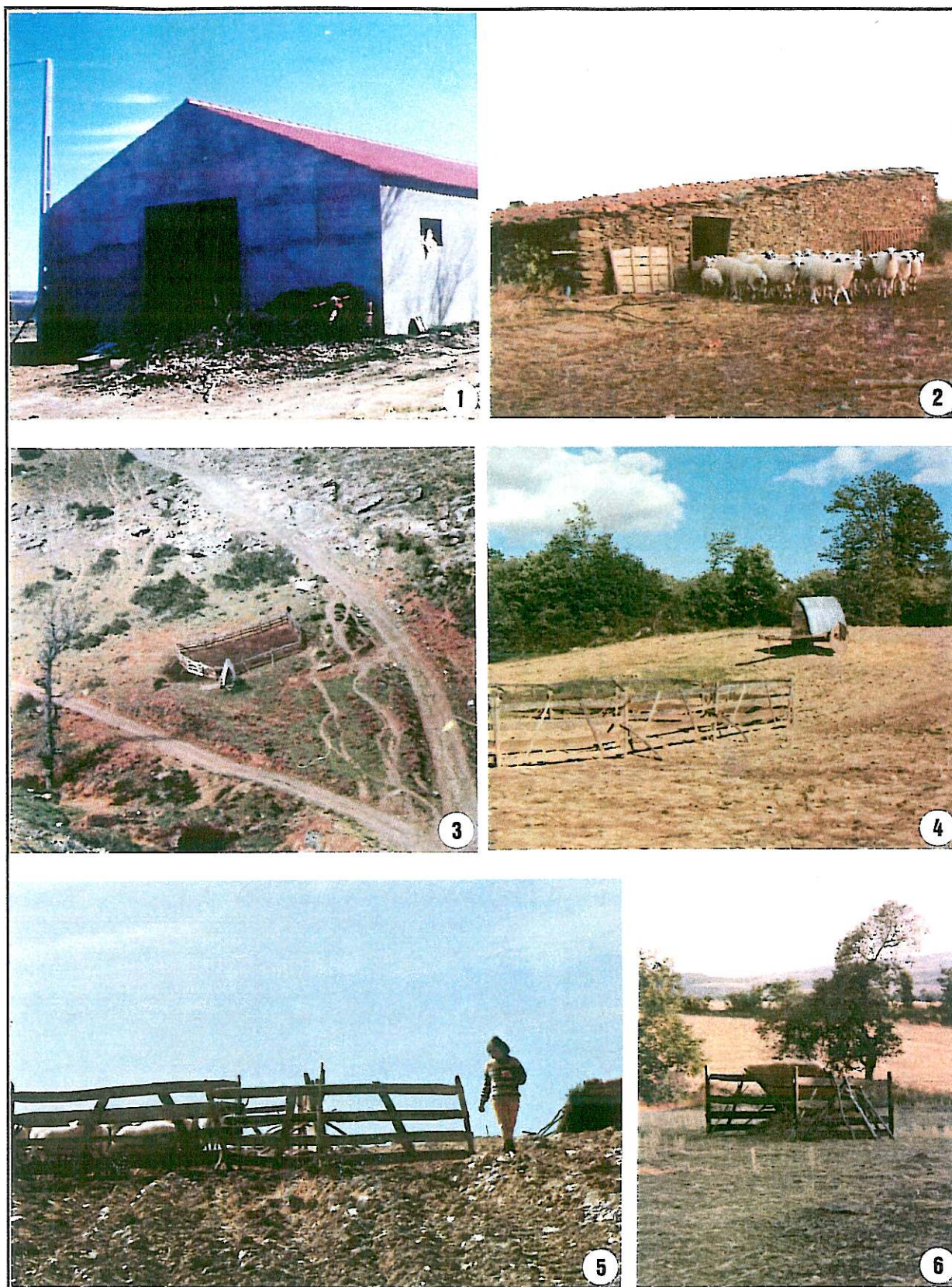


Fig. 1- Vista parcial de uma corriça de construção recente.

Fig. 2- Vista parcial de uma corriça antiga.

Fig. 3- Cancelas para recolha do rebanho e "carreta".

Fig. 4- "Carreta" junto às cancelas. A "carreta" pode ser deslocada com as cancelas.

Fig. 5- Entrada do rebanho para as cancelas. Ao fundo vê-se parte da "cabana", que substitui a "carreta".

Fig. 6- "Cabana" onde se abriga o pastor. Esta "cabana" está situada próximo das cancelas.

Estampa V

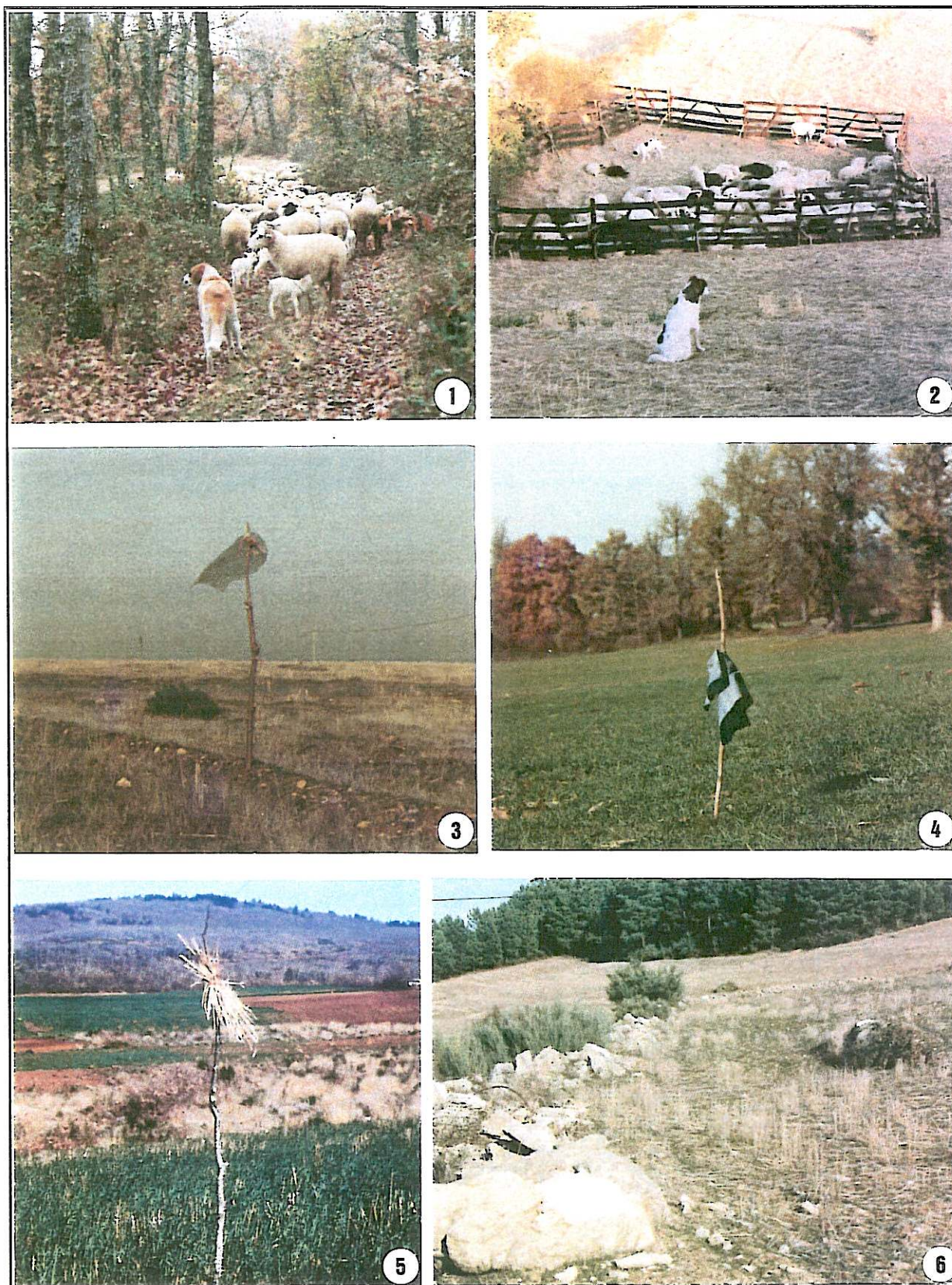


Fig. 1- Com o rebanho em marcha, o cão segue na rectaguarda.

Fig. 2- Rebanho a "estiar" nas cancelas durante as horas de calor, no Verão, guardado pelos cães.

Fig. 3- Baliza feita com plástico. Vê-se outra baliza ao fundo do terreno.

Fig. 4- Baliza de pano colocada num lameiro.

Fig. 5- Baliza feita com palha, conhecida por "fachuco".

Fig. 6- Terra "caleada". Terra balizada com marcas de cal, feitas nas pedras do terreno a balizar.

Capítulo III

A criação de ovinos na aldeia de Milhão e nas explorações agrícolas

Começámos por estudar a ovinicultura no concelho de Bragança (capítulo I), passando depois para o estudo do sistema tradicional de exploração de ovinos, designadamente os seus elementos constituintes (capítulo II). Subsiste uma questão importante que se relaciona com o aspecto económico da exploração de ovinos. Neste capítulo vamos ver a importância económica da criação de ovinos nas explorações que se dedicam a esta actividade e averiguar o nível de rendimento aí alcançado. Tendo visto as características do sistema tradicional de exploração de ovinos, interessa agora saber se a criação de ovinos é uma actividade que permite um rendimento satisfatório às explorações que a praticam. Para isso, torna-se necessária uma abordagem a um nível mais restrito, o nível da exploração agrícola.

Escolhemos uma aldeia - a aldeia de Milhão - onde inquirimos todas as explorações com ovinos para calcular os resultados e os rendimentos dessas explorações. O estudo ao nível da aldeia permitiu-nos detectar outros enquadramentos do sistema tradicional de exploração de ovinos, relativos à forma como o conjunto dos pastores de uma aldeia se relaciona com a comunidade, os seus vizinhos; as relações entre os pastores; a gestão e utilização do território da aldeia em função dos interesses dos pastores e dos vizinhos. Por isso, no presente capítulo vamos abordar, em primeiro lugar, as questões relacionadas com os pastores e a sua inserção na comunidade e nas actividades da aldeia. Em seguida, faremos a caracterização das explorações agrícolas familiares que se dedicam à criação de ovinos, nomeadamente quanto à área de terra disponível, mão-de-obra, actividades pecuárias e actividades agrícolas. Finalmente, vamos estudar os resultados da exploração (produções e encargos), em cada uma das explorações agrícolas com ovinos, com o objectivo de calcular o rendimento do agricultor-pastor, ou mesmo só pastor. O respectivo montante permite-nos averiguar do interesse económico desta actividade, para o agricultor e para a região.

Como dissemos, restringimos a área de estudo à aldeia de Milhão. A principal razão para esta escolha reside no facto de ser uma aldeia com baldio utilizável e produzir bastante cereal. Conforme a tipologia definida no Capítulo I é uma aldeia da classe C1. É das aldeias do concelho com mais ovinos e contava, à data do início do trabalho, com sete rebanhos, seis dos quais com efectivo superior a cem animais.

As entrevistas aos pastores e a outras pessoas da aldeia obrigaram a inúmeras visitas em várias épocas e em anos diferentes. Deslocámo-nos ali pela primeira vez no início do Outono de 1991, tendo contactado com o presidente da Junta de Freguesia e

com todos os pastores então existentes. Nessa altura fizemos as entrevistas com a ficha de inquirição que foi referida no capítulo anterior (ver Anexo 15). A informação recolhida com estas entrevistas foi já tratada no capítulo anterior. Mas os contactos com os pastores da aldeia não se limitaram à realização destas entrevistas. Acompanhámos individualmente, durante um dia, cada um dos sete pastores de ovinos da aldeia durante o pastoreio e condução do rebanho. Acompanhámos também uma cabrada existente na aldeia. Além disso, a nossa permanência na povoação durante as horas em que os rebanhos estavam recolhidos permitiram contactos com diversas pessoas da aldeia, mesmo não relacionadas com a criação de ovinos. Depois destes contactos iniciais continuámos a visitar periodicamente a aldeia, o que nos permitiu acompanhar e observar a evolução deste grupo de pastores.

Aproximadamente um ano depois dos primeiros contactos, no Inverno de 1992/93, voltámos a entrevistar os pastores, desta vez especificamente sobre os aspectos económicos de cada exploração agrícola. Para tal utilizámos uma ficha de inquérito à exploração agrícola semelhante às usadas pelo DEESA/INIA (Barros *et al.*, 1992). Como este inquérito é referente a um ano de exercício apenas pudemos inquirir cinco pastores, aqueles que mantiveram a actividade desde os nossos primeiros contactos. Como veremos adiante, verificam-se com frequência processos de evolução e alterações na actividade normal dos criadores de ovinos.

Vamos de seguida dar conta do resultado da nossa análise a toda a informação que foi possível recolher ao longo dos vários contactos estabelecidos e que ainda não foi referida nos capítulos anteriores.

1 - Caracterização geral da aldeia e dos criadores de ovinos

A aldeia de Milhão, sede da freguesia do mesmo nome, está situada junto ao Km 20 da estrada nacional N-218, que de Bragança segue para Vimioso e Miranda do Douro com ligação à fronteira de Quintanilha. Além da aldeia de Milhão, a freguesia têm duas pequenas povoações anexas, Vilar e Vale de Prados, mais conhecidas por Quintas de Vilar e Quintas de Vale de Prados. Com excepção de pequenas faixas ao longo da margem esquerda do Rio Sabor e ao longo dos afluentes Ribeira do Porto e Ribeira dos Vales, o termo de Milhão está acima dos 600 metros de altitude. A aldeia está a uma altitude próxima dos 700 m e as zonas mais elevadas situam-se entre os 800 e 850 metros de altitude.

A freguesia de Milhão tem perto de 300 habitantes (254 eleitores inscritos), distribuídos por cerca de 65 famílias da aldeia de Milhão, 13 famílias de Quintas de Vilar e 6 famílias de Quintas de Vale de Prados. O número de famílias emigradas desta

freguesia (cinco de Milhão e duas de Quintas de Vale de Prados) é baixo relativamente a aldeias vizinhas. Também ocorrem algumas situações de emigração temporária. Nestes casos apenas um membro do agregado familiar se desloca para o estrangeiro. Devido à proximidade de Bragança, três famílias residentes em Milhão tem os seus membros activos a trabalhar nesta cidade.

A agricultura é a principal e quase exclusiva ocupação dos residentes. Comércio e indústria são actividades de fraca expressão. Existem duas casas comerciais pequenas, um posto de venda de combustíveis e um lagar de azeite. As famílias que têm actividade principal não agrícola, também dedicam algum tempo à agricultura. As actividades agrícolas mais importantes são a cerealicultura (trigo e centeio, com dominância da primeira cultura) e as plantações de castanheiros, cerdeiros e oliveiras. Actualmente, o número de castanheiros é bastante menor devido à doença da tinta que afectou grande parte destas árvores. Há uma área importante de vinhas cuja produção se destina fundamentalmente ao autoconsumo. A nível local a actividade pecuária é muito importante, principalmente a produção bovina (com destaque para os animais de produção de carne de raça mirandesa) e a produção ovina. Hoje em dia, predomina a opinião de que a produção ovina é mais rentável que a produção bovina. Todas as explorações recorrem ao cultivo de produtos agrícolas e à criação de animais domésticos para consumo do agregado familiar. Cada exploração dedica-se a um grande número de actividades agrícolas e pecuárias, não havendo especialização em determinada actividade. Como afirmava um agricultor, "dedicamo-nos a tudo e não nos dedicamos a coisa nenhuma".

1.1 - A gestão e utilização do território

Os pastores de Milhão fazem o pastoreio por todo o território da aldeia e raramente vão com os rebanhos ao termo de outras aldeias, mesmo o das localidades anexas, Vilar e Vale de Prados. À semelhança do que verificámos por todo o concelho também aqui, na aldeia de Milhão, as terras afectas à cultura de cereal são um recurso importante nos percursos de pastoreio. O cereal é cultivado nas terras situadas na zona de localização da "folha" ou "faceira" desse ano. Na outra zona (que foi a "folha" no ano anterior) as terras ficam em pousio ou "de poulo" e são agora designadas de "contra-folha" ou "estrefolha". Em Milhão, a divisória entre a "folha" e a "contra-folha" é sempre feita por uma linha que segue pela Ribeira de Forcados, Ribeira de Ferradosa e Ribeira de Porto (Fig.3.1). Quando a folha se situa na zona a Noroeste desta linha, a produção de cereal é mais elevada porque, segundo os agricultores, além da área ser ligeiramente superior as terras desta folha produzem mais.

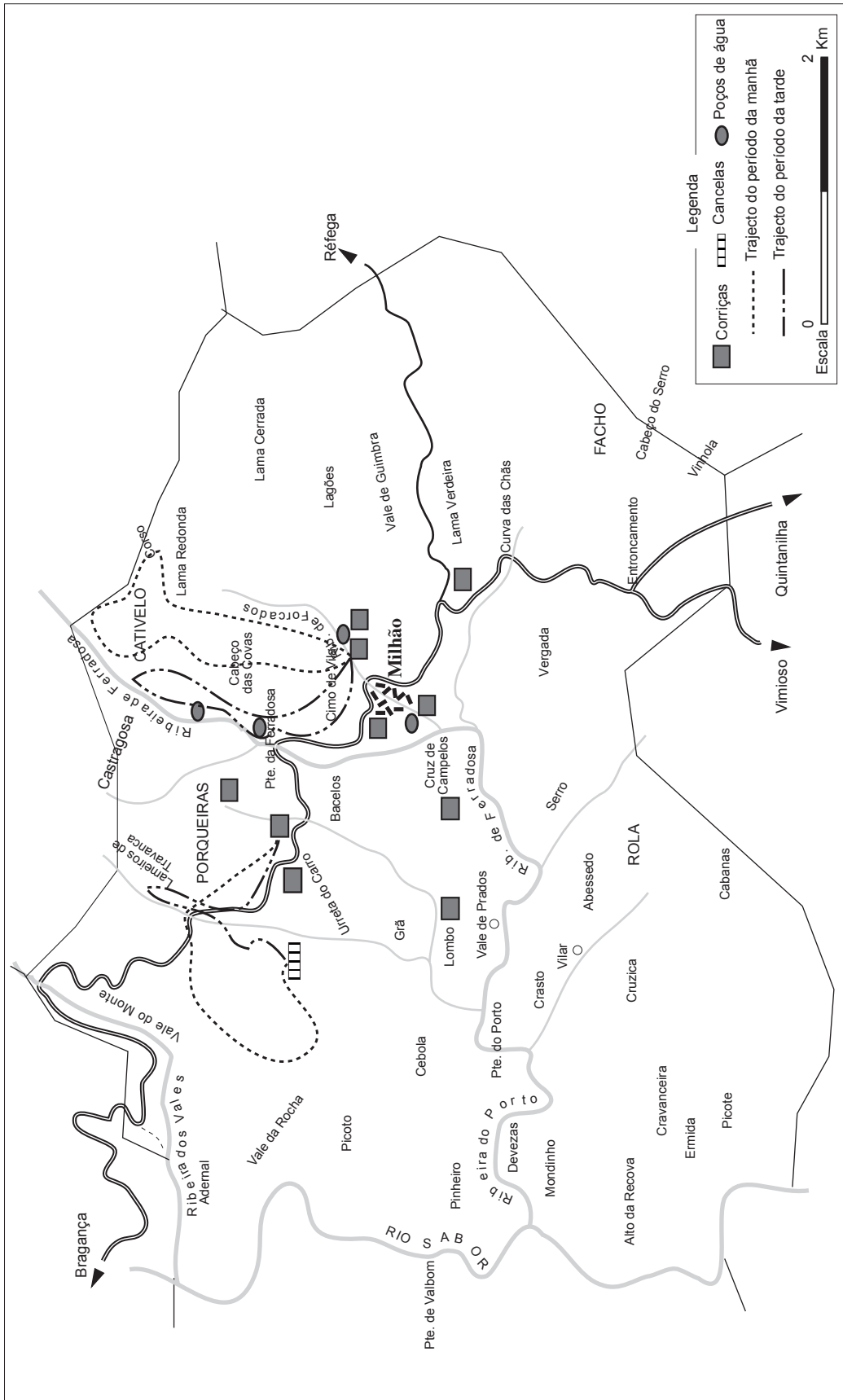


Fig.3.1 - Localização das corriças, poços de água e trajecto do percurso de dois pastores

Os terrenos baldios encontram-se por todo o termo e são constituídos por parcelas pequenas e dispersas, grande parte deles é cultivada com cereal. Uma grande área do baldio, junto ao Rio Sabor, era outrora muito usada para pastoreio, mas agora os rebanhos poucas vezes vão a essa zona, excepto no Verão, quando aproveitam a vegetação das margens do rio e a proximidade da água. Esta área de baldio era cultivada com recurso a tracção animal e colheita manual, mas o declive acentuado não permite a mecanização com as ceifeiras e, por isso, deixou de se cultivar aí cereal. Estes terrenos foram abandonados desde há alguns anos e perderam interesse para o pastoreio dos rebanhos.

A faceira condiciona os percursos de pastoreio. Durante o tempo em que o cereal está instalado, os percursos são feitos, quase sempre, na zona de contra-folha. A escolha dos percursos a efectuar diariamente pelo rebanho depende, ainda, da localização do alojamento e do local onde o rebanho vai ser recolhido no fim do período de pastoreio. No Verão, a escolha do trajecto tem ainda em consideração a necessidade de passagem por locais de abeberamento. As linhas de água e os poços existentes na aldeia são locais privilegiados para o abeberamento dos ovinos (ver Fig. 3.1).

1.2 - As relações entre os pastores e os vizinhos da aldeia

A actividade dos pastores é, de forma geral, bem aceite pelos vizinhos da aldeia de Milhão. Para isso também contribui o facto de a maioria das pessoas conhecer bem as práticas e costumes relativos ao maneio dos rebanhos. Muitos dos vizinhos, embora não possuam gados neste momento, estiveram no passado relacionados, de qualquer forma, com a criação de ovinos e por isso conhecem e compreendem a situação dos pastores. Qualquer problema mais grave que surja devido ao pastoreio dos rebanhos é resolvido entre os membros da comunidade, geralmente com a intervenção do presidente da Junta de Freguesia. Normalmente, se um rebanho causa algum dano o pastor ao chegar à aldeia vai junto do proprietário. Facilmente chegam a acordo quanto à forma de reparação, que habitualmente é feita em dinheiro ou em cordeiros.

A Junta de Freguesia, especialmente o seu presidente, contribui bastante para o bom relacionamento entre os pastores e o resto da população. Foi por iniciativa do presidente e na sua companhia que no primeiro ano da entrada em vigor da postura municipal se juntaram os pastores e percorreram a aldeia a angariar as necessárias autorizações escritas para o pastoreio. Também por sua iniciativa foi criado em 1990 um depósito em dinheiro, à guarda da Junta de Freguesia, para pagamento de eventuais prejuízos. Todos os pastores concordaram com esta medida e entregaram os dez mil escudos de depósito. Este será utilizado para pagar os prejuízos causados por rebanhos,

sempre que se desconheça o responsável pelos estragos. Até ao momento não foi necessário recorrer a esse depósito.

Com parte do dinheiro conseguido com o arrendamento dos terrenos baldios, a Junta de Freguesia construiu poços e represas em linhas de água que servem para abeberamento de animais das várias espécies. Estes poços são muito utilizados pelos rebanhos, principalmente na época do Verão.

1.3 - Os pastores

1.3.1 - Um grupo característico, com a sua identidade própria e em permanente evolução

O pastor, na acepção mais vasta do termo, como criador de ovinos, chefe de família e agricultor é um membro da comunidade de vizinhos da aldeia, onde se integra perfeitamente. Mas pudemos verificar que no seio dos vizinhos da aldeia de Milhão, os pastores constituem um grupo com identidade própria. Esta identidade alicerça-se no seu "modo de vida" inerente à condução do rebanho, nas formas específicas de trabalho com os animais e de relacionamento com a restante comunidade. Porém, esta diferenciação relativamente aos restantes vizinhos não conduz a formas de segregação ou a estatutos subalternos. O termo pastor indica mais a ocupação ou actividade do indivíduo e não tanto a sua posição social local. Neste caso, o termo pastor aproxima-se do significado de criador ou produtor.

As práticas de manejo, condução e exploração dos ovinos reforçam a identidade dos pastores e fazem com que os problemas e dificuldades sentidas por cada um sejam muito semelhantes e característicos do seu grupo.

O conjunto dos pastores de Milhão é um grupo social sujeito a evolução, com saída e entrada de novos membros ao longo do tempo. Dos sete pastores que existiam aquando das primeiras entrevistas apenas cinco continuavam com esta actividade, decorrido um ano, quando realizámos os inquéritos à exploração agrícola. Um deles emigrou e teve que vender os animais, o outro vendeu o rebanho todo numa ocasião propícia para o negócio e veio, mais tarde, a retomar a actividade. No mesmo período, porém, surgiram mais dois rebanhos na aldeia. Um deles pertence a um emigrante recentemente regressado e que decidiu dedicar-se à criação de ovinos. O outro rebanho pertence a uma pessoa da aldeia que substituiu a exploração de bovinos pela criação de ovinos. Estas mudanças são vistas com naturalidade, tanto pelos pastores como pelos vizinhos da aldeia.

Não se verificam situações de competição agressiva entre pastores quanto à utilização dos espaços de pastoreio. Não há delimitação individual de zonas de pastoreio e a exclusividade de pastoreio em certas terras não resulta tanto de uma acção de competição mas mais da existência de antigas relações preferenciais entre vizinhos. Não observámos situações de conflito latente ou aberto entre pastores. Pelo contrário, verificámos várias situações de cooperação e ajuda, como a utilização de corriças, troca ou cedência de reprodutores, transmissão de informação e ajuda nos trabalhos (tosquia, vacinas) com o rebanho. Cada pastor tem terras arrendadas ou cedidas e estas são respeitadas pelos restantes, mesmo quando o pastor que as usufrui não tem essas terras balizadas. Com dissemos já, todos os pastores concordaram com a criação de um depósito em dinheiro para cobrir prejuízos causados por rebanhos sempre que se desconheça o responsável pelos estragos.

Os pastores formam um grupo com grande afinidade entre os seus membros mas existem algumas diferenças entre eles, nomeadamente quanto: à composição do agregado familiar e disponibilidades de mão-de-obra familiar; ao estado de evolução do rebanho; e às actividades desenvolvidas na exploração agrícola. Assim, há desde o pastor solteiro, em início de actividade, com o rebanho a atingir a fase de estabilidade até ao pastor idoso com o rebanho em regressão de efectivo, que pensa abandonar a actividade por razões de saúde. Encontrámos explorações cuja actividade pecuária se restringe exclusivamente aos ovinos e outras que, além dos ovinos, possuem bovinos. Há pastores que iniciaram a criação de ovinos em regime de "gado a meias" até conseguirem um rebanho próprio e pastores que compraram um pequeno número de ovelhas e foram ampliando o efectivo. Finalmente, há mesmo um pastor que iniciou a actividade com um projecto de investimento no âmbito do Reg. 797 (CEE).

1.3.2 - Os "pastores" sem rebanho e a mulher-pastora

Para guardar e conduzir um rebanho em regime de pastoreio de percurso o pastor deve possuir conhecimentos sobre as técnicas de maneio e de condução nestas condições. Há muitas pessoas que não são pastores (não possuem um rebanho) mas conhecem e dominam as técnicas de maneio e as práticas de condução, ou porque já tiveram um gado próprio, ou porque já foram pastores de outros vizinhos noutros tempos. Estas pessoas estão em condições de, a qualquer momento, se dedicarem à criação de ovinos ou fazerem a condução e guarda de um rebanho. Com frequência ajudam ou substituem temporariamente o pastor de rebanho, principalmente quando são parentes.

Nas explorações agrícolas, as necessidades de trabalho são suportadas pelos membros do agregado familiar. O recurso a mão-de-obra assalariada é esporádico e raramente ultrapassa o número de vinte geiras por ano. A entreatada é muito frequente nos trabalhos que exigem várias pessoas em simultâneo como, por exemplo, nas vindimas, tosquias, colheitas e outras.

O trabalho com o rebanho envolve várias tarefas que são desempenhadas e repartidas pelos membros da família. Nas explorações de ovinos da aldeia de Milhão é, geralmente, o homem do casal que faz a condução e guarda do rebanho. Apenas num dos casos essa tarefa está a cargo de um dos filhos do casal. A mulher, além de outras tarefas na exploração, trata dos ovinos (ovelhas paridas e cordeiros) que não saem para pastoreio e ficam nos alojamentos.

Em Milhão existem casos em que o número de dias, ao longo do ano, em que a mulher sai com o rebanho para pastoreio é elevado. Em dois casos é mesmo superior a duzentos.

2 - As explorações agrícolas com produção ovina

Como já referimos atrás, inquirimos, na aldeia de Milhão, cinco explorações com ovinos. Estas mantiveram, sem alterações, a criação de ovinos ao longo do período que se prolonga desde a realização das primeiras entrevistas, feitas no Outono de 1991, até à data da realização dos inquéritos à exploração agrícola, no Inverno de 1992/93, e referentes ao exercício de 1992.

Nos quadros que apresentamos em seguida, as explorações estão ordenadas por ordem crescente de área de terras exploradas por conta própria. No Quadro 3.1 apresentamos um quadro resumo com alguns indicadores relativos às explorações inquiridas. A área das explorações foi calculada em função das informações dadas pelos pastores (Anexo 17).

Da leitura deste quadro (Quadro 3.1) podemos verificar que as explorações dos pastores A e B são as que possuem menor Superfície Agrícola Útil (SAU), são as únicas que não possuem tractor e cultivaram uma área de cereal (trigo e centeio) inferior a 6 ha, enquanto as restantes cultivam áreas superiores a 14 ha. A exploração C diferencia-se das restantes por possuir bovinos. O pastor da exploração D tem o maior rebanho, superior a 200 animais, resultante dum projecto de investimento no âmbito do Reg. (CEE) 797. Esta exploração sobressai das restantes porque não faz trigo e investiu em plantações e na cultura de batata em terrenos onde instalou um sistema de rega. A exploração E diferencia-se por ser a que cultiva maior área de cereal e por ser a que tem

mais máquinas e alfaias. O pastor desta exploração está na fase inicial de execução de um projecto de investimento no âmbito do Reg. (CEE) 797, que inclui plantações.

Quadro 3.1- Alguns indicadores para a caracterização das explorações estudadas

Exploração de pastores	SAU	UHT	Tractor	Nº de animais adultos		Culturas Agrícolas (ha)		
				Ovinos (a)	Bovinos	Trigo	Centeio	Batata
A	26,1	2,1	0	160	0	2,1	2,9	1,2
B	25,8	2,4	0 (b)	150	0	1,2	4,5	1,5
C	49,0	4,1	1	130	7	5,3	8,9	1,4
D	65,1	2,0	1	210	0	0	20,8	3,0
E	100,2	2,6	2	150	0	23,3	14,8	1,5

(a) Número médio de ovinos adultos, ao longo do exercício.

(b) Adquiriu um tractor recentemente, mas a exploração esteve os dez primeiros meses do exercício sem tractor.

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Não existe, conforme leitura deste quadro resumo, uma relação entre a SAU das explorações e a dimensão do rebanho, pois a uma maior área de SAU não corresponde maior efectivo ovino. Esta situação pode ser explicada pela importância do pastoreio de percurso, uma vez que a alimentação dos ovinos não depende exclusivamente das terras da exploração, pelo que a dimensão do rebanho não depende da área de SAU das explorações.

2.1 - Superfície agrícola

No Quadro 3.2 temos a discriminação das diferentes formas de utilização da SAU das explorações agrícolas estudadas.

A terra tem diversa utilização, de acordo com a sua aptidão. A maioria das terras aráveis são de sequeiro e destinadas à cultura de trigo e centeio e as restantes são utilizadas para cultivo de hortícolas, principalmente batata, e forragem para alimentação animal. Todas as explorações possuem vinha. As explorações com maior área de terras ocupadas com culturas permanentes possuem plantações de cerejeiras, de castanheiros ou de oliveiras. A área de terras com maior interesse para a pecuária, prados ou pastagens permanentes, varia entre 6 e 12 hectares, e é constituída pelos lameiros da exploração e pelos lameiros arrendados ou cedidos. De salientar que estas áreas estão dispersas por inúmeras parcelas, por vezes bastante pequenas. A título de exemplo, a exploração do

pastor C tem a sua área distribuída por 230 parcelas, isto é, em média cada parcela tem 2130 m².

Quadro 3.2 - Distribuição da Superfície Agrícola Útil segundo a forma de utilização (ha)

Exploração	Distribuição da Superfície Agrícola Útil (SAU)			Total (SAU)
	Terras aráveis	Terras com culturas permanentes	Terras com prados e pastagens permanentes	
A	14,5	1,0	10,6	26,1
B	16,7	0,9	8,2	25,8
C	38,5	2,0	8,5	49,0
D	46,1	13,0	6,0	65,1
E	80,2	8,0	12,0	100,2

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

As terras da exploração são, na sua maioria, propriedade do pastor, como podemos verificar no Quadro 3.3. A maior parte das terras arrendadas são para cultura de cereal, pois dos 25,8 ha de terras arrendadas pelos cinco pastores, 22,1 ha foram arrendados para cultivar cereal. Metade desta área arrendada corresponde a terrenos de baldio arrematados. São as explorações que cultivam mais cereal e que possuem maior SAU as que têm mais terras em regime de arrendamento. Fazem-no para cultivar cereal e a renda é paga em dinheiro. O montante da renda paga por uma parcela depende da aptidão e qualidade do solo da respectiva parcela. Em média, nos 25,8 ha arrendados por quatro pastores, o valor da renda em dinheiro foi de 11 400\$00 por hectare.

Quadro 3.3 - SAU segundo a forma de exploração

Exploração	Conta própria		Arrendamento		Outra forma (1)	
	(ha)	%	(ha)	%	(ha)	%
A	17,7	68,0	2,7	10,3	5,7	21,7
B	17,9	69,4	1,4	5,4	6,5	25,2
C	48,7	99,4	0,0	0,0	0,3	0,6
D	55,1	84,6	9,7	14,9	0,3	0,5
E	86,2	86,0	12,0	12,0	2,0	2,0

(1) Terras exploradas por troca de cordeiros ou por ovelhas à guarda

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Todas as explorações incluem áreas sob outras formas de exploração como, por exemplo, lameiros cedidos por troca com cordeiros ou por ovelhas à guarda.

No Quadro 3.3 destacámos as explorações A e B que detêm 5,7 e 6,5 ha, respectivamente, de terras exploradas por troca de cordeiros ou por ovelhas à guarda, as quais representam mais de 20% da SAU destas explorações. Desta forma, os dois pastores que possuem menor área própria aumentam a superfície agrícola das suas explorações conseguindo a cedência de terras de vizinhos sem despesas monetárias. As parcelas exploradas nestas condições são terras destinadas principalmente aos ovinos e é a produção ovina que suporta os encargos com a cedência dessas terras.

Como já foi referido nos capítulos anteriores, é frequente a cedência de terras por troca de cordeiros ou por ovelhas à guarda, entre pastores e respectivos vizinhos. Este mecanismo de trocas, de raiz social, tem por base as relações interpessoais dos membros da aldeia e confere vantagens às duas partes envolvidas.

2.2 - A família e o trabalho

As actividades desenvolvidas pelas explorações exigem diversas formas de trabalho, que é, quase sempre, suportado pelos membros da família. Um número maior de membros do agregado familiar origina maiores disponibilidades de mão-de-obra e possibilita a diversificação de actividades na exploração, mas, por outro lado, provoca o aumento das exigências de autoconsumo e de receitas.

De forma geral, podemos afirmar que nas explorações com ovinos o agregado familiar médio é relativamente elevado. Nas cinco explorações estudadas, o número médio de membros do agregado familiar é de cinco pessoas (Quadro 3.4), mas verificam-se situações distintas na composição desse agregado, que se reflectem nas disponibilidades de mão-de-obra, como veremos mais adiante.

Quadro 3.4 - Composição do agregado familiar

Exploração	Nº de membros	Filhos		Outros parentes	
		< 18 anos	≥18 anos	activos	não act.
A	6	3	0	0	1
B	4	0	0	3	0
C	6	1	3	0	0
D	4	1	0	1	0
E	5	0	1	0	2

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Os pastores com agregado inferior a cinco pessoas são jovens, um deles é solteiro, e contam com outros parentes, pais ou tios, que ainda estão activos. Dos restantes, todos têm filhos que ajudam no trabalho da exploração. Nestes casos, os filhos já têm mais de dezoito anos ou, na sua maioria, tem mais de catorze anos e estão a estudar.

Como já referimos, o trabalho necessário na exploração é suportado maioritariamente pelos membros do agregado familiar, conforme se pode verificar no Quadro 3.5. A mão-de-obra utilizada no ano de referência vem expressa em Unidade-Homem de Trabalho (UHT). Estas foram calculadas em função do número de dias de trabalho que cada membro do agregado, assalariado temporário ou pessoa exterior ao agregado familiar prestou na exploração durante o ano em estudo, de acordo com as informações dadas pelos pastores. O seu cálculo seguiu as fórmulas indicadas pelas tabelas do RICA.

Como podemos ver no Quadro 3.5, a mão-de-obra familiar varia entre 2 e 4,1 UHT. Nas explorações com menor número de membros por agregado familiar (ver Quadro 3.4) não há contribuição de trabalho por parte de filhos, mas verifica-se a contribuição de outros parentes (pais ou tios) do pastor, que vivem com este. No caso do pastor C, há uma grande contribuição da parte dos filhos, que é superior a 3/4 da mão-de-obra total, o que permite uma menor contribuição da parte do casal.

Quadro 3.5 - O trabalho na exploração agrícola

Expl.	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR (UHT)					Total	MÃO-DE-OBRA ASSALARIADA (UHT)	ENTRE-AJUDA (UHT)	TRACÇÃO	
	Chefe de família	Esposa	Filhos	Outros parentes	Tractor				Equídeos	
A	1,0	0,6	0,5	0,0	2,1	0,05	0,08	0	1	
B	1,0	0,0	0,0	1,4	2,4	0,03	0,05	0 (a)	1	
C	0,8	0,1	3,2	0,0	4,1	0,01	0,01	1	0	
D	1,0	0,9	0,0	0,1	2,0	0,04	0,01	1	0	
E	1,0	0,8	0,8	0,0	2,6	0,06	0,03	2	0	

(a) A exploração só teve tractor nos dois últimos meses do exercício.

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

É de assinalar a participação da mulher no trabalho das explorações A, D e E, sem a qual o valor total da mão-de-obra familiar seria inferior a 2 UHT. Nos casos D e E a esposa tem uma participação importante no trabalho com o rebanho. Nestes casos a mulher faz com muita frequência a condução e guarda do rebanho, enquanto o marido se ocupa de outros trabalhos, que geralmente requerem a utilização do tractor.

O manejo, guarda e condução do rebanho representa um acréscimo nas necessidades de mão-de-obra. Nestas explorações, o trabalho necessário com os ovinos é preenchido exclusivamente pela família, pelo que há sempre uma pessoa ocupada com a guarda e condução do rebanho. A coexistência de outras actividades aumenta as necessidades de mão-de-obra e torna-se, então, necessário que outras pessoas executem os restantes trabalhos.

A distribuição do trabalho pelos membros do agregado familiar não é semelhante em todas as explorações e depende das actividades desenvolvidas. Num caso o trabalho está distribuído entre os membros da família de um modo muito específico, como acontece numa destas explorações, onde o filho mais velho faz os trabalhos com o tractor, o segundo filho está encarregado dos bovinos, o terceiro é responsável pelos ovinos e o quarto, a estudar, ajuda no trabalho com o rebanho aos fins de semana e durante as férias. Cada filho é responsável pelas respectivas tarefas e gestão da actividade, incluindo compras e vendas. Embora nas restantes explorações não exista uma distribuição do trabalho tão vincada, há uma distribuição preferencial das diferentes tarefas entre os membros do agregado familiar.

Ainda no Quadro 3.5, podemos verificar que o trabalho assalariado tem uma reduzida participação na actividade destas explorações. Nenhuma exploração atingiu o valor de vinte dias de trabalho assalariado, no ano em estudo. Os assalariados foram, na maioria, contratados para a realização de trabalho especializado, como reparações em construções, abertura ou arranjo de poços e plantações.

A mão-de-obra por entre-ajuda não atinge valores muito elevados, mas é fundamental para a execução de determinados trabalhos como, por exemplo, vindimas e tosquias. Todas as explorações recorrem à entre-ajuda para a realização destes trabalhos.

Nas trocas de trabalho por entre-ajuda participam diversos membros do agregado familiar. No caso da tosquia esta troca é feita, geralmente, entre os próprios pastores. Contudo, nos outros trabalhos a participação pode envolver diferentes membros do seu agregado.

A ajuda na realização de trabalhos similares, envolvendo membros de diferentes famílias, é a situação mais comum. Mas também se verificaram situações de troca de mão-de-obra pelo fornecimento de tracção, animal ou mecânica, entre diferentes explorações.

As explorações que possuem tractor asseguraram, na quase totalidade, as necessidades de mecanização com os seus próprios meios. Duas destas explorações contrataram máquinas pesadas para trabalhos com as plantações.

As explorações que não possuem tractor são as que dispõem de animais de tracção, com os quais executam alguns trabalhos. Contratam tractor e outras máquinas para a realização de trabalhos que não conseguem satisfazer com a tracção animal.

2.3 - Os animais na exploração

Todas as explorações possuem, para além dos ovinos, outros animais de diversas espécies. Uns destinam-se prioritariamente a produzir para autoconsumo, outros para trabalho. A produção ovina e bovina, quando existe, é destinada, na sua maioria, à obtenção de receitas, através da venda dos seus produtos. Em todas as explorações, os ovinos são a principal actividade de produção animal.

O número de ovinos adultos por rebanho varia, nas cinco explorações, entre 130 e 210 animais (Quadro 3.6). O efectivo dos rebanhos está estabilizado e manteve-se com certa regularidade nos últimos dois anos, apesar de haver, ao longo de cada ano, ligeiras alterações no número de animais no rebanho. Estas alterações são normais e são ditadas pela variação no preço de venda e pelo negócio que o pastor pode fazer com a venda de ovelhas de refugio ou de pequenos lotes de animais.

Quadro 3.6 - Espécie e efectivos animais nas explorações

Expl.	OVINOS		BOVINOS Nº vacas adultas	EQUÍDEOS Nº anim.	OUTROS ANIMAIS (no fim do exercício)			
	Nº de ovinos adultos	Nº ovelhas à guarda			Caprinos	Suínos	Aves	Coelhos
A	160	16	0	1	0	4	5	0
B	150	1	0	1	0	0	6	7
C	130	6	7	0	0	4	19	0
D	210	0	0	0	3	2	10	0
E	150	7	0	0	0	4	20	0

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Nos rebanhos de ovinos predominam largamente os animais de raça Galega Bragançana, também conhecida por galega. A experiência com raças exóticas durou alguns anos, mas não parece ter agradado aos pastores. Estes mantêm a opinião de que a galega é a melhor raça de ovelhas para os rebanhos desta região.

O rebanho é do pastor, mas é frequente a existência de ovelhas "à guarda" nos rebanhos. Esta prática é bastante comum na aldeia. Existem 30 animais neste regime, distribuídos por quatro dos cinco pastores. Hoje em dia, não há nenhum rebanho em regime de parceria, o designado "gado a meias". Antigamente havia muitos "gado a meias" e, dos actuais pastores, vários tiveram rebanhos nessas condições. Atribuem esta evolução à melhoria das condições de vida das populações rurais e a novas formas de obtenção de dinheiro ou crédito para compra de ovelhas. Por exemplo, a poupança conseguida com a emigração e as linhas de crédito bancário.

Para estes pastores, um rebanho de 150 a 160 ovelhas já é suficientemente grande. Um número superior dificulta o manejo e a condução do rebanho, exige maior número de horas de pastoreio e aumenta as dificuldades de alimentação nas épocas de escassez. Antigamente havia maior número de rebanhos, a aldeia de Milhão chegou a ter mais de vinte. Eram, porém, rebanhos mais pequenos, praticamente todos com menos de 100 ovelhas. Como a área cultivada era maior, havia mais terreno para pastagem. Agora, muitas dessas áreas estão abandonadas. Hoje, os rebanhos podem menosprezar as áreas mais pobres e afastadas da aldeia, utilizando-as só esporadicamente.

Apenas a exploração C tem bovinos. Possui 7 vacas adultas, sendo 3 turinas de leite, 2 mirandesas e 2 resultantes de cruzamentos de turina com mirandesa. É de assinalar que esta exploração é a que possui mais mão-de-obra familiar, o que lhe permite diversificar a produção animal.

Como já vimos, as explorações que não possuem tractor têm equídeos, que são usados, principalmente, para trabalhos de transporte.

As explorações possuem, ainda, outras espécies animais como caprinos, suínos, aves ou coelhos que exploram, principalmente, para consumo doméstico. Apenas as aves estão presentes nas cinco explorações, o que se deverá à importância da produção de ovos para consumo.

2.4 - As instalações para os ovinos

Sobre as instalações, apenas referimos aquelas que têm maior importância para o rebanho, as corriças. Mas devemos salientar que todos os pastores possuem habitação própria, em bom estado, e, na maioria, são construções recentes. Todos possuem, também, construções para arrumos e palheiros.

O Quadro 3.7 mostra as instalações existentes e a utilização dos alojamentos. Três das cinco explorações possuem duas corriças, enquanto que o pastor da exploração A, que apenas tem uma, utilizou ainda outra corriça da qual pagou renda. Apenas na exploração E o alojamento do rebanho é feito sempre no mesmo local. As cancelas como forma de guardar o rebanho, nos meses mais quentes, são utilizadas com certa frequência por dois pastores.

De uma forma geral, os rebanhos ficam alojados fora da aldeia e as corriças estão espalhadas pelo termo (ver Fig.3.1). Com a alternância da faceira mudam as áreas de pastoreio dos rebanhos, por isso é vantajoso que o pastor possua alojamento para os animais em cada lado do termo da aldeia. Além de outros factores, a escolha do trajecto dos percursos a efectuar diariamente pelo rebanho também depende da localização do alojamento e do local onde o rebanho vai ser recolhido no fim do período de pastoreio. No Verão, a escolha do trajecto tem ainda em consideração a necessidade de passagem

por locais de abeberamento, pois são muito poucas as corriças que dispõem de água. Os poços existentes na aldeia são locais privilegiados para o abeberamento dos ovinos (ver Fig.3.1).

Quadro 3.7 - Instalações para ovinos

Expl.	Nº de corriças próprias		Utilização de outras corriças	Utilização de cancelas no Verão
	> 20 anos	< 20 anos		
A	-	1	Sim	Sim
B	2	-	Não	Não
C	1	1	Não	Não
D	-	2	Não	Sim
E	-	1	Não	Não

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Cinco das oito corriças utilizadas foram construídas há menos de vinte anos (ver Quadro 3.7). De forma geral, estas corriças mais recentes possuem melhores condições de alojamento para os ovinos do que as corriças mais antigas, apesar de apresentarem, ainda, algumas deficiências.

No ano da realização dos inquéritos havia quatro corriças construídas há menos de quatro anos, o que prova que os pastores têm investido na melhoria dos alojamentos dos ovinos. Estas corriças foram concebidas pelos pastores e construídas por administração directa.

2.5 - Culturas agrícolas

De entre as diversas culturas agrícolas sobressaem as culturas de trigo e centeio, principalmente vocacionadas para produção de grão e palha, e de aveia e cevada para forragem (Quadro 3.8). Nas cinco explorações, a área ocupada por estes cereais é superior a 30% da respectiva SAU, sendo em duas explorações superior a 54%. Exceptuando a exploração B, todas as restantes ocupam maior área com os cereais destinados a grão e palha (trigo e centeio) do que com os cereais destinados a forragem (aveia e cevada).

Quanto aos cereais cultivados para grão (e palha), verificamos que, à excepção da exploração E, todas fazem mais centeio que trigo e as explorações com maior SAU e com máquinas são as que cultivam maior área com estes cereais. Enquanto que a área de trigo e centeio nas explorações A e B é inferior a 6 ha, nas restantes essa área é superior a 14 ha.

Quadro 3.8 - Principais culturas agrícolas (ha)

Expl.	Trigo	Centeio	Aveia	Cevada	Milho	Batata	Nabal	Vinha	Plantações (fruteiras)
A	2,1	2,9	1,0	1,9	0,2	1,2	0,4	0,7	(a)
B	1,2	4,5	7,1	1,2	0,1	1,5	0	0,7	(a)
C	5,3	8,9	2,9	1,3	0,9	1,4	2,1	1,5	0,5
D	0	20,8	14,3	0	2,0	3,0	2,0	1,0	12,0
E	23,3	14,8	8,6	1,3	0,1	1,5	0	1,0	7,0

(a) Algumas árvores de fruto dispersas.

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Temos vindo a tratar as diversas actividades separadamente, mas elas devem ser entendidas como partes de um sistema coerente e interligado. As culturas agrícolas cumprem outras funções importantes, que focaremos em seguida, para além da produção de bens para venda ou autoconsumo.

Assim, a cultura de trigo e centeio para além da produção de grão para venda, auto-utilização (como semente ou como alimento de animais) e consumo da família, fornece a palha com que os pastores fazem as camas dos animais, sejam eles ovinos, bovinos ou outros. Depois de usada nos alojamentos dos animais, ela é utilizada como estrume nas terras, principalmente nas hortas.

A cultura de trigo e centeio tem ainda outra forma possível de utilização. Quase todos os anos, com excepção daqueles em que o crescimento do cereal é tardio, os campos semeados com estes cereais são pastoreados, na altura em que as plantas ainda estão em fase de crescimento. Esta pastagem surge, muitas vezes, numa época em que há escassez de vegetação natural para o pastoreio do rebanho.

Estas são algumas razões, importantes, porque alguns pastores fazem cereal apesar das receitas obtidas com o grão serem inferiores aos gastos com essa cultura. Ao apurarmos os encargos das culturas verificamos o exemplo de um pastor que, durante o ano em estudo, gastou cerca de duzentos e cinquenta mil escudos em aluguer de máquinas (tractor e ceifeira) para a cultura do trigo e do centeio, enquanto a produção de grão obtida corresponde a pouco mais de duzentos e dez mil escudos. Desta forma, compreende-se a afirmação do referido pastor quando diz que o grão do cereal não chega para pagar as máquinas que aluga para semear e colher, mas que precisa da palha para o rebanho.

A aveia e a cevada são cultivadas principalmente para forragem destinada aos herbívoros, embora retirem grão para semente e para a alimentação dos animais domésticos que são criados em casa. Também no caso do milho e do nabal, o seu destino principal é a alimentação animal.

Estas explorações têm uma grande capacidade de aproveitamento e utilização de todas as culturas agrícolas. Exemplo disso é o aproveitamento que os ovinos fazem dos desperdícios das culturas hortícolas e das folhas das árvores.

Vimos, até agora, as principais características das explorações agrícolas com produção ovina. De seguida vamos abordar os aspectos económicos desta actividade, principalmente os rendimentos obtidos por estas explorações agrícolas.

3 - Resultados da exploração

A partir dos dados obtidos com o inquérito à exploração agrícola, feito nas cinco explorações, podemos calcular os resultados da exploração referentes ao exercício de 1992. O método de cálculo que utilizámos é idêntico ao seguido pelo DEESA/INIA (Barros *et al.*, 1992). No Quadro 3.9 está indicado o esquema seguido para calcular o Rendimento do Agricultor.

Quadro 3.9 - Esquema de cálculo dos resultados da exploração agrícola

Produção Bruta	
Produto Bruto (PB)	- sementes e alimentos do gado auto-utilizados
	- consumos intermédios:
	mecanização
	encargos específicos da pecuária
	encargos específicos das culturas
	gastos gerais
Valor Acrescentado Bruto (VAB)	- amortizações
	- seguros de capital fixo
Valor Acrescentado Líquido (VAL)	- encargos com mão-de-obra
	+ subsídios e prémios
Excedente de Exploração	- restantes gastos gerais
	- encargos fundiários
	- juros e encargos financeiros
Rendimento do Agricultor	

Fonte: Barros *et al.* (1992, 10).

As actividades desenvolvidas nas explorações agrícolas visam a obtenção de receitas monetárias, de produtos para consumo familiar e bens para auto-utilização. Na produção vegetal, os produtos que com mais frequência se destinam à obtenção de receitas monetárias são os cereais, trigo e centeio, e a batata. As hortícolas, as frutícolas, o vinho e o azeite destinam-se, predominantemente, ao consumo familiar. As culturas de aveia, cevada, nabal e lameiros destinam-se à alimentação animal. Os animais

aproveitam ainda restos ou sub-produtos de outras culturas, e as palhas dos cereais para os alojamentos ou alimentação. As necessidades de sementes são asseguradas, quase na totalidade, pela própria exploração.

3.1 - Composição do Produto Bruto

As actividades da produção animal têm, em todas as explorações estudadas, maior peso que as actividades da produção vegetal, na formação do Produto Bruto (PB). No Quadro 3.10 podemos ver a composição do PB e a sua repartição pelo Produto Bruto Animal, Produto Bruto Vegetal e Produto Bruto Diverso. A contribuição das diversas actividades da exploração, na composição do PB, está indicada no Anexo 18.

Quadro 3.10 - Composição do Produto Bruto (PB)

Expl.	PB (escudos)	Animal (%)	Vegetal (%)	Diverso (a) (%)
A	3 075 770	89,3	10,6	0,1
B	2 613 100	78,6	21,4	0,0
C	3 996 000	72,0	28,0	0,0
D	4 666 650	65,2	34,8	0,0
E	3 894 900	62,0	37,7	0,3

(a) Receitas obtidas por aluguer de máquinas e por trabalhos prestados com animais de tracção

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Nas cinco explorações a contribuição do Produto Bruto Animal no PB varia entre 62% e 89%. É com as actividades pecuárias que obtêm a maior parte do seu rendimento e a contribuição da produção ovina assume uma importância significativa em todas as explorações.

Vejamos quais as actividades pecuárias e vegetais que representam maior peso na formação do PB. No Quadro 3.11 estão assinaladas as actividades cuja participação no PB é superior a 20%. Como podemos verificar, em três dos cinco casos estudados a produção ovina (cordeiros e ovelhas) contribui com mais de 60% para o PB, nas duas restantes essa participação não é inferior a 45% e suplanta todas as outras actividades. Portanto, a produção ovina é a actividade com maior peso na formação do PB destas explorações. São de realçar as explorações A e B, onde esta actividade tem um peso, na formação do PB, igual ou superior a 80%. Podemos considerar que estas são explorações que se baseiam essencialmente na criação de ovinos e o seu rendimento depende quase exclusivamente dos produtos do rebanho.

No que respeita ao destino da produção ovina, verifica-se que a maior parte dos cordeiros é destinada a venda, e originam as maiores receitas provenientes do rebanho. No conjunto das cinco explorações, foram vendidos perto de novecentos cordeiros que proporcionaram uma receita próxima de oito milhões de escudos. Só o valor destes cordeiros vendidos corresponde a cerca de 44% do PB do conjunto das cinco explorações. Porém, os cordeiros não se destinam só para venda, pois um total de sessenta e cinco foram para autoconsumo nas explorações, e os pagamentos em natureza (de trocas por lameiros) envolveram a cedência de dezoito cordeiros. Devemos também referir que surgem com frequência perdas de animais, por morte, que totalizam cento e cinco animais ao longo deste ano.

Quadro 3.11 - Peso das actividades com maior contribuição na composição do PB (%)

Expl.	Produto Bruto Animal			Produto Bruto Vegetal		
	Ovinos	Bovinos	Outros	Cereal (trigo+centeio)	Batata	Outros
A	85,8	0,0	3,5	5,0	2,3	3,3
B	79,9	0,0	-1,3	10,2	6,7	4,5
C	44,9	24,8	2,3	20,1	1,5	6,7
D	61,5	0,0	3,7	10,1	22,2	2,5
E	57,3	0,0	4,7	24,0	3,9	9,8

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Quanto às ovelhas, foram vendidos um total de setenta animais, uma para autoconsumo, e as perdas por morte ou abate sanitário atingiram cerca de cem animais. Mas, nestes casos, as ovelhas abatidas são substituídas por borregas criadas na exploração.

O leite das ovelhas é exclusivamente para os cordeiros e a lã não originou qualquer receita. Nenhum criador conseguiu vender a lã produzida. Não encontraram compradores para este produto.

Como já vimos, apenas uma das explorações estudadas tem bovinos. Dos seis vitelos nascidos este ano, três foram vendidos, dois destinaram-se ao consumo familiar e o restante permanece ainda na exploração. O leite das vacas é para os vitelos e para autoconsumo da família.

As produções das outras espécies animais, como suínos, aves e coelhos são, fundamentalmente para autoconsumo, com excepção dos ovos vendidos, com alguma frequência, por três explorações.

A contribuição da produção vegetal para o PB provém de diversas culturas. Nestas cinco explorações a cultura com maior contributo para o PB é o trigo, o centeio e a batata. Os cereais (trigo, centeio, aveia e cevada) são as culturas que ocupam a maior parte da superfície agrícola destas explorações. A aveia e cevada são cultivadas para forragem destinada aos animais, e uma pequena parte é retirada em grão para semente. O trigo, centeio e batata são as culturas que dão origem a maior volume de vendas. O autoconsumo e a auto-utilização do centeio são, quase sempre, mais elevados que no caso do trigo. O Quadro 3.12 evidencia os diferentes destinos destas produções. De realçar que a exploração D é responsável pela venda de cerca de 90% do total de batata vendida pelo conjunto destas explorações.

Quadro 3.12 - Destino dos principais produtos agrícolas (%)

Expl.	Cultura	% PB	Venda	Auto-consumo	Pagamento de rendas	Auto-utilização
A	Trigo	3,3	82	0	2	16
	Centeio	1,7	50	10	6	34
	Batata	2,3	62	30	0	8
B	Trigo	0,1	0	0	10	90
	Centeio	10,1	89	0	0	11
	Batata	6,7	0	100	0	0
C	Trigo	8,7	93	0	0	7
	Centeio	11,4	79	3	0	18
	Batata	1,5	0	65	0	35
D	Trigo	0,0	0	0	0	0
	Centeio	10,1	53	6	0	41
	Batata	22,2	78	14	0	8
E	Trigo	17,9	75	0	3	22
	Centeio	6,1	50	16	5	29
	Batata	3,9	36	53	0	11

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

O vinho, o azeite e os frutos (castanha, cereja, maçã e outros) são, de uma forma geral, para consumo familiar. As vendas e ofertas destes produtos não chegam a 5% do total da produção dos mesmos. As explorações D e E têm áreas de plantações. No total, cerca de 15 ha de castanheiro e 2 ha de cerejeira mas, por serem plantações recentes, ainda não estão a produzir.

As culturas hortícolas são para consumo familiar, com excepção do nabal que é destinado à alimentação de animais.

3.2 - Encargos da exploração

Sob o ponto de vista teórico, o total de encargos da exploração é constituído por (ver Quadro 3.9): consumos intermédios; amortizações; seguros de capital fixo; encargos

com mão-de-obra; restantes gastos gerais; encargos fundiários; juros e encargos financeiros.

Os consumos intermédios são "encargos reais correspondentes à aquisição de bens e serviços fora da exploração, como sejam, por exemplo, aluguer e conservação corrente de material, carburantes e lubrificantes, alimentos do gado, sementes e plantas, fertilizantes, fitofármacos, electricidade, combustíveis e água" (Barros *et al.*, 1992, 11) e abrangem os encargos com a mecanização, os encargos específicos da pecuária, os encargos específicos das culturas e os gastos gerais.

3.2.1 - Consumos intermédios

No Quadro 3.13 estão indicados os consumos intermédios das cinco explorações e a sua repartição percentual. Os consumos intermédios são mais baixos nas duas primeiras explorações (A e B) e apresentam valores inferiores a 50% relativamente a qualquer uma das outras explorações. Comparemos os valores médios, para cada componente dos consumos intermédios, do conjunto das explorações A e B com o conjunto das explorações C, D e E. O valor médio dos encargos com a mecanização das explorações A e B é cerca de 43% do valor médio das restantes explorações. Os encargos com a pecuária nas duas primeiras explorações correspondem, em média, a 32% dos mesmos encargos nas restantes explorações. O valor médio dos encargos com as culturas nas explorações A e B corresponde apenas a 26% do valor médio dos mesmos encargos nas outras explorações.

Quadro 3.13 - Encargos relativos a consumos intermédios

Expl.	Consumos Intermédios (milhares de esc.)	Repartição dos consumos intermédios (%)			
		Mecanização	Pecuária	Culturas	Gastos gerais
A	637,1	42	9	14	35
B	545,8	55	9	29	7
C	1 599,7	42	14	24	20
D	1 313,0	50	10	29	11
E	1 495,0	43	10	45	2

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Recordemos que as explorações A e B são aquelas onde a produção ovina tem um peso igual ou superior a 80% do seu PB e onde a cultura de cereal de grão (trigo e centeio) ocupa áreas inferiores a 6 ha (ver Quadro 3.8). Nas explorações A e B o valor

dos encargos com as culturas é muito menor que nas restantes, devido à menor área cultivada de trigo e centeio. Os encargos com a mecanização também são menores porque as necessidades de mecanização na cultura de trigo e centeio são, também, menores. Nas explorações A e B, os encargos com a pecuária são inferiores porque os gastos com a compra de alimentos para animais são menores. Vamos, de seguida, analisar, ordenadamente, cada uma das componentes dos consumos intermédios.

3.2.1.1 - Encargos com a mecanização

Os encargos com a mecanização são menores nas explorações que não possuem tractor (A e B) e correspondem, na sua maioria, ao aluguer de máquinas (Quadro 3.14). Nestas duas explorações as máquinas foram alugadas apenas para a cultura de cereal e incluem o aluguer de tractor e ceifeira. A contratação destas máquinas representa mais de 90% dos encargos com a mecanização.

Quadro 3.14 - Encargos com a mecanização

Expl.	Encargos com a mecanização (milhares de esc.)	Repartição dos encargos com a mecanização (%)		
		Aluguer de máquinas	Conservação corrente do material	Carburantes e lubrificantes
A	270,0	100	0	0
B	300,4	92,9	1,3 (a)	5,8 (a)
C	668,0	47,9	15,0	37,1
D	652,0	36,4	4,7	58,9
E	657,0	0	17,8	82,2

(a) Encargos relativos aos dois meses do exercício em que a exploração teve tractor.
Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Nas explorações com tractor o total dos encargos relativos a conservação e combustíveis representam mais de metade dos encargos com a mecanização. Além disso, as explorações C e D ainda contrataram ceifeira, enfardadeira e, num dos casos, máquinas pesadas para trabalhos em plantações. A exploração E não precisa de alugar máquinas e os seus encargos com a mecanização são devidos às despesas com combustível e lubrificantes (mais de 80%) e conservação e reparação do material.

A criação de ovinos não necessita, directamente, de mecanização. Apenas na remoção e transporte do estrume das corriças. Como os animais utilizam palhas e forragens semeadas, podemos considerar que parte dos encargos com a mecanização dessas culturas deva ser atribuída aos ovinos, mas é difícil estimar esses encargos.

3.2.1.2 - Encargos específicos com a pecuária

No Quadro 3.15 estão discriminados os encargos específicos com a pecuária, e são relativos à compra de rações e farelos para alimentação dos animais, fármacos e tratamentos higio-sanitários. Estes encargos são devidos, principalmente, à compra de alimento para os animais. A compra de rações para animais representa mais de 80% do total dos encargos com a pecuária, à excepção da exploração E, onde o peso dessa compra é de cerca de 70%.

Se anttermos apenas à compra de ração para os ovinos, a situação é muito diversificada. Desde explorações onde as rações para ovinos são responsáveis por 25% do total dos encargos com a pecuária, até explorações onde esse valor está próximo de 80%. Isto deve-se, em parte, ao facto de a compra de rações para ovinos resultar mais de uma questão de opção pessoal do pastor do que de uma necessidade imprescindível. O pastor pode decidir comprar ração para os cordeiros e ovelhas paridas, mas também pode decidir manter esses animais apenas com o pastoreio. A opção fica a dever-se mais a razões de ordem prática (se os cordeiros e as mães ficam no alojamento com ração, o pastoreio dos restantes animais é mais fácil) do que à falta de alimentos ou condições para alimentação destes animais.

Por isso, podemos verificar que os encargos específicos com a pecuária e as despesas feitas com a compra de rações para os ovinos não têm qualquer relação directa com o número de ovinos existentes na exploração. Por exemplo, as explorações B e E possuem o mesmo número de ovinos mas os encargos com a pecuária desta última são cerca do triplo da primeira, assim como as compras de ração para ovinos são cerca do dobro.

Quadro 3.15 - Encargos específicos com a pecuária (em milhares de escudos) e repartição destes encargos

Expl.	Encargos específicos com a pecuária (milhares de esc.)	Repartição dos encargos específicos com a pecuária (%)					
		Alimentos comprados				Outros encargos (a)	
		Ovinos	Bovinos	Suínos	Aves	Ovinos	Outras espéc.
A	57,7	25	0	32	34	9	0
B	49,7	79	0	0	9	12	0
C	224,9	31	39	2	8	9	11
D	132,0	72	0	17	4	7	0
E	143,1	50	0	12	4	30	4

(a) Fármacos e tratamento higio-sanitário.

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Os encargos com a pecuária são inferiores nas explorações A e B, apesar do número de animais não servir para justificar completamente essa diferença. Isto acontece, principalmente, porque as despesas com a compra de alimentos (rações) nestas duas explorações ser inferior a 50% das mesmas despesas feitas por qualquer das restantes explorações. Podemos considerar que o grau de utilização de recursos próprios e alheios (pastoreio de percurso) na alimentação dos animais é maior nas explorações A e B, e existe a preocupação destes pastores em reduzir ao mínimo as despesas com o rebanho.

A produção bovina, na única exploração com esta espécie, acarreta um peso significativo para os encargos com a pecuária, principalmente devidos à compra de rações.

Já no Quadro 3.13 podemos verificar que os encargos específicos com a pecuária têm menor peso do que os relativos às culturas e à mecanização. Isto fica a dever-se, em grande parte, à auto-utilização e ao pastoreio de percurso que permitem a redução das despesas com a alimentação dos ovinos. A alimentação destes animais baseia-se, fundamentalmente, nos recursos naturais existentes no meio e nos recursos da própria exploração.

3.2.1.3 - Encargos específicos das culturas

Em todas as explorações estudadas, os encargos específicos das culturas são mais elevados que os encargos específicos da pecuária. Nas explorações que cultivam mais cereal de grão, o valor dos encargos com as culturas chega a ser três vezes superior ao valor dos encargos com a pecuária. Isto deve-se, principalmente, às despesas com os fertilizantes usados nas culturas do trigo e centeio.

As despesas com fertilizantes têm um peso muito importante no total dos encargos com as culturas (Quadro 3.16). Podemos verificar que, no conjunto das explorações, as despesas com fertilizantes representam, geralmente, mais de 80% do total destes encargos.

Os fertilizantes são usados principalmente na cultura de cereal. De um total de 902 sacos de adubo comprados pelas explorações, 93% foram para as culturas de trigo e centeio. Outras culturas beneficiadas foram a batata (4%) e as plantações (3%). São as explorações que cultivam maior área de cereal que apresentam valores mais elevados deste tipo de encargos.

O peso dos encargos com sementes e plantas é, relativamente, reduzido, o que prova a importância que tem a auto-utilização nestas explorações. As sementes são, em grande parte, provenientes da produção própria, do ano anterior.

Quadro 3.16 - Encargos específicos das culturas (em milhares de escudos)

Expl.	Encargos específicos com as culturas (milhares de esc.)	Repartição dos encargos específicos com as culturas (%)		
		Sementes. e plant.	Fertilizantes	Prod. fitossanit.
A	88,4	11	83	6
B	157,2	15	83	2
C	389,8	4	78	18
D	380,0	6	81	13
E	670,9	0	94	6

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Em resumo, a maior parte dos encargos com as culturas são devidas às despesas na compra de adubos para o trigo e centeio, por isso, as explorações que cultivam menor área destes cereais são aquelas que apresentam menos encargos específicos com as culturas.

3.2.1.4 - Gastos gerais

Ainda nos consumos intermédios, estão incluídos os gastos gerais. Estes são devidos a: encargos com a conservação das construções (corriças); melhoramentos fundiários (poços) e plantações; electricidade; combustíveis (petróleo); aquisição e conservação de pequeno material; quotas relativas ao ADS.

O valor dos gastos gerais não é muito elevado, com excepção das explorações que efectuaram trabalhos de reparação e conservação de construções, melhoramentos fundiários e plantações. A compra de materiais (por exemplo, o cimento) para essas reparações e trabalhos de conservação, faz aumentar o peso destes encargos. Nas explorações onde os gastos gerais representam mais de 10% dos consumos intermédios (ver Quadro 3.13) os encargos com a conservação das construções, melhoramentos fundiários e plantações constituem mais de 90% do total dos gastos gerais.

3.2.2 - Amortizações

O valor das amortizações e dos seguros de capital fixo utiliza-se para calcular o VAL a partir do VAB (Barros *et al.*, 1992, 10, 26). O montante das amortizações é mais elevado nas explorações C, D e E (Quadro 3.17), pois estas são as explorações que possuem mais máquinas e equipamentos, onde a parcela correspondente às amortizações com este material representa sempre mais de 80% do total das amortizações.

Os montantes dos encargos com seguros de capital fixo são devidos ao pagamento dos prémios de seguros das máquinas e equipamentos e das construções. As explorações que possuem tractor têm encargos com os seguros de capital fixo mais elevados.

Com excepção do pastor da exploração B, todos os restantes fazem anualmente o seguro das corriças. O prémio anual pago por este seguro varia entre cinco e oito mil escudos.

Quadro 3.17 - Amortizações e seguros de capital fixo

Expl.	Amortizações (milhares de esc.)	Repartição das amortizações (%)				Seguros de capital fixo (milhares de esc.)
		Culturas permanentes	Melhoramentos funditários	Construções	Material	
A	28,6	13	9	59	19	5,0
B	101,0	5	4	21	70	6,4
C	380,2	5	1	7	87	20,0
D	595,2	4	9	4	83	28,4
E	623,0	6	1	5	88	26,0

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

3.2.3 - Encargos com a mão-de-obra

Os encargos com a mão-de-obra resultam do pagamento de geiras a assalariados temporários, geralmente para pequenas obras ou trabalhos, e aos encargos com géneros gastos na alimentação dos trabalhadores. Estas explorações utilizam pouca mão-de-obra exterior e parte dela é proveniente da entre-ajuda. No Quadro 3.18 estão indicados os encargos com a mão-de-obra.

Quadro 3.18 - Encargos com a mão-de-obra

Expl.	Encargos com a mão-de-obra (milhares de esc.)	Em géneros (%)	
		Em salários (%)	Em géneros (%)
A	74,7	67	33
B	44,8	78	22
C	44,0	82	18
D	45,8	79	21
E	78,9	76	24

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Estes encargos dizem respeito à contratação de assalariados temporários. Estes foram, geralmente, contratados para a execução de obras de conservação e reparação em construções, poços e tanques. Estes trabalhos exigem alguma especialização e obrigam à contratação de pedreiros ou trolhas, pois dificilmente podem ser executados pelos membros do agregado familiar. Foi, principalmente, a realização deste tipo de trabalhos que originou as diferenças existentes no valor dos encargos com a mão-de-obra, entre as explorações.

O contrato dos assalariados temporários pode ter duas variantes, com alimentação a cargo da exploração, ou "a seco" (alimentação a cargo do assalariado). O montante em dinheiro a pagar pela geira depende deste contrato.

Como podemos verificar no Quadro 3.18, o pagamento de salários em dinheiro tem um peso que varia entre 67% e 82% relativamente ao total dos encargos com a mão-de-obra. De salientar que o pagamento em géneros é ainda relativamente importante, com um peso que varia entre 18% e 33% do total dos encargos, sinal de uma sociedade relativamente pouco monetarizada.

3.2.4 - Restantes gastos gerais e encargos fundiários

Para calcular o Rendimento do Agricultor a partir do Excedente de Exploração temos que lhe subtrair os restantes gastos gerais, os encargos fundiários e os juros e encargos financeiros (Barros *et al.*, 1992, 10). Nenhuma das cinco explorações teve, neste exercício, encargos com juros e encargos financeiros. Os valores referentes aos restantes gastos gerais e aos encargos fundiários estão indicados no Quadro 3.19.

Quadro 3.19 - Restantes gastos gerais e encargos fundiários

Expl.	Restantes gastos gerais (milhares de esc.)	Encargos fundiários (milhares de esc.)
A	38,4	49,2
B	101,9	51,5
C	100,0	28,0
D	114,7	124,8
E	137,2	57,0

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Os restantes gastos gerais são relativos, principalmente, às despesas feitas com o pagamento de prémios do seguro agrícola (nas explorações D e E), ao pagamentos de

quotas às associações (de agricultores e/ou de criadores de ovinos de raça Galega Bragançana) e ao pagamento de quotas devidas à Casa do Povo.

Nos encargos fundiários a parcela com maior peso é relativa aos pagamentos devidos às terras que não pertencem ao pastor, exploradas por arrendamento ou por outra forma de exploração. Estes representam mais de 94% dos encargos fundiários, em todas as explorações. Com excepção da exploração D, que paga tudo em dinheiro, nas restantes explorações a maior parte do valor destas despesas é paga em géneros, principalmente cordeiros.

3.3 - Rendimento do agricultor

O saldo da conta de resultados permite obter o Rendimento do Agricultor, equivalente à diferença entre o Produto Bruto e o total de encargos reais (Barros *et al.*, 1992, 11). No Quadro 3.20 apresentamos os resultados económicos das cinco explorações estudadas.

Quadro 3.20 - Resultados da exploração (em milhares de escudos)

Expl.	PB	VAB	VAL	Excedente da Exploração	Rendimento do Agricultor	% do PB
A	3 075,7	2 438,6	2 405,0	2 980,3	2 892,7	94
B	2 613,1	2 067,3	1 959,8	2 645,0	2 491,6	95
C	3 996,0	2 396,3	1 996,1	3 152,1	3 024,1	76
D	4 666,6	3 353,6	2 730,0	3 634,2	3 394,7	73
E	3 894,9	2 399,9	1 750,9	2 422,0	2 227,8	57

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

As explorações C e D têm rendimento superior a três milhões de escudos. A exploração D é a que possui maior número de ovinos e a C é a única que tem bovinos. Em função do seu efectivo animal estas explorações são as que recebem montantes mais elevados de subsídios e IC, que se vão reflectir no rendimento. Podemos verificar que são estas explorações as que apresentam maiores acréscimos no Excedente da Exploração relativamente ao VAL (ver Quadro 3.20). O Rendimento nestas duas explorações é, relativamente ao PB, de 76% e 73% respectivamente. Nas explorações A e B o Rendimento apresenta valores superiores a 93% do seu PB. A produção ovina é a principal actividade e sua contribuição para o PB é igual ou superior a 80%. A exploração E apresenta o rendimento mais baixo das cinco explorações apesar do seu PB estar próximo de quatro milhões de escudos.

O valor do Rendimento depende, para além do PB, dos encargos reais da exploração. Estes encargos permitem-nos ter uma visão do funcionamento da exploração e da sua lógica de produção. No Quadro 3.21 recordamos o valor dos diferentes encargos das cinco explorações estudadas. Nas explorações A e B o Rendimento está acima de 93% do valor do PB porque nestas explorações os encargos reais são menores. Isto, devido aos valores bastante mais baixos nos consumos intermédios (principalmente nos encargos específicos das culturas e na mecanização, como vimos) e nas amortizações.

Quadro 3.21 - Total de encargos reais (milhares de escudos)

Expl.	Consumos intermédios	Amortizações	Seguros de cap. fix.	Mão-de-obra	Restantes gast. ger.	Encargos fundiários	Total
A	637,1	28,6	5,0	74,7	38,4	49,2	833,0
B	545,8	101,0	6,4	44,8	101,9	51,5	851,4
C	1 599,7	380,2	20,0	44,0	100,0	28,0	2 171,9
D	1 313,0	595,2	28,4	45,8	114,7	124,8	2 221,9
E	1 495,0	623,0	26,0	78,9	137,2	57,0	2 417,1

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Comparativamente às explorações A e B, as explorações C, D e E cultivam mais trigo e centeio e possuem mais máquinas e equipamentos. Apresentam encargos reais mais elevados, principalmente a exploração E.

As razões estão relacionadas com a maior área de cereal cultivada e com as máquinas e equipamentos existentes na exploração. Os elevados consumos intermédios resultam, em grande parte, da compra de adubos para os cereais e das despesas com o combustível necessário para o trabalho do tractor. As máquinas e equipamentos existentes na exploração implicam maiores encargos nas amortizações. Por outro lado, as explorações A e B dedicam menos terra a estas culturas, assim minimizam as despesas com adubos e com a mecanização. Assim, nas explorações que não possuem tractor os encargos com o aluguer de máquinas são, normalmente, inferiores ao valor das despesas em combustível das explorações com tractor.

Como a produção ovina tem um peso menor do que as culturas agrícolas no total dos encargos reais e porque é a actividade com maior peso na formação do PB de todas as explorações, podemos considerar que a produção ovina é a principal fonte do rendimento final conseguido pela exploração. Face ao comportamento das explorações A e B, podemos concluir que a criação de ovinos permite o funcionamento destas explorações com encargos relativamente baixos.

Vejam os a remuneração que este rendimento proporciona aos membros do agregado familiar que trabalham na exploração. No Quadro 3.22 temos as explorações ordenadas por ordem decrescente do montante do rendimento por UHT familiar, e fazemos uma análise comparativa deste rendimento mensal com o rendimento proporcionado por outros sectores de actividade, tomando como referência o salário mínimo nacional. Em 1992, ano a que se reporta o exercício das explorações estudadas, o salário mínimo nacional era de 44 500\$0.

Quadro 3.22 - Análise comparativa do rendimento mensal com o salário mínimo nacional (em milhares de escudos)

Expl.	Rendimento por UHT	Rendimento mensal * por UHT (Rm)	Relação entre Rm e o salário mínimo nacional
D	1 697,4	121,2	2,7
A	1 377,5	98,4	2,2
B	1 038,2	74,2	1,7
E	856,9	61,2	1,4
C	737,6	52,7	1,2

* Para 14 mensalidades

Fonte: Dados obtidos por inquirição.

Todas as explorações obtêm rendimento mensal por UHT familiar superior ao montante do salário mínimo nacional. Portanto, conseguem remunerar o trabalho de todos os membros da exploração com um rendimento que é superior ao salário mínimo nacional. De salientar que isto se passa num meio rural inserido numa região onde as possibilidades de emprego são fracas e onde são escassas as actividades alternativas.

Na exploração A o rendimento mensal por UHT é 2,2 vezes superior ao salário mínimo nacional e na exploração B essa relação é de 1,7. Estas duas explorações têm algumas características comuns. A actividade principal é a produção ovina representando, respectivamente, 86% e 80% do PB.

A exploração C tem um rendimento mensal por UHT de 1,2 vezes o salário mínimo nacional. As actividades principais são a produção ovina, responsável por 45% do PB; a produção bovina que contribui com cerca de 25% para o PB; e a cultura de cereal com cerca de 20% do PB. Como as disponibilidades de mão-de-obra familiar são elevadas, esta exploração tem três actividades que apresentam um peso superior a 20% relativamente ao PB.

A exploração D apresenta o maior valor para o rendimento mensal por UHT. É 2,7 vezes superior ao salário mínimo nacional. As actividades principais são a produção

ovina (62% do PB) e a cultura da batata (22% do PB). De salientar que a contribuição da cultura da batata para o PB corresponde a cerca de um milhão de escudos.

A exploração E tem um rendimento mensal por UHT de 1,4 vezes o salário mínimo nacional. As principais actividades são a produção ovina, que contribui com 57% para o PB, e a cultura de cereal para grão (trigo e centeio) com 24% do PB. As culturas de trigo e centeio ocuparam cerca de 1/3 da SAU desta exploração.

Estes resultados levam-nos a pensar que poderá existir uma relação directa da produção ovina com o rendimento da exploração. Assim, poder-se-à por a questão: Nas explorações com ovinos os rendimentos são mais elevados do que nas explorações que não têm ovinos?

Não possuímos dados que nos permitam fazer uma comparação correcta entre o rendimento de explorações com e sem ovinos. Podemos referir os resultados de um trabalho realizado numa aldeia do concelho de Vinhais onde foram estudadas várias explorações (Sousa, 1992: 38). Embora a localização da aldeia e a data de realização dos inquéritos não permitam uma análise comparativa de tipo quantitativo, vamos fazer uma referência a título meramente indicativo.

Nesse trabalho, uma exploração com uma SAU semelhante à das explorações A e B do nosso estudo, tem como principais actividades a cultura de centeio e a produção bovina, de carne (Sousa, 1982: 39). O Rendimento desta exploração é inferior a metade do rendimento de qualquer das explorações A e B do nosso estudo. O trabalho referido inclui uma exploração com ovinos. Esta exploração apresenta, relativamente ao conjunto das explorações, o rendimento mais elevado, chegando a ser, nalguns casos, superior ao dobro do rendimento doutras explorações (Sousa, 1982: 38).

Estas indicações vão de encontro à opinião dos pastores quando afirmam que a criação de ovinos é das actividades que dá mais rendimento. Nas explorações com ovinos, estes são responsáveis pelo razoável nível de rendimentos destas explorações. Como vimos, os resultados económicos das cinco explorações estudadas dão-nos algumas indicações de que os ovinos têm uma importância significativa para o rendimento destas explorações. As explorações A e B, do nosso estudo, podem ser consideradas como explorações que apostam na criação de ovinos, apesar de possuírem menos terras e sem outras actividades que permitam receitas elevadas, conseguem obter rendimentos semelhantes aos das restantes explorações.

A lógica de funcionamento do sistema tradicional de exploração de ovinos é de produzir ao menor custo, com o mínimo de investimentos, aproveitando a produtividade do meio natural através de técnicas pouco onerosas. Os factores de produção são utilizados com um custo muito baixo. O principal capital produtivo é o rebanho, havendo uma baixa taxa de emprego de material e equipamento mecânico e de construções com alto nível de especialização.

Capítulo IV

Conclusão

Como vimos, a exploração de ovinos assume maior importância nas regiões do país onde predominam condições de sequeiro. Os maiores efectivos ovinos encontram-se na zona Sul do país, principalmente nos distritos alentejanos. A Norte, destaca-se o distrito de Bragança que desde o início do século se vem mantendo, com regularidade, entre os cinco distritos do país com maiores efectivos ovinos. Por outro lado, Bragança tem mantido uma posição relativamente estável enquanto que a maioria dos restantes distritos do Norte e Centro do país têm vindo a diminuir o seu peso relativo no efectivo ovino nacional.

No distrito, é o concelho de Bragança que possui maior número de ovinos e o seu peso tem vindo a aumentar, acompanhado pelo concelho de Vinhais, também na zona Norte do distrito. Como vimos no primeiro capítulo, estes dois concelhos representam cerca de 1/3 do total de ovinos do distrito e só o concelho de Bragança detém perto de 19% do total. A importância, tanto a nível regional como nacional, dos efectivos ovinos da região e do concelho de Bragança revelam não só o interesse das populações locais pela criação de ovinos, mas também a existência de condições favoráveis para a criação de ovinos.

As características do meio não constituem obstáculo para o desenvolvimento da produção ovina e vários factores contribuem para que existam mesmo condições favoráveis no concelho de Bragança. Por exemplo, a existência de áreas significativas afectas à cerealicultura que, quando estão em pousio, servem para o pastoreio de rebanhos, a existência de terrenos baldios que, por serem de uso comunitário, podem ser utilizados para pastoreio dos rebanhos. Também a grande tradição do pastoreio, com regras e esquemas próprios de relacionamento entre os donos das terras e os pastores que as utilizam, é uma das razões para a existência de importantes efectivos ovinos.

As aldeias do concelho de Bragança não têm todas as mesmas condições para a exploração de ovinos. As condições de cada aldeia variam com a disponibilidade de terras para pastoreio, a facilidade de percursos de pastoreio e a ocupação e uso dessas terras. As aldeias com melhores condições são aquelas onde há maior área de terras afectas à cerealicultura e onde existem terrenos baldios com livre acesso aos rebanhos.

Para além das condições locais existentes, a evolução da produção ovina esteve, ainda, dependente de outros factores, geralmente de origem externa. A ocupação de grandes áreas de baldios, principalmente nas décadas de 40 e 50, afectou negativamente

a evolução dos efectivos ovinos no concelho, tal como sucedeu em várias regiões, designadamente no Norte e Centro do país. A recente entrada em vigor da postura municipal de apascentação criou dificuldades aos pastores, principalmente pelas restrições que levanta ao pastoreio de percurso e à localização das instalações para alojamento dos rebanhos. Por outro lado, as Indemnizações Compensatórias e o Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos, que surgiram na década de 80, contribuíram para o ligeiro aumento dos efectivos ovinos, que então se verificou.

Sob as condições já referidas, a criação de ovinos faz-se em regime extensivo, segundo práticas tradicionais seguidas desde há longos anos. Designámos esta forma de exploração por sistema tradicional de exploração de ovinos.

Podemos considerar o sistema tradicional de exploração de ovinos como resultado da articulação e adaptação entre os interesses do criador e as condições específicas do meio onde está inserido. Como características marcantes deste sistema temos: o pastoreio de percurso; a criação de animais de raça Galega Bragançana, que evidencia uma boa adaptação ao meio e às condições de manejo e exploração; as formas de utilização da terra, baseadas em relações de permuta, de livre acesso e do uso social do solo; a grande diversidade das fontes de recursos alimentares, pela utilização dos diversos recursos naturais passíveis de aproveitamento para a alimentação dos rebanhos; a adaptação das épocas de produção dos animais à variabilidade das disponibilidades alimentares ao longo do ano; a produção de carne (cordeiros) com baixos custos de produção, em especial os custos com a alimentação dos animais.

No sistema tradicional de exploração de ovinos identificámos vários elementos fundamentais: o pastor, o rebanho, o espaço, o manejo e a comunidade.

O homem tem uma acção importante no funcionamento do sistema, assumindo o papel de decisor e de actor. Como decisor cabe-lhe a gestão dos recursos alimentares, no espaço e no tempo; dos recursos animais, nos seus vários aspectos; das técnicas de manejo do rebanho; das relações com os agentes externos. Como actor cabe-lhe a execução das tarefas e técnicas de produção.

Os elementos recolhidos contradizem a ideia, bastante generalizada, de que os pastores são analfabetos, têm falta de conhecimentos e a sua mentalidade atrasada dificulta o processo de desenvolvimento da produção ovina. Podemos considerar que o saber e o saber-fazer sobre a criação de ovinos da quase totalidade dos pastores é relativamente elevado, pois, para fazer a exploração de ovinos nestas condições é necessário uma vasta gama de conhecimentos sobre a condução, o pastoreio e os animais. Tais conhecimentos centram-se em aspectos que os pastores consideram muito importantes e que para os técnicos podem passar despercebidos ou aos quais não é dada grande importância. O pastor conhece muito bem a técnica de condução do rebanho em

pastoreio, os locais e os períodos onde há pasto para os animais, conduz o rebanho de forma a aproveitar todo o tipo de vegetação que possa servir para os animais, faz o pastoreio em horários adaptados às diferentes épocas do ano, conhece muito bem os seus animais.

Nos rebanhos da região predominam os animais de raça autóctone Galega Bragançana. É um animal de elevada rusticidade e resistência; suporta bem o pastoreio de percurso que obriga a grandes caminhadas em busca de alimento; aproveita bem o alimento de fraca qualidade; adapta-se muito bem ao meio e às flutuações na disponibilidade de recursos alimentares; suporta períodos de escassez alimentar e tem boa capacidade de recuperação após esses períodos de escassez; suporta bem os rigores do clima e o pastoreio sob condições adversas; resiste bem ao parasitismo; a ovelha é boa criadeira, embora os cordeiros tenham crescimento lento. Os pastores gostam das ovelhas de raça galega, apreciam e valorizam as suas características e potencialidades.

Muitos pastores são de opinião que as ovelhas pretas são mais resistentes que as brancas, assim como possuem algumas características mais vantajosas que as ovelhas brancas. As galegas pretas estão em declínio e o seu número é já bastante reduzido. Para isso contribuiu bastante a desvalorização económica da lã, que se verificou há algumas décadas.

De forma geral, todo o espaço abrangido pelo território da aldeia é utilizado para os percursos do pastoreio dos rebanhos. As explorações agrícolas com produção ovina não têm possibilidade de manter os ovinos apenas com as poucas e fragmentadas parcelas pertencentes à própria exploração. Todas têm necessidade de fazer pastoreio de percurso e não podem encarar a hipótese do pastoreio cercado. Por isso, a alimentação dos ovinos está muito dependente do pastoreio de percurso. Este tipo de pastoreio pressupõe a utilização do solo como um bem de uso social. Os rebanhos aproveitam o pasto existente nas diversas terras independentemente do seu título de propriedade. Para o pastoreio em terras de propriedade particular existem formas de compensação por parte do pastor aos donos dessas terras, geralmente através da doação de cordeiros. O pastoreio de percurso respeita usos e costumes tradicionais relativos à utilização de terras de propriedade particular como, por exemplo, as balizas, que funcionam como forma de proibição de pastoreio de rebanhos nas terras sinalizadas.

O pastoreio de percurso, como suporte da alimentação do rebanho, condiciona todos os aspectos relacionados com o manejo dos animais. A guarda e condução do rebanho é, muitas vezes, uma tarefa desagradável devido aos horários de pastoreio, principalmente o pastoreio nocturno no Verão, e à necessidade de sair todos os dias com o rebanho sob as mais diversas condições climatéricas. As épocas de parição e de cobrição estão relacionadas com as disponibilidades de pasto proporcionadas pela

vegetação natural e com as épocas de venda dos cordeiros. A utilização de forragens e rações, ao longo do ano, é reduzida e não é costume fazer a engorda dos cordeiros. Estes são abatidos ainda jovens, correspondendo às exigências do consumo e à tradição gastronómica da região. Acresce ainda a dificuldade e fraca viabilidade de fazer a engorda através do pastoreio de percurso e sujeição a épocas de penúria alimentar.

As explorações de ovinos estão muito dependentes da comunidade onde se inserem. Por isso estabelecem-se formas de relacionamento entre os pastores e os seus vizinhos que visam reduzir os possíveis conflitos entre os pastores e os donos das terras por onde se fazem os percursos de pastoreio. O pastoreio em terras alheias é uma tradição de uso da terra mas sujeita a determinados usos e costumes.

O relacionamento entre pastores e vizinhos da aldeia é, principalmente, uma relação de cooperação, estruturada nas formas de troca de bens e serviços, de que são exemplos, a troca de cordeiros por lameiros para pastagem; as ovelhas à guarda; a estrumação de terras pelos ovinos, em cancelas. Os conflitos que por vezes surgem são de pouca gravidade e, normalmente, são rapidamente resolvidos pelas pessoas envolvidas ou pela própria comunidade.

A exploração de ovinos nos moldes do sistema tradicional é uma actividade que, sob diversos pontos de vista, revela algumas vantagens e benefícios.

A criação de ovinos é uma actividade com capacidade para gerar rendimentos superiores aos gerados pela maioria das restantes actividades praticadas na região. Como vimos no Capítulo III, as explorações com ovinos conseguem obter receitas acrescidas, através dos ovinos, sem que isso implique um acréscimo significativo nos encargos da exploração. A criação de ovinos, nos moldes do sistema tradicional de exploração, não exige grandes investimentos e a actividade pode ser mantida sem encargos elevados. Com o aproveitamento de pastagens naturais de áreas marginais de fracos recursos e utilizando recursos que de outra forma não seriam aproveitados, os ovinos produzem bens para consumo familiar, para utilização na exploração e para venda.

O rendimento proporcionado pelos ovinos é uma das principais razões que justifica o interesse dos criadores por esta actividade. Por isso, a criação de ovinos pode contribuir para a fixação das populações no meio rural, para a melhoria do rendimento das famílias, para o equilíbrio do espaço rural e do ambiente através da diversificação e complementaridade da ocupação do solo a que está associada. A criação de ovinos, nos moldes do sistema tradicional de exploração, é uma actividade que pode contribuir para o desenvolvimento do meio rural.

O pastoreio de percurso praticado no sistema tradicional de exploração de ovinos revela-se importante pela acção de controlo da vegetação nos pousios, incultos e matas. O pastoreio nos pousios contribui para o corte e controlo de infestantes e essa

acção de limpeza facilita as futuras mobilizações do solo necessárias à cultura de cereal. O pastoreio nos incultos e matas contribui para a diminuição do risco de incêndio. Com o estrume que fica no solo após a passagem dos animais melhora-se a sua fertilidade. Em muitos locais esta é a única forma de fertilização de que esses solos podem dispôr.

O sistema tradicional de exploração de ovinos tem vantagens, mas os pastores defrontam-se com alguns problemas e dificuldades que prejudicam a sua actividade.

A postura municipal de apascentação merece muitas críticas da parte dos pastores. Esta postura, não se encontra ajustada aos usos e costumes locais e revela arbitrariedade na forma como trata a produção ovina. Deve existir regulamentação que defina critérios de utilização e ordenamento do espaço rural, para todas as espécies pecuárias, que considere os aspectos relacionados com a saúde pública e os interesses das populações. Mas a actual postura de apascentação é um mau exemplo de regulamentação.

A definição de normas relativas ao pastoreio e às actividades pecuárias deveria estar associada a medidas de apoio aos criadores que permitissem a integração da pecuária nas comunidade e no espaço rural. Por exemplo, poder-se-ia caminhar no sentido da criação de parques pecuários (zonas onde se concentrariam as instalações para alojamento dos animais), o que não se tornaria muito difícil tendo em conta que quase todas as aldeias possuem terrenos (baldios ou terrenos da Junta) que poderiam ser utilizados para esse fim.

A maioria dos pastores concorda que deve existir regulamentação sobre apascentação de animais, que sirva para a prevenção de abusos por parte de alguns pastores e que preveja formas de pagamento de indemnizações devidas a estragos ou prejuízos ocasionalmente provocados pelos rebanhos. Será útil consultar e auscultar as opiniões dos pastores aquando da preparação de legislação ou regulamentação sobre o pastoreio. Uma postura sobre apascentação deve ser elaborada de acordo com a realidade do meio rural, o que não acontece com a actual postura, e não deve ser mais um obstáculo à exploração de ovinos, ou de qualquer outra espécie animal.

A postura de apascentação originou, ainda, situações injustas de aplicação das multas e situações de arbitrariedade na anulação de algumas multas. A falta de um forte movimento associativo entre os pastores reduz a capacidade de defesa dos seus interesses. O pastor sente-se isolado no confronto com situações adversas (como as situações provocadas pela postura de apascentação) e não encontra apoio eficaz noutros sectores e entidades. Isto cria desmotivação entre os pastores e contribuiu para alguns abandonos da actividade.

Um problema que afecta bastante a actividade económica e dá azo a muitas queixas por parte dos criadores de ovinos é o atraso no pagamento das indemnizações

devidas pelos animais abatidos por razões sanitárias. O atraso quase chega a ser de um ano e dificulta a reposição do número de animais do efectivo, obrigando o pastor a encargos suplementares.

Outro aspecto que merece reparos por parte dos pastores é a falta de apoio técnico, especialmente vocacionado para as suas reais necessidades e enquadrado pelos condicionalismos em que exercem a actividade. Sentem, ainda, a falta de técnicos que prestem apoio na criação e formação de organizações associativas do sector. Organizações deste tipo poderiam facilitar a divulgação de toda a informação com interesse para os pastores.

Como vimos, a exploração de ovinos apresenta algumas vantagens e benefícios e debate-se com dificuldades e problemas. Estas questões devem ser consideradas na discussão de políticas de desenvolvimento da produção ovina na região. Numa perspectiva de desenvolvimento futuro, da exploração de ovinos, uma questão fundamental se deve colocar: que modelo para o futuro?

A criação de ovinos é uma actividade com potencialidades e que pode contribuir para o desenvolvimento do meio rural. Uma política de desenvolvimento da produção ovina exige a definição prévia do modelo a seguir. Em termos gerais, é preciso definir se se pretende apoiar o desenvolvimento da criação de ovinos com base no actual sistema tradicional de exploração ou se se pretende enveredar por sistemas de produção mais intensivos recorrendo, por exemplo, a estabulação permanente, pastoreio cercado, introdução de raças exóticas mais produtivas, utilização mais intensa de forragens, ou outras.

Em nossa opinião, o desenvolvimento da produção ovina deve apoiar-se no actual sistema tradicional de exploração, procurando intervir nos diversos aspectos onde é possível melhorar o funcionamento do sistema. A implantação de sistemas mais intensivos é de difícil aceitação por parte dos actuais criadores de ovinos, devido às condições em que é praticada esta actividade. A estrutura fundiária, a área das explorações e a sua dispersão por inúmeras parcelas, inviabiliza o recurso ao pastoreio cercado. Uma intensificação da produção obrigaria ao aumento dos encargos e custos de produção, que podem não ser compensados com o acréscimo de rendimento e exigiria outra preparação técnica dos criadores, designadamente quanto às técnicas de produção. Por outro lado, uma política de desenvolvimento da produção ovina baseada no sistema tradicional de exploração, não inviabiliza o aparecimento de explorações mais intensivas, que poderão coexistir com o actual sistema e beneficiar das mesmas acções de apoio.

O sistema tradicional de exploração de ovinos não é uma forma arcaica ou rara de produção animal. Da mesma forma como se pratica nesta e noutras regiões do país, encontram-se sistemas idênticos noutros países. Em várias regiões francesas,

particularmente em zonas de montanha do Centro e Sul de França, os métodos, práticas e costumes seguidos pelos criadores de ovinos dessas regiões são muito semelhantes aos seguidos pelos pastores da região de Bragança. Também em Espanha se encontram sistemas de exploração similares, baseados no pastoreio de percurso.

O sistema tradicional de exploração é consistente com a nova PAC, nas suas orientações quanto à política do ambiente, da preservação das raças rústicas, dos produtos de qualidade, da ocupação do território e com a recuperação do interesse pelos sistemas extensivos. De facto, o sistema tradicional de exploração de ovinos ganha novas perspectivas no quadro das orientações pretendidas com a evolução da PAC.

Em documento da Comissão das Comunidades Europeias¹ coloca-se como objectivo a necessidade de "manter um número suficientemente grande de agricultores ligados à terra. Este é o único meio de preservar o ambiente natural, uma paisagem milenar e um modelo de agricultura familiar que traduz uma opção de sociedade. Este modelo só pode sobreviver com uma política activa de desenvolvimento rural, política essa que não pode excluir os agricultores". Especificamente para o sector agrícola reconhece-se que "o agricultor desempenha, ou pelo menos pode e deve desempenhar, simultaneamente, duas funções principais: uma actividade de produção e, ao mesmo tempo uma actividade de protecção do ambiente e de desenvolvimento rural (...) a protecção do ambiente implica o reforço do papel do agricultor enquanto responsável pelo ambiente, através da utilização de métodos de produção menos intensivos e a aplicação de medidas favoráveis ao ambiente". Para o equilíbrio dos mercados, além dos instrumentos previstos, "as organizações de mercado deveriam igualmente incentivar a extensificação a fim de: reduzir os excedentes da produção; contribuir para uma agricultura compatível com o ambiente e para a promoção de produtos alimentares de alta qualidade".

Estas indicações da Comissão das Comunidades Europeias estão presentes no texto da nova PAC. Em documento do Ministério da Agricultura² salienta-se que "o novo enfoque da PAC reconhece e valoriza a dupla função dos agricultores, designadamente enquanto produtores de matérias primas e de alimentos, e enquanto agentes decisivos do Desenvolvimento Rural, do Ordenamento do Território e da Protecção Ambiental. Os objectivos da Reforma, que o Governo desde sempre classificou como positivos e adequados às condições da nossa agricultura são: (...) favorecer a extensificação da produção e a resolução dos problemas ambientais; defender as explorações familiares e o seu papel no equilíbrio do Mundo Rural". Nas Medidas de Acompanhamento, estão

¹"Evolução e futuro da PAC - Documento de reflexão da Comissão", Comunicado da Comissão ao Conselho, 1991.

²"Reforma da PAC - Síntese dos principais aspectos", Gabinete do Ministro, Ministério da Agricultura, 1992.

previstas ajudas aos agricultores que se comprometam a, entre outras, as seguintes acções: reconverter culturas arvenses em pastagens extensivas; extensificar a actividade pecuária; utilizar outras práticas de produção compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e dos recursos naturais, bem como da preservação do espaço natural e da paisagem, ou manutenção de práticas de produção já compatíveis, ou criar animais de raças autóctones ameaçadas de extinção; conservar terras agrícolas ou florestais, anteriormente abandonadas. Em resumo, as propostas referidas baseiam-se, para além de outros princípios, no reconhecimento da dupla função dos agricultores enquanto produtores e protectores da paisagem, bem como na necessidade de promover a extensificação.

Se as orientações e políticas são definidas neste sentido, então é altura de as pôr em prática e desenvolver políticas de apoio aos criadores de ovinos, para influenciar favoravelmente a evolução da criação de ovinos na região.

O sistema tradicional de exploração de ovinos tem uma dinâmica própria, vai evoluindo ao longo do tempo e adaptando-se aos estímulos e condicionalismos que vão emergindo. Esta evolução é também um indicador da capacidade de inovação dos pastores e da sua vontade em melhorar a exploração de ovinos. Podemos dar alguns exemplos desta evolução, comparativamente à situação que se verificava há cerca de vinte anos. Verificou-se um aumento no número de ovelhas por rebanho; uma melhoria significativa nas instalações, na sua utilização e nas condições de alojamento; na propriedade dos rebanhos, actualmente não se encontram gados a meias; cada vez mais os pastores cultivam forragem (ferrãs, aveia e cevada) para os ovinos; cada vez mais recorrem ao arrendamento de terras destinadas ao rebanho; surgiram experiências com animais de outras raças ovinas; há interesse por cães de raças vocacionadas para a guarda e condução dos rebanhos.

O funcionamento do sistema tradicional de exploração de ovinos coloca algumas questões, quanto ao presente e ao futuro deste sistema.

O relacionamento, quer seja de conflito quer seja de cooperação, entre pastores e agricultores é uma questão histórica. Ela está relacionada com a utilização do território pela comunidade e das terras particulares pelos rebanhos. Este relacionamento é muito mais de cooperação do que de conflito, e as situações deste tipo não são, no geral, graves. Os potenciais conflitos podem ser solucionados através da realização, ao nível da aldeia, de depósitos em dinheiro, pelos pastores, para indemnização de eventuais prejuízos provocados pelos rebanhos.

Conhecem-se situações em que o pastor entra, propositada e sorateiramente, em terras proibidas ao pastoreio. Este comportamento deve ser atribuído ao aventureirismo pessoal e ao prazer do risco, que não é único e exclusivo dos pastores, ou

como forma de tirar satisfações por pequenos problemas surgidos no relacionamento entre os visados.

O trabalho de guarda e condução do rebanho é, muitas vezes, uma tarefa desagradável, feito em condições que são pouco interessantes para os jovens. Ora isto pode afectar a evolução futura da criação de ovinos. A principal motivação para a continuação desta actividade é o rendimento que ela proporciona e a falta de melhores alternativas, ou opções com o mesmo nível de rendimento.

Na opinião generalizada dos pastores é na comercialização que se sente mais a falta de uma estrutura organizada que intervenha na defesa dos seus produtos. Os pastores são de opinião que produzem um produto (cordeiro) genuíno e de muito boa qualidade, mas essa qualidade não é valorizada, em seu proveito, na comercialização. Se existisse uma organização cooperativa que agregasse os criadores de ovinos e defendesse a qualidade do seu produto poderiam obter melhores rendimentos.

A necessidade de desenvolver e apoiar a produção ovina na região, leva-nos a colocar uma questão: como apoiar a exploração de ovinos, nos moldes do sistema tradicional de exploração?

O desenvolvimento da produção ovina não pode ser encarado isoladamente. Deve ser acompanhado pelo desenvolvimento das restantes actividades do meio rural. Dificilmente se poderá desenvolver a produção ovina, principalmente quando praticada segundo o sistema tradicional de exploração, se não for acompanhada pelo desenvolvimento das restantes actividades agrícolas e pecuárias e pela melhoria das condições de vida das populações do meio rural. Por isso, o desenvolvimento da criação de ovinos deve ser enquadrado no âmbito mais vasto da política de desenvolvimento do meio rural e das suas actividades e pela coordenação das acções de diversas entidades.

O Estado, através das instituições que tutela e dos seus organismos, nomeadamente os serviços dependentes do Ministério da Agricultura, deve assumir o papel de patrocinador do desenvolvimento da criação de ovinos na região. A sua acção não deve limitar-se simplesmente à concessão de subsídios e ajudas financeiras aos criadores e às suas associações. Esta forma limitada de actuação revela alheamento face aos problemas da produção ovina e opção pela solução mais fácil.

Uma estratégia de desenvolvimento da criação de ovinos deverá assentar em três pressupostos: respeito pelo sistema tradicional de exploração de ovinos; credibilidade das instituições e relação de mútua confiança entre as instituições e os criadores; ligação e coordenação entre as diversas instituições com influência na produção ovina.

O respeito pelo sistema tradicional de exploração pressupõe o respeito pelas práticas e técnicas seguidas pelos pastores. Pelo facto de utilizarem processos e práticas

tradicionais, os pastores não podem ser considerados "atrasados". Devem ser contempladas as suas necessidades e os seus interesses, as características do sistema e os condicionalismos da região. Para isso, é necessário conhecer e compreender o funcionamento do sistema e aceitar as suas especificidades.

A confiança nas instituições e a sua credibilidade são muito importantes para a adesão dos criadores de ovinos aos programas e acções a desenvolver. Os problemas e dificuldades que afectam os pastores, como por exemplo, as dificuldades provocadas pela postura municipal de apascentação, o atraso no pagamento das indemnizações devidas aos abates sanitários de animais, o atraso na retirada dos animais para abate, a falta de apoio técnico e a escassez de informação, reflectem-se negativamente na confiança que as instituições lhes merecem.

A ligação e coordenação entre as instituições permitirá potenciar as acções a desenvolver e facilitar a resolução de alguns dos problemas que afectam os criadores de ovinos. Permitirá melhorar a articulação das diferentes actividades e áreas de actuação, pela condição de que o desenvolvimento da criação de ovinos deve ser enquadrado no âmbito mais vasto da política de desenvolvimento do meio rural e das suas actividades.

A estratégia de desenvolvimento da criação de ovinos deve envolver medidas prioritárias nas seguintes áreas: investigação, apoio técnico e informação, formação, apoio às associações de criadores.

A investigação deve acompanhar o processo de desenvolvimento da produção ovina e, sobretudo, antecipar e demonstrar soluções para os problemas existentes. A preparação de medidas de fomento e desenvolvimento da criação de ovinos exige o conhecimento profundo do funcionamento do sistema tradicional de exploração. Já referimos que este sistema tem uma dinâmica própria e está sujeito a evolução, por isso, o desenvolvimento da produção ovina deve ser acompanhado pela investigação e estudo permanente da sua evolução, da emergência de novas situações e de novas necessidades dos criadores.

Um aspecto a merecer investigação refere-se às potencialidades dos animais da raça Galega Bragançana, em especial as ovelhas pretas que, segundo os pastores, apresentam algumas vantagens em relação às ovelhas brancas. A importância das ovelhas pretas nos efectivos ovinos da região tem sofrido uma redução acentuada e, actualmente, o seu número é muito baixo. Estes animais estiveram, e estão, sujeitos a uma maior pressão de selecção. Esta pode ser uma das razões para que os exemplares existentes apresentem, sob o ponto de vista dos pastores, qualidades vantajosas, relativamente às ovelhas brancas. O decréscimo no número de ovelhas pretas pode, também, estar associado a questões de ordem genética, relacionados com a transmissão

de caracteres dos progenitores para os seus descendentes. A quase totalidade dos carneiros usados como reprodutores são de lã branca.

Vários outros aspectos merecem a atenção da investigação como, por exemplo, o melhoramento da raça Galega Bragançana; a capacidade de aproveitamento dos recursos alimentares e a capacidade de mobilização das reservas corporais; a influência das pastagens naturais na produção dos rebanhos e a acção do pastoreio na manutenção do coberto vegetal; a concepção e utilização das instalações e a sua importância para a melhoria das condições de trabalho dos pastores; a qualidade organoléptica da carne dos cordeiros criados neste sistema e a possibilidade da sua valorização.

Os resultados da investigação, porém, não devem ficar nos centros de pesquisa. É necessário estabelecer canais e redes de comunicação que permitam eficiência e rapidez na divulgação daqueles resultados e de toda a informação com interesse para os criadores de ovinos. Esta medida deverá estar associada às medidas de apoio técnico e deve envolver as associações de criadores.

Para o apoio técnico é necessário disponibilizar recursos humanos com formação técnica em diferentes áreas. O apoio técnico deve incluir medidas abrangendo todas as áreas, desde a produção à comercialização. É um campo muito vasto de actuação, de que damos de seguida alguns exemplos.

Na condução e guarda do rebanho o pastor serve-se de um cajado e da ajuda dos cães que acompanham o rebanho. Os cães são, geralmente, animais de grande porte, mais vocacionados para o combate a predadores do que para a condução do rebanho. Hoje em dia, o ataque de predadores já não tem a mesma importância que tinha no passado, daí que, o trabalho de condução do rebanho poderia ser facilitado se os pastores possuíssem cães de guarda devidamente treinados e de raças vocacionadas para esta tarefa. Alguns pastores já manifestaram interesse em adquirir, em Espanha, cães treinados para a condução de rebanhos.

Um outro exemplo diz respeito às instalações. Os pastores têm investido na construção de corriças, por sua conta. Estas corriças novas têm, de forma geral, melhores condições de alojamento do que as corriças antigas, mas há alguns aspectos que merecem reparos: a escolha do local, muitas vezes os pontos mais altos; os materiais de construção utilizados, como o zinco na cobertura; os acabamentos incompletos, com blocos de cimento e tijolo à vista. Por isso, as corriças novas têm maior impacto na paisagem. A preservação da paisagem deve ser um dos vectores do desenvolvimento do meio rural e, neste aspecto, as corriças antigas estão melhor integradas na paisagem. O pastor deve ser apoiado na concepção e na escolha dos materiais de construção das corriças. É possível reduzir os custos de construção dos alojamentos sem diminuir a sua

funcionalidade, e melhorar a sua qualidade tanto a nível da integração na paisagem como na gestão e ocupação do território.

Poucos criadores possuem instalações que permitam a fácil realização de trabalhos como a tosquia e tratamentos higio-sanitários que exigem a separação de animais por lotes ou isoladamente. Estes trabalhos estariam facilitados com a existência de parques de maneio, mas a maioria dos pastores desconhece a sua utilidade e funcionamento. A construção de parques de maneio nas aldeias com maior número de rebanhos pode ser uma medida que contribua para melhorar as condições de trabalho dos criadores de ovinos.

Outras medidas poderão ser tomadas para melhorar as condições de trabalho dos pastores. A construção de locais de abeberamento para animais, que servirão também para outras espécies animais. É uma medida de grande utilidade que foi já concretizada por algumas Juntas de Freguesia. Poderá ser possível actuar no melhoramento das condições de pastagem dos baldios e na reconversão de terrenos baldios incultos e abandonados, através do controlo da vegetação arbustiva que prejudica o crescimento da pastagem natural e dificulta a passagem dos animais.

A formação profissional dos pastores poderá contribuir bastante para o desenvolvimento da produção ovina. O pastor tem vontade de aprender e está aberto à inovação. Exemplo disso é a introdução de raças exóticas, de maior potencial produtivo, que o pastor experimenta na tentativa de obter melhores resultados. Um outro exemplo é a melhoria substancial no estado sanitário dos rebanhos resultante da intervenção dos ADS mas também de uma maior preocupação dos pastores quanto a este aspecto. De uma forma geral, todos os pastores possuem uma pequena reserva de fármacos para tratamento de doenças e tratamento higio-sanitário.

Muito poderia ser feito na formação dos pastores, especialmente nas técnicas de maneio, e é notório que existe vontade por parte dos pastores em adquirirem mais conhecimentos. Até agora, as acções de formação já realizadas não motivaram o interesse dos pastores, principalmente por duas razões. Em primeiro lugar, a grande variedade de temas abordados, muitos deles com pouco interesse para os pastores; em segundo, o local e os horários dos cursos, inconciliáveis com o trabalho na exploração agrícola e com o rebanho.

As acções de formação para pastores deveriam ser planeadas de acordo com as suas necessidades e, para que possam atingir os destinatários, deveriam ser realizadas nas aldeias em horários que permitam a comparência dos pastores, sem afectar o seu trabalho com a guarda e condução do rebanho e com os trabalhos agrícolas da exploração. O plano de formação deve estruturar-se de forma a motivar e interessar os pastores. Para isso, deve começar por abordar os assuntos que mais interessam aos pastores e que mais

lhes prendem a atenção. Uma forma possível será iniciar os cursos com os aspectos relacionados com a medicina preventiva e tratamento sanitário dos animais, já que este é um dos assuntos que mais prende a atenção e interesse dos criadores de ovinos. Outros assuntos que despertam interesse são os relacionados com as instalações para alojamento dos animais, a utilização de equipamentos para manejo, os animais e o manejo reprodutivo.

As associações podem desempenhar um papel importante na defesa dos interesses dos pastores e no desenvolvimento da produção ovina, que poderão vir a liderar. Para isso, o Estado deve incentivar e apoiar o associativismo dos criadores de ovinos.

Com a existência de associações ou cooperativas de criadores, fortes e dinâmicas, será possível detectar mais rapidamente a emergência de problemas ou dificuldades da produção ovina. Mas, as organizações associativas existentes são de criação recente e ainda não possuem meios e dinâmica para se assumirem como fortes intervenientes no processo de desenvolvimento da produção ovina, faltando-lhes, principalmente, recursos humanos com formação técnica.

As associações e cooperativas de criadores de ovinos poderão ter uma acção importante na comercialização dos produtos da exploração e na preservação e melhoramento da raça ovina autóctone. Uma cooperativa de criadores de ovinos poderá actuar ao nível da comercialização dos cordeiros; pugnar pela valorização da carne desses cordeiros, em função da sua qualidade; defender a sua qualidade e contribuir para a melhoria do rendimento dos criadores. Os pastores fazem questão de frisar que a carne destes cordeiros é de muito boa qualidade devido às características da raça, de crescimento lento, e aos pastos naturais com que são alimentados. A carne poderia ser valorizada atendendo às suas características próprias e à sua qualidade organoléptica. Podemos dar como exemplo o chamado cordeiro de Montesinho, apreciado pelas suas qualidades e sabor. Este produto da serra de Montesinho, inserida na área do Parque Natural de Montesinho, poderia ser objecto de acções de promoção e integrado em projectos de desenvolvimento associado ao turismo, de acordo com as condições de um parque natural.

A associação de criadores de ovinos da raça Galega Bragançana, conjuntamente com outras entidades, deverá contribuir para a preservação e melhoramento desta raça. O que, para além da importância de salvaguarda deste património genético, permitirá tirar proveito da versatilidade e rusticidade que estes animais possuem. Esta raça está muito bem adaptada às condições de exploração na região e a introdução de raças exóticas, apesar de mais produtivas, não foi satisfatória devido à sua inadaptação às condições de

exploração vigentes. Os pastores valorizam outras funções que não só a produção ou a produtividade das ovelhas e daí a sua preferência pelas galegas.

De tudo o que ficou dito, devemos reforçar a noção de que o desenvolvimento da produção ovina se deve alicerçar em três componentes fundamentais: os pastores, as organizações e o Estado. Da capacidade de relacionamento entre estas componentes, umas de carácter colectivo outra de carácter individual, dependerá a evolução e desenvolvimento da ovinicultura na região e o futuro do sistema tradicional de exploração de ovinos.

Bibliografia

- ALMEIDA, João Ferreira (1986) *Classes sociais nos campos - camponeses parciais numa região do Noroeste*. Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- AURICOSTE, C. (1988) "Manière de faire et de dire d'éleveurs d'ovins du Causse du Larzac". *Eleveur, troupeau et espace fourrager. Contribution à l'approche globale des systèmes d'élevage*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 11, INRA, Paris, pp. 57-62.
- AURICOSTE, C. et al (1983) *Friches, parcours et activités d'élevage. Potentialités agricoles*. INRA, Paris.
- AZEVEDO, J. M. T. (1985) *Contributo para o estudo dos sistemas de exploração ovina*. IUTAD, Vila Real.
- AZEVEDO, J. M. T. (1987) "Resultados do inquérito acerca dos efectivos ovinos e caprinos". *PDRITM. Projecto n° 8 - Melhoramento da produção ovina*. UTAD, Vila Real.
- BALENT, G.; GIBON, A. (1988) "Definition et representation des systèmes pastoraux. Niveaux d'organisation des pratiques de paturage". *Eleveur, troupeau et espace fourrager. Contribution à l'approche globale des systèmes d'élevage*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 11, INRA, Paris, pp. 65-78.
- BARROS, Vítor C.; FRAGATA, António (1988) "Agricultura minifundiária: Que tecnologia". *Cadernos de Ciências Sociais*, n° 7, Edições Afrontamento, Porto, pp. 3-21.
- BARROS, V.; CARVALHO, A.; FRAGATA, A.; MADEIRA, E.; PIRES, C.B. (1992) *O inquérito à exploração agrícola. Princípios, métodos e técnicas*. DEESA-INIA, Lisboa.
- BAZIN, G. et al (1983) *Système agraire et pratiques paysannes dans les Monts Dômes*. INRA, Paris.
- BEDÉL, Jean; BERNIER, Alain (1987) *L'Élevage d'espaces boisées méditerranéens*. CEMAGREF, Montpellier.

- BENOIT, M. *et al* (1988) *Diagnostic global d'exploitation agricole: une proposition méthodologique*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 12, INRA, Paris.
- BRANDÃO, M. Fátima; ROWLAND (1980) "História da propriedade e comunidade rural: Questões de método". *Análise Social*, Vol XVI, n° 61-62, Lisboa, pp. 173-207.
- BRITO, Joaquim Pais (1990) "As rodas de Rio de Onor: um princípio estrutural e estruturante" *Análise Social*, Vol XXV n° 108-109, Lisboa, pp. 511-543.
- BRISEBARRE, Anne-Marie (1978) *Bergers de Cévennes*. Berger-Levrault.
- BROSSIER, J. (1979) "Analyse du fonctionnement des exploitations agricoles. Trajectoire d'évolution, typologie". *Eléments pour une problématique de recherche sur les Systèmes Agraires et le Développement*. SAD-INRA, Toulouse, pp 31-38.
- BRUN, Jean-Paul; MOLENAT, Gilbert (1983) "Conduite et alimentation des troupeaux dans trois élevages ovins lozériens". *La Margeride: La montagne, les hommes*. INRA, Paris, pp.541-559.
- CALDAS, E. Castro (1991) *A agricultura portuguesa através dos tempos*. INIC, Lisboa.
- CALHEIROS, F. C. (1981) "Produção de ovinos e caprinos em Portugal". *Boletim Pecuário*. Ano XLVII - 1981. Estação Zootécnica Nacional, Santarém.
- CARVALHO, Agostinho; BARROS, Vítor Coelho; ROCHA, José Ramos (1982) *Que futuro para a produção leiteira: Grande ou pequena exploração?* CEEA, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CARVALHO, Agostinho (1984) *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975. Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*. CEEA, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- CARVALHO, Alberto Mendes (1942) "Possibilidades Económicas de Trás-os-Montes". Comunicação apresentada ao II Congresso Transmontano, Lisboa, pp.420-432.
- CHARPENTEAU, J-L.; OSTY, P-L. (1979) "Compte rendu du carrefour sur le thème: Analyse de Systèmes et Modelisation". *Eléments pour une problématique*

- de recherche sur les Systèmes Agraires et le Développement*. SAD-INRA, Toulouse, pp 76-79.
- COELHO, Inocêncio S. (1982) *Economia dos sistemas agro-pastoris na Serra da Estrela*. DEESA - INIA, Lisboa.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1991) *Evolução e futuro da PAC - Documento de reflexão da Comissão*. Comunicação da Comissão ao Conselho, Bruxelas.
- CHONCHOL, Maria Edy de (1985) "Logique paysanne dans la maîtrise de l'espace: le village São João do Monte au Portugal". *Meridies - Revista de antropologia e de sociologia rural da Europa do Sul*, nº 2. Publ. Museu Etnológico de Monte Redondo, Monte Real, pp. 197-250.
- DARRE, Jean-Pierre (1990) "La place des conceptions de l'éleveur dans l'étude des systèmes herbagers". *Recherches sur les Systèmes Herbagers*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, nº 17, INRA, Paris, pp. 175-181.
- DEGOIS, Émile (1985) *Manual do criador de ovinos*. Col. Euroagro. Publicações Europa-América, Lisboa.
- DEUSDADO, Domingos Ferreira (1930) *Trás-os-Montes*. Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 25 de Janeiro de 1930. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa.
- DIAS, Jorge (1965) "Aspectos da vida pastoral em Portugal". *Revista de Etnografia*, Porto, nº 8, pp. 332-387.
- DIAS, Jorge (1981) *Rio de Onor - Comunitarismo agro-pastoril*. 2ª edição. Editorial Presença, Lisboa.
- DIRECÇÃO - GERAL DA PECUÁRIA (1987) *Recursos genéticos - Raças autóctones. Espécies ovina e caprina*. DGP, Lisboa
- DIRECÇÃO REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES (1982) *Contribuição para o ordenamento agrícola da região de Trás-os-Montes*. Gabinete de Planeamento da DRTM, Mirandela.
- ESPIRITO SANTO, Moisés (1980) *Freguesia rural ao Norte do Tejo (estudo de sociologia rural)*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa.

- ESTÊVÃO, João Antunes (1983) "A florestação dos baldios". *Análise Social*, Vol. XIX, nº 77-78-79, Lisboa, pp. 1157-1260.
- ETIENNE, M.; NAPOLEONE, P.; JULLIAN, P.; LACHAUX, M. (1989) *Elevage ovin et protection de la forêt méditerranéenne contre les incendies - Participation d'un troupeau de moutons à l'entretien d'un réseau de pare-feu*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, nº 15, INRA, Paris
- FILLAT, F.; MONTSERRAT, P. (1981) "Evolucion e importancia de la economia ganadera en el campóo y montaña santaderina". *Supervivencia de la montaña. Actas del Coloquio Hispano-Francés sobre las Áreas de Montaña*. Ministerio de Agricultura, Madrid.
- GAFEIRA, Celeste (1989) *Parque Natural de Montesinho. População*. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- GIBON, A.; ROUX, M.; VALLERAND, F. (1988) "Presentation de l'ouvrage". *Eleveur, troupeau et espace fourrager. Contribution à l'approche globale des systèmes d'élevage*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, nº 11, INRA, Paris, pp. 7-10.
- GIBON, A.; SOULAS, C.; THEAU, J.P. (1988) "Éléments pour l'approche du fonctionnement des systèmes d'élevage. Le cas des Pyrénées Centrales". *Eleveur, troupeau et espace fourrager. Contribution à l'approche globale des systèmes d'élevage*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, nº 11, INRA, Paris, pp. 35-48.
- GILBERT, E. H.; NORMAN, D. W.; WINCH, F. E. (1980) *Les recherches sur les systèmes d'exploitation agricole: Une evaluation critique*. Cahiers MSU sur Le Developpement Rural nº 6, Michigan State University.
- GONÇALVES, Dionísio A. (1991) *Terra Quente - Terra Fria. (1ª aproximação)*. Instituto Politécnico de Bragança, Bragança.
- GRALHEIRO, Jaime (1990) *Comentário à(s) lei(s) dos baldios*. Livraria Almedina, Coimbra.
- GUSMÃO, F.; SARMENTO, F.; MELO, H.; FERREIRA, L.; HENRIQUES, R. (1978) *Estudo de fomento pecuário para a sub-região norte interior*. Secretaria de Estado do Fomento Agrário, MAP.

- HAINES, Michael (1982) *An introduction to farming systems*. Longman Group Limited, Londres.
- HEADY, Earl O.; JENSEN, Herald R. (1965) *L'exploitant agricole face à ses prix de revient*. Les Éditions D'Organisation, Paris.
- HUBERT, Bernard *et al* (1990) "Systèmes de pâturage et conduite de troupeaux: caractérisation des pratiques par l'étude de l'organisation du territoire". *Recherches sur les Systèmes Herbagers*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 17, INRA, Paris, pp. 159-172.
- INE - *Arrolamento Geral de Gado - 1972*
- INE - *Estatística Agrícolas e Alimentares - 1965*
- INE - *Estatísticas Demográficas, Continente, Açores e Madeira - 1980-1982*
- INE - *Portugal-Anuário Estatístico: Continente, Açores e Madeira - 1979*
- INE - *Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1981*
- INE - *XII Recenseamento Geral da População - 1979*
- INE - *Censo / 91*
- LANDAIS, Etienne. (1987) *Recherches sur les systèmes d'élevage - questions et perspectives*. INRA, Paris.
- LANDAIS, Etienne; DEFONTAINES, J.-P. (1990) "Comprendre la gestion d'un espace pastoral. Étude monographique des pratiques d'un berger d'estive dans les Alpes du Sud". *Recherches sur les Systèmes Herbagers*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 17, INRA, Paris, pp. 189-197.
- LHOSTE, Ph. (1984) "Le diagnostic sur le système d'élevage". *Cahiers de la Recherche-Développement*, n° 3-4, Paris, pp. 84-88.
- LOURENÇO, Fernando (1981) "O baldio e a exploração agrícola individual numa aldeia do Nordeste Transmontano". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 7/8, Coimbra, pp.421-445.
- LUCAS, A. M. Rolo (1984) *Terra Quente transmontana - cultura e futuro*. Associação de Municípios da Terra Quente, Mirandela.

- LUCAS, A. M. Rolo (1987) "Subsídios para o reconhecimento da racionalidade rural em Portugal". *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 5, Edições Afrontamento, Porto, pp. 65-83.
- MARTINHO, Alberto T. (1981) *O pastoreio e o queijo da serra*. Serviço Nacional de Parques Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.
- MARTINS, A. Afonso (1985) *Caracterização sumária dos solos de Trás-os-Montes e Alto Douro e sua ocupação*. IUTAD, Vila Real.
- MATOS, M. C. B. Campos (1988) "Estratégias das pequenas explorações familiares". *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 7, Edições Afrontamento, Porto, pp. 35-50.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1982) *Sistemas de culturas, estruturas agrárias e evolução demográfica na montanha do Norte da Beira*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa, INIC, Lisboa.
- MEDEIROS, Carlos A.; MEDEIROS, Isabel M. (1990) "Ruptura e divergência na evolução recente do pastoreio na Serra do Alvão". *Ler História*, nº 18, ISCTE, Lisboa, pp.97-109.
- MELO, António (1988) *PDRITM / Terra Quente - Da solução ao problema* (1ª aproximação). DES-UTAD, Vila Real.
- MENDES, José M. Amado (1980) "A província de Trás-os-Montes nos finais do Século XVIII (Alguns aspectos económico-sociais)". *Estudos Contemporâneos* nº 1, Porto, pp. 9-44.
- MEYNIER, André (1970) *Les paysages agraires*. Librairie Armand Colin, Paris.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - DGSP - *Arrolamento Geral de Gados - 1925*
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (1992) *Reforma da PAC. Síntese dos principais aspectos*. Gabinete do Ministro, Lisboa.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DGSP - *Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940*
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA (1941) *Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados - Distritos de Bragança, Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu*. Vol. III. Junta de Colonização Interna, Lisboa.

- MOREIRA, Nuno (1984) *Os sistemas de agricultura do Nordeste*. IUTAD, Vila Real.
- NALLET, Henri (1983) *A intensificação da produção agrícola*. Ulmeiro, Lisboa.
- NAVAS, José M. Mangas (1981) *El régimen comunal agrario de los concejos de Castilla*. Serie Estudios. Servicio de Publicaciones Agrarias, Ministerio de Agricultura, Madrid.
- NOBRE, Ana A. F. N. (1981) *Evolution du mode de mise en valeur du village de Lamas*. Mémoire de DEA. Université de Paris X, Nanterre.
- NORMAN, David W. (1980) *La méthode de recherches sur les systèmes d'exploitation agricole: Son aplicabilité au petit exploitant*. Developpement rural, Cahiers MSU sur Le Developpement Rural n° 5, Michigan State University.
- NOUGAREDE, Olivier (1983) "Du seigle, des troupeaux, des hommes en Margeride lozérienne". *La Margeride: La montagne, les hommes*. INRA, Paris, pp.93-150.
- NOVAIS, Ana (1987) *Revisão bibliográfica sobre conceitos referentes a sistemas de utilização do solo*. Ciclostilado, ISA, Lisboa.
- O'NEILL, Brian Juan (1981) "Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886". *Estudos Contemporâneos*, n° 2-3, Porto, pp. 31-73.
- O'NEILL, Brian Juan (1982) "Trabalho cooperativo numa aldeia do Norte de Portugal". *Análise Social*, Vol. XVIII, n° 70, Lisboa, pp. 7-34.
- O'NEILL, Brian Juan (1984) *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros - Desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*. Publicações D. Quixote, Lisboa.
- OSTY, Pierre-Louis (1978) "L'exploitation agricole vue comme un système". *Bulletin Technique d'Information* n° 326, Paris, pp 43-49.
- PEREIRA, Joaquim Lima; ALMEIDA, Orlando (1976/77) *Desenvolvimento da bovinicultura e ovinicultura - sub-região interior (Trás-os-Montes)*. Instituto Politécnico de Vila Real, Vila Real.
- PORTELA, José (1981) "Fragueiro: notas sobre a agricultura local". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n° 7/8, Coimbra, pp.217-246.

- PORTELA, José (1985) "Terras e arremates em Fontim". *Brigantia - Revista de Cultura*, Vol. V, nº 2-3-4, Bragança, pp. 683-694.
- PORTELA, José (1983) "Continuidade e mudança em Fontim - alguns elementos sobre o modo de vida rural". *Análise Social*, Vol. XIX, nº 77-78-79, Lisboa, pp. 611-633
- PORTELA, José (1986) *Trabalho cooperativo em duas aldeias de Trás-os-Montes*. Edições Afrontamento, Porto.
- PORTELA, José (1989) "Trás-os-Montes: região verdadeiramente singular". *Estudos em homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*. Instituto Nacional de Investigação Científica: Centro de Estudos de Etnologia, Lisboa, pp. 619-627.
- RIBEIRO, Orlando (1987) *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico - Esboço de relações geográficas*. Livraria Sá da Costa Editora, 5ª edição, Lisboa
- RODRIGUES, Manuel (1987) *Os baldios*. Editorial Caminho, Lisboa
- SEBILLOTE, M. (1979) "Analyse du fonctionnement des exploitations agricoles. Trajectoire et typologie". *Eléments pour une problématique de recherche sur les Systèmes Agraires et le Développement*. SAD-INRA, Toulouse, pp. 20-30.
- SILVA, Jorge Vieira da (1985) *A ecologia e o desenvolvimento agrícola*. Ulmeiro / Agricultura, Lisboa.
- SOUSA, Fernando J. R.(1992) *Sistemas agrários e melhoramento dos bovinos de raça mirandesa - O caso da freguesia de Paçó*. Tese de mestrado em Extensão e Desenvolvimento Rural, UTAD, Vila Real.
- SPEEDY, Andrew W. (1980) *Manual da criação de ovinos*. Editorial Presença, Lisboa.
- TABORDA, Vergílio (1987) *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Livros Horizonte, 2ª edição, Lisboa.
- TEIXEIRA, Alfredo J. C. (1991) *Contributo para a classificação etnológica dos ovinos churros portugueses mediante distância morfométricas do esqueleto cefálico e do osso metacarpo*. UTAD, Vila Real.

- VALLERAND, F. (1988) "Pour étudier les activités d'élevage, comment définir des unités élémentaires". *Eleveur, troupeau et espace fourrager. Contribution à l'approche globale des systèmes d'élevage*. Col. Études et Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement, n° 11, INRA, Paris, pp. 27-34.
- VÁRIOS (1987) *Carta de Solos e Carta de Utilização Actual dos Solos do Nordeste de Portugal*. UTAD, Vila Real.
- VERA Y VEGA, Alfonso (1980) "Futuro de la explotación ovina en España. Problemas perspectivas y posibilidades". *IV Jornadas Científicas de la Sociedad Española de Ovinotecnia*. Librería General, Zaragoza.
- VERA Y VEGA, Alfonso (1986) *Alimentación y pastoreo del ganado ovino*. Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba, Córdoba.
- VINCENT, Jeanne-Françoise; PRIVAL, Marc (1983) "Les bergers de village dans la société traditionnelle de Margeride". *La Margeride: La montagne, les hommes*. INRA, Paris, pp.273-324.
- VINCENT, Jeanne-Françoise; MOLENAT, Gilbert; BRUN, Jean-Paul (1983) "Troupeaux ovins de village. Savoir empirique et connaissances techniques des bergers". *La Margeride: La montagne, les hommes*. INRA, Paris, pp.725-756.
- VISSAC, B.; HENTGEN, A. (1979) "Présentation du Département de Recherches sur les Systèmes Agraires et le Développement". *Éléments pour une problématique de recherche sur les Systèmes Agraires et le Développement*. SAD-INRA, Toulouse, pp 6-12.
- VISSAC, B. (1991) "Pratiques collectives et organisations de l'élevage", in Brossier, J.;Valceschini, E. (ed), *Les exploitations agricoles e leur environnement*. INRA, Paris, pp.83-100
- WEBER, Eugen (1983) *La fin des terroirs - La modernisation de la France rurale: 1870-1914*. Fayard/Editions Recherches, Paris.

ANEXOS

Anexo 1 - Efectivos ovinos, por distrito, no continente (1870 - 1979)

Distrito \ Ano	1870	1925	1934	1940	1955	1972	1979
V. do Castelo	37552	113036	88803	114050	105700	55043	52940
Braga	82407	115336	89981	114106	93574	33881	22783
Vila Real	136357	165960	145381	173364	125330	61416	46070
Bragança	492434	332111	251178	372392	278962	173356	156415
Porto	46055	86578	63411	74649	71149	43004	30485
Aveiro	97066	96315	63930	81177	67623	36034	27857
Coimbra	197527	144909	121117	126345	120799	78496	52700
Viseu	281234	295822	249875	311630	234749	110476	80811
Guarda	279873	296367	273623	353378	277678	156802	114206
C. Branco	190797	323730	279797	321851	349180	253177	161963
Leiria	102755	79910	75225	85232	83641	50402	47923
Santarém	121000	168415	176144	213139	226884	139653	125762
Lisboa	103475	164820	82830	82861	86689	64808	65039
Setúbal	---	---	85757	127215	127435	120628	131488
Portalegre	234334	385823	335646	337761	402972	280232	226672
Évora	243771	393454	405357	433993	416498	343218	330903
Beja	235522	461053	389564	435867	455418	375560	350589
Faro	47289	60180	46066	90665	68631	46008	33301
Continente	2977454	3683824	3223685	3889875	3592912	2420194	2057907

Fonte: MAP - Boletim Pecuário. Ano XLVII, 1981.

MA-DGSP - Arrolamento Geral de Gados - 1925

ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940

INE - Estatística Agrícolas e Alimentares (agricultura, silvicultura, pecuária e pescas) - 1965

INE - Arrolamento Geral de Gado - 1972

INE - Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979

Anexo 2 - Relação entre o número de ovinos e a população residente em cada distrito (1940-1979)

Distrito	Ano 1940			1972			1979		
	número de ovinos	população residente	ovin. /habit.	número de ovinos	população resid (1970)	ovin. /habit.	número de ovinos	população res.(1981)	ovin. /habit.
V. do Castelo	114050	261133	0,44	55043	251219	0,22	52940	256814	0,21
Braga	114106	487674	0,23	33881	612710	0,06	22783	708924	0,03
Vila Real	173364	291297	0,60	61416	267079	0,23	46070	264381	0,17
Bragança	372392	213679	1,74	173356	179763	0,96	156415	184252	0,85
Porto	74649	940870	0,08	43004	1312392	0,03	30485	1562287	0,02
Aveiro	81377	433395	0,19	36034	548039	0,07	27857	622988	0,04
Coimbra	126345	415827	0,30	78496	401160	0,20	52700	436324	0,12
Viseu	311630	469024	0,66	110476	413366	0,27	80811	423648	0,19
Guarda	353378	295663	1,20	156802	213538	0,73	114206	205631	0,56
C. Branco	321851	304592	1,06	253177	255575	0,99	161963	234230	0,69
Leiria	85232	358021	0,24	50402	379429	0,13	47923	420229	0,11
Santarém	213139	426136	0,50	139653	430885	0,32	125762	454123	0,28
Lisboa	82861	1054731	0,08	64808	1577390	0,04	65039	2069467	0,03
Setúbal	127215	270000	0,47	120628	467946	0,26	131488	658326	0,20
Portalegre	337761	189044	1,79	280232	145929	1,92	226672	142905	1,59
Évora	433993	209956	2,07	343218	178538	1,92	330903	180277	1,84
Beja	435867	278215	1,57	375560	204816	1,83	350589	188420	1,86
Faro	90665	319625	0,28	46008	268440	0,17	33301	323534	0,10

Fonte: INE - Portugal-Anuário Estatístico: Continente, Açores e Madeira - 1979.

INE - Estatísticas Demográficas, Continente, Açores e Madeira - 1980-1982.

ME-DGSP - Arrolamento Geral de Gados e Animais de Capoeira - 1940

INE - Arrolamento Geral de Gado - 1972

INE - Recenseamento Agrícola do Continente, Gado - 1979

Anexo 3 - Ficha preparatória

I - Identificação e exploração agrícola

1- Criador

1.1-Nome:

1.2-Profissão:

1.3-Aldeia:

1.4-Freguesia:

2- Rebanho de ovelhas

2.1-Número de animais:

2.2-Tipo de produção (carne, leite, etc.):

3- Posse das ovelhas

3.1-Próprio n° de animais

3.2-A meias n° de animais

3.3-Animais à guarda n° de animais

Quanto é o monte

4- Culturas agrícolas

4.1-Tem terrenos com pastagens para o rebanho?

4.2-Outras culturas?

II - Rendimento da família

1-Agregado familiar (n° de pessoas):

2-Fontes de rendimento:

2.1- rebanho:

2.1-agrícola (culturas):

2.2-pecuária (espécies):

2.3-florestal:

2.4-reformas:

2.5-outras:

3-Qual a proporção do rendimento do rebanho, no rendimento total da família?

4-Acha que a criação de ovelhas é compensadora?

III- Alimentação do rebanho

1-Alimentação

1.1-Pastagens

-pastagens em terrenos próprios?

-pastagens em terrenos arrendados?

-arrendamento de pastagens?

-baldios?

1.2-Forragens?

1.3-Rações?

2-Baldios

- 2.1-Quem gere e faz a manutenção dos baldios?
- 2.2-Existem regras para a utilização e manutenção dos baldios?
- 2.3-Principais regras de utilização dos baldios?
- 2.4-Épocas do ano em que utiliza mais os baldios?
- 2.5-Utiliza toda a área dos baldios da aldeia para pastagem ou apenas parte? Porquê?
- 2.6-Tem encargos com a utilização dos baldios?

3-Calendário de alimentação

- 3.1-Como alimenta os animais durante o Inverno?
- 3.2-E na Primavera?
- 3.3-No final do Verão e Outono?

4-Encargos com a alimentação do rebanho

- 4.1-Custos dos terrenos arrendados?
- 4.2-Custos da compra de pastagens/forragens?

5-Recebe alguma compensação por colocar (estiar) o rebanho em terrenos alheios?

IV - Comercialização

- 1-Destino dos produtos do rebanho (venda/autoconsumo)?
- 2-Vende a particulares?
- 3-Vende sempre ao mesmo comprador?
- 4-Com que idade vende os borregos?

V - Alojamento dos animais

- 1-Como aloja ou recolhe o seu rebanho (corriça, curral, lojas, cancelas):
- 2-Épocas do ano em que utiliza estas instalações
- 3-Utiliza corriças, lojas ou currais de outros criadores ou de propriedade comum?
- 4-Tem encargos com essa utilização?

VII - Maneio e estado higio-sanitário

1-Maneio dos animais

- 1.1-Todos juntos?
- 1.2-Separados por lotes?

2-Faz calendário ou programação de:

- 2.1-Cobrições
- 2.2-Partos

3-Estado higio-sanitário

- 3.1-Que tratamentos faz aos animais?
- 3.2-Doenças mais frequentes e épocas do ano

Anexo 4 - Ficha de inquérito

Data ____/____/____

Entrevista nº _____

I-Identificação

1-Proprietário

Nome: _____

Aldeia: _____ Freguesia: _____

Agregado familiar:

Parentesco	Profissão	Idade	Instrução

2-Pastor

Nome: _____

Aldeia: _____ Freguesia: _____

Agregado familiar:

Parentesco	Profissão	Idade	Instrução

2.1-Salário do pastor (dinheiro):

2.2-Outros pagamentos:

3-Rebanho

3.1-Há quantos anos tem este gado?

3.2-Os animais são só de um dono?

3.3-Se há animais a meias ou a ganho, quanto é o monte?

II-Animais da exploração

	Raça	tipo de produção	total actual	animais a meias	animais à guarda	vendas no último ano	compras no último ano
ovelhas							
carneiros							
borregos							
cabras							
bodes							
cabritos							
outras espécies:							

III-Exploração Agrícola**1-Terras Próprias**

Destino da produção (último ano)

Nº de parcela	culturas	consumo da família	venda	alimentação dos ovinos	alimentação dos bovinos	outros

2-Terras arrendadas

Destino da produção (último ano)

Nº de parcela	culturas	consumo da família	venda	alimentação dos ovinos	alimentação dos bovinos	outros

IV-Alimentação do rebanho

1-Importância relativa de cada terra na alimentação do rebanho

	terras próprias	terras arrendadas	terras alheias	baldios
% tempo de utilização (meses)				

2-Terras próprias

2.1-Épocas do ano em que faz pastoreio

	Duração do pastoreio (seman ou meses)
Outono	
Inverno	
primavera	
Verão	

2.2-Outros alimentos retirados das suas terras para o rebanho

Alimentos	Quantidade	para quanto tempo

3-Terras arrendadas

3.1-Épocas do ano em que faz pastoreio em terras arrendadas

	Duração do pastoreio (seman ou meses)
Outono	
Inverno	
primavera	
Verão	

3.2-Outros alimentos retirados dessas terras para o rebanho

Alimentos	Quantidade	para quanto tempo

4-Pastoreio em terras alheias ou de trocas

4.1-Que tipo de terrenos utiliza

	épocas do ano	quanto tempo (meses/seman)	por troca	troca por:
pousios				
restolhos				
lameiros				

4.2-Compensa os donos dessas terras?

4.3-Como compensa os donos das terras?

5-Pastoreio em baldios

5.1-Utiliza baldios para pastoreio

5.2-Utilização

baldio	época de utilização	tempo de utilização

5.3-Quais os custos dessa utilização?

6-Outros alimentos

6.1-Compra alimentos para os animais do rebanho

	Quantidade anual	animais a que se destinam	época do ano
produto			
feno			

V-Relacionamento com os donos das terras

1-Na sua aldeia, os donos das terras põem problemas ao pastoreio dos rebanhos?

2-Que vantagens ou benefícios têm os donos das terras onde andam os rebanhos?

3-Os terrenos ficam perto ou longe da aldeia?

4-A que distância (Km ou horas)?

5-Quais as regras de pastoreio nessas terras?

6-Na sua aldeia costumam marcar os terrenos que não podem ser pastoreados (balizas)?

7-Como chamam essas marcações?

8-Como se fazem essas marcações?

9-Qual a sua opinião sobre a postura da Câmara Municipal de Bragança? (lei dos gados)

10-Sugere alguma modificação a essa postura municipal?

11-Existe alguma associação de criadores ou de pastores?

12-Que pensa da existência de uma associação de criadores ou de pastores?

VI-Utilização dos baldios

1-Baldios

1.1-Na sua aldeia existem baldios?

1.2-São utilizados para pastoreio?

2-Regras de utilização

2.1-Quem administra os baldios?

2.2-Quais as regras para a utilização dos baldios?

3-História dos baldios

3.1-Os baldios sempre foram utilizados para pastoreio?

3.2-Houve alterações que melhoraram o pastoreio nos baldios

3.3-Houve alterações que prejudicaram o pastoreio nos baldios

3.4-Anos atrás, os baldios eram usados por mais ou por menos animais?

3.5-Se houve mudança, a que se deveu essa mudança?

4-Utilização actual

4.1-Os baldios davam para mais animais do que aqueles que lá andam habitualmente?

4.2-Alguma coisa podia ser feita para que podessem andar lá mais animais?

VII-Maneio e estado higio-sanitário

1-Maneio

Separação por lotes cordeiros	animais separados	épocas de cobrição	época de venda dos

2-Estado higio-sanitário

2.1-Tratamentos

	época	quem a faz	custos
vacinações			
desparasitações			

2.2-Doenças mais frequentes

doenças	época de maior frequência	como trata
manqueira		
sarna ou ronha		
lobinhos ou lobecos		

2.3-Teve ou tem algum apoio veterinário

VIII-Comercialização dos produtos

1-Produtos que retira do rebanho e destino dos produtos

	destino dos produtos
cordeiros	
lã	
estrume	
leite	

2-Vende a particulares ou a comerciantes?

3-Vende sempre ao mesmo comprador

4-Venda dos cordeiros

época de venda (meses)	idade dos cordeiros	preço médio do cordeiro

IX-Actividade e rendimento da exploração

1-Início da actividade

1.1-Há quantos anos começou com este modo de vida?

1.2-A sua família tinha gado?

1.3-Que actividade tinha antes desta?

1.4-Como arranjou o dinheiro para iniciar a actividade?

1.5-Teve algum apoio quando iniciou a actividade?

2-Outras alternativas

2.1-Se não tivesse gado, que actividade alternativa podia ter, sem sair da região?

2.2-Se tivesse que deixar o gado o que pensaria fazer?

2.3-Gostaria que os seus filhos venham a ter gado?

3-Rendimento do rebanho

3.1-Acha que o gado dá para viver?

3.2-O que é, para si, "dar para viver"?

3.3-Quanto lhe rende, aproximadamente o seu gado por ano?

3.4-Importância do rebanho no rendimento familiar

___ única fonte de rendimento

___ principal fonte de rendimento (+ de metade)

___ uma parte importante no rendimento (- de metade)

___ não tem grande importância

3.5-Quanto valerá actualmente o seu gado?

4-Outras fontes de rendimento

4.1-Outras fontes de rendimento

___ crias ou outros animais? Quais?

___ culturas agrícolas ou florestais? Quais?

___ comércio? Qual?

___ juros ou aplicações

___ reformas ou pensões

Anexo 5 - Ficha de inquérito sobre os baldios

1- Identificação

1.1 - Aldeia:

1.2 - Freguesia a que pertence:

2- Existem baldios no termo da aldeia?

2.1 - Que tipo de terrenos? (lameiros, terras de cereal, plantações, floresta, monte)

2.2 - Em relação ao termo da aldeia, os baldios são grandes ou são pequenos?

2.3 - São usados pelos rebanhos ou cabradas para pastoreio?

3- Existem terrenos da Junta de Freguesia?

3.1 - Que tipo de terrenos? (lameiros, terras de cereal, plantações, floresta, monte)

3.2 - Em relação ao termo da aldeia, são grandes ou são pequenos?

3.3 - São usados pelos rebanhos ou cabradas para pastoreio?

3- Existem terrenos da Igreja ou de Santos?

3.1 - Que tipo de terrenos? (lameiros, terras de cereal, plantações, floresta, monte)

3.2 - São muitos terrenos ou poucos?

3.3 - São usados pelos rebanhos ou cabradas para pastoreio?

3- Há outros terrenos que não são particulares e podem ser usados pelas pessoas da aldeia?

3.1 - Que tipo de terrenos e porque estão nessas condições?

Anexo 6 - Existência de baldio utilizável

Aldeia	Baldio utilizável	Aldeia	Baldio utilizável
Alfaião	Não	Nogueira	Não
Aveleda	Não	Outeiro	Sim
Varge	Não	Paradinha	Sim
Babe	Sim	Parada	Sim
Labiados	Sim	Paredes	Não
Baçal	Sim	Paradinha Nova	Sim
Sacoias	Não	Paradinha Velha	Não
Vale de Lamas	Não	Parâmio	Não
Calvelhe	Sim	Fontes de Transbaceiro	Não
Carragosa	Não	Maças	Não
Soutelo	Não	Zeive	Não
Carrazedo	Não	Pinela	Não
Alimonde	Sim	Valverde	Sim
Castrelos	Não	Pombares	Não
Conlelas	Sim	Quintanilha	Sim
Castro de Avelãs	Não	Refega	Não
Fonte Barrosas	Não	Veigas	Não
Grandais	Não	Quintela de Lampaças	Não
Coelhoso	Sim	Bragada	Sim
Deilão	Não	Veigas	Não
Petisqueira	Não	Rabal	Sim
Vila Meã	Não	Rebordainhos	Não
Donai	Sim	Pereiros	Não
Lagomar	Sim	Rebordãos	Não
Sabariz	Não	Sarzeda	Não
Vila Nova	Não	Rio Frio	Não
Espinhosela	Não	Paçó	Não
Terroso	Não	Rio Onor	Sim
Cova de Lua	Não	Guadramil	Sim
Vilarinho	Não	Salsas	Não
Faílde	Sim	Freixeda	Não
Carocado	Não	Moredo	Não
França	Sim	Vale Nogueira	Sim
Montesinho	Sim	Samil	Sim
Portelo	Não	Santa Comba de Rossas	Sim
Gimonde	Sim	Santa Maria	Sim
Gondesende	Não	São Julião de Palácios	Sim
Oleiros	Não	Caravela	Sim
Portela	Não	Palácios	Sim
Gostei	Sim	São Pedro de Sarracenos	Sim
Castanheira	Sim	Sé	Sim
Formil	Não	Sendas	Sim
Grijó de Parada	Não	Fermentãos	Sim
Freixedelo	Não	Vila Franca	Não
Izeda	Sim	Serapicos	Sim
Macedo do Mato	Sim	Carçãozinho	Não
Frieira	Sim	Vila Boa	Não
Sanceriz	Sim	Sortes	Não
Meixedo	Sim	Lanção	Não
Oleirinhos	Não	Vidoedo	Não
Milhão	Sim	Zoio	Não
Mós	Sim	Martim	Não
Paçó	Não	Refoios	Não

Fonte: Informação obtida por inquirição.

Anexo 7 - Das razões da escolha dos dados das Indemnizações Compensatórias para a obtenção da informação sobre os efectivos pecuários no concelho de Bragança

Para a realização deste trabalho tornou-se necessário conhecer a distribuição dos efectivos animais pelas diferentes aldeias do concelho de Bragança. Para isso precisámos de saber, para cada aldeia, o número de ovinos, bovinos e caprinos; o número de manifestantes, ou seja, o número de pessoas que têm animais; o número de rebanhos e o número de ovinos em cada rebanho, no caso específico dos ovinos. Na falta de outra informação, poderíamos considerar os dados relativos às Indemnizações Compensatórias (IC) e ao Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos do ano de 1990, altura em que iniciámos o nosso trabalho. Utilizámos os dados relativos às IC porque estes nos mereceram maior credibilidade e contêm informação sobre as diversas espécies animais, ao contrário do Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos que apenas se refere aos ovinos.

As condições de acesso, elegibilidade e a fiscalização das IC e do Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos são diferentes, pelo que os valores globais de um e de outro são também diferentes. As IC¹ consistem num "subsídio ao rendimento a conceder anualmente aos agricultores de regiões desfavorecidas, em função do efectivo pecuário e/ou da superfície agrícola detida" e têm por objectivo "assegurar melhores rendimentos aos agricultores das zonas desfavorecidas, como compensação de desvantagens naturais, com vista a evitar o despovoamento e garantir a manutenção do espaço rural". Os beneficiários podem ser agricultores individuais ou agrupamentos de agricultores e as condições de acesso dos agricultores individuais são: "ser agricultor a título principal; residir em região desfavorecida; explorar, no mínimo, 1 hectare de superfície agrícola útil situada em região desfavorecida; comprometer-se a manter a actividade agrícola e o efectivo pecuário por um período não inferior a cinco anos; não receber pensão de reforma ou invalidez; estar inscrito na Segurança Social como produtor agrícola"². O controlo da veracidade das declarações e do cumprimento das condições de acesso é feito pelos serviços da Direcção Regional de Agricultura que podem visitar a exploração em qualquer altura, assim como solicitar informações adicionais sobre o agricultor, a exploração ou o efectivo pecuário.

O Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos consiste num "prémio anual, concedido através do FEOGA-Garantia, aos produtores de ovinos e caprinos, com o objectivo de os compensar de uma perda de rendimento proveniente da diferença entre a média dos preços constatados no mercado e o preço base fixado para a campanha

¹ As Indemnizações Compensatórias estão regulamentadas pelo Decreto-Lei nº211/88, de 17 de Junho e pelo Decreto Regulamentar nº 24-B/86, de 30 de Junho. O processo de atribuição das Indemnizações Compensatórias está definido pela Portaria nº 242/89, de 1 de Abril.

² "Indemnizações Compensatórias - Reg. 797", DGPA - MAPA.

anterior"³. Os beneficiários são todos os produtores de carne de ovino e caprino, entendendo por produtor as pessoas singulares ou colectivas e agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas. As condições de acesso do produtor singular são: ser titular de uma unidade de produção agrícola individualizada em território nacional, na qual se dedique a exploração de pelo menos dez (10) ovelhas e/ou cabras com direito a prémio; manter os animais com direito a prémio na unidade de produção durante cem (100) dias contados a partir do último dia do período de inscrição. O controlo da veracidade das declarações será feito pelo INGA durante o período de retenção de cem (100) dias.

Face a estas diferentes condições de acesso, período de vigência e forma de fiscalização das declarações, entendemos ser preferível a utilização dos dados das IC. No caso das inscrições para o Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos estaríamos a desconsiderar o número de ovinos correspondentes aos inúmeros agricultores que possuem menos de dez ovelhas. O período de tempo exigido para a posse dos animais, período de retenção, é inferior a um ano, pelo que alguns negociantes se inscrevem como produtores e não chegam a manter esses animais durante todo o ano. A forma como é feita a fiscalização, aliada ao curto período de retenção, permite a existência de inscrições fraudulentas, algumas detectadas pelos técnicos da DRATM. Fomos alertados por esses técnicos para a fraca credibilidade dos dados referentes às inscrições no Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos.

Os dados das IC têm algumas limitações que vão reflectir-se no número de ovinos. Os valores para o número de ovinos pecam quase sempre por defeito. Isto porque o número de ovinos inscritos nas IC é inferior ao número real de ovinos existentes. São várias as razões que levam a esta situação:

- Só se podem inscrever os proprietários de ovinos com estatuto de agricultor a título principal e que se comprometam a manter o efectivo por um período pré-estabelecido. Desta forma, não estão inscritos animais pertencentes a pessoas com outras actividades, não-agrícolas.
- Os produtores de ovinos que estão reformados não têm acesso às IC, por não terem o estatuto de agricultor a título principal. Como há vários pastores nesta condição, os seus animais não estão contabilizados. Os criadores costumam tornear esta situação fazendo a declaração em nome da esposa ou de outro familiar que preencha as condições de acesso, mas, como pudemos verificar, há casos em que isso não aconteceu, por desconhecimento deste estratagema.
- Os pastores, quase sempre, inscrevem um número de ovinos inferior ao que na realidade possuem. Fazem-no por razões de segurança quanto à possível fiscalização. O produtor receia ver o rebanho afectado por mortalidade ocasional e fortuita ou ver-se obrigado a vender algumas ovelhas com problemas sanitários e, precisamente na altura em que o seu efectivo está

³ "Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos", INGA

reduzido, ser alvo de fiscalização por parte dos técnicos do Ministério da Agricultura. Nalguns casos, a diferença entre o número de ovelhas inscritas nas IC e o seu número real chega a ser de trinta animais.

Apesar destas limitações, as IC são um bom instrumento para estudar a distribuição dos ovinos no concelho. Da mesma forma, as inscrições nas IC dos produtores de bovinos e caprinos permitem-nos saber a distribuição destas espécies, no concelho. Utilizámos os valores das IC de 1990 por serem, à data do início do trabalho, as mais actualizadas.

Os dados referentes às IC do ano de 1990 foram cedidos pela Zona Agrária da Terra Fria e pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Bragança e permitiram-nos saber:

- Número de manifestantes - criadores ou agricultores a título principal que possuem ovinos - e número de animais que possuem, sejam ovinos, caprinos, bovinos ou equídeos;
- Número total de ovinos por freguesia e por aldeia. Número de manifestantes e número de ovinos inscritos por cada manifestante;
- Número total de caprinos por freguesia e por aldeia. Número de manifestantes e número de caprinos inscritos por cada manifestante;
- Número total de bovinos por freguesia e por aldeia. Número de manifestantes, número de bovinos adultos, de leite e de carne, e número de bovinos dos seis meses a dois anos de idade.

Anexo 8 - Efectivos ovinos e número de manifestantes

Aldeia	Total		< de 100 an		> 100 an		> 150	
	nº de ovinos	nº de manifestantes	nº de ov.	nº de manif.	nº de ov.	nº de manif.	nº de ov.	nº de manif.
Alfaião	181	3	76	2	105	1	0	0
Aveleda	301	2	0	0	301	2	301	2
Varge	0	0	0	0	0	0	0	0
Babe	390	14	390	14	0	0	0	0
Labiados	182	5	80	4	102	1	0	0
Baçal	632	6	317	4	315	2	200	1
Sacoias	267	5	17	3	250	2	0	0
Vale de Lamas	116	2	6	1	110	1	0	0
Calvelhe	84	4	84	4	0	0	0	0
Carragosa	391	4	1	1	390	3	150	1
Soutelo	415	4	146	2	269	2	0	0
Carrazedo	75	1	75	1	0	0	0	0
Alimonde	0	0	0	0	0	0	0	0
Castrelos	146	2	30	1	116	1	0	0
Conlelas	222	3	112	2	110	1	0	0
Castro de Avelãs	0	0	0	0	0	0	0	0
Fonte Barrosas	218	2	68	1	150	1	150	1
Grandais	0	0	0	0	0	0	0	0
Coelhoso	717	10	255	7	462	3	362	2
Deilão	389	26	242	25	147	1	0	0
Petisqueira	75	3	75	3	0	0	0	0
Vila Meã	71	8	71	8	0	0	0	0
Donai	98	1	98	1	0	0	0	0
Lagomar	566	7	192	4	374	3	154	1
Sabariz	60	1	60	1	0	0	0	0
Vila Nova	3	1	3	1	0	0	0	0
Espinhosela	230	2	0	0	230	2	0	0
Terroso	143	3	3	2	140	1	0	0
Cova de Lua	131	2	1	1	130	1	0	0
Vilarinho	122	2	2	1	120	1	0	0
Faiíde	158	1	0	0	158	1	158	1
Carocedo	212	4	12	3	200	1	200	1
França	575	4	0	0	575	4	325	2
Montesinho	230	4	110	3	120	1	0	0
Portelo	65	1	65	1	0	0	0	0
Gimonde	670	7	304	4	366	3		0
Gondesende	0	0	0	0	0	0	0	0
Oleiros	120	1	0	0	120	1	0	0
Portela	35	1	35	1	0	0	0	0
Gostei	150	2	50	1	100	1	0	0
Castanheira	120	1	0	0	120	1	0	0
Formil	255	2	0	0	255	2	0	0
Grijó de Parada	968	11	188	5	780	6	200	1
Freixedelo	334	4	90	2	244	2	0	0
Izeda	355	3	0	0	355	3	0	0
Macedo do Mato	132	3	132	3	0	0	0	0
Frieira	318	3	90	1	228	2	0	0
Sanceriz	65	1	65	1	0	0	0	0
Meixedo	227	4	108	3	119	1	0	0
Oleirinhos	127	5	7	4	120	1	0	0
Milhão	1046	12	216	6	830	6	340	2
Mós	110	1	0	0	110	1	0	0
Paçó	235	2	0	0	235	2	0	0

(continua)

Anexo 8 - Efectivos ovinos e número de manifestantes

(continuação)

Aldeia	Total		< de 100 an		> 100 an		> 150	
	nº de ovinos	nº de manifestantes	nº de ov.	nº de manif.	nº de ov.	nº de manif.	nº de ov.	nº de manif.
Nogueira	675	7	140	2	535	5	0	0
Outeiro	539	7	158	4	381	3	0	0
Paradinha	110	1	0	0	110	1	0	0
Parada	541	6	125	3	416	3	150	1
Paredes	300	2	0	0	300	2	200	1
Paradinha Nova	252	3	7	1	245	2	0	0
Paradinha Velha	2	1	2	1	0	0	0	0
Parâmio	337	5	112	3	225	2	0	0
Fontes de Transbaceiro	124	2	4	1	120	1	0	0
Maças	192	2	92	1	100	1	0	0
Zeive	325	5	205	4	120	1	0	0
Pinela	495	5	5	1	490	4	150	1
Valverde	76	1	76	1	0	0	0	0
Pombares	382	4	76	1	306	3	0	0
Quintanilha	430	3	0	0	430	3	315	2
Refega	0	0	0	0	0	0	0	0
Veigas	266	4	24	2	242	2	0	0
Quintela de Lampaças	762	7	12	1	750	6	0	0
Bragada	90	1	90	1	0	0	0	0
Veigas	2	1	2	1	0	0	0	0
Rabal	945	7	0	0	945	7	485	3
Rebordainhos	451	5	211	3	240	2	0	0
Pereiros	46	2	46	2	0	0	0	0
Rebordãos	633	7	93	3	540	4	170	1
Sarzeda	415	6	184	4	231	2	0	0
Rio Frio	476	5	1	1	475	4	0	0
Paçó	401	6	87	4	314	2	314	2
Rio Onor	225	18	225	18	0	0	0	0
Guadramil	187	6	187	6	0	0	0	0
Salsas	225	3	85	2	140	1	0	0
Freixeda	229	3	129	2	100	1	0	0
Moredo	310	5	207	4	103	1	0	0
Vale Nogueira	359	5	359	5	0	0	0	0
Samil	380	6	275	5	105	1	0	0
Santa Comba de Rossas	405	3	0	0	405	3	0	0
Santa Maria	687	8	232	4	455	4	0	0
São Julião de Palácios	460	3	0	0	460	3	460	3
Caravela	230	2	18	1	212	1	212	1
Palácios	550	6	90	2	460	4	0	0
São Pedro de Sarracenos	245	3	3	1	242	2	0	0
Sé	784	9	282	6	502	3	372	2
Sendas	6	2	6	2	0	0	0	0
Fermentãos	250	3	14	1	236	2	0	0
Vila Franca	225	3	2	1	223	2	0	0
Serapicos	555	5	165	2	390	3	0	0
Carçãozinho	0	0	0	0	0	0	0	0
Vila Boa	0	0	0	0	0	0	0	0
Sortes	528	4	0	0	528	4	150	1
Lanção	59	1	59	1	0	0	0	0
Vidoedo	295	2	85	1	210	1	210	1
Zoio	386	4	1	1	385	3	151	1
Martim	0	0	0	0	0	0	0	0
Refoios	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL (concelho)	29579	409	8052	242	21527	167	5879	35

Fonte: Inscrições nas Indemnizações Compensatórias de 1990.

Anexo 9 - Efectivos bovinos

Aldeia	Bovinos de leite	Bovinos de carne	Bovinos de substituição	Total de bovinos
Alfaião	17	14	11	42
Aveleda	18	31	5	54
Varge	2	16	1	19
Babe	27	96	23	146
Labiados	1	20	3	24
Baçal	41	65	31	137
Sacoias	23	36	16	75
Vale de Lamas	25	4	8	37
Calvelhe	7	35	23	65
Carragosa	16	29	13	58
Soutelo	5	11	1	17
Carrazedo	26	16	7	49
Alimonde	11	34	14	59
Castrelos	2	57	20	79
Conlelas	5	37	5	47
Castro de Avelãs	123	22	41	186
Fonte Barrosas	35	18	14	67
Grandais	5	4	0	9
Coelhoso	18	77	31	126
Deilão	18	117	11	146
Petisqueira	0	12	3	15
Vila Meã	7	33	6	46
Donai	6	51	14	71
Lagomar	18	10	20	48
Sabariz	0	4	0	4
Vila Nova	2	15	6	23
Espinhosela	16	48	39	103
Terroso	3	41	8	52
Cova de Lua	8	34	11	53
Vilarinho	3	17	1	21
Faílde	3	16	3	22
Carocedo	7	30	16	53
França	3	8	9	20
Montesinho	0	2	2	4
Portelo	0	2	0	2
Gimonde	0	14	6	20
Gondesende	7	34	9	50
Oleiros	5	47	13	65
Portela	0	11	1	12
Gostei	63	8	28	99
Castanheira	16	4	7	27
Formil	73	26	38	137
Grijó de Parada	33	60	15	108
Freixedelo	6	61	12	79
Izeda	33	56	67	156
Macedo do Mato	23	37	14	74
Frieira	4	19	8	31
Sanceriz	14	29	16	59
Meixedo	8	21	10	39
Oleirinhos	6	12	6	24
Milhão	41	67	18	126
Mós	11	19	3	33
Paçó	4	34	5	43
Nogueira	162	9	97	268

(continua)

Anexo 9 - Efectivos bovinos

(continuação)

Aldeia	Bovinos de leite	Bovinos de carne	Bovinos de substituição	Total de bovinos
Outeiro	10	32	20	62
Paradinha	2	16	5	23
Parada	57	90	53	200
Paredes	29	15	8	52
Paradinha Nova	15	38	19	72
Paradinha Velha	0	2	1	3
Parâmio	1	23	11	35
Fontes de Transbaceiro	0	36	29	65
Maças	0	21	2	23
Zeive	3	35	12	50
Pinela	20	55	4	79
Valverde	2	14	2	18
Pombares	0	28	10	38
Quintanilha	14	5	7	26
Refega	4	23	11	38
Veigas	0	5	2	7
Quintela de Lampaças	11	54	14	79
Bragada	6	6	4	16
Veigas	4	16	6	26
Rabal	0	43	35	78
Rebordainhos	12	41	22	75
Pereiros	2	20	4	26
Rebordãos	167	17	82	266
Sarzeda	11	6	6	23
Rio Frio	5	25	8	38
Paçó	17	16	5	38
Rio Onor	3	46	8	57
Guadramil	4	30	7	41
Salsas	18	32	10	60
Freixeda	12	22	7	41
Moredo	6	22	8	36
Vale Nogueira	14	11	4	29
Samil	41	8	27	76
Santa Comba de Rossas	40	9	4	53
Santa Maria	9	16	21	46
São Julião de Palácios	15	35	8	58
Caravela	5	25	2	32
Palácios	32	20	5	57
São Pedro de Sarracenos	19	28	11	58
Sé	56	19	25	100
Sendas	30	27	16	73
Fermentãos	21	22	28	71
Vila Franca	6	28	8	42
Serapicos	5	51	14	70
Carçãozinho	11	10	2	23
Vila Boa	2	71	27	100
Sortes	11	23	2	36
Lanção	25	25	17	67
Vidoedo	11	26	8	45
Zoio	33	51	16	100
Martim	14	30	0	44
Refoios	9	24	3	36
TOTAL (concelho)	1854	3023	1459	6336

Fonte: Inscrições nas Indemnizações Compensatórias de 1990

Anexo 10 - Número de caprinos e de manifestantes

Aldeia	nº de caprinos	nº de manifestantes	Aldeia	nº de caprinos	nº de manifestantes
Alfaião	250	2	Nogueira	9	1
Aveleda	390	2	Outeiro	7	4
Varge	0	0	Paradinha	298	3
Babe	89	3	Parada	189	6
Labiados	62	5	Paredes	3	1
Baçal	3	1	Paradinha Nova	72	3
Sacoias	2	1	Paradinha Velha	209	3
Vale de Lamas	0	0	Parâmio	2	1
Calvelhe	152	4	Fontes de Transbaceiro	72	2
Carragosa	1	1	Maças	14	2
Soutelo	102	3	Zeive	10	3
Carrazedo	2	1	Pinela	234	4
Alimonde	0	0	Valverde	60	1
Castrelos	11	3	Pombares	398	8
Conlelas	65	5	Quintanilha	130	2
Castro de Avelãs	0	0	Refega	96	1
Fonte Barrosas	0	0	Veigas	5	1
Grandais	0	0	Quintela de Lapaças	1	1
Coelhoso	0	0	Bragada	142	3
Deilão	0	0	Veigas	2	1
Petisqueira	0	0	Rabal	114	3
Vila Meã	0	0	Rebordainhos	158	4
Donai	1	1	Pereiros	271	6
Lagomar	0	0	Rebordãos	267	3
Sabariz	0	0	Sarzeda	64	3
Vila Nova	0	0	Rio Frio	184	4
Espinhosela	1	1	Paçó	5	2
Terroso	2	2	Rio Onor	68	12
Cova de Lua	7	3	Guadramil	50	1
Vilarinho	0	0	Salsas	327	4
Faílde	0	0	Freixeda	438	6
Carocedo	115	3	Moredo	33	1
França	158	2	Vale Nogueira	11	1
Montesinho	122	2	Samil	0	0
Portelo	0	0	Santa Comba de Rossas	0	0
Gimonde	84	1	Santa Maria	40	1
Gondesende	0	0	São Julião de Palácios	20	1
Oleiros	3	1	Caravela	3	1
Portela	0	0	Palácios	0	0
Gostei	0	0	São Pedro de Sarracenos	270	3
Castanheira	0	0	Sé	3	2
Formil	6	1	Sendas	216	3
Grijó de Parada	475	10	Fermentãos	392	5
Freixedelo	349	7	Vila Franca	31	2
Izeda	130	2	Serapicos	309	4
Macedo do Mato	50	1	Carçãozinho	2	2
Frieira	56	1	Vila Boa	132	1
Sanceriz	1	1	Sortes	113	4
Meixedo	0	0	Lanção	51	2
Oleirinhos	7	5	Vidoedo	70	1
Milhão	213	5	Zoio	5	2
Mós	0	0	Martim	91	5
Paçó	73	1	Refoios	2	1
TOTAL (concelho)				8675	222

Fonte: Inscrições nas Indemnizações Compensatórias de 1990

Anexo 11 - Entregas de cereal na EPAC no período de 1988 a 1990

Aldeia	1988	1989	1990	Média
Alfaião	168,76	118,60	161,28	149,55
Aveleda	89,18	97,49	77,87	88,18
Varge	89,60	134,27	107,17	110,35
Babe	454,67	276,90	235,80	322,46
Labiados	10,55	10,89	0,00	7,15
Baçal	584,25	793,58	777,78	718,54
Sacoias	160,33	254,88	156,54	190,58
Vale de Lamas	165,74	204,45	135,36	168,52
Calvelhe	20,29	31,57	0,00	17,29
Carragosa	367,99	457,26	241,68	355,64
Soutelo	59,92	64,01	55,77	59,90
Carrazedo	118,36	151,71	96,12	122,06
Alimonde	19,22	89,70	40,05	49,66
Castrelos	75,87	106,15	49,25	77,09
Conlelas	63,76	74,83	85,20	74,60
Castro de Avelãs	142,99	113,42	12,54	89,65
Fonte Barrosas	107,26	152,52	84,45	114,74
Grandais	51,66	59,90	33,70	48,42
Coelhoso	136,34	109,62	118,67	121,54
Deilão	100,23	80,61	98,42	93,09
Petisqueira	-	-	-	-
Vila Meã	115,90	121,05	136,46	124,47
Donai	158,68	249,75	136,36	181,60
Lagomar	53,72	62,18	38,64	51,51
Sabariz	18,83	14,25	3,19	12,09
Vila Nova	38,01	68,70	14,51	40,41
Espinhosela	108,25	242,25	139,56	163,35
Terroso	87,09	76,85	70,87	78,27
Cova de Lua	71,99	60,48	36,35	56,27
Vilarinho	1,33	0,00	38,58	13,30
Faílde	79,24	100,40	40,65	73,43
Carocedo	181,96	126,90	154,10	154,32
França	46,94	45,59	41,79	44,77
Montesinho	2,49	41,69	45,76	29,98
Portelo	26,63	43,13	19,32	29,69
Gimonde	197,22	183,03	113,85	164,70
Gondesende	57,28	78,66	52,59	62,84
Oleiros	121,41	158,42	104,67	128,17
Portela	3,60	1,14	9,23	4,66
Gostei	158,24	239,48	145,00	180,91
Castanheira	39,63	42,05	31,62	37,77
Formil	119,99	183,14	96,72	133,28
Grijó de Parada	423,69	382,32	363,23	389,75
Freixedelo	177,69	233,62	154,06	188,46
Izeda	53,84	241,67	339,05	211,52
Macedo do Mato	4,11	37,23	7,16	16,17
Frieira	0,00	41,92	16,29	19,40
Sanceriz	6,82	10,89	7,81	8,51
Meixedo	268,52	329,50	233,18	277,07
Oleirinhos	50,86	52,51	36,39	46,59
Milhão	469,96	369,50	432,77	424,07
Mós	157,48	114,31	19,38	97,06
Paçó	10,73	0,00	27,92	12,88

(continua)

Anexo 11 - Entregas de cereal na EPAC no período de 1988 a 1990

(continuação)

Aldeia	1988	1989	1990	Média
Nogueira	239,50	333,33	164,52	245,78
Outeiro	246,93	68,60	249,02	188,18
Paradinha	60,79	43,97	104,76	69,84
Parada	415,64	361,28	305,50	360,81
Paredes	406,48	308,66	369,37	361,50
Paradinha Nova	24,37	32,46	7,13	21,32
Paradinha Velha	-	-	-	-
Parâmio	68,23	142,49	6,32	72,35
Fontes de Transbaceiro	8,53	13,99	25,92	16,15
Maças	4,01	9,22	46,62	19,95
Zeive	9,35	14,17	16,81	13,44
Pinela	200,85	134,01	159,50	164,79
Valverde	11,47	10,29	13,35	11,70
Pombares	0,00	6,12	0,00	2,04
Quintanilha	129,65	82,97	83,62	98,75
Refega	110,89	99,22	87,10	99,07
Veigas	9,30	13,61	33,01	18,64
Quintela de Lampaças	2,59	41,29	17,22	20,37
Bragada	0,55	14,15	25,86	13,52
Veigas	-	-	-	-
Rabal	252,54	229,29	155,48	212,44
Rebordainhos	46,48	13,25	154,00	71,24
Pereiros	-	-	-	-
Rebordãos	460,81	563,76	356,60	460,39
Sarzeda	61,16	75,26	35,42	57,28
Rio Frio	496,03	215,77	433,23	381,68
Paçó	86,58	66,90	64,24	72,57
Rio Onor	10,54	11,61	2,78	8,31
Guadramil	28,05	36,77	12,58	25,80
Salsas	223,46	280,69	219,66	241,27
Freixeda	81,86	72,84	121,62	92,11
Moredo	83,63	42,92	125,78	84,11
Vale Nogueira	68,36	67,85	58,42	64,88
Samil	249,00	246,19	139,40	211,53
Santa Comba de Rossas	34,06	22,17	59,03	38,42
Santa Maria	(a)	(a)	(a)	(a)
São Julião de Palácios	88,31	162,25	114,81	121,79
Caravela	4,14	22,90	24,46	17,17
Palácios	134,11	67,83	16,79	72,91
São Pedro de Sarracenos	203,19	217,33	153,50	191,34
Sé	(a)	(a)	(a)	(a)
Sendas	14,78	36,64	18,40	23,27
Fermentãos	27,63	39,01	55,66	40,77
Vila Franca	-	-	-	-
Serapicos	204,85	186,78	156,53	182,72
Carçãozinho	30,28	29,55	35,96	31,93
Vila Boa	95,97	65,77	48,09	69,94
Sortes	120,87	172,04	91,35	128,09
Lanção	24,81	15,52	17,54	19,29
Vidoedo	12,86	33,78	14,20	20,28
Zoio	141,79	245,47	189,06	192,11
Martim	4,10	9,59	6,68	6,79
Refoios	27,97	52,87	45,85	42,23
(a) Sé + Santa Maria	1253,57	1350,12	692,03	1098,57
TOTAL (concelho)	12820,02	13717,50	11009,50	12515,67

Fonte: EPAC. Bragança.

Anexo 12 - População residente e variação percentual nas freguesias de Bragança

Freguesias	1981	1991	Variação (%)
Alfaião	331	241	-27
Aveleda	492	333	-32
Babe	516	396	-23
Baçal	659	483	-27
Calvelhe	295	186	-37
Carragosa	358	322	-10
Carrazedo	286	205	-28
Castrelos	332	223	-33
Castro de Avelãs	283	427	50
Coelhoso	663	405	-39
Deilão	397	260	-35
Donai	386	364	-6
Espinhosela	550	410	-25
Faílde	219	187	-15
França	609	331	-46
Gimonde	449	343	-24
Gondesende	273	243	-11
Gostei	470	439	-6
Grijó de Parada	608	462	-24
Izeda	1151	933	-19
Macedo do Mato	544	381	-30
Meixedo	289	209	-28
Milhão	316	243	-23
Mós	326	284	-13
Nogueira	457	430	-6
Outeiro	535	384	-28
Parada	862	664	-23
Paradinha Nova	234	166	-29
Parâmio	514	402	-22
Pinela	445	336	-24
Pombares	92	81	-12
Quintanilha	471	328	-30
Quintela de Lampaças	508	383	-25
Rabal	291	318	9
Rebordainhos	381	254	-33
Rebordãos	620	508	-18
Rio Frio	433	346	-20
Rio Onor	230	151	-34
Salsas	728	533	-27
Samil	459	926	102
Santa Comba de Rossas	375	370	-1
São Julião de Palácios	570	345	-39
São Pedro de Sarracenos	333	281	-16
Sé + Santa Maria	14379	15713	9
Sendas	343	289	-16
Serapicos	473	404	-15
Sortes	498	376	-24
Zoio	347	271	-22
TOTAL (concelho)	35380	32569	-8

Fonte: INE - Recenseamento Geral da População, 1981
INE - Censo / 91

Anexo 13 - Posturas autárquicas existentes no concelho de Bragança

MUNICIPIO DE BRAGANÇA

EDITAL

LUÍS FRANCICO DA PAULA MINA, LICENCIADO EM FILOLOGIA CLÁSSICA E PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:

Faz público, para todos os devidos efeitos, que a Câmara Municipal de Bragança, em sua reunião de 11 de Abril de 1989 e a Assembleia Municipal de Bragança em sua sessão ordinária de 2 de Novembro de 1989, aprovaram a seguinte Postura:

POSTURA MUNICIPAL SOBRE APASCENTAÇÃO E DIVAGAÇÃO DE ANIMAIS

Artº 1º - Na área do Município de Bragança, é proibida a apascentação e divagação de animais de qualquer espécie, incluindo aves de capoeira, em terrenos municipais e paroquiais, ruas, lugares e logradouros públicos ou comuns e, bem assim, em propriedades particulares, sem licença por escrito, das respectivas Entidades Administrativas ou dos respectivos proprietários, devendo estas ser visadas pela Junta de Freguesia:

APASCENTAÇÃO

§ 1º - Em qualquer época do ano, nos terrenos municipais ou paróquias, que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia entendam proibir, e ainda em todas as propriedades plantadas de oliveira, vinha e castanheiros, nos pomares, prados, lameiros e hortas, e também nas áreas arborizadas de castanheiros, pinheiros e eucaliptos, durante o tempo em que possa perigar o desenvolvimento ou a vida destas plantações:

§ 2º - Desde 1 de Outubro a 15 de Dezembro, nas propriedades plantadas de castanheiros, época destinada à recolha dos frutos;

§ 3º - Nas zonas das faceiras, delimitadas pelas povoações e ainda em qualquer outro terreno, situado fora destas zonas, semeado de cereais, desde a época das sementeiras até à recolha dos frutos e da palha;

a) Exceptuam-se os prados e lameiros situados dentro das zonas das faceiras, para onde os animais poderão transitar somente pelos caminhos que os servem;

b) Entende-se por faceira, o conjunto de terrenos semeados de cereais, compreendidos dentro de uma zona delimitada pelas povoações e que têm a duração do tempo que vai da época das sementeiras até à recolha dos frutos;

§ 4º - A licença a que se alude no corpo deste artigo só poderá ser considerada se, no momento da autuação, for exibida às competentes autoridades fiscalizadoras, ou apresentadas nas três primeiras horas do imediato dia útil, nas repartições a que pertencerem os referidos agentes de autoridade, sob pena do transgressor ficar imediatamente incurso nas sanções desta postura;

a) A autorização por escrito, onde deverá constar o período de validade, poderá, a todo o tempo, ser revogada ou alterada por quem a concedeu, devendo essa revogação ou alteração ser comunicada às entidades fiscalizadoras e à Junta de Freguesia;

§ 5º - As transgressões a este artigo e seus parágrafos serão punidos com a coima de 5.000\$00 a 25.000\$00, independentemente da responsabilidade civil e criminal a que tais transgressões derem origem, como sejam danos, prejuízos, etc.

Artº 2º - Em cada grupo de 25 cabeças ou fracção de gado ovino ou caprino, uma delas pelo menos, terá de ser portadora de um chocalho de metal e de boa sonoridade, sob pena de coima de 5.00\$00 a 2.500\$00.

Artº 3º - É proibida a apascentação de qualquer espécie de gado, quer graúdo quer miúdo, sem o respectivo pastor, sob pena de coima de 2.000\$00 a 10.000\$00 para o dono do gado.

Artº 4º - Nenhum pastor, no exercício da sua profissão, poderá andar munido de arma de fogo ou quaisquer ferramentas cortantes, sob pena de coima de 2.000\$00 a 10.000\$00, além da responsabilidade criminal a que estiver sujeito por tal facto.

Artº 5º - É proibido entregar a apascentação de gado ovino ou caprino, em número superior a 5 cabeças, a menores de 14 anos, sob pena de coima de 5.00\$00 a 2.000\$00, além das responsabilidades que lhe couberem pela transgressão a qualquer outro artigo desta postura.

Artº 6º - É proibida a apascentação de qualquer espécie de animais: bovina, ovina, caprina, suína, cavalariça e asinina, nos taludes e bermas das estradas municipais, sob pena de coima de 1.000\$00 a 5.000\$00, independentemente do número de animais.

Artº 7º - Para pagamento da coima e das responsabilidades civil e criminal verificada e apuradas, poder-se-á proceder à apreensão do gado que der origem à transgressão, se assim as autoridades o entenderem.

Artº 8º - Não será permitida a apascentação de gado lanígero ou caprino de proprietários da área dos municípios circunvizinhos, salvo mediante autorização, por escrito, das Juntas de Freguesia e respectivos proprietários.

§ 1º - A exigência consignada no corpo deste artigo, não abrange os rebanhos pertencentes a proprietários que residam fora da área do Município, donos e possuidores de prédios que façam parte integrante do seu casal agrícola, situados nos limites deste Município;

§ 2º - A transgressão ao disposto neste artigo será punida com a coima de 8.000\$00 a 40.000\$00, independentemente da responsabilidade civil e criminal a que tais transgressões derem origem.

DIVAGAÇÃO

Artº 9º - Nas ruas públicas e demais lugares ou logradouros públicos da cidade e das povoações do Município, é proibida a divagação de quaisquer espécies de animais, quando não atrelados ou conduzidos por pessoas e, bem assim, a divagação de aves de capoeira.

§ 1º - Quando os animais forem encontrados a divagar ou mal estacionados e não se souber quem são os donos, os agentes da autoridade podem apreender, fazendo-os conduzir para local determinado pela Câmara Municipal, onde poderão ser procurados durante 5 dias, após a data

da sua apreensão, sendo restituídos a quem provar pertencer-lhe, mediante a liquidação da respectiva coima e, bem assim, das despesas feitas com a sua alimentação, tratamento e guarda;

§ 2º - Se os animais não forem procurados, dentro do prazo referido no parágrafo anterior, considerar-se-ão perdidos a favor do Município, que os fará vender em hasta pública para, com o produto da venda, serem pagas as despesas com eles feita;

§ 3º - O disposto neste artigo e seus parágrafos é extensivo aos canídeos encontrados a vaguar pelas ruas e demais lugares públicos da cidade e das povoações do Município, mesmo que estes andem açaimados e tragam coleiras.

a) Quanto a estes animais, observar-se-á ainda, relativamente ao seu trânsito e registo, a legislação aplicável nº 317/85, de 2 de Agosto.

Artº.10º - As transgressões de divagação, previstas no corpo do artigo anterior, serão punidas da seguinte forma:

a) Com a coima de 500\$00 a 2.500\$00 por cada animal de raça bovina, cavalar, muar e asinina;

b) Com a coima de 100\$00 a 500\$00 por cabeça de gado lanígero, caprino e suíno;

c) Com a coima de 200\$00 a 1.000\$00 por cada ave de capoeira;

§ único - As coimas previstas no corpo deste artigo não poderão nunca ser inferiores a 500\$00.

Artº 11º - Na cidade de Bragança, é proibido o estacionamento de gado ovino, caprino, bovino, cavalar, muar, asinino e suíno, fora do lugar destinado ao campo da feira ou dos locais ou parques de estacionamento a eles destinados, salvo para carga e descarga, sob pena e coima de 500\$00 a 2.500\$00.

§ único - É expressamente proibida a estabulação ou pernoita de gado lanígero ou caprino, dentro das povoações, sob pena de ser aplicada ao transgressor a coima de 5.000\$00 a 25.000\$00.

Artº 12º - As coimas previstas nesta postura serão elevadas de um terço por cada reincidência verificada e responderão pelo seu total pagamento os pastores e os donos dos animais, solidariamente.

Artº 13º - Esta postura revoga todas as anteriores existentes sobre a mesma matéria e entrará em vigor depois de cumpridas todas as formalidades legais.

E para constar e sortir os seus legais efeitos, se publica e afixa este edital e outros de igual teor, nos lugares de estilo da cidade e das freguesias do Município, pelo que esta Postura entra em vigor quinze dias após a sua publicação.

E eu, (*assinatura*) Director de Departamento Administrativo e Financeiro, o subscrevi.

Bragança e Paços do Município, 17 de Janeiro de 1990

O PRESIDENTE DA CÂMARA

Assinatura

* * *

JUNTA DE FREGUESIA DE IZEDA

(Município de Bragança)

POSTURA SOBRE:

APASCENTAÇÃO E DIVAGAÇÃO DE ANIMAIS:

ARTIGO 1º

Na área geográfica da Freguesia de Izeda é proibida a apascentação e divagação de animais de qualquer espécie, incluindo aves de capoeira, em terrenos da Junta de Freguesia, -ruas, lugares e logradouros públicos ou comuns e, bem assim, em propriedades particulares, sem licença por escrito, da Junta de Freguesia ou dos respectivos proprietários, devendo esta ser visada, por esta Junta:

- APASCENTAÇÃO:

§ 1º - Em qualquer época do ano, nos terrenos afectos à Junta de Freguesia e que esta entenda proibir, e ainda em todas as propriedades plantadas de oliveira, vinha e castanheiros, nos pomares, prados, lameiros e hortas, e também nas áreas arborizadas de castanheiros, pinheiros e eucaliptos, durante o tempo em que possa perigar o desenvolvimento ou a vida destas plantações:

§ 2º - Desde 1 de Outubro a 30 de Novembro, nas propriedades plantadas de castanheiros, época destinada à recolha dos frutos;

§ 3º - Desde 1 de Novembro a 30 de Janeiro do ano seguinte, nas propriedades plantadas de oliveiras, época destinada à recolha da azeitona.

§ 4º - Nas zonas das faceiras, delimitadas pelas povoações e ainda em qualquer outro terreno, situado fora destas zonas, semeado de cereais, desde a época das sementeiras até à recolha dos frutos e da palha;

a) Exceptuam-se os prados e lameiros situados dentro das zonas das faceiras, para onde os animais poderão transitar somente pelos caminhos que os servem;

b) Entende-se por faceira, o conjunto de terrenos semeados de cereais, compreendidos dentro de uma zona delimitada pelas povoações e que têm a duração do tempo que vai da época das sementeiras até à recolha dos frutos;

§ 5º - A licença a que se alude no corpo deste artigo só poderá ser considerada se, no momento da autuação, for exibida às competentes autoridades fiscalizadoras, ou apresentadas nas quatro primeiras horas do imediato dia útil, nas repartições a que pertencerem os referidos agentes de autoridade, sob pena do transgressor ficar imediatamente incurso nas sanções desta postura;

a) A autorização por escrito, onde deverá constar o período de validade, poderá, a todo o tempo, ser revogada ou alterada por quem a concedeu, devendo essa revogação ou alteração ser comunicada às entidades fiscalizadoras e à Junta de Freguesia;

§ 6º - As transgressões a este artigo e seus parágrafos serão punidos com a coima de 5.000\$00 a 20.000\$00, independentemente da responsabilidade civil e criminal a que tais transgressões derem origem, como sejam danos, prejuízos, etc.

ARTIGO 2º

Em cada grupo de 25 cabeças ou fracção de gado ovino ou caprino, uma delas pelo menos, terá de ser portadora de um chocalho de metal e de boa sonoridade, sob pena de coima de 500\$00 a 2.000\$00.

ARTIGO 3º

É proibida a apascentação de qualquer espécie de gado, quer graúdo quer miúdo, sem o respectivo pastor, sob pena de coima de 2.000\$00 a 8.000\$00 para o dono do gado.

ARTIGO 4º

Nenhum pastor, no exercício da sua profissão, poderá andar munido de arma de fogo ou quaisquer ferramentas cortantes, sob pena de coima de 2.000\$00 a 8.000\$00, além da responsabilidade criminal a que estiver sujeito por tal facto.

ARTIGO 5º

É proibido entregar a apascentação de gado ovino ou caprino, em número superior a 5 cabeças, a menores de 14 anos, sob pena de coima de 500\$00 a 2.000\$00, além das responsabilidades que lhe couberem pela transgressão a qualquer outro artigo desta postura.

ARTIGO 6º

Para pagamento da coima e das responsabilidades civil e criminal verificada e apuradas, poder-se á proceder à apreensão do gado que der origem à transgressão, se assim as autoridades o entenderem.

ARTIGO 7º

Não será permitida a apascentação de gado lanígero ou caprino de proprietários da área das freguesias circunvizinhas, salvo mediante autorização, por escrito, da Junta de Freguesia e respectivos proprietários.

§ 1º - A exigência consignada no corpo deste artigo, não abrange os rebanhos pertencentes a proprietários que residam fora da área desta freguesia, donos e possuidores de prédios que façam parte integrante do seu casal agrícola, situados nos limites desta Junta de Freguesia.

§ 2º - A transgressão ao disposto neste artigo será punida com a coima de 8.000\$00 a 35.000\$00, independentemente da responsabilidade civil e criminal a que tais transgressões derem origem.

ARTIGO 8º

Do dia 1 a 30 de Janeiro de cada ano, ficam os proprietários do gado ovino e caprino, obrigados a manifestar os seus rebanhos na Secretaria desta Junta, para efeitos de controle e licenciamento e o não cumprimento desta determinação, a respectiva transgressão, será punida com a multa de 50\$00 a 300\$00 por cabeça adulta.

- DIVAGAÇÃO:

ARTIGO 9º

Nas ruas públicas e demais lugares ou logradouros públicos da aldeia, é proibida a divagação de quaisquer espécies de animais, quando não atrelados ou conduzidos por pessoas e, bem assim, a divagação de aves de capoeira.

§ 1º - Quando os animais forem encontrados a divagar ou mal estacionados e não se souber quem são os donos, os agentes da autoridade podê-los-ão apreender, fazendo-os conduzir para local

determinado pela Junta de Freguesia, onde poderão ser procurados durante 5 dias, após a data da sua apreensão, sendo restituídos a quem provar pertencer-lhe, mediante a liquidação da respectiva coima e, bem assim, das despesas feitas com a sua alimentação, tratamento e guarda.

§ 2º - Se os animais não forem procurados, dentro do prazo referido no parágrafo anterior, considerar-se-ão perdidos a favor da Junta.

ARTIGO 10º

As transgressões de divagação, previstas no corpo do artigo anterior, serão punidas da seguinte forma:

- a) Com a coima de 500\$00 a 2.000\$00 por cada animal de raça bovina, cavalar, muar e asinina;
- b) Com a coima de 100\$00 a 400\$00 por cabeça de gado lanígero, caprino e suíno;
- c) Com a coima de 200\$00 a 800\$00 por cada ave de capoeira;

ARTIGO 11º

É expressamente proibida a estabulação ou pernoita de gado lanígero ou caprino, dentro da povoação, sob pena de ser aplicada ao transgressor a coima de 5.000\$00 a 20.000\$00.

ARTIGO 12º

As coimas previstas nesta postura serão elevadas de um terço por cada reincidência verificada e responderão pelo seu total pagamento os pastores e os donos dos animais, solidariamente.

ARTIGO 13º

Esta postura não se aplica aos canídeos

ARTIGO 14º

Esta postura revoga a Postura desta de Junta de 01Jan988

IZEDA e Secretaria da Junta, 30 de Março de 1990

A JUNTA DE FREGUESIA

assinatura

assinatura

assinatura

APROVADA EM 02/04/990 pela AF.

A ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

assinatura

assinatura

assinatura

-E para constar e sortir os seus efeitos, se publicam estas Posturas que são afixadas nos lugares do costume, entrando em vigor 15 (quinze) dias após a sua publicação.

IZEDA e Secretaria da Junta, 03 de Abril de 1990

O PRESIDENTE DA JUNTA

assinatura

* * *

JUNTA DE FREGUESIA DE CALVELHE

(Concelho de Bragança)

Posturas da Freguesia sobre:

APASCENTAÇÃO E DIVAGAÇÃO DE ANIMAIS

PREÂMBULO

Não apenas porque a vida em sociedade o impõe como regra de lei e código de conduta de cada um, no interesse de todos os cidadãos, mas também porque assume um papel da maior importância na defesa dos valores da freguesia, quer sejam de ordem patrimonial, cultural, moral ou cívica, julga esta Autarquia ser da maior conveniência a divulgação, por este meio, das Posturas em vigor, e que são instrumentos legais indispensáveis ao conhecimento e à aplicação das regras a que todos os membros da população estão obrigados.

Baseadas nas Posturas Municipais, com ligeiras adaptações em função das características do nosso meio, julgamos satisfazer as mesmas os objectivos pretendidos em termos de dotar a freguesia de um ordenamento jurídico-administrativo capaz de preservar os interesses gerais da comunidade local.

Instrumentos pedagógicos utilíssimos para uma cada vez maior dignificação e aperfeiçoamento da civilidade de cada um e de todos nós, que as suas determinações contribuam decisivamente e de uma forma eficaz, para o engrandecimento da nossa freguesia e o estabelecimento de uma convivência sã e participativa entre todos os cidadãos que dela fazem parte.

Calvelhe, 19 de Janeiro de 1989

O Presidente - Alberto Pinto

O Secretário - Virgílio dos Santos Pinela

O Tesoureiro - Assédio Augusto Pinela

POSTURA SOBRE APASCENTAÇÃO E DIVAGAÇÃO DO GADO OVINO E CAPRINO,
na área geográfica da Freguesia de Calvelhe bem como de outros animais domésticos.

APASCENTAÇÃO

Usando da competência que lhe é atribuída pela alínea s) do artigo 27º do Decreto-Lei 100/84, de 29 de Março, a Junta de Freguesia de Calvelhe, propõe à Assembleia de Freguesia, que seja aprovada a presente postura sobre a apascentação e divagação do gado ovino e caprino, dentro da área geográfica da Freguesia e que deve entrar em vigor no dia 1 de Março de 1989, pelo que fica revogada a parte aplicável da Postura Municipal sobre a mesma matéria, de 10 de Agosto de 1977, da Câmara Municipal, em virtude desta matéria ter passado para as competências das Assembleias de Freguesia, nos precisos termos do Decreto acima indicado. Assim:

ARTIGO 1º

É proibida a apascentação e divagação do gado ovino e caprino em terrenos sob administração da Junta de Freguesia, nomeadamente nas ruas, lugares e logradouros públicos ou comuns e, bem assim, em propriedades particulares, sem licença da Junta de Freguesia ou dos respectivos proprietários, durante as seguintes épocas do ano:

a) Em qualquer época do ano, nos terrenos sob Administração da Junta de Freguesia, que a mesma entenda proibir e ainda em todas as propriedades plantadas de oliveiras, vinhas, pomares, castanheiros, pinheiros e eucaliptos, durante o tempo em que possa perigar o desenvolvimento ou a vida das plantações;

b) Desde 1 de Outubro a 30 de Novembro, em propriedades plantadas de castanheiros; época destinada à recolha dos frutos;

c) desde 1 de Novembro a 20 de Janeiro do ano seguinte, nas propriedades plantadas de oliveiras ou mesmo debaixo de oliveiras isoladas; época destinada à recolha da azeitona;

d) Nas zonas das faceiras, delimitadas pela povoação e ainda em quaisquer outros terrenos, situados fora destas zonas, semeados de cereais, desde a época das sementeiras até à recolha dos frutos.

§ 1º - Exceptuam-se os prados ou lameiros situados dentro da zona da faceira, para onde os animais poderão transitar somente pelos caminhos que lhe dão acesso.

§ 2º - Entende-se por faceira, neste caso, termo regional, o conjunto de terrenos semeados de cereais, compreendidos dentro duma zona delimitada pela povoação e que tem, geralmente, a duração de um ano, isto é, o tempo que vai da época da sementeira até à recolha dos produtos, melhor dizendo, frutos.

§ 3º - A licença a que se alude no corpo deste artigo, só poderá ser considerada, se no momento da autuação, for exibida às competentes autoridades fiscalizadoras, ou apresentada nas primeiras cinco (5) horas do imediato dia útil, nos serviços a que pertencerem os referidos agentes de autoridade, sob pena de o transgressor ficar imediatamente incurso nas sanções desta postura.

§ 4º - Assim, as transgressões a este artigo e seus parágrafos, serão punidos com a multa de 5 000\$00 (cinco mil escudos), independentemente da responsabilidade civil e criminal a que tais transgressões derem origem como sejam: danos, prejuízos, etc.

§ 5º - Fica, desde já, expressamente proibida a apascentação do gado ovino e caprino, doutras povoações, dentro da área geográfica da junta de Freguesia de Calvelhe, excepto se se encaminharem para a aldeia em dias de feira, para ali serem comercializados.

A transgressão a este parágrafo, será punida com 50\$00 (cinquenta escudos) por cabeça e, caso haja reincidência, a multa será elevada ao dobro, pela primeira reincidência e ao triplo pelas reincidências seguintes.

§ 6º - Do dia 1 a 15 de Janeiro de cada ano, ficam os proprietários do gado ovino e caprino, obrigados a manifestar os seus rebanhos na Secretaria desta Junta, para efeitos de controle e licenciamento e o não cumprimento desta determinação, a respectiva transgressão, será punida com a multa de 50\$00 (cinquenta escudos) por cabeça adulta.

ARTIGO 2º

Em cada grupo de 25 cabeças ou fracção de gado ovino ou caprino, uma delas, pelo menos, terá de ser portadora de um chocalho de metal e de boa sonoridade, sob pena de multa de 50\$00 (cinquenta escudos) por cabeça.

ARTIGO 3º

É proibida a apascentação de qualquer espécie de gado ovino ou caprino, quer grúdo, quer miúdo, sem o respectivo pastor, sob a pena de multa de 100\$00 (cem escudos) po cabeça, para o dono do gado.

ARTIGO 4º

Nenhum pastor, no exercício da sua profissão, poderá andar munido de arma de fogo ou de quaisquer ferramentas cortantes, sob pena de multa de 5.000\$00 (cinco mil escudos), além da responsabilidade criminal a que estiver sujeito por falta de facto.

ARTIGO 5º

É proibido entregar a apascentação do gado ovino ou caprinio, em número superior a cinco (5) cabeças, a menores de 14 anos, sob pena de multa de 50\$00 (cinquenta escudos) por cabeça, para o dono do gado, além das responsabilidades que lhe couberem pela transgressão a qualquer outro artigo desta postura.

ARTIGO 6º

É proibida a incorporação nos rebanhos de ovinos mais do que uma (1) cabeça adulta do gado caprino, sob pena de multa de 500\$00 (quinhentos escudos), por cada cabeça a mais.

ARTIGO 7º

É expressamente proibida, a partir do dia 31 de Março de 1988, a pernoita, em alojamentos dentro da povoação, do gado ovino e caprino, com uma composição de mais de duas cabeças, bem como dar-lhe de beber ou comer na via pública, mas somente dentro da povoação, sendo apenas autorizada a passagem pelas ruas da aldeia, em trânsito para outros lugares do termo e, bem assim, para tomarem parte nas feiras, para ali serem comercializadas. A contravenção desta determinação, será punida com a pena de 50\$00 (cinquenta escudos) por cabeça de animal adulto.

ARTIGO 8º

As multas previstas nesta Postura, serão elevadas de um terço por cada reincidência verificada e responderão pelo seu total pagamento os pastores e os donos dos animais, solidariamente.

ARTIGO 9º

Para pagamento da multa e das responsabilidades civil e criminal, verificadas e apuradas, poder-se-á à apreensão do gado que der origem à transgressão, se assim as autoridades autuantes o entenderem.

ARTIGO 10º

É permitida a apascentação do gado ovino e caprino em terrenos da junta de Freguesia e impróprios para a cultura e em terrenos particulares, quando a Junta e os donos de tais propriedades o autorizem, respectivamente.

DIVAGAÇÃO

ARTIGO 11º

Nas ruas públicas e demais lugares ou logradouros públicos da povoação, é proibida a divagação de quaisquer espécies de animais, quando não atrelados ou conduzidos por pessoas e, bem assim, a divagação de aves de capoeira.

§ 1º - Quando os animais forem encontrados a divagar ou estacionados e não se souber quem são os seus donos, os Agentes da Autoridade podê-los-ão apreender, fazendo-os conduzir para a Junta de Freguesia, ou para outro lugar determinado pela mesma, onde poderão ser procurados, durante cinco dias, após a data da sua apreensão, sendo restituídos a quem provar pertencer-lhes, mediante a liquidação da respectiva multa e, bem assim, das despesas feitas com a sua alimentação, tratamento e guarda.

§ 2º - Se os animais não forem procurados, dentro do prazo referido no § anterior, considerar-se-ão perdidos, a favor da Junta de Freguesia, que os fará vender em hasta pública, para, com o produto da venda, serem pagas as despesas com eles feitas.

ARTIGO 12º

As transgressões de divagação, previstas no corpo do artigo anterior, serão punidas da seguinte forma:

- a) Com multa de 1.500\$00 (mil e quinhentos escudos) por cada animal da raça bovina, cavalar, muar e asinina;
- b) Com a multa de 300\$00 (trezentos escudos) por cada cabeça de gado ovino, caprino e suino);
- c) Com a multa de 150\$00 (cento e cinquenta escudos) por cada ave de capoeira;
- d) As multas referidas nas alíneas anteriores, serão elevadas ao dobro sempre que haja reincidências ou encontrados a comer em propriedades da Junta ou de particulares.

"Esta postura começa e vigorar no dia 1 de Março de 1989, tendo sido aprovada pela Assembleia de Freguesia, em sessão ordinária de 29 de Dezembro de 1988, nos termos da alínea t) do artº 15º, do Decreto 100/84, de 29 de Março".

Afixada nos lugares públicos do costume, em Calvelhe, em 1 de Fevereiro de 1989.

A JUNTA DE FREGUESIA

Anexo 14 - Relatório da Comissão de Agricultura e Mar, da Assembleia da República

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Agricultura e Mar

Relatório

Assunto: "Postura Municipal sobre Apascentação e Divagação de Animais" (Município de Bragança)

Sem questionar os méritos que a postura procura objectivar, nem fazer qualquer intromissão no poder municipal entende-se que:

1. Pese embora os objectivos que esta postura contém, o articulado não enuncia pleno incentivo ao pastigo directo; isto, na medida em que não suscita a adesão e o aparecimento de jovens motivados pela actividade agropecuária, uma das maiores potencialidades socioeconómicas da região, lacuna do articulado que importa colmatar dadas as especificidades regionais e o indispensável rejuvenescimento da população activa agrícola;

2. A fim de evitar o surgir de comportamentos, uns adversos e outros resistentes aos objectivos da presente postura, a utilização das pastagens deverá ter sempre a prévia autorização dos respectivos proprietários; medida que visa evitar o aparecimento de resistentes a uma iniciativa, que não deixa de ser inovadora, e que procura melhor aproveitar e rendibilizar terras abandonadas e/ou sub-aproveitadas;

3. Dada a presumível escassez de mão-de-obra agrícola disponível, o pastor (Artº 3º) deveria, sempre que tal se justificasse, ser parcialmente substituído por meios mecânicos (cerca eléctrica), medida complementar que o articulado deveria prever;

4. Os pastores deviam ser autorizados (Artº 4º) a poderem utilizar meio de defesa, mínimo que fosse, sempre e só de defesa, dados os perigos a que esta actividade está sujeita, medida cautelar de todo justificável;

5. Sublinhe-se que o articulado é omissivo em medidas preservadoras de um correcto maneo animal, designadamente em determinados períodos do ano em que as pastagens escasseiam ou são mesmo insuficientes;

Para além do mais, importa ter em conta eventuais incompatibilidades do articulado da presente postura com o texto constitucional, designadamente nos termos dos seguintes artigos constitucionais:

- 39º nº 2 alínea a), compete à Assembleia Municipal aprovar posturas;

- 51º nº 1 alínea h), compete à Câmara Municipal promover todas as acções necessárias à administração corrente do património municipal;

- julga-se depreender, através do artigo 1º e dos parágrafos 1, 2 e 3, que os proprietários dos terrenos não podem apascentar os seus rebanhos nas suas próprias terras.

Entende-se por outro lado, que a presente postura poderia melhor potenciar as enormes capacidades do homem e da agropecuária transmontanos, na medida em que não contém normas pedagógicas e incentivadoras, visando motivar e interessar a juventude, até mesmo nos períodos de férias escolares.

Dados os méritos que a postura contém, há contudo que a tornar mais adequada às realidades, tendo em vista optimizar os recursos naturais da região.

Palácio de São Bento, em 14 de Janeiro de 1992

O RELATOR
(José Júlio Ribeiro)

Anexo 15 - Ficha de inquérito às explorações de ovinos

Pastor

1- Qual a sua história como pastor (criador de gados)?

Como iniciou a vida?

Porquê?

Apoios?

2- Desde quando o senhor tem gados?

Em que condições? (ganho, meias)

Era costume na sua família?

3- Como é feita a distribuição dos trabalhos, com o rebanho, pelas pessoas da família?

Quem faz o quê?

Quando?

Como?

A- Nome, idade, aldeia e habilitações:

B- Composição do agregado familiar:

Rebanho

4- Quantos animais tem o seu rebanho? (machos, fêmeas, cordeiros)

Porquê?

5- O rebanho costuma ter este número de animais?

Quando tem mais e quando tem menos?

Porquê?

6- De que raças são os animais?

São animais para carne leite ou lã

Porque é que tem estas raças?

7- Já experimentou (ou pensou experimentar) outras raças?

Porquê?

Quais os resultados?

8- Os animais deste rebanho são todos seus?

9- Quais os costumes (actuais ou antigos) nesta aldeia, de haver gados a meias, a ganho e à guarda?

Como é que funcionam?

Alimentação

10- Faz pastoreio?

Como? (De percurso)

11-Como dá de beber ao seu gado?

Nos alojamentos?

Nos percursos?

É difícil?

Há muitos sítios para abeberamento?

PASTOREIO:

12-Faz pastoreio em todo o termo da aldeia, ou só em parte do termo?

Também vai ao termo de outras aldeias?

Porquê?

13-Quando faz pastoreio?

Horários, (diurno, nocturno)?

Durante o Verão? (tempo seco)

No Inverno? (tempo de chuva)

14-Quais os pastos de que o gado mais gosta?

Que ervas?

Quais são as melhores?

Em que sítios estão?

15-Faz pastoreio nas suas terras (terras próprias)?

Que tipo de terras (lameiro, cereal, etc...)

Durante todo o ano ou só algumas épocas?

Áreas (trigo-centeio, cevada-aveia, lameiros)

16-Arrenda terras para pastorear com o seu gado?

Que tipo de terras (lameiro, cereal, etc...).

Áreas (trigo-centeio, cevada-aveia, lameiros)

Como paga aos donos (dinheiro, cordeiros, trabalho, etc...)

Em que altura do ano arrenda as terras?

Por quanto tempo

17-Faz pastoreio em terras de outras pessoas? (alheias)

Todo o ano? Só algumas épocas?

Que tipo de terras (lameiro, cereal, etc...)

Em que condições?

Alguma vez lhe pagaram para lá andar com o gado? Quando?

18-Faz pastoreio em baldios, terrenos da Junta, da Igreja, etc...?

Que pastos têm esses os baldios

Os baldios são grandes?

Paga alguma coisa

FORRAGENS:

19-Dá fenos, palhas ou outras forragens ao gado?

A todo o gado ou só a alguns animais?

Em que alturas do ano?

20-Onde arranja a forragem?

Produz?

Compra?

RACÕES OU PRODUTOS:

21-A que animais dá rações ou produtos?

Quando?

Quantidade

Calendário de alimentação:

22-Como alimenta o gado desde a época da colheita da azeitona (ou Natal) até à Páscoa?

(Dez - Mar/Abr)

(Inclui Inverno)

Onde?

23-Como alimenta o gado desde a Páscoa até ao corte dos fenos (1ªs colheita de cereal)?

(Mar/Abr - Jun)

(Inclui Sementeira da batata)

Onde?

24-Como alimenta o gado desde a época do corte dos fenos (1º colh. do cereal) até às vindimas?

(Jun - Set)

(Inclui Colheita do cereal e da batata)

Onde?

25-Como alimenta o gado desde as vindimas até à época do Natal?

(Set - Dez)

(Inclui sementeira do cereal, e colheita da castanha e da azeitona)

Onde?

Instalações

26-Como guarda o seu gado?

Corriças, lojas etc...?

Durante o tempo de Inverno? (frio, chuva)

Durante o tempo de Verão? (calor)

27-Tem pediluvio, tanque banheiro, parques de mancio?

Sabe para que servem?

Conhece?

Já viu algum?

Estado Higio-sanitário

28-Que tratamentos faz ao seu gado?

Vacinações?

Desparasitações, etc...?

29-Quem faz esses tratamentos?

30-Quais as doenças mais frequentes nos seus animais?

Em que animais (machos, fêmeas, raças,...)?

Manqueira ou peeira?

Sarna ou ronha?

Lobecos,ou lobinhos?

Outras?

31-Tem apoio veterinário?

Médico veterinário (ADS)?

"Especialista"

Comercialização dos produtos

32-Do rebanho, que produtos vende?

Cordeiros, ovelhas, lâ, estrume, etc...

33-A quem vende?

Cordeiros, ovelhas, lâ, estrume, etc...

34-Que faz aos produtos que não são vendidos?

Autoconsumo?

Oferta?

Troca?

Relacionamento com os donos das terras

35-As pessoas que não têm gados, deixam que os pastores andem nas suas terras?

Porquê?

36-Nalgumas aldeias há o costume de marcar as terras que não podem ser pastoreadas pelos gados. Aqui fazem o mesmo?

Como são feitas essas marcas?

Como chamam a essas marcas?

37-Alguma vez houve problemas entre pastores e donos de terras?

Que tipo de problemas?

Causas desses problemas?

Com que frequência?

Costumam respeitar as marcas (balizas)?

Utilização e história dos baldios

38-Os baldios, ou terrenos da Junta, são utilizados para pastoreio de gados ou cabradas?

Muito/pouco?

Porquê?

São cultivados?

39-Lembra-se de como eram os baldios antigamente?

Havia mais ou menos baldios?

Eram cultivados?

Eram para pasto?

Isso foi há muito tempo? (data)

Se houve alterações, quais? em que data?

40-Qual a sua opinião sobre a lei dos gados (Postura Municipal de Apascentação)?

Quanto às corriças? Poquê?

Quanto às autorizações por escrito? Porquê?

Outros aspectos que ache importantes.

Anexo 16 - Classificação botânica das espécies vegetais mais utilizadas pelos ovinos.

As "leitaregas" são plantas da Família das Compostas e aparecem as espécies:

Leontodon taraxacoides (Vill) Mérat

Hypochaeris glabra L.

Hypochaeris radicata L.

Crepis capillaris (L.) Wallr.

Os trevos são Leguminosas e aparecem, espontaneamente, várias espécies.

Nas zonas húmidas:

trevo branco - *Trifolium repens* L.

trevo violeta - *Trifolium pratense* L.

Trifolium dubium Sm.

Nas zonas secas:

Trifolium glomeratum L.

Trifolium arvense L.

Trifolium campestre Schreber

Trifolium angustifolium L.

Trifolium scabrum L.

No monte, em sítios secos:

trevo amarelo - *Lotus corniculatus* L.

A "língua de ovelha" é uma Plantaginácea:

Plantago lanceolata L.

A "larica" é uma designação para duas espécies de plantas Leguminosas:

Vicia sativa L.

Vicia lutea L.

O "cornichó" é uma Leguminosa que aparece com frequência nos locais secos:

Coronilla repanda (Poiret) Guss

As serradelas são Leguminosas e aparecem em sítios secos:

Ornithopus compressus L.

Ornithopus perpusillus L.

A "azedá" é uma espécie da família das Poligonáceas:

Rumex angiocarpus Murb.

As ramagens são esgalhados de várias árvores:

carvalho negral - *Quercus pyrenaica* Willd

carrasco - *Quercus ilex* L. ssp *Rotundifolia* (Lam.) Morais

freixo - *Fraxinus angustifolia* Vahl

castanheiro - *Castanea sativa* Miller

negrilho ou ulmeiro - *Ulmus procera* Salisb.

No monte há uma grande variedade de espécies, de que se destacam:

As giestas, são Leguminosas e encontram-se três espécies:

giesta negra, *Cytisus scoparius* (L.) Link

giesta branca, *Cytisus multiflorus* (L'Hér.) Sweet

giesta piorneira, *Genista florida* L.

As urzes são plantas da família das Ericáceas e aparecem as espécies:

Erica australis L.

Erica umbellata L. de flor vermelha

urze real, *Erica arborea* L., de flor branca.

A carqueja

Chamaespartium tridentatum (L.) P. Gibbs

A esteva:

Cistus ladanifer L.

A arçã:

Lavandula stoechas

Anexo 17 - Sobre o cálculo da área das explorações agrícolas.

Os pastores não sabem com exactidão a superfície agrícola, em ha das suas explorações. Mas sabem qual a quantidade de semente que gastam para semear uma parcela de terra e a quantidade de semente necessária para semear 1 ha. A partir do número de alqueires de cereal gastos para semear uma parcela de terreno calculámos a área, em ha, dessa parcela.

No Quadro 17.1 temos o número de alqueires, de diferentes cereais, que são precisos para uma parcela com 1 ha. Estes valores foram indicados pelos pastores e agricultores de Milhão.

Quadro 17.1 - Valores para cálculo da área das terras em função da quantidade de semente.

Cereal	Nº de alqueires necessários para semear 1 hectare
Trigo	15
Centeio	13,5
Aveia	14
Cevada	16

Para as terras que não são cultivadas com cereal, os pastores indicaram um valor para a quantidade de alqueires que essas terras levariam se fossem semeadas com trigo. Outra forma usada foi a conversão por geiras. Neste caso, 1 ha correspondem a 3 geiras.

Anexo 18 - Repartição do Produto Bruto por actividades, em percentagem

Pastor	PRODUTO BRUTO VEGETAL									Total
	Trigo	Centeio	Aveia	Batata	Vinho	Azeite	Castanha	Frutíc.	Hortíc.	
A	3,30	1,65	0	2,28	1,30	0,51	0,46	0,29	0,80	10,58
B	0,06	10,14	0	6,66	1,61	1,24	0,31	0,38	0,96	21,36
C	8,71	11,44	0	1,50	2,00	2,82	0	0,38	1,13	27,96
D	0	10,28	0	22,18	0,98	0,26	0,64	0,06	0,41	34,82
E	17,86	6,10	0,85	3,85	2,82	4,39	0,69	0,26	0,82	37,65

Anexo 18 - Repartição do Produto Bruto por actividades, em percentagem (cont.)

Pastor	PRODUTO BRUTO ANIMAL									Total	PROD. B. DIVERSO
	Cordeiros	Ovelhas	Caprinos	Bovinos	Suíños	Aves	Leite	Ovos			
A	81,93	3,90	0	0	3,25	0,04	0	0,16	89,28	0,13	
B	67,28	12,63	0	0	-2,68	0,34	0	0,29	78,64	0,0	
C	41,17	3,75	0	22,52	0,50	1,65	2,25	0,19	72,04	0,0	
D	60,26	1,28	1,28	0	2,14	0,07	0	0,14	65,18	0,0	
E	50,84	6,47	0	0	3,08	0,56	0	1,09	62,04	0,31	

Fonte: Dados obtidos por inquirição.